

CONIMBRIGA

VOLUME LXI • 2022



CONIMBRIGA

CONIMBRIGA

Revista de Arqueologia | Publicação anual
Revista com arbitragem científica | Journal with peer review
Indexada na Web of Science (Emerging Sources Citation Index)

DIRETOR

ARMANDO REDENTOR

SECRETARIADO EDITORIAL

CARLA ROSA | JOSÉ LUÍS MADEIRA

CONSELHO DE REDAÇÃO

DOMINGOS DE JESUS DA CRUZ
JOSE D'ENCARNAÇÃO
MARIA CONCEIÇÃO LOPES
PEDRO C. CARVALHO
RAQUEL VILAÇA
RICARDO COSTEIRA DA SILVA
VASCO GIL MANTAS

CONSELHO CIENTÍFICO

ALAIN TRANOY (Université de Poitiers)
ANA MARGARIDA ARRUDA (Universidade de Lisboa)
GERMÁN DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)
JAVIER SÁNCHEZ-PALENCIA (Centro de Ciências Humanas y Sociales, CSIC - Madrid)
JORGE DE ALARCÃO (Universidade de Coimbra)
LUÍS RAPOSO (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
MANUEL MARTÍN-BUENO (Universidad de Zaragoza)
MARTÍN ALMAGRO-GORBEA (Universidad Complutense de Madrid)
MÁRIO BARROCA (Universidade do Porto)
PRIMITIVA BUENO RAMÍREZ (Universidad de Alcalá de Henares)
TANIA ANDRADE LIMA (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
TRINIDAD NOGALES BASARRATE (Museu Nacional de Arte Romano)

DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM

JOSÉ LUÍS MADEIRA

SECRETARIADO ADMINISTRATIVO

EUNICE DIONÍSIO

PROPRIEDADE

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

EDIÇÃO

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IMPRESSÃO: Graficamares, Lda.

ISSN: 0084-9189 | ISSN Digital: 1647-8657
DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_61

DEPÓSITO LEGAL: 93223/95 | ANO 2022

Todos os contributos (artigos e resenções) devem ser submetidos através da plataforma Open Journal Systems (OJS)
<http://impactum-journals.uc.pt/login>

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

CONIMBRIGA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA | PALÁCIO DE SUB-RIPAS
Rua de Sub-Ripas 3000 – 395 COIMBRA | PORTUGAL
conimbriga.revista@uc.pt

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehr erwünscht.*

UNIVERSIDADE DE COIMBRA | FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME LXI



IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COIMBRA 2022

FRANCISCO B. GOMES

Universidade de Lisboa, UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras |

Fundação para a Ciência e Tecnologia

franciscojbgomes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0664-6374>

A INDUMENTÁRIA NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL:
REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DA NECRÓPOLE
DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES (ALCÁCER DO SAL)

IRON AGE DRESS IN SOUTHERN PORTUGAL:
INSIGHTS FROM THE NECROPOLIS OF OLIVAL
DO SENHOR DOS MÁRTIRES (ALCÁCER DO SAL
“Conimbriga” LXI (2022) p. 5-50

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_1

Texto recebido em / Text submitted on: 29/09/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 02/03/2022

RESUMO: A documentação disponível para o estudo da indumentária na Idade do Ferro do sul do atual território português é escassa, limitando-se na prática aos complementos metálicos de indumentária (fíbulas e fechos de cinturão). Uma parte significativa desses elementos procedem, contudo, de escavações cujo registo não permite leituras detalhadas sobre o seu papel e a identidade dos seus portadores. Ainda assim, a adoção de uma grelha de leitura simultaneamente contextual e comparativa permite extrair importantes informações sobre os fatores – sociais, políticos e culturais – que influenciaram a evolução da indumentária, como se ilustra no presente contributo através do caso de estudo paradigmático da necrópole sidérica de Alcácer do Sal, cuja análise permite refletir sobre o presente e o futuro do estudo da indumentária pré-romana no sudoeste peninsular.

Conimbriga, 61 (2022) 5-50

PALAVRAS-CHAVE: Período “Orientalizante”; Época Pré-Romana; Fíbulas; Fechos de Cinturão; Vestimenta.

ABSTRACT: The available data for the study of dress in the Iron Age of southern Portugal is scarce, being limited to metallic dress complements (fibulae and belt buckles). A significant part of these elements was however retrieved in excavations for which the available records do not allow a detailed analysis of their meaning and of the identity of their wearers. Nonetheless, the deployment of a simultaneously contextual and comparative approach can result in new insights on the factors – whether social, political or cultural – which influenced the evolution of dress, as illustrated in this contribution through the paradigmatic case study of the Iron Age necropolis of Alcácer do Sal, whose analysis allows for a reflection on the present and future of the study of Pre-Roman dress in southern Portugal.

KEYWORDS: “Orientalizing” Period; Pre-Roman Period; Fibulae; Belt Buckles; Dress.

A INDUMENTÁRIA NA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DA NECRÓPOLE DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES (ALCÁCER DO SAL)

The adornment and public presentation of the body, however inconsequential or even frivolous a business it may appear to individuals, is for cultures a serious matter... (Turner, 2012 [1980]: 486)

1. O estudo da indumentária da Idade do Ferro no Sul de Portugal: considerações prévias sobre fontes, métodos e problemas

Se o corpo constitui um *locus* privilegiado de representação da identidade nas suas múltiplas facetas, a indumentária, enquanto “pele social” que representa uma interface privilegiada entre a agência individual e os códigos de conduta socialmente negociados que regem a vida em comunidade (cf. TURNER, 2012 [1980]), reveste-se de um papel particularmente expressivo na construção, manutenção e projeção de discursos sociais que operam a vários níveis e em diversos âmbitos, da vida quotidiana aos espaços da morte, sem esquecer o domínio sempre ideologicamente significativo das práticas religiosas (v. LUVAAS e EICHER, 2019).

No caso específico das comunidades do I milénio a.n.e. do sul do atual território português, contamos com diversas evidências de que também aqui, como não poderia deixar de ser, as formas de vestir constituíram um importante reflexo da conectividade dos grupos locais, entre si e com outros agentes mais distantes, das suas fórmulas de representação social e, em última análise, do seu devir histórico. No entanto, qualquer tentativa de estabelecer uma aproximação à indumentária na Idade do Ferro desta região, bem como, de forma mais geral, do

sudoeste peninsular, esbarra à partida com uma série de limitações que se prendem tanto com o próprio registo arqueológico e a sua natureza como, secundariamente, com a própria história e dinâmica da investigação.

Em relação ao primeiro, faltam-nos, com efeito, praticamente todas as fontes primárias que nos poderiam permitir uma reconstituição minimamente abrangente e segura da natureza e estilo das vestimentas usadas pelas comunidades locais ao longo do I milénio a.n.e..

É desde logo bem sabido que as condições ambientais no território meridional português são globalmente adversas à conservação dos próprios têxteis, salvo em condições muito particulares e excecionais (cf. SOARES *et al.*, 2018). Este facto contribuirá em grande parte para explicar a ausência de quaisquer vestígios têxteis no registo arqueológico sidérico do sul português – embora possam existir alguns dados pontuais a aguardar publicação (cf. FIGUEIREDO e MATALOTO, 2017: 372; ARRUDA, VILAÇA e GOMES, 2022) –, fenómeno que é aliás extensível ao resto do sudoeste peninsular, onde os vestígios conhecidos continuam a ser sumamente raros (ALFARO GINER, 1983; 1984: 137-138 e 144-147; 2007; 2012: 341-342; 2014; ALFARO GINER e TÉBAR MEGÍAS, 2007; MARÍN AGUILERA *et al.*, 2019). Por outro lado, estes fatores ambientais e tafonómicos terão sido agudizados nalguns contextos por outros de índole cultural, como a prática extensiva da cremação (cf. GOMES, 2016, com bibliografia).

A ausência de qualquer vestígio material das vestimentas propriamente ditas não é, por outro lado, compensada pela presença de vestígios iconográficos significativos que ilustrem o tipo de indumentária empregue localmente durante o período em apreço. Com efeito, e se a iconografia da I Idade do Ferro no âmbito aqui estudado é quase totalmente avessa à representação da figura humana (cf. GOMES, 2019a; v., contudo, GOMES, 1983), as escassas representações conhecidas do final deste período (DIAS e COELHO, 1972; GUERRA, 2017) e, sobretudo, da II Idade do Ferro (BEIRÃO *et al.*, 1985: Figs. 23, 29 e 30; GOMES, 2008) apresentam um grau de esquematismo que pouco contribui para construir uma imagem concreta das roupagens das/os personagens representadas/os.

Em face destas limitações, restam-nos como fontes primárias para o estudo da vestimenta na área e período em apreço os complementos metálicos de indumentária, de que se destacam as fíbulae e as peças usualmente interpretadas como fechos de cinturão, cujo estudo oferece

um considerável potencial para uma melhor compreensão de pelo menos alguns aspetos que influenciaram as formas de vestir.

Neste ponto, contudo, entram em jogo as limitações resultantes da história da investigação a que antes se aludiu. Com efeito, uma parte substancial do material desta natureza documentado no sul de Portugal, e particularmente nos contextos funerários que poderiam fornecer pistas especialmente importantes sobre o seu significado, foi recolhido em escavações antigas que nos legaram um registo e uns dados contextuais em muitos casos insuficientes. A essa circunstância soma-se, no caso de contextos funerários como aquele de que se ocupará esta contribuição, a ausência de um registo e de estudos antropológicos que permitam uma qualquer aproximação à identidade dos portadores destes complementos de indumentária.

Felizmente, nos últimos anos o panorama tem-se vindo a alterar, nomeadamente com a descoberta e escavação das abundantes necrópoles de recintos da I Idade do Ferro da região de Beja (cf. contribuições em JIMÉNEZ ÁVILA, 2017) que oferecem um manancial importante de dados para uma análise das pautas sociais de representação expressas através da indumentária deste período. Com efeito, uma combinação de fatores culturais (a prática da inumação), ambientais (terrenos calcários propícios à conservação global dos conjuntos funerários, e dos restos humanos em particular) e da investigação (um exemplar trabalho de escavação e registo, bem refletido já nos resultados preliminares publicados) convertem estas necrópoles numa referência que oferece também pistas para uma reapreciação dos materiais recolhidos noutros contextos (cf. *infra*).

De facto, e se a crescente qualidade do registo arqueológico produzido em intervenções como as do sistema de irrigação do Alqueva permite um certo otimismo em relação aos futuros desenvolvimentos do estudo da indumentária da Idade do Ferro no sul português, parece importante não descurar o extenso manancial de materiais procedente de intervenções mais antigas e que, não obstante as limitações já comentadas, se reveste apesar de tudo de um grande potencial para a análise deste tema.

Para realizar esse potencial, parece contudo importante avançar para lá da seriação tipológica e das análises crono-culturais globais (que, no entanto, se revestiram e revestem da maior importância), procurando desenvolver análises tão contextuais quanto possível. Parece em particular necessário buscar um equilíbrio entre as análises internas de cada

sítio e conjunto e as abordagens a uma escala mais ampla, que permitam comparar os perfis documentados em cada sítio e região e começar a mapear as convergências e divergências ao nível desses perfis.

A presente contribuição visa oferecer um exemplo de uma abordagem deste tipo, partindo concretamente do caso da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (daqui em diante abreviada como OSM). Procurar-se-á nomeadamente demonstrar como o cruzamento de uma leitura interna da posição dos complementos de indumentária no processo histórico de uma comunidade dada com uma abordagem comparativa que os situe no seu contexto regional mais alargado permite extrair novos dados e leituras de materiais conhecidos nalguns casos (mas não em todos) desde há muito.

2. Os complementos de indumentária da necrópole do OSM no seu contexto regional

2.1. Considerações prévias

A necrópole do OSM (GOMES, 2016: 55-350, com bibliografia anterior) (FIG. 1) constitui, a vários títulos, um laboratório privilegiado para o estudo da evolução da indumentária ao longo da Idade do Ferro do sul de Portugal. Com efeito, e ainda que a informação proporcionada por este sítio se veja inevitavelmente condicionada pelas bem conhecidas lacunas no que diz respeito ao registo de campo da maioria das campanhas de escavação ali realizadas na década de 1920 (CORREIA, 1927 [1925a]; 1972 [1927]) e, novamente, entre as décadas de 1960 e 1980 (PAIXÃO, 1970; 1983; 2014), e pela falta de coordenadas contextuais precisas para a vasta maioria do extenso conjunto de materiais ali recolhido, outros aspetos convertem, ainda assim, a necrópole de Alcácer do Sal num caso de estudo de considerável interesse.

Entre esses aspetos caberia destacar, desde logo, a dimensão e diversidade do conjunto de elementos relacionados com a indumentária ali recolhidos, que inclui, como haverá oportunidade de mencionar, um avultado número de fíbulas, um expressivo conjunto de fechos de cinturão, e ainda um pequeno conjunto de possíveis botões.

Por outro lado, o OSM constitui, de momento, o único conjunto funerário conhecido no atual território português que recobre, sem qualquer solução de continuidade aparente, a quase totalidade da Idade

do Ferro regional, tendo sido utilizado como espaço sepulcral entre os meados do século VII a.n.e. e, pelo menos, a Época Romana Republicana (GOMES, 2016-2017). Esta circunstância oferece uma oportunidade inusual para observar a evolução *in situ* da indumentária e dos códigos sociais de representação que reflete ao longo de uma larga diacronia, procurando cotejar essa evolução com as conjunturas e fatores sociopolíticos que a poderão ter influenciado.

Para esse efeito, parece importante, por um lado, apresentar as características internas do conjunto, e, por outro, considerá-lo numa perspetiva comparativa que permita, por um lado, colmatar as lacunas existentes na documentação do próprio sítio e, por outro, aferir das convergências e especificidades da documentação alcacerense no âmbito regional alargado em que se insere.

2.2. As fíbulas do OSM

Como houve oportunidade de mencionar acima, as fíbulas constituem a porção mais significativa do conjunto dos elementos relacionados com a indumentária do OSM. Com efeito, cerca de três dezenas de exemplares haviam sido já publicados em trabalhos anteriores (PONTE, 1985; v. tb. CORREIA, 1972 [1925b]; BRITO, 1968; SCHÜLE, 1969; Ponte, 2006), mas uma recente revisão de conjunto da totalidade do espólio da necrópole permitiu compreender que esse conjunto correspondia apenas a uma parte da totalidade da amostra existente nas coleções dos vários museus que têm à sua guarda materiais do OSM.

Com efeito, foi possível identificar um número mínimo de 113 fíbulas cuja tipologia remete para a Idade do Ferro; infelizmente, contudo, e devido ao seu estado de preservação, apenas 47 permitem uma classificação tipológica segura, podendo a estas somar-se outras 35 que apenas permitem uma classificação aproximada ou hipotética, restando assim outras 31 peças impossíveis de classificar (cf. GOMES, 2016: 230-244).

O conjunto do OSM engloba exemplares pertencentes às principais ‘famílias’ tipológicas documentadas no sudoeste peninsular durante a Idade do Ferro, mas também outras peças que se integram em tipos invulgares cuja contextualização se afigura, no estado atual dos nossos conhecimentos, difícil. Entre estes, caberia mencionar o bem conhecido exemplar de enrolamento no arco classificado por S. da Ponte no seu

Tipo 1b (PONTE, 2006: 88) (FIG. 2, n.1), peça cujos protótipos devem buscar-se na Itália Central (VON ELES MASI, 1986: 210).

As fibulas do Tipo Ponte 1b são raras no atual território português, contando a peça do OSM com um único paralelo seguro, procedente do Castro de Parreitas, em Alcobaça (PONTE, 1984, n. 2), a que poderia com reservas somar-se ainda um outro exemplar do Castro de Mondim da Beira, em Tarouca (PONTE, 1986a). Nenhum destes exemplares conta com um contexto fiável e a sua datação é, por isso, imprecisa; ainda assim, e com base nos seus paralelos extra-peninsulares, datados essencialmente do século X a.n.e. (VON ELES MASI, 1986: 210), S. da Ponte situa as peças portuguesas entre os meados do século X e os finais do IX/ inícios do VIII a.n.e..

Esta datação coloca problemas no que à interpretação do exemplar do OSM diz respeito, dado que a ocupação do sítio não parece preceder os meados do século VII a.n.e. (GOMES, 2016-2017). Não sendo impossível que a peça em apreço corresponda a um elemento amortizado após um longo período de uso / entesouramento, não pode também excluir-se que esta peça, que engloba as coleções das escavações da década de 1920, possa provir de outro ponto do entorno de Alcácer do Sal, onde existe uma ocupação do Bronze Final / transição para a Idade do Ferro relativamente bem documentada (SILVA *et al.*, 1980-1981: 170-171).

Também de origem – ou pelo menos de inspiração – itálica são os dois exemplares de fibulas de arco documentados na necrópole, concretamente uma peça de arco muito engrossado, ou de arco “em sanguessuga”, recolhida por S. da Ponte no seu Tipo 4 (FIG. 2, n.2), e uma peça de arco pouco engrossado, ou pleno, recolhida pela mesma autora no seu Tipo 5 (FIG. 2, n.3) (PONTE, 2006: 111-120; cf. PONTE, 1985: nn.1-2). Ambas correspondem a modelos característicos dos inícios da Idade do Ferro na Itália Central e Setentrional (TOMS, 2000) que, contudo, conheceram uma certa difusão para Norte e Ocidente (DUVAL, ELUÈRE e MORAN, 1974: 11-26; GRAELLS, 2014; GOMÁ RODRÍGUEZ, 2019: 79-80).

Estes tipos documentados no OSM não contam com paralelos exatos no Ocidente Peninsular, embora se possa assinalar a ocorrência de outros tipos pertencentes à mesma família tipológica, como as fibulas de Tipo Ponte 6 do Castro de Parreitas e do Castro de Santa Luzia, Viseu (PONTE, 2006: Quadro 22 e 425; cf. PONTE, 1984) e as de Tipo Ponte 7 do Museu da Nazaré, de proveniência desconhecida (PONTE, 1984; 2006: 425). A cronologia da chegada destas peças ao

sítio do Baixo Sado é, uma vez mais, difícil de precisar, embora os seus protótipos abarquem cronologias entre os finais do século IX e o VIII a.n.e., com prolongamentos ao largo do VII a.n.e. (DUVAL, ELUÈRE e MORAN, 1974; VON ELES MASI, 1986: 57-60; TOMS, 2000; PONTE, 2006: quadros 15 e 19).

Em face do que conhecemos sobre a sequência do OSM, estas peças poderão como hipótese datar-se dentro desta fase mais avançada das suas respetivas séries, tendo-se amortizado na necrópole logo nos momentos iniciais da sua utilização, em meados ou na segunda metade do século VII a.n.e.. Esta hipótese é de resto consistente com o panorama observado para a distribuição de fibulas de tipologia itálica no Golfo de Leão Ocidental, incluindo o nordeste peninsular, onde a difusão deste tipo de peças, comparativamente mais abundantes que noutras regiões peninsulares, só se verifica de forma segura a partir desse mesmo momento (GRAELLS, 2014: 281-289).

Aceitando a atribuição destas peças ao OSM, este pequeno núcleo de fibulas de filiação itálica evidencia a abertura da comunidade local a formas e modas de vestir de origem forânea, e especificamente mediterrânea, já desde os momentos mais antigos da Idade do Ferro regional. Essa abertura situa-se, de certa forma, em continuidade com o que se havia verificado a nível regional durante o Bronze Final, com a difusão de fibulas com protótipos centro-mediterrâneos, como as fibulas de cotovelo e, sobretudo, as de enrolamento no arco (ARRUDA, 2008; VILAÇA, 2008: 390-391; SENNA-MARTINEZ, 2010: 19-20; ARRUDA, VILAÇA e GOMES, 2022).

Mas à parte deste pequeno conjunto de peças relativamente excecionais, essa dinâmica de adoção – e, eventualmente, de adaptação – de formas de vestir compartidas a uma escala macro ou mesmo transregional expressa-se também no OSM pela presença de um conjunto de peças integráveis nas principais ‘famílias’ tipológicas de fibulas da I Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular. Assim, caberia começar por citar a presença de uma fibula de dupla mola, do Tipo Ponte 3b (FIG. 2, n.4) (cf. PONTE, 2006: 106), infelizmente procedente de um contexto pouco expressivo (a Sepultura 129 ou 132 de Vergílio Correia).

Como é sabido, a fibula de dupla mola, muito provavelmente um modelo desenvolvido já no sudoeste peninsular a partir dos modelos centro-mediterrâneos antes citados (JIMÉNEZ ÁVILA 2002: 311; GOMÁ RODRÍGUEZ 2019: 103), constitui um dos elementos mais característicos dos inícios da Idade do Ferro na região (TORRES ORTIZ, 2002:

196-197; v. tb. RUIZ DELGADO, 1989: 69-118). No território português, em concreto, este modelo de fibula surge ainda em contextos integráveis nos momentos finais da Idade do Bronze, ou já na transição para a Idade do Ferro, nomeadamente no Castro dos Ratinhos, Moura (BERROCAL-RANGEL e SILVA, 2010: 304 e Fig. 143), na Corôa do Frade, Évora (ARNAUD, 1979: 65-66 e Figs. 6-7), no Castelo de Arraiolos (MARQUES e ANDRADE, 1974: 141 e 147) e na Quinta do Marcelo, Almada (BARROS, 1998: 34; CARDOSO, 2004: Fig. 158, n.1), bem como num putativo conjunto funerário da região de Beja dado a conhecer por Raquel Vilaça (2009: 501-503).

O modelo da fibula de dupla mola alcança, contudo, a sua máxima expressão no sul do atual território nacional já durante a I Idade do Ferro, fenómeno que parece relacionar-se de forma muito clara com a presença fenícia e, sobretudo, com a consolidação da rede sociopolítica “orientalizante” mediada por essa presença. Com efeito, o estabelecimento e expansão da rede comercial fenícia potenciou o estabelecimento de conexões entre comunidades muito diversas à escala peninsular e o desenvolvimento de uma linguagem de prestígio e de representação social em certa medida partilhada, que se estenderia também à indumentária. Não é por isso surpreendente a difusão substancialmente mais ampla que este modelo de fibulas conheceu à escala peninsular a partir desta etapa.

Nos contextos sidéricos portugueses, as fibulas de dupla mola estão muito bem documentadas entre os finais do século VII e, pelo menos, os meados do VI a.n.e.. A sua distribuição durante este período é comparativamente ampla, como bem revela um levantamento relativamente recente dos exemplares conhecidos (ESTRELA *et al.*, 2010: Fig. 6), a que haveria unicamente a acrescentar os mais recentemente publicados exemplares da necrópole do Monte do Bolor 1-2, Beja (SOARES *et al.*, 2017: Figs. 10 e 20), e o(s) apenas referenciado(s) exemplar(es) da Lapa da Cova, Sesimbra (JIMÉNEZ ÁVILA *et al.*, 2017: 312).

A variação em termos de distribuição geográfica dos exemplares mais precoces, presentes essencialmente em regiões do interior, para os mais tardios, significativamente mais bem representados em contextos litorais, foi já observada por outros autores (ESTRELA *et al.*, 2010: 245-246), parecendo refletir a reorganização das redes sociopolíticas regionais. Com efeito, a geografia das primeiras fibulas de dupla mola evoca de forma muito clara a das suas antecedentes do Bronze Final, podendo intuir-se que a sua disseminação se produz ainda no âmbito

das solidariedades e afinidades que sustentavam as estruturas sociopolíticas desse período, ao passo que os exemplares mais tardios evidenciam de forma clara a reorientação regional dessas redes para o Sul e para o litoral, como reflexo da nova rede “orientalizante” mediada pela presença fenícia (ARRUDA, VILAÇA e GOMES, 2022).

Pelas suas características morfológicas, nomeadamente o arco de secção quadrangular, o exemplar do OSM pode atribuir-se justamente aos momentos mais avançados desta série, datando quase seguramente já do século VI a.n.e., e talvez do primeiro quartel dessa centúria, em consonância com a cronologia de uma peça muito similar recolhida nos estratos da última fase do complexo de Abul A, Alcácer do Sal (MAYET e SILVA, 2000: Fig. 46, n. 351).

A presença desta peça no OSM pode portanto considerar-se como um sinal mais dos estreitos laços estabelecidos entre a comunidade local e a interface colonial fenícia e, através desta, com a rede sociopolítica “orientalizante” que rapidamente se consolida no sudoeste peninsular entre os séculos VIII e VII a.n.e.. Nesse contexto, parece hoje evidente que a indumentária, com todo o seu potencial comunicativo e performativo, adquiriu um papel central no desenvolvimento de códigos compartidos de representação social nos quais, como ficou dito acima, assenta a operacionalidade da citada rede “orientalizante”, nas quais a conectividade entre agentes muito diversos implica o desenvolvimento de uma linguagem comum de estatuto, prestígio e poder mutuamente reconhecível e descodificável.

Assim, a presença desta peça no OSM – entre muitos outros elementos de outra natureza, naturalmente – revela a conectividade da comunidade local, ou, pelo menos, de parte dela, com outras áreas da *koiné* “orientalizante” do sudoeste peninsular, como a Baixa Andaluza (RUIZ DELGADO, 1989: 69-118; TORRES ORTIZ, 2002: 196-197), a Extremadura espanhola (TORRES ORTIZ, 2008: 530-532), para não citar outras áreas mais distantes (cf. GRAELLS, 2014: 246-249; GOMÁ RODRÍGUEZ, 2019: 85-86 e 103).

Não deixa ainda assim de causar estranheza a escassez de fíbulas do tipo em apreço no OSM quando comparada com sítios *grosso modo* contemporâneos como a necrópole de Medellín, Badajoz (TORRES ORTIZ, 2008: 530-532) ou inclusivamente a do Monte do Bolor 1-2, Beja (SOARES *et al.*, 2017). A necrópole alcacereense não é, contudo, caso único, na medida em que noutros sítios, como a necrópole de La Angorrilla, Alcalá del Río, ocupada entre os meados do século VII e

os meados do VI a.n.e., tão-pouco se documentaram peças deste tipo (FERRER ALBELDA e DE LA BANDERA ROMERO, 2014a). A escassez de fíbulas de dupla mola no OSM poderia assim resultar de variações laterais – de gosto? – dentro da antes citada *koiné* orientalizante.

Mais peculiar parece, em contrapartida, a escassa representatividade da família das fíbulas de mola bilateral dos Tipos “Alcores”, “Acebuchal” e “Bencarrón”, que constitui, sem lugar a dúvidas, a outra categoria mais característica e representativa de fíbulas na I Idade do Ferro do sudoeste peninsular (TORRES ORTIZ 2002: 198-202). Com efeito, são apenas três os exemplares do OSM que podem adscrever-se a esta família tipológica, concretamente dois exemplares de Tipo “Acebuchal” integráveis no Tipo Ponte 9a (FIG. 2, nn.5-6) (cf. PONTE, 2006: 140-141) e um exemplar, de que se preservam apenas fragmentos da mola, que não foi possível classificar com maior precisão (FIG. 2, n.7).

As fíbulas de Tipo “Acebuchal” constituem justamente o modelo mais bem representado dentro desta ‘família’ tipológica no sul português. O Tipo Ponte 9a, de ponte simples, encontra-se com efeito representado na necrópole de Quintos, Beja (PONTE, 1986b: Fig. 2, n.3), na da Vinha das Caliças 4, Beja (ARRUDA *et al.*, 2017: Fig. 14), na do Monte do Bolor 1-2 (SOARES *et al.*, 2017: 286 e 289) e nas de Fareleira 2 e 3, Vidi-gueira (FIGUEIREDO e MATALOTO, 2017: Figs. 10 e 14), ao passo que o Tipo Ponte 9b, de ponte dupla, se encontra representado na necrópole de Torre de Palma, Monforte (LANGLEY *et al.*, 2008: Fig. 5), e na da Vinha das Caliças 4 (ARRUDA *et al.*, 2017: Fig. 14); outros exemplares ainda que podem atribuir-se genericamente a este tipo foram recuperados no Castelo de Castro Marim (PEREIRA, 2008: 49 y Est. II, n. 20-21), no sítio de Casa Branca 11, Serpa (COSME, 2014: 124; cf. MIGUEZ, 2010: 57), e na necrópole da Lobeira da Figueira, Beja (MIGUEL *et al.*, no prelo). A maioria destes exemplares pode datar-se, sem reservas de maior, entre os finais do século VII e os finais do VI a.n.e., sendo o tipo em apreço particularmente característico desta última centúria.

O contraste entre a escassez de fíbulas deste tipo no OSM e, em geral, nos sítios “orientalizantes” do sul português e a sua abundância e representatividade nos sítios – e especialmente nas necrópoles – rurais do interior é chamativa, e pode considerar-se extensiva às fíbulas de Tipo “Alcores” (cf. ARRUDA, VILAÇA e GOMES, 2022). A explicação para esta dicotomia, não sendo fácil, poderá talvez buscar-se na evolução sociopolítica das comunidades de uma e de outra área.

Com efeito, houve já a oportunidade de notar noutros trabalhos que, no OSM, a presença de elementos de prestígio entre os espólios funerários parece decair significativamente numa segunda fase da I Idade do Ferro, facto que se interpretou como um reflexo da emergência e/ou consolidação de espaços e instituições de corte urbano que substituem, ou pelo menos complementam, o âmbito funerário como arena privilegiada de representação do estatuto, do poder e das identidades sociais (GOMES, 2016-2017: 36; 2020: 1118). No âmbito rural, em contrapartida, a ausência desses espaços e instituições prolonga a lógica de competição social herdada do período precedente e, por extensão, o papel estruturante dos espaços funerários na projeção de discursos sociopolíticos e identitários, expressos, entre outros aspetos, através da indumentária.

Com efeito, num âmbito regional alargado, a situação do OSM parece encontrar um paralelo expressivo na necrópole – também ela “urbana” – de Medellín, onde as fíbulas da ‘família’ tipológica em apreço estão totalmente ausentes (TORRES ORTIZ, 2008). Contudo, outros casos, como o da necrópole de La Angorrilla, também ela correspondente a uma comunidade urbana, onde estes modelos de fíbulas são predominantes (FERRER ALBELDA e DE LA BANDERA ROMERO, 2014a), parecem evidenciar que esta dinâmica não é generalizável à escala do sudoeste peninsular, e que poderão estar em jogo outros fatores que por ora nos escapam, incluindo questões de gosto, de moda, ou inclusivamente questões relacionadas com as economias têxteis e as necessidades práticas ao nível da vestimenta de cada comunidade.

Falando de possíveis questões de gosto e de moda que poderão ter condicionado a (limitada) aceitação dos modelos de fíbula antes comentados, uma das possibilidades que caberia considerar passa pela precoce adoção pela comunidade de Alcácer do Sal de outros modelos que viriam a conhecer a sua máxima expressão em datas mais avançadas. É concretamente o caso dos modelos anulares hispânicos, que constituem sem lugar a dúvida a mais notável parcela do conjunto de fíbulas do OSM.

A revisão deste conjunto permitiu, com efeito, documentar um total de 72 fíbulas anulares hispânicas, das quais 42 puderam ser adscritas, com maior ou menor segurança, a tipos concretos dentro desta ampla e diversa ‘família’ tipológica. Esses exemplares classificáveis recobrem, por outro lado, a quase totalidade dos tipos de fíbulas anulares hispâ-

nicas presentes no sul português, incluindo alguns que são virtualmente exclusivos da necrópole alcacerense.

Assim, estão representados no OSM os seguintes tipos (v. PONTE, 2006: 156-218):

- Ponte 13 (20 exemplares, dos quais sete da variante 13a, três da variante 13c, quatro da variante 13d e seis impossíveis de integrar numa variante concreta) (FIG. 2, nn.8-22; FIG. 3, nn.23-28);
- Ponte 14 (oito exemplares, dos quais um da variante 14a, cinco da variante 14b e outros dois muito incompletos, possivelmente desta última variante) (FIG. 3, nn.29-36);
- Ponte 15 (três peças, duas das quais da sub-variante 15a/1 e a restante da variante 15a/2) (FIG. 3, nn.37-39);
- Ponte 17 (quatro exemplares, três dos quais distribuídos equitativamente pelas variantes 17a, 17b e 17c, não tendo podido determinar-se a variante concreta a que pertence a quarta peça) (FIG. 3, nn.41-43);
- Ponte 18 (um exemplar) (FIG. 3, n.44);
- Ponte 19 (um exemplar seguro e um segundo provável) (FIG. 3, n.45; FIG. 4, n.70);
- Ponte 20 (três exemplares) (FIG. 4, n.46-47);
- Ponte 21 (um exemplar) (FIG. 4, n.48).

Não é este o local apropriado para discutir de forma individual cada um destes tipos, o seu enquadramento cronológico e os seus paralelos regionais e transregionais (v. discussão em GOMES, 2016: 235-243), pelo que, neste contexto, se cingirá a discussão deste grupo de peças ao seu significado global e coletivo.

Assim, caberia começar por assinalar que os tipos e variantes de fíbulas anulares hispânicas documentadas no OSM recobrem um intervalo cronológico muito amplo, entre, pelo menos, os meados do século VI e o século III a.n.e. (PONTE 2006: 156-218; cf. matizações posteriores em MIGUEZ, 2010: 61-66; GOMES, 2016: 235-243; PEREIRA, 2018: 205-206), embora com uma aparente concentração especial entre os séculos V e IV a.n.e., coincidente com o apogeu das fíbulas anulares hispânicas num âmbito regional alargado (cf. RUIZ DELGADO, 1989: 197-199; TORRES ORTIZ, 2008: 532-535; v. tb. CELESTINO PÉREZ e ZULUETA DE LA IGLESIA, 2003: 41-44).

No OSM, em concreto, contamos com os testemunhos de Vergílio Correia, que afirma que este tipo de fíbulas era já exclusivo nas sepul-

turas do seu 3º Tipo (cremações *in situ* em *busta*) (CORREIA, 1972 [1927]: 177), cuja cronologia se pode balizar entre o final do século VII e os meados do V a.n.e. (GOMES, 2016-2017: 32-36); o mesmo autor indica, por outro lado, que as fíbulas anulares hispânicas perduram ainda nas sepulturas do seu 1º Tipo (enterramentos em urna em fossas escavadas no terreno), características dos horizontes da II Idade do Ferro do OSM (cf. GOMES, 2018), citando nomeadamente a presença de dois exemplares, hoje infelizmente impossíveis de identificar, na sua Sepultura 8 em associação com vasos gregos da primeira metade do século IV a.n.e. (CORREIA, 1972 [1927]: 173).

A quantidade, diversidade e latitude cronológica do conjunto de fíbulas anulares hispânicas do OSM parece assim indicar um profundo arraigamento deste modelo – e da vestimenta a ele associada – na comunidade de Alcácer do Sal que, em certa medida, poderá explicar a escassez de exemplares reportáveis a outras ‘famílias’ tipológicas tardias no sítio.

Com efeito, e apesar de nos últimos anos se ter sublinhado a continuidade de uso (ainda que, talvez, com menor intensidade) do OSM durante as etapas finais da Idade do Ferro (GOMES, 2018) e até à Época Romana Republicana (GOMES e ALVES, 2017; GOMES, 2017), a presença de exemplares assimiláveis aos modelos de La Tène I encontram-se muito mal atestados no sítio, tendo-se unicamente documentado um núcleo de sete peças muito fragmentárias (FIG. 4, nn. 62-69) que poderiam, nalguns casos, relacionar-se com reservas com esses modelos mais tardios, sem que contudo seja possível precisar a sua classificação específica.

Neste aspeto em particular, parece útil comparar o perfil das fíbulas do OSM com o de outros sítios do Sul de Portugal (FIG. 5), como as Mesas do Castelinho, Almodôvar (MIGUEZ, 2010) ou a Cabeça de Vaia-monte, Monforte (PEREIRA, 2018), com ocupações mais ou menos bem caracterizadas da segunda metade do I milénio a.n.e.. Assim, parece expressiva a divergência de situações, com uma sub-representação dos modelos anulares hispânicos e uma presença comparativamente expressiva dos modelos La Tène I em ambos os sítios do interior alentejano (embora, possivelmente, atribuível a datas tardias – v. MIGUEZ, 2010: 26-28; PEREIRA, 2018: 210-217), aproximando-se do panorama disponível para o Sudoeste da vizinha Extremadura espanhola (v., p. ex., BERROCAL-RANGEL, 1992: 135-137) mas contrastando nitidamente com o caso sadino.

Este último aproxima-se, em contrapartida, do perfil documentado, por exemplo, no Castelo de Castro Marim (PEREIRA, 2008), onde os modelos La Tène I estão ausentes dos níveis referentes às ocupações mais recentes da Idade do Ferro, e também com o caso recentemente estudado do Monte Molião, Lagos (PEREIRA, ARRUDA e SOUSA, 2019: 84-85), que apesar da pequena dimensão da amostra revela também uma persistência dos modelos anulares hispânicos face aos modelos de La Tène I, que se encontram mais uma vez ausentes.

Tal facto não parece de estranhar, na medida em que todos os dados de que dispomos indicam que, durante as etapas mais avançadas da Idade do Ferro, a comunidade local de Alcácer do Sal experimentou um desenvolvimento continuado da matriz cultural meridional e mediterrânea documentada na etapa precedente, mantendo por outro lado relações preferenciais com o sul peninsular (GOMES, 2018), e nomeadamente com a área dita “turdetana” da Baixa Andaluzia e o seu espaço de influência, que se estendia ao atual território algarvio (SOUSA e ARRUDA, 2011). Esta continuidade e estas afinidades culturais parecem ter-se expressado também ao nível da indumentária, em contraste com outras áreas do Sul português onde se apreciam certas transformações nas formas de vestir que caberia muito provavelmente relacionar com outros vetores de influência e outras esferas de interação.

2.3. Os fechos de cinturão do OSM

Embora menos numerosos que as fíbulas, os fechos de cinturão do OSM, em parte também já publicados (CORREIA, 1972 [1925b]; ALMEIDA e FERREIRA, 1967; BRITO, 1968; SCHÜLE, 1969), formam igualmente um conjunto expressivo – na verdade, um dos mais expressivos do sul de Portugal –, destacando-se, uma vez mais, tanto pela quantidade como pela diversidade dos tipos e variantes documentadas. Com efeito, a necrópole alcacerense constitui o único sítio português onde se encontram representados os três principais grupos de fechos de cinturão pré-romanos peninsulares, estando ali documentadas peças dos tipos (impropriamente) ditos “tartéssico”, “céltico” e “ibérico”¹.

¹ A inadequação destas designações étnicas tem vindo a ser reconhecida desde há muito, mas as mesmas têm persistido como uma terminologia de referência rápida e

O primeiro tipo, especialmente característico dos ambientes “orientalizantes” do sudoeste peninsular (TORRES ORTIZ, 2002: 205-211), encontra-se representado no OSM por quatro peças, correspondentes a três fechos. Estes exemplares, apesar das peculiaridades de algumas das peças, encaixam sem dificuldade no quadro tipológico estabelecido por E. Cuadrado e M.^a A. de Ascensão (1970), posteriormente retomado e desenvolvido por outras e outros autores (CERDEÑO SERRANO, 1981; CHAVES TRISTÁN e DE LA BANDERA ROMERO, 1993; MANCEBO DÁVALOS, 1996; para uma classificação alternativa, v. JIMÉNEZ ÁVILA, 2002: 313-322).

Concretamente, documentam-se no OSM exemplares enquadráveis nos Grupos 3 e 4 daqueles autores (CUADRADO e ASCENSÃO, 1970: 513), todos eles integráveis no Subgrupo I.2 de J. Jiménez Ávila (2002: 316-318). O primeiro grupo encontra-se representado por uma peça segura e por duas outras (possivelmente correspondentes a um único fecho) que, apesar das suas peculiaridades formais, parecem também integrar este grupo tipológico (FIG. 6, nn.1-3). As peças do Grupo 3 de Cuadrado e Ascensão foram tradicionalmente datadas do século VI a.n.e. (CUADRADO e ASCENSÃO, 1970: 513; CERDEÑO SERRANO, 1981: 54), embora outros autores tenham revisto esta cronologia, apontando antes para uma datação entre os finais do século VII e os meados do VI a.n.e. (CHAVES TRISTÁN e DE LA BANDERA ROMERO, 1993: 154; MANCEBO DÁVALOS, 1996: 66).

Hoje, contudo, parece possível ampliar em certa medida os parâmetros cronológicos destas peças, pois se, por um lado, foi já sugerido que o modelo arrancaria num momento mais antigo, dos finais do século VIII ou dos inícios do VII a.n.e. (TORRES ORTIZ, 2002: 208), as evidências proporcionadas por alguns sítios, como as necrópoles de Medellín e da Vinha das Caliças 4, permitem afirmar que estes fechos se mantiveram em uso até aos finais do século VI ou mesmo aos inícios do V a.n.e. (LÓPEZ AMBITE, 2008: 516; ARRUDA *et al.*, 2017: 201-204).

Os fechos do Grupo 3 estão muito bem representados nos contextos sidéricos do sul português, conhecendo-se diversos exemplos nas recém-publicadas necrópoles de recintos da área de Beja,

amplamente inteligível; no contexto deste trabalho, estes termos utilizar-se-ão exclusivamente como etiquetas tipológicas.

nomeadamente na Vinha das Caliças 4 (ARRUDA *et al.*, 2017: 201-204), no Poço da Gontinha 1, Vidigueira (FIGUEIREDO e MATALOTO, 2017: Fig. 4) e no Poço Novo 1, Vidigueira (FIGUEIREDO e MATALOTO, 2017: Fig. 8), todas elas ocupadas durante um intervalo centrado no século VI a.n.e.. A estas peças podem ainda somar-se um exemplar da necrópole de Torre de Palma (LANGLEY *et al.*, 2008: Fig. 5) e possivelmente um outro, infelizmente mal conhecido, da necrópole da Herdade do Pêgo, Ourique (DIAS, BEIRÃO e COELHO, 1970: 187), cujas cronologias deverão ser comparáveis às dos exemplares antes mencionados.

A significativa concentração de peças englobáveis neste Grupo 3 no sul de Portugal merece além disso destaque por contrastar claramente com o panorama documentado na Baixa Andaluzia, área onde este modelo de fecho parece ter-se desenvolvido originalmente, mas onde as peças especificamente do Grupo 3 são minoritárias (MANCEBO DÁVALOS, 1996: 66), estando por exemplo ausente no recém estudado conjunto de La Angorrilla (FERRER ALBELDA e DE LA BANDERA ROMERO, 2014b). Pelo contrário, este panorama assemelha-se ao documentado na Extremadura, e nomeadamente na necrópole de Medellín (LÓPEZ AMBITE, 2008).

Este contraste sai ainda reforçado pela constatação da comparativa raridade no sul português das peças do Grupo 4. Este modelo, também representado no OSM por uma única peça correspondente ao elemento ativo de um fecho sem decoração (variante 4a) (FIG. 6, n.4), é com efeito maioritário nos conjuntos da Baixa Andaluzia (CHAVES TRISTÁN e DE LA BANDERA ROMERO, 1993: Cuadro I; MANCEBO DÁVALOS, 1996: 62-65; FERRER ALBELDA e DE LA BANDERA ROMERO, 2014b), ao passo que no sul português, e à parte do exemplar alcacereense, este grupo tipológico está representado unicamente na necrópole do Poço Novo 1 (FIGUEIREDO e MATALOTO, 2017: Fig. 8) e na de Palhais, Beja (SANTOS *et al.*, 2017: Fig. 10), exemplos funerários a que haveria que somar uma peça do Castelo de Castro Marim (PEREIRA, 2008: Est. II, n.22).

Embora os dados da necrópole de Medellín permitam entrever uma origem para este modelo de fecho ainda na segunda metade do século VII a.n.e. (LÓPEZ AMBITE, 2008: 516; v. tb. MANCEBO DÁVALOS, 1996: 66; TORRES ORTIZ, 2002: 209), os fechos do Grupo 4 têm vindo a ser tradicionalmente datados do século VI a.n.e. (CUADRADO e ASCENÇÃO, 1970: 513; CERDEÑO SERRANO, 1981: 54; CHAVES TRISTÁN e DE LA

BANDERA ROMERO, 1993: 154-155), cronologia que parece adequada para os exemplares portugueses antes citados. Esta datação indicaria, portanto, que os fechos dos Grupos 3 e 4 são *grosso modo* contemporâneos no sul de Portugal.

Todas as peças deste grupo parecem *a priori* corresponder a elementos ativos de fecho, não se tendo detetado as correspondentes peças passivas, o que impede uma leitura segura da forma como estes fechos seriam utilizados na indumentária funerária do OSM. Note-se ainda assim que W. Schüle, ao publicar parte dos materiais da necrópole, associa uma das peças aqui tratadas (FIG. 6, n. 4) a uma peça serpentina (FIG. 7. n. 14) (SCHÜLE, 1969: Taf. 108. n.3), elemento que habitualmente se associa aos fechos de cinturão “célticos” (v. *infra*), funcionando como elemento passivo dos mesmos. Contudo, e como o próprio autor alemão assinala, estas peças não dispõem de contexto conhecido e não foi possível identificar qualquer evidência de que as mesmas tenham sido utilizadas em conjunto.

Um segundo grupo de peças documentado no OSM integra-se na ‘família’ tipológica dos chamados fechos de cinturão “célticos” (sobre a origem destes fechos, v. JIMÉNEZ ÁVILA, 2004; GRAELLS e LORRIO, 2017) aqui representados por um total de dez exemplares. Dentro deste grupo, podem diferenciar-se dois modelos distintos: por um lado, haveria a mencionar a presença de dois fechos com chanfraduras laterais abertas (FIG. 6, nn.5-6), *grosso modo* assimiláveis ao Tipo Carabias de H. Parzinger e R. Sanz (1986: 172 e Abb. 1, n. 6) e mais concretamente enquadráveis nos tipos CV1a e CV1b/CV2 de M.^a L. Cerdeño Serrano (1978), equivalentes aos tipos B2C1 e B2C de A. Lorrio (1997: Fig. 89); seguindo um sistema de notação mais recente, estas peças podem ainda classificar-se como pertencentes aos tipos 1.2.1a.2.1.1.4a/5.B e 1.2.1b.2.1.2.4a/5.B de R. Graells e A. Lorrio (2017: 34).

M.^a L. Cerdeño Serrano (1978: 283) situou as peças deste tipo num intervalo cronológico entre os meados do século VI e os inícios do V a.n.e., cronologia que genericamente tem vindo a ser aceite pela investigação posterior. A documentação do OSM não contradiz necessariamente essa datação; no entanto, um exemplar exumado por A. Cavaleiro Paixão em associação com elementos de rodas de um carro e de peças de mobiliário na sua sepultura G10 (PAIXÃO, 1970: 85-87) deve considerar-se antigo dentro desta série, não devendo a sua datação avançar muito para além do limite cronológico superior antes

mencionado (meados do século VI a.n.e.) e podendo inclusivamente ser algo mais antigo, dado que em certa medida referenda a cronologia alternativa proposta por H. Parzinger e R. Sanz, que situam o seu Tipo Carabias na primeira metade do século VI a.n.e. (PARZINGER e SANZ, 1986: 172).

Por outro lado, o conjunto alcacerense engloba também peças com chanfraduras laterais fechadas, integráveis no Tipo Osma de H. Parzinger e R. Sanz (1986: 174). Documentou-se nomeadamente uma peça integrável no tipo DII2 de M.^a L. Cerdeño (1978), equivalente ao tipo B3A3 de A. Lorrio (1997: Fig. 89) (Fig. 7, n.13), e cinco exemplares claramente atribuíveis ao tipo DIII3 de Cerdeño (1978) ou B3B3 de Lorrio (1997: Fig. 89), a que poderá talvez somar-se um sexto exemplar, infelizmente muito incompleto, mas provavelmente integrável neste mesmo tipo (para a classificação destas peças de acordo com o sistema de notação de R. Graells e A. Lorrio [2017], v. Quadro 1) (FIG. 6, nn.7-12). A cronologia proposta para estas peças situa-se, também ela, entre os meados do século VI e os finais do V a.n.e. (CERDEÑO SERRANO, 1978; PARZINGER e SANZ, 1986: 174; TORRES ORTIZ, 2002: 212-213), como bem atestam os dados da necrópole de Medellín (LÓPEZ AMBITE, 2008: Fig. 632).

A estes exemplares haveria a somar uma décima peça que, apesar de corresponder seguramente a um fecho de tipo “céltico”, se encontra muito deteriorada, o que impossibilita a sua atribuição a um tipo concreto dentro desta ‘família’ tipológica. A este inventário haveria por fim que acrescentar também um conjunto de peças metálicas formando meandros correspondentes à parte passiva deste tipo de fechos (cf. Tipo EI de CERDEÑO SERRANO, 1978), estando contabilizados no OSM nove exemplares (FIG. 6, nn.14-18), dos quais apenas três se encontram claramente associados a peças ativas (FIG. 7, nn.5-8).

O conjunto de fechos de cinturão “célticos” do OSM apresenta algumas particularidades de nota que parece importante salientar neste contexto. Desde logo, merece menção a ausência de qualquer exemplar do chamado “Tipo Acebuchal” (PARZINGER e SANZ, 1986: 170-171) (Tipo CII de Cerdeño [1978] ou B1D1 de Lorrio [1997]), muito habitual nos contextos orientalizantes do sudoeste peninsular (cf. TORRES ORTIZ, 2002: 212; LÓPEZ AMBITE, 2008: 520-521; FERRER ALBELDA e DE LA BANDERA ROMERO, 2014b: 410-413) e também bem representado no sul português (FABIÃO, 1996: 45 e Fig. 2; ARRUDA *et al.*, 2017:

204-206; PEREIRA, 2018: Est. 136, n.12; cf. tb. ALMEIDA e FERREIRA, 1967; MATALOTO, 2010-2011: Fig. 8).

Em contrapartida, os exemplares dos tipos CV1a e CV1b/CV2 de Cerdeño Serrano (1978) do OSM não contam com paralelos regionais expressivos. Com efeito, e embora o modelo genérico em questão se encontre representado sobretudo no nordeste peninsular (CERDEÑO SERRANO, 1978: 285) e na área celtibérica da Meseta (LORRIO, 1997: Fig. 90; v. tb. PARZINGER e SANZ, 1986: Abb. 3), R. Graells e A. Lorrio, identificam a peça alcacerense como parte de uma série diferenciada, cujos únicos outros exemplares se encontram atribuídos ao povoado de Los Castillejos de Sanchorreja, em Ávila (GRAELLS e LORRIO, 2017: Fig. 21). Na opinião destes autores, a origem desta série deveria contudo buscar-se na Baixa Andaluzia, evocando nomeadamente uma peça da necrópole de La Joya, Huelva, que poderia constituir o protótipo das restantes peças citadas (GRAELLS e LORRIO, 2017: 61-62).

Já as peças dos tipos DII2 e, sobretudo, DIII3 da mesma autora (CERDEÑO SERRANO, 1978) encontram-se, elas sim, relativamente bem representadas no sul do atual território português, com exemplos documentados na própria área urbana de Alcácer do Sal, na Rua do Rato (ARRUDA *et al.*, 2021), nas necrópoles da Torre de Palma (LANGLEY *et al.*, 2008: Fig. 5, n. 6) e da Tera, Mora (MATALOTO, 2010-2011: Fig. 8) e, já no Baixo Tejo, em Freiria, Cascais (CARDOSO e ENCARNÇÃO, 2013: Fig. 11, n.5).

A distribuição espacial dos exemplares deste último tipo não deixa de chamar a atenção pelo seu carácter relativamente setentrional dentro da área em apreço, parecendo marcar um eixo de conexão preferencial entre o Baixo Sado e o Baixo Tejo, o Alentejo Central e a Extremadura espanhola, onde este tipo de fechos está também bem representado (LÓPEZ AMBITE, 2008: 521-523).

Finalmente, no OSM foram também recolhidas quatro peças pertencentes a três fechos de tipo dito “ibérico” (FIG. 7, nn.19-22), uma classe de artefactos relacionados com a indumentária muito comum nos âmbitos culturais ibérico e celtibérico, mas que, à parte de Alcácer do Sal, parece estar completamente ausente nos contextos pré-romanos do sudoeste peninsular (v. GRAELLS *et al.*, 2018: 30 e Fig. 16; cf. tb. CABRÉ, 1937; SORIA COMBADIERA e GARCÍA MARTÍNEZ, 1996: 44-60; LORRIO, 1997: 219).

Estas quatro peças procedem de um único contexto sepulcral, a Sepultura 9 de Vergílio Correia (CORREIA, 1972 [1925b]; CORREIA, 1972

[1927]: 173)². Nesta sepultura, datável da primeira metade do século IV a.n.e., exumaram-se portanto o que parecem ser dois fechos completos, o primeiro dos quais se pode integrar no Tipo C1B1 de A. Lorrio (1997: 217), apresentando uma característica decoração tauxiada a prata, que pode aproximar-se sem dificuldades dos padrões decorativos da 4ª Série de J. Cabré (1937: 10-13). O segundo fecho exumado nesta sepultura, cuja peça ativa se encontra infelizmente muito alterada, pode por seu turno classificar-se no Tipo C2A1 ou C3C1 de A. Lorrio (1997: 217); a peça passiva, mais bem preservada, ostenta uma decoração tauxiada próxima nos seus detalhes da 5ª Série de J. Cabré (1937: 14).

A presença – pontual, é certo – destes fechos de cinturão “ibéricos” no OSM não deixa de causar estranheza, constituindo um caso isolado no panorama regional atualmente conhecido. Naturalmente, é possível que esse facto resulte unicamente da escassez de dados disponíveis para o mundo funerário (e não só) da II Idade do Ferro no sul português (GOMES, 2019b), mas o certo é que o uso destas peças por parte da comunidade local – e especificamente da elite local, a julgar pela riqueza do espólio da anteriormente citada Sepultura 9 (CORREIA, 1972 [1925b]; 1972 [1927]: 173) – merece ser salientada.

Por outro lado, caberia assinalar que, apesar da escassez dos exemplos materiais exumados na necrópole, é possível que estes fechos, ou outros da mesma ‘família’ tipológica, tenham tido um impacto mais amplo na indumentária local, e particularmente na indumentária de elite, na medida em que um dos *ex votos* de bronze recuperados na envolvente do putativo santuário documentado nas escavações do Convento de Araceli, concretamente um exemplar figurando um guerreiro, parece ostentar um cinturão fixado com um fecho que, apesar de muito esquematicamente representado, poderia corresponder ao tipo em apreço (GOMES, 2008: 67).

Em todo o caso, a presença destes fechos na necrópole alcacerense deve ler-se à luz da presença de um conjunto de outros elementos de cariz “iberizante” igualmente documentados no OSM (GOMES, 2018) e que parecem evidenciar que, durante a segunda metade do século V e,

² Existe uma inconsistência na atribuição destas peças, que num artigo são atribuídas por Vergílio Correia à sua Sepultura 9 (CORREIA, 1925b: 191) e noutra, ao que parece, à Sepultura 8 (CORREIA, 1927: 173). Optou-se por seguir a numeração apresentada no primeiro artigo, por neste três das peças surgirem ilustradas, o que não deixa lugar a dúvidas quanto à sua identificação.

sobretudo, a primeira metade do IV a.n.e., a comunidade local ampliou a sua tradicional rede de contactos e relações com o sul da península Ibérica, estabelecendo conexões também com a área cultural ibérica do sudeste e levante peninsular. A presença destes fechos – mas também, em certa medida, a abundância e diversidade das fíbulas anulares hispânicas antes comentadas – parece sugerir que esse novo eixo de contactos e interações teve também expressão ao nível da indumentária, e dos códigos sociais de representação que a mesma materializa e que poderíamos qualificar como “moda”.

2.4. Os botões do OSM

Embora a sua associação com elementos de indumentária não seja totalmente clara, caberia ainda citar neste âmbito um pequeno conjunto de três peças exumadas no OSM que poderiam, com as devidas reservas, interpretar-se como botões (FIG. 8). Todas estas peças correspondem a um mesmo modelo, apresentando um corpo em disco com uma aba pendente, configurando uma secção *grosso modo* trapezoidal; no seu anverso apresentam o que parece ser um elemento de fixação em arco abatido ou de tendência ligeiramente trapezoidal.

Estes elementos poderão ter correspondido a peças de fixação e/ou decoração de vestimentas, embora não sejam de excluir outras opções, como um uso, prático ou decorativo, noutra tipo de elementos, nomeadamente em cinturões, bainhas destinadas a peças de armamento, arreios de cavalo, ou mesmo peças de mobiliário. Ainda assim, parece útil citar estes elementos como uma achega para um estudo dos botões de bronze da Idade do Ferro do sul português (v., p. ex., JIMÉNEZ ÁVILA e ANTUNES, 2019: 139-149), que se encontra ainda num estado muito incipiente por comparação, por exemplo, com o dos botões/ apliques discoides de ouro da mesma época (v. VILAÇA e ARMBRUSTER, 2012; VILAÇA *et al.*, 2015; ARRUDA, VILAÇA e GOMES, 2022).

2.5. Comentário de conjunto aos complementos de indumentária do OSM

Em face do panorama exposto nas páginas precedentes, parece possível afirmar que, durante a Idade do Ferro, a evolução da indu-

mentária da comunidade local de Alcácer do Sal (FIGS. 9 e 10) – e, em particular, a sua indumentária funerária, que poderá de alguma forma corresponder a uma versão sublimada da indumentária do quotidiano – constituiu um reflexo claro da sua evolução sociopolítica e, sobretudo, da geografia cambiante das suas relações e afinidades sociais, políticas, económicas e culturais com outras áreas peninsulares.

Com efeito, parece evidente que essa comunidade adotou de forma periódica ao longo do I milénio a.n.e. determinados códigos de representação sociocultural expressos através da indumentária, que poderíamos talvez designar como “modas” no sentido sociológico e antropológico do termo. No entanto, parece igualmente claro que essa adoção não constituiu um processo linear nem automático, tendo pelo contrário implicado uma adaptação mediada por fatores sociais, políticos, culturais, e até de gosto, que podem nalguns casos entrever-se, mas nem sempre restituir-se de forma satisfatória.

Assim, por exemplo, durante as fases iniciais da necrópole assiste-se ao que poderia ser uma relativa continuidade com as pautas de ostentação de uma indumentária de prestígio herdadas do período precedente, materializadas na presença de um pequeno conjunto de peças de origem ou, pelo menos, de inspiração mediterrânea (fíbulas dos Tipos Ponte 1, 4 e 5). No entanto, e se é certo que essa continuidade ao nível da linguagem de prestígio, estatuto e poder é perfeitamente compatível com o panorama geral observado no OSM para estes momentos (cf. GOMES, 2020: 1115-1116), a cronologia geralmente recuada das peças dos modelos citados dificulta o correto enquadramento dos exemplares alcacerenses, que devem neste âmbito ser interpretados com as devidas reservas.

Em contrapartida, e em paralelo com a consolidação da formação sociopolítica da Idade do Ferro em Alcácer do Sal e com a sua plena integração na *koiné* “orientalizante” do sudoeste peninsular, assiste-se à introdução de determinados modelos de complementos de indumentária – e certamente, com estes, de certos elementos e estilos de vestimenta – compartilhados à escala do sudoeste peninsular. É certamente o caso das fíbulas de dupla mola (Ponte 3) e, sobretudo, do pequeno conjunto de fíbulas de tipo “Acebuchal” (Ponte 9), dos fechos de cinturão “tartéssicos” e de alguns dos modelos de fechos de cinturão “célticos”.

Apesar disso, e como houve oportunidade de notar, o repertório dos complementos metálicos de indumentária desta fase no OSM,

quando visto à luz do seu contexto regional, apresenta também notórios particularismos que parecem refletir as especificidades do processo histórico local.

Assim, e por exemplo, a escassez de fíbulas integráveis nos modelos “clássicos” da I Idade do Ferro do sudoeste peninsular poderia explicar-se, como já foi mencionado, por um progressivo desinvestimento no cenário da morte como consequência da consolidação de outras arenas de encenação do estatuto, do poder e da identidade, que explicaria também a apesar de tudo reduzida representatividade dos fechos de cinturão “tartéssicos” e a ausência dos modelos mais antigos de fechos de cinturão “célticos”, nomeadamente os de Tipo “Acebuchal”.

Por outro lado, a tipologia específica dos fechos de cinturão – quer os de tipo “tartéssico” quer, sobretudo, os de tipo céltico – parecem apontar para uma indumentária compartida essencialmente ao nível das periferias (no sentido geográfico) da já citada *koiné* “orientalizante”, diferenciando-se, pelo menos nalguns aspetos de detalhe, dos tipos dominantes na área nuclear da Baixa Andaluzia.

Esta dinâmica poderia resultar de dois fatores distintos, mas potencialmente complementares: por um lado, um processo ativo de adaptação de modelos forâneos no contexto de centros artesanais locais / regionais situados nestas regiões; por outro, um potencial arraigamento dos gostos e modos de vestir “orientalizantes” nesta região que lhes permite sobreviver no tempo (mesmo que por um período comparativamente curto) para lá da chamada “crise do século VI a.n.e.”, que, na Baixa Andaluzia, ditou uma profunda reestruturação não apenas socio-política mas também cultural.

Em todo o caso, a abertura da comunidade local às formas de vestir em voga num âmbito regional alargado parece também bem atestada nas fases finais da I Idade do Ferro e na transição para a II Idade do Ferro, como bem atesta a presença de um conjunto nutrido de fíbulas anulares hispânicas integráveis em modelos potencialmente antigos (especialmente dos Tipos Ponte 13, 14, 15 e 17). É aliás notória a adesão da comunidade local a este novo tipo de complemento de indumentária, que proliferará de forma expressiva durante a II Idade do Ferro, deixando mesmo pouco ou nenhum espaço a outros modelos introduzidos durante as etapas finais desse período, ao contrário do sucedido noutras áreas do Sul português (cf. *supra*).

Caberia questionar-se se esta popularidade e arraigamento das fíbulas anulares hispânicas poderá de alguma forma relacionar-se – ou,

pelo menos, reforçar-se – com o estabelecimento de laços entre a comunidade alcacerense e os grupos ibéricos do sudeste e levante peninsular, junto dos quais este modelo de fibula conheceu uma inegável popularidade e desenvolvimento (cf. CUADRADO, 1957; SÁNZ GAMO, LÓPEZ PRECIOSO e SORIA COMBADIERA, 1992: 99-208; PONTE, 2006: 156-218). Esta ideia parece compatível, entre outros elementos (cf. GOMES, 2018), com a presença dos fechos de cinturão “ibéricos” antes comentados, que constituem uma clara peculiaridade do OSM sem quaisquer paralelos regionais.

No entanto, parece importante assinalar que, a ter existido, esta influência ibérica ou “iberizante” na indumentária local terá sido muito restrita no tempo. Com efeito, a presença de fechos de cinturão “ibéricos” reveste-se, como se viu, de um carácter pontual, ao passo que a ausência quase total de fíbulas com esquemas de La Tène I, muito bem representadas nos ambientes culturais ibéricos (v., p. ex., SÁNZ GAMO, LÓPEZ PRECIOSO e SORIA COMBADIERA, 1992: 209-334), sugere que essa influência não se terá estendido até aos momentos finais da Idade do Ferro, ou, como alternativa, que foi contrariada pelo arraigamento local de outros modelos e das formas de vestir que se lhes associam.

Por último, não pode deixar de se assinalar que a limitada informação contextual disponível para o material do OSM, somado à total ausência de estudos bioantropológicos, não permite no estado atual dos nossos conhecimentos desenvolver análises concretas sobre o perfil específico dos portadores de cada um dos tipos de complementos de vestimenta antes analisados. Ainda assim, e a título comparativo, parece legítimo elencar aqui alguns dados recolhidos noutros sítios do sudoeste peninsular que, com as devidas reservas, poderiam permitir uma aproximação a esse perfil.

Deste modo, poderia começar por dizer-se que a proliferação de estudos bioantropológicos sobre necrópoles da I Idade do Ferro deste âmbito regional alargado permite entrever a existência de indumentárias diferenciadas por sexos com complementos metálicos próprios, ainda que existam variações e flutuações que não permitem qualquer tipo de extrapolação automática.

Assim, por exemplo, tem-se vindo a confirmar nos últimos anos uma associação tendencial dos fechos de cinturão “célticos” a indivíduos do sexo masculino e, inversamente, dos fechos de cinturão “tartésicos” a indivíduos do sexo feminino (por exemplo, em La Angorrilla [FERRER ALBELDA e DE LA BANDERA ROMERO, 2014b: Tabla 1], na

Vinha das Calças 4 [ARRUDA *et al.*, 2017: Tabela 1] ou na própria necrópole de Medellín [LÓPEZ AMBITE, 2008: Fig. 632]). Infelizmente, não contamos com elementos para aferir se esta tendência é ou não extensível ao caso do OSM, embora a presença de um fecho “céltico” na Sepultura G10 de A. Cavaleiro Paixão (1970: 85-87), que continha outros elementos frequentemente associados a indivíduos masculinos, incluindo restos de um carro e de um ou mais elemento(s) de mobiliário, poderia apontar nesse sentido.

Por outro lado, não deve esquecer-se que nos últimos anos surgiram certas evidências de que alguns dos elementos aqui discutidos – e particularmente os fechos de cinturão “tartéssicos” – poderão em certos casos ter-se incorporado nos inventários das sepulturas não como complementos de indumentária, mas como elementos de fecho de mortalhas ou sudários que envolviam o defunto (cf. LÓPEZ FLORES, 2014: 569; FERNÁNDEZ FLORES *et al.*, 2014: 284).

Por razões óbvias, um uso desse tipo é substancialmente mais difícil de documentar em contextos onde a cremação constituiu o modo dominante de tratamento do cadáver, e não existe de momento qualquer evidência positiva do uso de envoltórios no OSM. No entanto, parece importante reter este dado, que permite abrir o espectro da interpretação do material procedente desta necrópole a outras hipóteses funcionais.

Já em relação às fíbulas, aprecia-se igualmente durante estas etapas iniciais da Idade do Ferro uma repartição preferencial em função do sexo dos defuntos, embora porventura menos marcada do que no caso dos fechos. Ainda assim, e consideradas na sua globalidade, as fíbulas das necrópoles de recintos da região de Beja (e.g. ARRUDA *et al.*, 2017; FIGUEIREDO e MATALOTO, 2017; SANTOS *et al.*, 2017; SOARES *et al.*, 2017; VALÉRIO *et al.*, 2021), de La Angorrilla (FERRER ALBELDA e DE LA BANDERA ROMERO, 2017), ou mesmo, em menor medida, de Medellín (TORRES ORTIZ, 2008), associam-se preferencialmente a indivíduos do sexo masculino; não faltam contudo exemplos – sempre minoritários, é certo – da associação de fíbulas a indivíduos do sexo feminino, sobretudo no último dos conjuntos funerários citados.

Por outro lado, e embora mais ténues do que no caso antes comentado dos fechos “tartéssicos”, existem também evidências do potencial uso de fíbulas como fechos de sudários ou mortalhas (FIGUEIREDO e MATALOTO, 2017: 387) e não propriamente como complementos de vestimenta, que caberia no futuro confrontar com novas evidências e novas intervenções.

Infelizmente, não contamos de momento com evidências do mesmo género para contextos regionais posteriores aos inícios do século V a.n.e. que nos permitam qualquer tipo de aproximação informada à evolução diacrónica destas associações de género dos complementos aqui discutidos ao longo da II Idade do Ferro, continuando a devida interpretação da(s) identidade(s) dos seus portadores a constituir um assunto pendente e bem merecedor de futura atenção por parte da investigação.

De qualquer modo, estas evidências externas não podem em nenhum caso extrapolar-se de forma automática para o material da necrópole alcacerense, mas permitem pelo menos entrever alguns dos possíveis fatores subjacentes ao uso das fíbulae e dos fechos aqui analisados que, à falta de uma documentação de campo e de estudos bioantropológicos detalhados, nos escapam. No entanto, e quando cruzados com os dados sobre o perfil específico dos complementos de indumentária procedentes do OSM e com a geografia dos seus paralelos, estes dados permitem vislumbrar as distintas vertentes de informação a que se pode aceder através de um estudo integrado deste tipo de materiais.

3. O presente e o futuro do estudo da indumentária na Idade do Ferro do sul de Portugal: algumas considerações finais

Apesar das muitas dificuldades que se foram apontando, o estudo dos complementos de indumentária do OSM permite ilustrar o potencial de uma leitura integrada, combinando a seriação dos materiais em si mesmos, a sua contextualização na sequência histórica do sítio e uma abordagem comparativa mais abrangente, à escala regional. Se é certo que essa leitura não permite superar todas as incógnitas que persistem em torno da composição, do significado e da evolução da indumentária ao longo da Idade do Ferro, parece no mínimo aceitável afirmar que demonstra como mesmo materiais com coordenadas contextuais limitadas podem ainda ser explorados como fontes de informação significativas.

No entanto, o presente contributo não tem a pretensão de esgotar todas as potenciais vias de análise disponíveis para uma reconsideração deste tipo de materiais e, sobretudo, para aprofundar a compreensão da configuração da vestimenta da Idade do Ferro e dos fatores que condicionaram a sua variação, tanto sincrónica como diacrónica.

Entre as várias linhas de análise que permanecem virtualmente por explorar incluem-se, entre outras, as abordagens experimentais (v. DAVIDSON, 2019). No caso das fíbulas, por exemplo, seria teoricamente possível utilizar reproduções fiéis à configuração e mecânica das peças originais para aferir da sua adaptabilidade e da sua usabilidade com têxteis de diferentes naturezas, espessuras e qualidades e com vestimentas de distinta configuração e complexidade, comparando os resultados obtidos com os padrões morfométricos dos exemplares exumados em contextos arqueológicos e com as marcas de uso / quebra patentes nalguns deles.

Outros fatores frequentemente obviados no estudo da indumentária deste período, como a sazonalidade e, de uma forma mais geral, as condições climáticas das diversas sub-regiões que compõem o sudoeste peninsular, permanecerão sem dúvida mais difíceis de abordar, mas futuros estudos mais detalhados e ambiciosos dedicados a este tema poderão também encontrar elementos de interesse nos dados paleoambientais que vão apesar de tudo começando a estar disponíveis para o I milénio a.n.e. (TORRES-MARTÍNEZ, 2014).

Nos casos de determinados conjuntos funerários em que foi possível determinar que a implantação das sepulturas seguiu de forma mais ou menos evidente determinadas orientações astronómicas, e concretamente solares (v., p. ex., ESTEBÁN LÓPEZ, 2014), a dispersão dessas orientações em função da posição do sol ao longo do ano poderia também permitir estabelecer uma aproximação a eventuais variações sazonais na composição da indumentária, embora aqui as diferenças de ordem ideológica entre a vestimenta funerária e a do quotidiano possam tender a encobrir esses fatores de índole mais pragmática.

Por outro lado, e como houve já oportunidade de comentar acima, a recolha de novos dados em contextos bem documentados e estudados abre toda uma série de novas perspetivas para um estudo comparativo como aquele que aqui se procurou desenvolver. Com efeito, e se é certo que nunca será possível extrapolar com segurança os padrões que venham a emergir desses novos dados, as tendências que através deles se possam vislumbrar constituirão sem dúvida indicações importantes para a análise daquele material cujo contexto é, infelizmente, irrecuperável.

Há, assim, diversas frentes de trabalho abertas à investigação futura sobre a indumentária na Idade do Ferro do sul de Portugal, todas elas no mínimo promissoras. Parece por isso credível que o incremento

dos dados disponíveis, resultante de novos trabalhos de campo com metodologias de registo cada vez mais apuradas, somado à reconsideração de conjuntos mais ou menos antigos desde perspetivas inovadoras, venha a permitir avanços importantes sobre este tema num futuro que se deseja próximo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da Ação COST *EuroWeb – Europe through Textiles* (CA19131), financiado pela COST – European Cooperation in Science and Technology.

BIBLIOGRAFIA

- ALFARO GINER, Carmen (1983) – Fragmentos textiles del sarcófago antropomorfo femenino de Cádiz, in *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*, Madrid, pp. 281-289.
- ALFARO GINER, Carmen (1984) – *Tejido y Cestería en la Península Ibérica desde la Prehistoria hasta la Romanización*, Madrid.
- ALFARO GINER, Carmen (2007) – A study of Textile Remains from the Necropolis in Angorrilla, Alcalá del Río, Seville, Spain, *Archaeological Textiles Newsletter*, 45, pp. 2-7.
- ALFARO GINER, Carmen (2012) – Spain, in GLEBA, Margarita; MANNERING, Ulla, eds. – *Textiles and Textile Production in Europe from Prehistory to AD 400*, Oxford, pp. 334-348.
- ALFARO GINER, Carmen (2014) – Estudio de los restos textiles de la Angorrilla, in FERNÁNDEZ FLORES, Álvaro; RODRÍGUEZ AZOGUE, Araceli; CASADO ARIZA, Manuel; PRADOS PÉREZ, Eduardo, coords. – *La necrópolis de época tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*, Sevilla, pp. 639-644.
- ALFARO GINER, Carmen; TÉBAR MEGÍAS, Estibalíz (2007) – Phoenician Textiles of Carmona (Seville) in the Hispanic Society Collection (New York), in RAST-EICHER, Antoinette; WINDLER, Renata, eds. – *Archäologische Textilfunde – Archaeological Textiles*, Ennenda, pp. 65-70.
- ALMEIDA, Fernando d'; FERREIRA, Octávio da Veiga (1967) – Fechos e placas de cinturão, hallstáticos, encontrados em Portugal, *O Archeologo Português*, S.3:1, pp. 81-95.
- ARNAUD, José Morais (1979) – Corôa do Frade. Fortificação do Bronze final dos arredores de Évora. Escavações de 1971-1972, *Madridrer Mitteilungen*, 20, pp. 56-100.

- ARRUDA, Ana Margarida (2008) – Estranhos numa terra (quase) estranha: os contactos pré-coloniais no Sul do território actualmente português, in CELESTINO, Sebastián; RAFEL, Núria; ARMADA, Xosé-Lois, eds. – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.). La precolonización a debate*, Madrid, pp. 355-370.
- ARRUDA, Ana Margarida; BARBOSA, Rui; GOMES, Francisco B.; SOUSA, Elisa de (2017) – A necrópole da Vinha das Calças (Beja, Portugal), in JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, coord. – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*, Mérida, pp. 187-225.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. de; FERREIRA, M.; LOURENÇO, P.; CARVALHO, A. (2021) – *El Orientalizante en Portugal. Nuevos datos de Alcácer do Sal*, Barcelona.
- ARRUDA, A. M.; VILAÇA, R.; GOMES, F. B. (2022) – Ornamentos de vestuario orientalizantes en Portugal: una panorámica de la situación actual, in GRAELLS, R.; CAMACHO, P.; LORRIO, A., coords. – *Ornamentos y elementos del vestuario en el arco litoral mediterráneo-atlántico de la Península Ibérica durante la Edad del Hierro (ss. X-V a.C.): Tendencias actuales de investigación*, Alicante, pp. 83-118.
- BARROS, P. (1998) – *Introdução à Pré e Proto História de Almada*, Almada.
- BEIRÃO, Caetano de Mello; SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações, *O Arqueólogo Português*, S.IV:3, pp. 45-135.
- BERROCAL-RANGEL, Luís (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste peninsular*, Madrid.
- BERROCAL-RANGEL, Luís; SILVA, António Carlos (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*, Lisboa.
- BRITO, Maria Antónia de Ascensão e (1968) – *Contributo para a classificação de alguns achados de Alcácer do Sal (Época Pré-Romana)*. Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Inédita.
- CABRÉ, Juan (1937) – Decoraciones hispánicas. II. Broches de cinturón de bronce damasquinados con oro y plata, *Archivo Español de Arqueología*, 13:38, pp. 93-126.
- CARDOSO, Guilherme; ENCARNÇÃO, José de (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais, *Cira-Arqueologia*, II, pp. 133-180.
- CARDOSO, João Luís (2004) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*, Oeiras.
- CELESTINO PÉREZ, Sebastián; ZULUETA DE LA IGLESIA, Paloma de (2003) – Los Bronces de Cancho Roano, in CELESTINO PÉREZ, Sebastián, ed. – *Cancho Roano IX. Los Materiales Arqueológicos II*, Badajoz, pp. 9-123.
- CERDEÑO SERRANO, María Luisa (1978) – Los broches de cinturón peninsulares de tipo céltico, *Trabajos de Prehistoria*, 35, pp. 279-307.
- CERDEÑO SERRANO, María Luisa (1981) – Los broches de cinturón tartésicos, *Huelva Arqueológica*, 5, pp. 31-56.
- CHAVES TRISTÁN, Francisca; DE LA BANDERA ROMERO, María Luisa (1993) – Los broches de cinturón llamados tartesios. Nuevas aportaciones, in MANGAS, Julio; ALVAR, Jaime, eds. – *Homenaje a José María Blázquez, Vol. II*, Madrid, pp. 139-165.

- CORREIA, Vergílio (1972 [1925a]) – Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal, in *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*, Coimbra, pp. 151-168.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1925b]) – Fechos de cinturão da Necrópole de Alcácer do Sal, in *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*, Coimbra, pp. 187-195.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1927]) – Escavações realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927, in *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*, Coimbra, pp. 169-179.
- CORREIA, Vergílio (1972 [1930]) – As fibulas da Necrópole de Alcácer do Sal, in *Obras. Volume IV, Estudos Arqueológicos*, Coimbra, pp. 181-186.
- COSME, Susana Rodrigues (2014) – Um habitat em fossas da Idade do Ferro em Casa Branca 11, na freguesia de Santa Maria, concelho de Serpa, in SILVA, António Carlos; REGALA, Frederico Tatá; MARTINHO, Miguel, coords. – *Actas do 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*, Beja, pp. 119-124.
- CUADRADO, Emeterio (1957) – La fibula anular hispánica y sus problemas, *Zephyrus*, 8, pp. 5-76.
- CUADRADO, Emeterio; ASCENSÃO, Maria Antónia de (1970) – Broches tartésicos de cinturón de “doble gancho”, in *XI Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, pp. 494-514.
- DAVIDSON, H. (2019) – The Embodied Turn: Making and Remaking Dress as an Academic Practice, *Fashion Theory*, 3, pp. 329-362. DOI: <https://doi.org/10.1080/01362704X.2019.1603859>.
- DIAS, Maria Manuela Alves; BEIRÃO, Caetano de Mello; COELHO, Luís (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique. (Notícia preliminar), *O Arqueólogo Português*, S.3:4, pp. 175-219.
- DIAS, Maria Manuela Alves; COELHO, Luís (1972) – Notável lápide proto-histórica da Herdade da Abóboda – Almodôvar (Primeira notícia), *O Arqueólogo Português*, 3ª S.:5, pp. 181-190.
- DUVAL, Alain; ELUÈRE, Christiane; MOHEN, Jean-Pierre (1974) – Les fibules antérieures au VIe siècle avant nôtre ère, trouvées en France, *Gallia*, 1, pp. 1-61. DOI: <https://doi.org/10.3406/galia.1974.2652>
- ELES MASI, Patrizia von (1986) – *Le fibule dell'Italia settentrionale*, Munique.
- ESTEBÁN López, César (2014) – Orientación de las tumbas y astronomía en la necrópolis de la Angorrilla, in FERNÁNDEZ FLORES, Álvaro; RODRÍGUEZ AZOGUE, Araceli; CASADO ARIZA, Manuel; PRADOS PÉREZ, Eduardo, coords. – *La necrópolis de época tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*, Sevilla, pp. 639-644.
- ESTRELA, S.; COSTEIRA, C.; ALVES, C.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2010) – Torre Velha 3 – um novo ponto no mapa da Idade do Ferro do Sudoeste, in *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste*, Almodôvar, pp. 235-268.
- FABIÃO, Carlos (1996) – O Povoado Fortificado da Cabeça de Vaimonte (Monforte), *A Cidade*, 11, pp. 35-84.
- FERNÁNDEZ FLORES, Álvaro; PRADOS PÉREZ, Eduardo; RODRÍGUEZ AZOGUE, Araceli (2014) – El cementerio de época tartésica. Aspectos rituales, in FERNÁNDEZ

- FLORES, Álvaro; RODRÍGUEZ AZOGUE, Araceli; CASADO ARIZA, Manuel; PRADOS PÉREZ, Eduardo, coords. – *La necrópolis de época tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*, Sevilha, pp. 251-320.
- FERRER ALBELDA, Eduardo; DE LA BANDERA ROMERO, María Luisa (2014a) – Las fibulas, in FERNÁNDEZ FLORES, Álvaro; RODRÍGUEZ AZOGUE, Araceli; CASADO ARIZA, Manuel; PRADOS PÉREZ, Eduardo, coords. – *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*, Sevilha, pp. 393-402.
- FERRER ALBELDA, Eduardo; DE LA BANDERA ROMERO, María Luisa (2014b) – Los broches de cinturón, in FERNÁNDEZ FLORES, Álvaro; RODRÍGUEZ AZOGUE, Araceli; CASADO ARIZA, Manuel; PRADOS PÉREZ, Eduardo, coords. – *La Necrópolis de Época Tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*, Sevilha, pp. 402-428.
- FIGUEIREDO, Margarida; MATALOTO, Rui (2017) – Necrópoles rurais sidéricas do Baixo Alentejo setentrional: sociedade e mundo funerário nos Barros de Beja, in JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, coord. – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*, Mérida, pp. 353-398.
- GOMÁ RODRÍGUEZ, Juan Luís (2019) – Origin and sequence of the earliest fibulae in the Iberian Peninsula, *CuPAUAM*, 45, pp. 69-112. DOI: <http://doi.org/10.15366/cupauam2019.45.004>.
- GOMES, Esmeralda (2008) – *Os ex-votos proto-históricos do Castelo de Alcácer do Sal*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- GOMES, Francisco B. (2016) – *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/25042>.
- GOMES, Francisco B. (2016-2017) – A evolução dos rituais funerários da Idade do Ferro no Ocidente Peninsular: uma nova proposta de faseamento para a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), *O Arqueólogo Português*, S.V:6/7, pp. 15-57.
- GOMES, Francisco B. (2017) – Novos dados sobre a ocupação de Época Romana Republicana da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): o espólio metálico, in ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea, eds. – *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*, Lisboa, pp. 1137-1148.
- GOMES, Francisco B. (2018) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer Do Sal, Portugal) during the Late Iron Age: New social, political and cultural insights, *Zephyrus*, LXXXI, pp. 117-139. DOI: <https://doi.org/10.14201/zephyrus201881117139>.
- GOMES, Francisco B. (2019a) – Early Iron Age terracottas from Southern Portugal: Towards the definition of a regional coroplastic tradition, *Les Carnets de l'ACoSt*, 19, s/p. DOI: <https://doi.org/10.4000/acost.1729>.
- GOMES, Francisco B. (2019b) – El mundo funerario prerromano en el sur de Portugal (siglos V/IV – II a. n. e.): (pocos) datos y (algunos) problemas,

Archivo Español de Arqueología, 93, pp. 43-62. DOI: <https://doi.org/10.3989/aespa.092.019.002>.

- GOMES, Francisco B. (2020) – New perspectives on the Early Iron Age necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal), in CELESTINO PÉREZ, S.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E., eds. – *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterráneo. Actas del IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Mérida, pp. 1111-1122.
- GOMES, Francisco B.; ALVES, Catarina (2017) – The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal): the Roman Republican material, *SPAL*, 26, pp. 87-111. DOI: <https://doi.org/10.12795/spal.2017i26.04>.
- GOMES, Mário Varela (1983) – El “smiting god” de Azougada (Moura), *Trabajos de Prehistoria*, 40:1, pp. 199-200.
- GRAELLS, Raimon (2014) – Problemas de cultura material. Las fíbulas itálicas de la Primera Edad del Hierro en el Golfo de León Occidental, *Madriditer Mitteilungen*, 55, pp. 212-315.
- GRAELLS, Raimon; LORRIO, Alberto (2017) – *Problemas de cultura material: Broches de cinturón decorados a molde de la Península Ibérica (s. VII-VI A.C.)*, Alicante.
- GRAELLS, Raimon; LORRIO, Alberto; CAMACHO, Pablo (2018) – *La colección de objetos protohistóricos de la Península Ibérica. I. Broches de Cinturón, Placas y Fíbulas*, Mainz.
- GUERRA, Amílcar (2017) – Epigrafía e imagem nas estelas epigrafadas do Sudoeste, *Palaeohispanica*, 17, pp. 95-113.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2002) – *La toréutica orientalizante en la Península Ibérica*, Madrid.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2004) – Las sandalias de Apolo. Sobre el origen griego de los cinturones «célticos», *Archivo Español de Arqueología*, 76, pp. 31-46.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (coord.) (2017) – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*, Mérida.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ANTUNES, A. S. (2019) – Los broncees del “Conjunto sepulcral de Guerreiro” en el Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa): En torno al Período Postorientalizante en el Sur de Portugal, *CuPAUAM*, 45, pp. 113-178. DOI: <https://doi.org/10.15366/cupauam2019.45.005>.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier; MATALOTO, Rui; CALADO, Manuel; GONÇALVES, Luís (2017) – Lapa da Cova (Sesimbra): a coastal sanctuary on the western boarder of the Mediterranean, in GUIRGUIS, Michele, ed. – *From the Mediterranean to the Atlantic: people, goods and ideas between East and West. II. 8th International Congress of Phoenician and Punic Studies*, Pisa/ Roma, pp. 309-316.
- LANGLEY, Maia; MATALOTO, Rui; BOAVENTURA, Rui (2008) – A necrópole sidérica de Torre de Palma (Monforte, Portugal), in JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, coord. – *Sidereum Ana I. El Río Guadiana en Época Post-Orientalizante*, Madrid, pp. 283-303.
- LÓPEZ AMBITE, Fernando (2008) – Broches de cinturón, in ALMAGRO-GORBEA, Martín, dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*, Madrid, pp. 514-528.

- LÓPEZ FLORES, Inmaculada (2014) – Estudio antropológico de la necrópolis de la Angorrilla, in FERNÁNDEZ FLORES, Álvaro; RODRÍGUEZ AZOGUE, Araceli; CASADO ARIZA, Manuel; PRADOS PÉREZ, Eduardo, coords. – *La necrópolis de época tartésica de La Angorrilla, Alcalá del Río, Sevilla*, Sevilla, pp. 557-604.
- LORRIO, Alberto (1997) – *Los Celtiberos*, Madrid.
- LUVAAS, Brent; EICHER, Joanne B., eds. (2019) – *The Anthropology of Dress and Fashion. A Reader*, Londres.
- MANCEBO DÁVALOS, Julián (1996) – El yacimiento orientalizante de Alhorín I (Sevilla): estado actual de la investigación sobre los broches de cinturón tartésicos, *Antiquitas*, 7, pp. 53-68.
- MARÍN-AGUILERA, Beatriz; RODRÍGUEZ-GONZÁLEZ, Esther; CELESTINO, Sebastián; GLEBA, Margarita (2017) – Dressing the sacrifice: textiles, textile production and the sacrificial economy at Casas del Turuñuelo in fifth-century BC Iberia, *Antiquity*, 93(370), pp. 933-953. DOI: <https://doi.org/10.15184/aqy.2019.42>.
- MARQUES, Gustavo; ANDRADE, Gil Miguéis de (1974) – Aspectos da proto-história do território português. 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro), in *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 124-148.
- MATALOTO, Rui (2010-2011) – Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano nos séculos VI-V aC, *Arqueologia e História*, 60-61, pp. 77-100.
- MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares da (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*, Paris.
- MIGUEL, Lúcia; ARRUDA, Ana Margarida; ALBUQUERQUE, Pedro (no prelo) – A necrópole de Lobeira da Figueira (Beja, Portugal), in ALBUQUERQUE, Pedro; SÁEZ ROMERO, António; GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco José, eds. – *Eternidades Compartidas: el mundo funerario a occidente de las Columnas de Melqart*, Sevilla.
- MIGUEZ, João (2010) – *As fíbulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos: o caso das Mesas do Castelinho*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- PAIXÃO, António Cavaleiro (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- PAIXÃO, António Cavaleiro (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal, *O Arqueólogo Português*, S. 4:1, pp. 273-286.
- PAIXÃO, António Cavaleiro (2014) – A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, pp. 429-460.
- PARZINGER, Hermann; SANZ, Rosa (1986) – Zum ostmediterranean Ursprung einer Gürtelhakenform der Iberischen Halbinsel, *Madridier Mitteilungen*, 27, pp. 169-195.

- PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa de (2019) – Os artefactos metálicos da Idade do Ferro de Monte Molião (Lagos, Portugal), *Lucentum*, 38, pp. 77-88. DOI: <http://dx.doi.org/10.14198/LVCENTVM2019.38.03>.
- PEREIRA, Teresa Rita (2008) – *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita.
- PEREIRA, Teresa Rita (2018) – *O papel do exército no processo de romanização: a cabeça de Vaia Monte (Monforte) como estudo de caso*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Inédita.
- PONTE, Salete da (1984) – Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré), *Conimbriga*, 23, pp. 87-95.
- PONTE, Salete da (1985) – Algumas fíbulas de Alcácer do Sal, *O Arqueólogo Português*, S. IV:3, pp. 137-154.
- PONTE, Salete da (1986a) – Uma fibula de Mondim da Beira, *Beira Alta*, 45:1-2, pp. 70-71.
- PONTE, Salete da (1986b) – Valor residual de seis fíbulas da região de Beja – dimensão arqueológica e significado sócio-cultural, *Arquivo de Beja*, 2ª S.:3, pp. 75-87.
- PONTE, Salete da (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*, Coimbra.
- RUIZ DELGADO, Manuel María (1989) – *Fíbulas Protohistóricas en el Sur de la península Ibérica*, Sevilha.
- SANTOS, Filipe; ANTUNES, Ana Sofia; DEUS, Manuela de; GRILO, Carolina (2017) – A necrópole de Palhais (Beringel, Beja), in JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, coord. – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*, Mérida, pp. 227-262.
- SÁNZ GAMO, Rubi; LÓPEZ PRECIOSO, Javier; SORIA COMBADIERA, Lucía (1992) – *Las fíbulas de la Provincia de Albacete*, Albacete.
- SCHÜLE, Wilhelm (1969) – *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel: Mediterrane und eurasische Elemente in früheisenzeitlichen Kulturen Südwesteuropas*, Berlim.
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos de (2010) – “Um mundo entre mundos”. O grupo Baiões / Santa Luzia, sociedade, metalurgia e relações inter-regionais, *Iberografias*, 6, pp. 13-26.
- SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; BEIRÃO, Caetano de Mello; DIAS, Luísa Ferrer; COELHO-SOARES, Antónia (1980-1981) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979), *Setúbal Arqueológica*, 6-7, pp. 149-218.
- SOARES, António Manuel Monge; RIBEIRO, Maria Isabel M.; OLIVEIRA, Maria José; BAPTISTA, Lídia; ESTEVES, Lília; VALÉRIO, Pedro (2018) – Têxteis arqueológicos pré-históricos do território português identificação, análise e datação, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21, pp. 71-82.
- SOARES, Rui Monge; BAPTISTA, Lídia; PINHEIRO, Rui; OLIVEIRA, Lourdes; RODRIGUES, Zélia; VALE, Néilson (2017) – A necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor

- 1-2 (São Brissos, Beja), in JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, coord. – *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*, Mérida, pp. 263-302.
- SORIA COMBADIERA, Lucía; GARCÍA MARTÍNEZ, Helena (1996) – *Broches y Placas de Cinturón de la Edad del Hierro en la Provincia de Albacete. Una Aproximación a la Metalurgia Protohistórica*, Albacete.
- SOUSA, Elisa de; ARRUDA, Ana Margarida (2011) – A gaditanização do Algarve, *Mainaké*, XXXII:II, pp. 951-974.
- TOMS, Judith (2000) – The arch fibula in Early Iron Age Italy, in RIDGWAY, David; SERRA RIDGWAY, F. R.; PEARCE, Mark; HERRING, Edward; WHITEHOUSE, Rush D.; WILKINS, John B., eds. – *Ancient Italy in its Mediterranean Setting: Studies in Honour of Ellen Macnamara*, vol. 4, Londres, pp. 91-116.
- TORRES-MARTÍNEZ, Jesús F. (2014) – Arqueología de la Edad del Hierro y variaciones climático-ambientales en el norte de la Península Ibérica, *Kobie*, 33, pp. 31-58.
- TORRES ORTIZ, Mariano (2002) – *Tartessos*, Madrid.
- TORRES ORTIZ, Mariano (2008) – Fíbulas, in ALMAGRO-GORBEA, Martín, dir. – *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*, Madrid, pp. 529-535.
- TURNER, Terence S. (2012 [1980]) – The social skin, *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 2:2, pp. 486-504. DOI: <https://doi.org/10.14318/hau2.2.026>.
- VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria de Fátima; SOARES, António Manuel Monge; ALVES, Luís C.; SOARES, Rui Monge; MELO, Linda; BAPTISTA, Lídia (2021) – Early Iron Age copper-based funerary items from southern Portugal, *Archaeological and Anthropological Sciences*, 13, n. 114. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12520-021-01372-7>.
- VILAÇA, Raquel (2008) – Reflexões em torno da “presença mediterrânea” no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro, in CELESTINO, Sebastián; RAFEL, Núria; ARMADA, Xosé-Lois, eds. – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.). La precolonización a debate*, Madrid, pp. 371-401.
- VILAÇA, Raquel (2009) – Sobre rituais do corpo em finais do II milénio/ inícios do I milénio a.C.: do espaço europeu ao território português, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, pp. 489-511.
- VILAÇA, Raquel; ARMBRUSTER, Barbara (2012) – O disco de ouro da necrópole da Fonte Velha de Bensafrim, Lagos, Algarve, in VILAÇA, Raquel; PINTO, Sónia, coord. – *Santos Rocha, a Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo*, Figueira da Foz, pp. 153-170.
- VILAÇA, Raquel; ARMBRUSTER, Barbara; PEREA, Alicia; VIVAS, Fábio; FREITAS, Bruno (2015) – Um contexto e um lugar para os discos de ouro da I Idade do Ferro de Fortios (Portalegre, Alto Alentejo, Portugal), *Conimbriga*, 53, pp. 31-79. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_53_2.



FIG. 1 – *Localização da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires no atual território português (base cartográfica: Victor S. Gonçalves).*

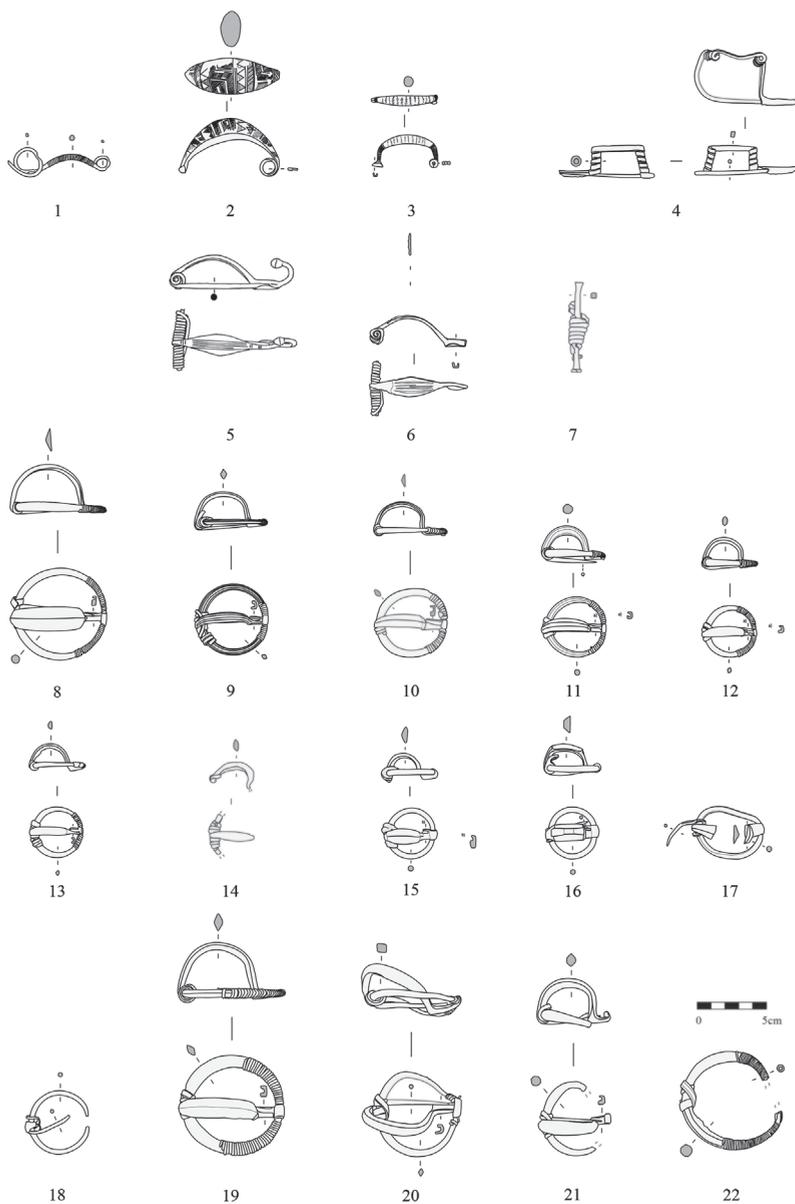


FIG. 2 – Fíbulas do Olival do Senhor dos Mártires (1): 1 – Ponte 1b; 2 – Ponte 4; 3 – Ponte 5; 4 – Ponte 3 (dupla mola); 5-6 – Ponte 9a (“Acebuchal”); 7 – fragmento de fibula de mola bilateral (?), do grupo “Alcores – Acebuchal – Bencarrón”; 8-14 – Ponte 13a; 15-18 – Ponte 13c; 19-21 – Ponte 13d; 22 – Ponte 13, variante indeterminada (n. 5 seg. Ponte, 2006).

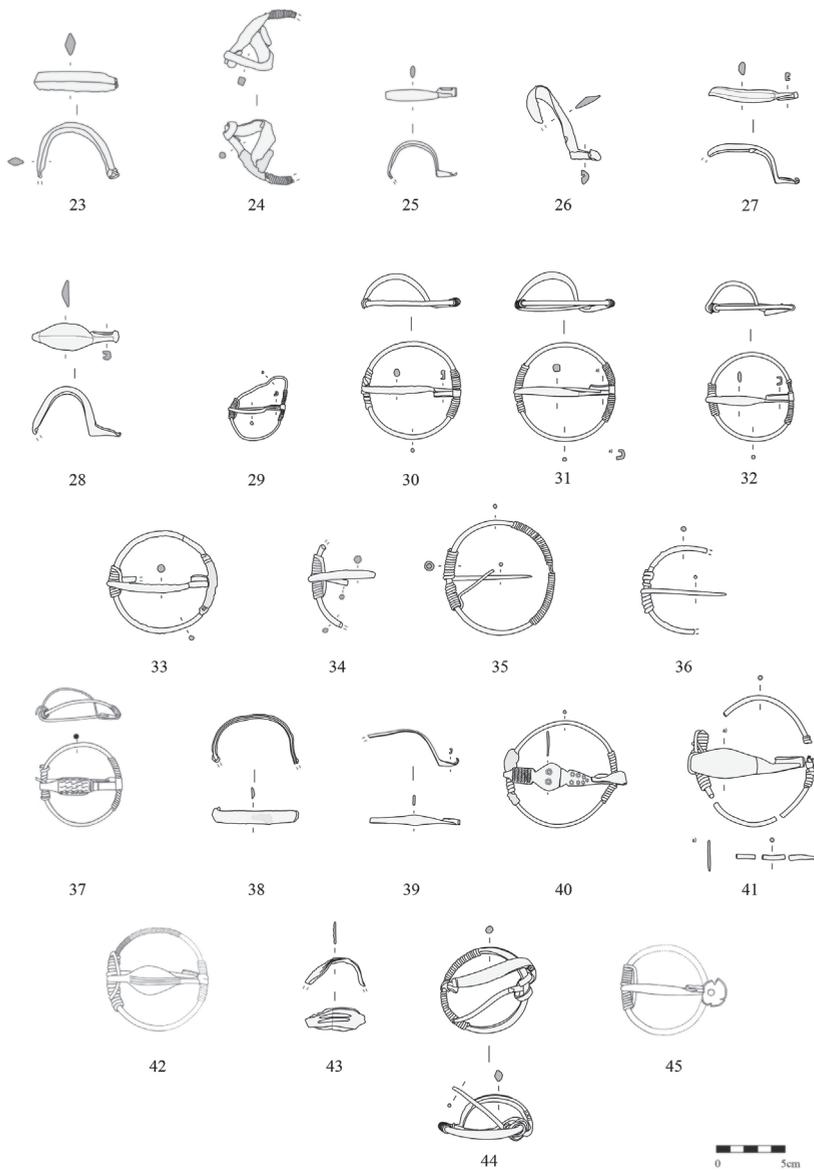


FIG. 3 – Fibulas do Olival do Senhor dos Mártires (2): 23-28 – Ponte 13, variante indeterminada; 29 – Ponte 14a; 30-36 – Ponte 14b; 37-39 – Ponte 15; 40 – Ponte 17a; 41 – Ponte 17b; 42-43 – Ponte 17c; 44 – Ponte 18; 45 – Ponte 19 (nn. 37, 42 e 45 seg. Ponte, 2006).

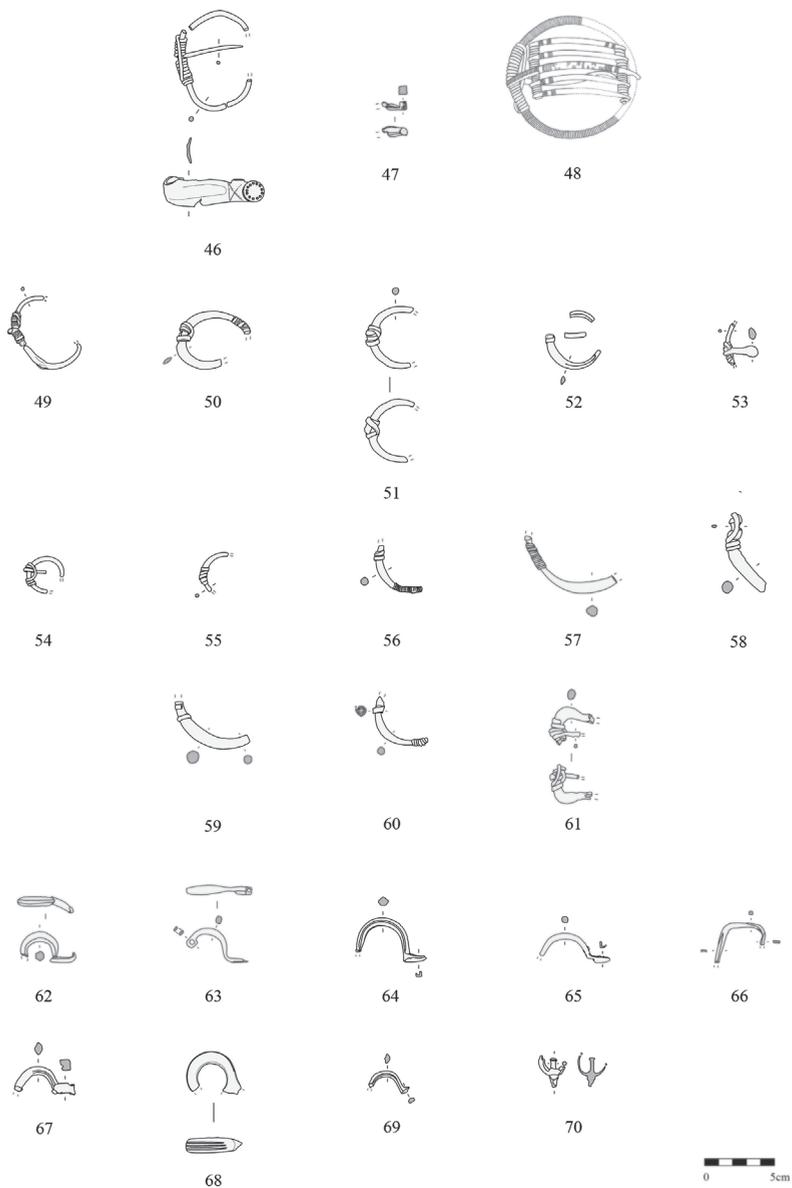


FIG. 4 – Fibulas do Olival do Senhor dos Mártires (3): 46-47 – Ponte 20; 48 – Ponte 21; 49-61 – Fibulas anulares hispânicas de tipologia indeterminada; 62-69 – Possíveis fibulas com esquemas de La Tène I, de difícil classificação; 70 – Ponte 19? (ou Ponte 33a?) (n. 48 seg. Ponte, 2006).

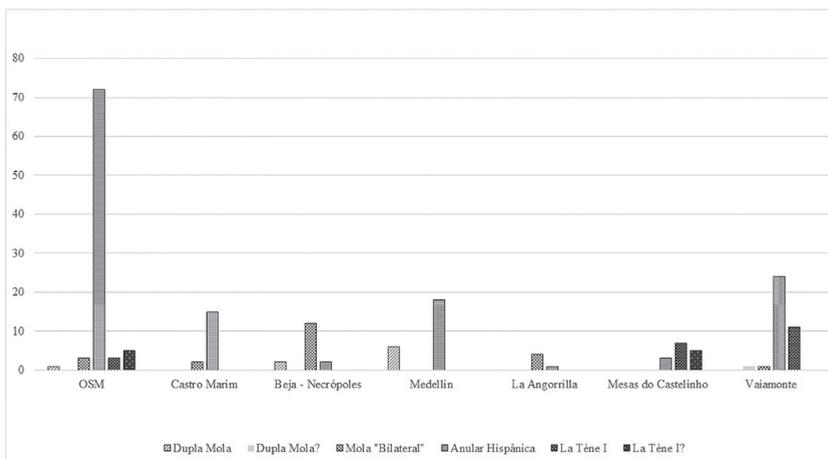


FIG. 5 – Perfis dos conjuntos de fibulas do OSM, do Castelo de Castro Marim (seg. PEREIRA 2008), das necrópoles de recintos de Beja (seg. ARRUDA et al., 2017; FIGUEIREDO; MATALOTO, 2017; SANTOS et al., 2017; SOARES et al., 2017; VALÉRIO et al., 2021), Medellín (seg. TORRES ORTIZ, 2008), La Angorrilla (seg. FERRER ALBELDA e DE LA BANDERA, 2014a), Mesas do Castelinho (seg. MIGUEZ, 2010) e Cabeça de Vaiamonte (seg. PEREIRA, 2018).

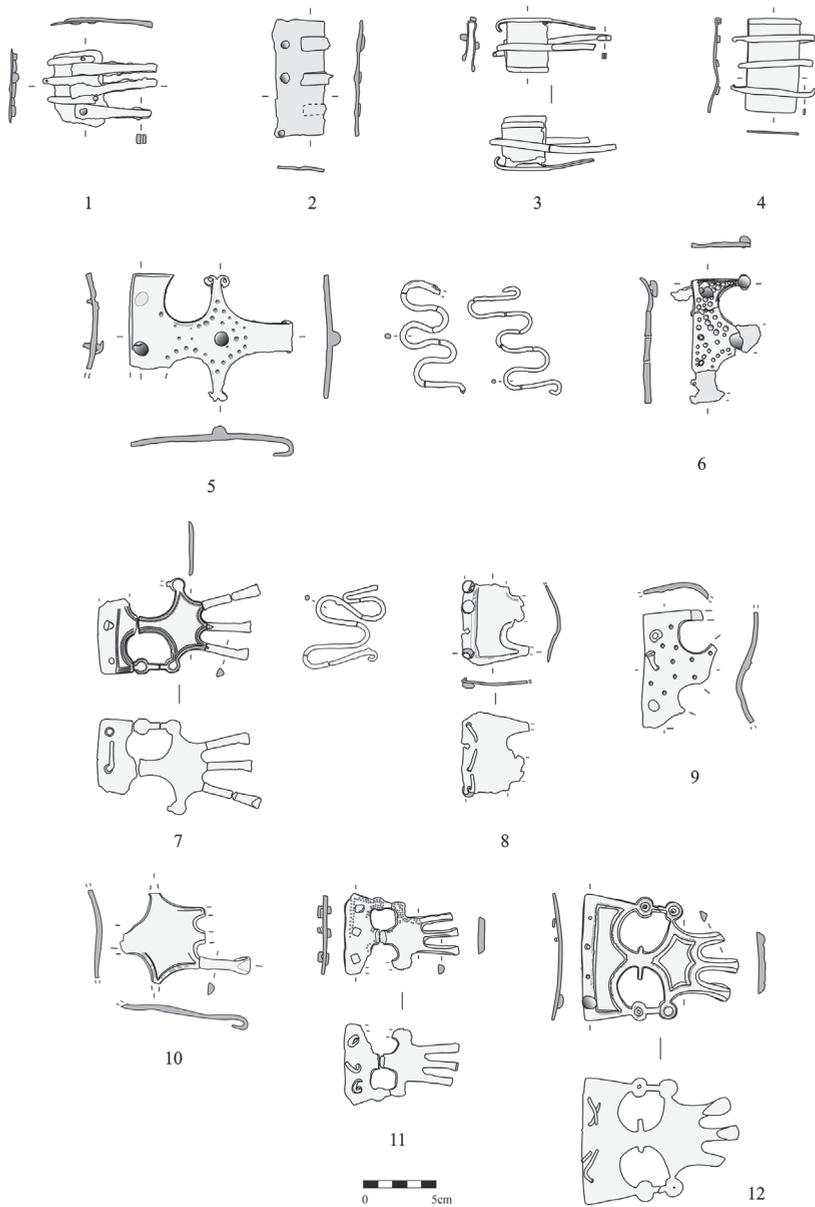


FIG. 6 – Fechos de cinturão do Olival do Senhor dos Mártires (1):
 1-3 – Fechos “tartéssicos” do Grupo 3; 4 – Fecho “tartéssico” do Grupo 4;
 5-6 – Fechos “célticos” do Tipo CV1/2; 7 – Fecho “céltico” do Tipo DII2;
 8-12 – Fechos “célticos” do Tipo DIII3.

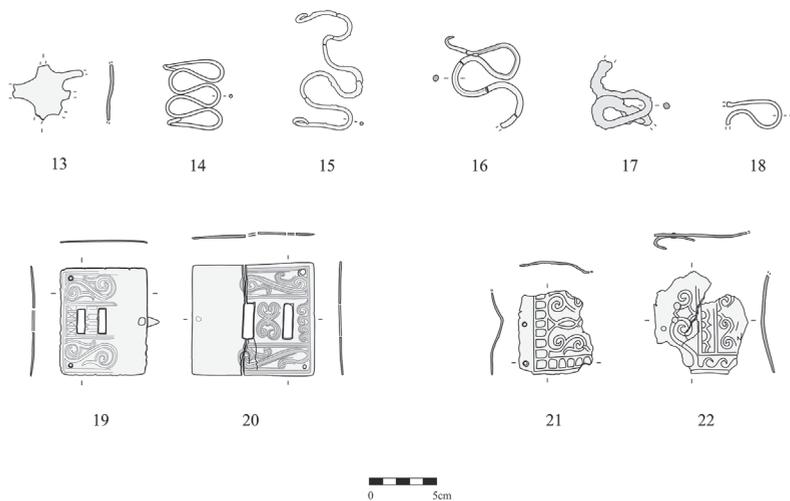


FIG. 7 – Fechos de cinturão do Olival do Senhor dos Mártires (2): 13 – Fecho “céltico” do Tipo DIII3 14-18 – elementos passivos de fechos de cinturão “célticos” (Tipo EI) não associados a elementos ativos; 19-22 – Fechos de cinturão “ibéricos”.

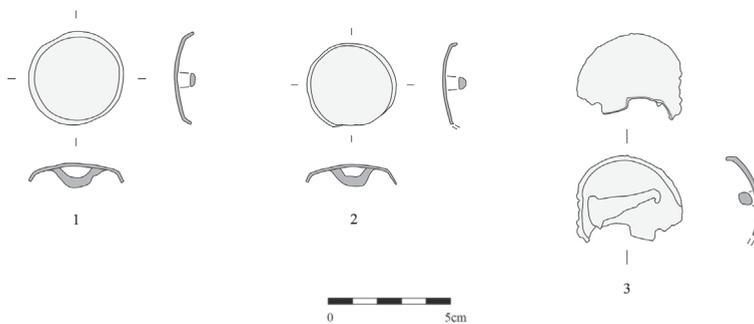


FIG. 8 – Botões do Olival do Senhor dos Mártires.

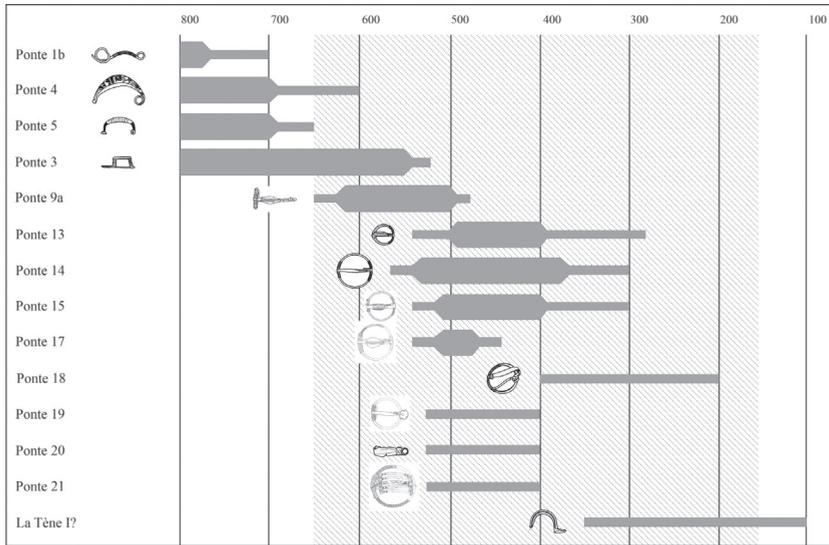


FIG. 9 – Sequência cronológica dos tipos de fíbulas documentados no OSM (cronologias gerais e cronologia provável da sua ocorrência na necrópole).

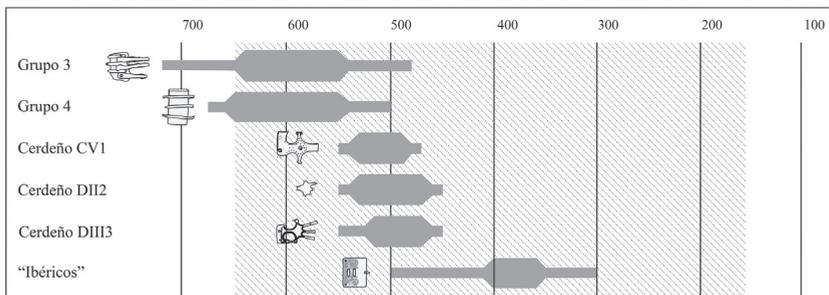


FIG. 10 – Sequência cronológica dos tipos de fechos de cinturão documentados no OSM (cronologias gerais e cronologia provável da sua ocorrência na necrópole).

#	Classificação		
	Cerdeño Serrano 1978	Lorrio 1997	Graells & Lorrio 2017
5	CV1a	B2C1	1.2.1a.2.1.1.4a/5.B
6	CV1b/CV2	B2C	1.2.1b.2.1.2.4a/5.B
7	DIII3	B3B3	3.3.2.1.1.3.2/3a.B
8	DIII3	B3B3	?3?.2.1.1.?2/3a
9	DIII3	B3B3	3.3.2?.?.?.2/3a.B
10	DIII3	B3B3	3.3.2.1.1.3.2/4b.B
11	DIII3	B3B3	3.3.2.1.1.3.2/3a.B
12	DIII3	B3B3	3?.?.2.1.1.?2/3a
13	DII2	B3A3	N/A

QUADRO 1 – *Classificação dos fechos de cinturão “célticos” do Olival do Senhor dos Mártires segundo o sistema de notação de R. Graells e A. Lorrio (2017).*

MARTÍN FERNÁNDEZ CALO
IES Antonio Fraguas (Santiago de Compostela)
martin.fernandez.calo@edu.xunta.gal
<http://orcid.org/0000-0002-9769-3047>

OS *CALLAECI* E A QUESTÃO EPONÍMICA:
UMA CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA

THE *CALLAECI* AND THE EPONYMIC ISSUE:
A HISTORIOGRAPHICAL CRITIQUE
“Conimbriga” LXI (2022) p. 51-86

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_2

Texto recebido em / Text submitted on: 08/02/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 12/05/2022

RESUMO: No contexto da história antiga de Portugal e da Galiza há um consenso consistente na ideia de que o nome da comum região *Callaecia* derivou, em época romana inicial, de um povo de *Callaeci* epónimos localizados na margem direita da foz do Douro. Este consenso pode ser categorizado como *questão eponímica*. Apesar de tal questão ter sofrido forte variação de interpretações, um artigo de 1977, de A. Tranoy, estabeleceu a sua forma atual e o consenso hoje existente sobre ela. Mas tal consenso limitou-se à aceitação acrítica das teses de A. Tranoy, que não foram revisitadas desde então. O presente artigo reexamina as provas da *questão eponímica* e demonstra a sua fraqueza, juntamente com a necessidade de ampliar as perspetivas sobre o suposto *povo epónimo* e as origens do paleocorónimo regional.

PALAVRAS-CHAVE: História antiga; galaicos; historiografia; factóide historiográfico.

Conimbriga, 61 (2022) 51-86

ABSTRACT: In the ancient history of Portugal and Galicia, a consensus establishes that the name of the common region Gallaecia was derived, in the early Roman domain, from an eponymous tribe which was settled on the right bank of the Douro's mouth. This consensus can be labeled as the *eponymic question*. Despite the fact that this question suffered a great deal of variety of interpretations, a 1977 article by A. Tranoy set up the current consensus about it. But since then, this consensus was limited to the uncritical acceptance of A. Tranoy's theses, which have never been revisited. The present article re-examines the evidence of the eponymic question, proving its weakness, and supporting the need of broadening perspectives on the pretended eponymous people and the origins of the regional name of Gallaecia.

KEYWORDS: Ancient history; Gallaeci; historiography; historiographical factoid.

OS *CALLAECI* E A QUESTÃO EPONÍMICA: UMA CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA

No contexto da história antiga de Portugal e da Galiza, sector historiográfico sujeito, como poucos, a constantes controvérsias e imprecisões, emerge, contudo, um consenso que atinge uma questão usualmente difícil de esclarecer: a história semântica do corónimo que deu nome à região. A Galiza e o norte de Portugal atuais compartilharam na Antiguidade uma identidade comum materializada na região denominada *Callaecia*. Os seus habitantes foram chamados *Callaeci* e *Kallaikoi* nas fontes desse período, gregas e romanas; e de tudo isto procedem, em português, os atuais cultismos “Galécia” e “galaico/a(s)”; além das vozes, de projeção semântica mais reduzida, “Galiza” e de “galego/a(s)”. O consenso a que nos referimos em volta da história semântica destes termos estabelece que tal sentido regional da Galécia e dos galaicos procede da translação a toda a região do etnónimo de uma tribo epónimo de galaicos *stricto sensu*, especificamente localizada na margem direita da foz do Douro. Trata-se, pois, de um consenso que conjuga várias ideias:

- 1.^a – um *povo epónimo*, o dos galaicos originários como simples coletividade local;
- 2.^a – uma *deriva semântica*, a deste sentido local ao regional do etnónimo;
- 3.^a – uma *localização geográfica*, a dos supostos galaicos epónimos na foz do Douro.

Estas três ideias, firmadas por um relevante artigo de A. Tranoy (1977), são aceites no seu conjunto pela generalidade da historiografia dos últimos quarenta anos, categorizando o que vamos denominar a *questão eponímica* da *Callaecia*. O consenso por detrás disto é hoje, como apontamos, praticamente universal e indiscutido no âmbito curri-

cular da história antiga de Portugal e da Galiza; mas tem atrás dele toda uma complexa relação de avanços e retrocessos, de pontos de inflexão historiográfica e eventualmente de repetição acrítica. O consenso, colossal pela quantidade de especialistas implicados, pela assertividade com que é sempre enunciado, pelo contraste da sua universal aceitação num sector no qual nada se aceita, repousa, na realidade, no argumento da autoridade e na interpretação parcial e, surpreendentemente, dirigida das fontes. Mas a ciência histórica não deveria ser âmbito de proclamação dogmática, mas de crítica de fontes e hipóteses, com independência da autoridade das vozes que as fizessem chegar a nós. O presente artigo pretende ser uma achega a esta crítica, que tanto tempo leva adormecida, apartada pelas grandes vozes e as dos seus epígonos, na *questão eponímica* que vimos apresentar.

Com tal fim, oferecemos de seguida uma exposição historiográfica desde as origens da questão até a sua formalização no artigo antes citado de A. Tranoy. Evidenciaremos a variabilidade de posturas existentes até então, o que nos incitará a pesquisar as razões do consenso motivado por esse artigo. Passaremos, portanto, a estudar os dados disponíveis pelos quais, nas escassas vezes em que a questão eponímica foi tratada como problema histórico e não como *res iudicata*, se tentou fundamentar os seus princípios. Analisaremos, assim, as descrições plinianas e os registos epigráficos que contêm as possíveis sugestões de uma *ciuitas Callaecorum*; o relato estraboniano que se diz conter referência à mudança semântica do etnónimo; e o registo paleolinguístico, nomeadamente toponímico e teonímico, que se tem usado como guia da localização do povo epónimo. Uma a uma, veremos que o valor probatório destas bases documentais é mínimo, que a sua ambiguidade autoriza leituras extremadamente díspares às consensuais, e que mesmo estas incorrem em graves contradições. Assim, em dois pontos de conclusão, denunciaremos a fraqueza da questão eponímica, factoide mantido à força da repetição e não das provas, que não justifica o consenso de que goza atualmente, e que nos obriga a ampliar as perspetivas sobre as origens do corónimo e da identidade antiga da *Callaecia*.

Historiografia

O estudo da – suposta – *ciuitas Callaecorum* tem ampla tradição. Já o padre J. C. de Argote (1738: 48-50) advertiu para a aparente dife-

renciação presente nas fontes clássicas relativamente a uma Galécia *lato sensu* frente a “huns Povos situados junto a Braga, que especialmente se chamavam Gallegos”, localizando-os no Gerêz. O padre H. Flórez (1787: 18-19) repetiu só em parte esta solução, não se atrevendo a localizar os tais *Callaeci stricto sensu* mais do que entre o Douro e Minho. M. Cortés y Leal (1836: 10), pelo contrário, propôs a assimilação dos *Callaeci stricto sensu* a toda a região de Braga, abrangendo o *lato sensu* do etnónimo também a região de Lugo. Menos firme foi a interpretação feita por M. Murguía. Primeiro, uma asserção pessimista: “solo Plinio, entre todos los geógrafos, cita en Galicia una tribu con este nombre [galaicos], lo bastante oscura para que apenas se sepa donde colocarla” (MURGUÍA, 1865: 404-405). Porém, já no segundo tomo da sua *Historia de Galicia*, acrescentava que essa “tribu *Galeka*, de la cual, y a pesar del gran valor y nombradia de sus hijos, solo por Plinio consta su existencia”, devia situar-se “en las frias regiones del Xerez” (MURGUÍA, 1866: 337).

Na primeira metade do século XX ganhou força a hipótese de serem os galaicos originais um povo poderoso e expansivo, com solar – à luz das sugestões dos geógrafos antigos (Str., *Geog.*, III, 3, 2; Plin., *Nat.*, IV, 112; veja-se abaixo a crítica destas fontes) – nas serras interiores do Centro-Sul da Galécia, razão do seu papel epónimo em toda a região após a sua derrota às mãos dos romanos (GARCÍA Y BELLIDO, 1947: 301; 1953: 276; MALUQUER DE MOTES, 1963: 16). A historiografia de todo o século XX esteve condicionada por esta ideia geral, que considerou, em parte, recuperar a presunção original do padre J. C. de Argote. Assim o fez o grande mestre da arqueologia galega F. López Cuevillas (1953: 64-65), que os deslocou para o Xurés galego, fundamentando-se no registo dum topónimo afim: a paróquia de Galez, Entrimo. A influência do *tópos* descrito chega até à geração de arqueólogos seguinte, pois é também perto do Gerêz que A. Rodríguez Colmenero (1977: 32) situa, inicialmente, a *ciuitas Callaecorum* epónima, mas à altura das terras do Barroso, pela sua afinidade fonética com o antigo local de *Caladunum*.

Porém, já a meio do século, num pequeno artigo, quase um folheto, L. Monteagudo (1956) reformularia toda a historiografia anterior para propor, por afinidade toponímica, que os *Callaeci* epónimos seriam os habitantes de *Cale*, para ele o atual Porto. Este artigo não parece haver encontrado nenhum predicamento imediato, pois, na historiografia posterior, os *Callaeci* portuenses não figuram em nenhuma parte; mas constitui o grande precedente do atual consenso existente sobre a questão eponímica.

Será apenas trinta anos depois, em artigo muito mais completo assinado por aquele que rapidamente se revelou como o maior estudioso da Galiza romana, A. Tranoy (1977), que se recupera aquela hipótese. Este artigo é o que perfilou, na sua forma atual, a questão eponímica, tal como a sintetizamos antes; do qual deriva, conscientemente ou não, o consenso e a constante repetição dela entre os estudiosos posteriores. Não vamos entrar nos argumentos, que discutiremos e ampliaremos mais adiante, mas as propostas de A. Tranoy dotaram de forma e coerência as ideias que hoje definem a questão eponímica. Tentando sintetizar a sua achega, podemos dizer que nela se dá resposta – embora, a nosso ver, não uma solução firme – aos três aspetos que já antes identificámos como definidores da questão eponímica:

- 1.º – a base documental da presunção de uma *ciuitas Callaecorum*;
- 2.º – a noção da traslação do seu etnónimo a toda a região;
- 3.º – a razão da localização da *ciuitas* epónima em torno do Porto.

Sobre o primeiro, A. Tranoy encontrou unicamente duas fontes antigas que fundamentam a convivência de um sentido restrito do etnónimo “galaico” com um regional: a descrição pliniana do *conuentus* bracarense e a lápide tarraconense de Vocónio Rufino, que supostamente provariam a existência de uma *ciuitas Callaecorum*. A homónimia desta *ciuitas* com o valor regional do etnónimo dever-se-ia para A. Tranoy ao seu papel epónimo: de ter dado, nalgum momento, o seu nome a toda a região. Segundo A. Tranoy, uma passagem de Estrabão referenciaria este episódio de deriva semântica, que ele atribuiu, de maneira estritamente especulativa, à situação de a *ciuitas Callaecorum* ter sido “le premier obstacle réel rencontré par les Romains dans leur progression du sud de la Lusitanie vers le nord du Douro” (TRANOY, 1977: 226-227). Foi deste modo que A. Tranoy conectou a avaliação do registo da *ciuitas Callaecorum* e os pormenores da deriva semântica do etnónimo com o terceiro ponto da questão eponímica: a localização geográfica da *ciuitas*.

Comprovamos, pois, que A. Tranoy inicia esta última parte do seu artigo com a premissa prévia da relação dos galaicos epónimos com o Baixo Douro, de forma que trata de reunir uma série de indícios que permitam situá-los na zona. Isto incorre, evidentemente, em certa arbitrariedade: se através de Plínio (*Nat.*, III, 28) se assume a existência de uma *ciuitas Callaecorum* no *conuentus* bracarense, a pesquisa da sua

localização deveria marcar como área de estudo todo o *conuentus*, e não só a limitação preconcebida do Baixo Douro. Mas limitando nesta medida o seu exame, as provas que A. Tranoy encontra para a localização desta *ciuitas* são três:

- 1.º – a expressão pliniana *Durius [...] disternatis [...] a Lusitania Callaecis* (Plin., *Nat.*, IV, 112) que ele associa ao valor restrito do etnónimo;
- 2.º – o topónimo *Cale*, para ele nome antigo do Porto;
- 3.º – o possível teónimo *Calaicia* mencionado num altar de Sobreira, Paredes, que para ele corresponderia a divindade local da *ciuitas Callaecorum*.

Como evidência da localização portuense da *ciuitas Callaecorum* contamos, pois, com três provas que necessitam, cada uma delas, de uma valoração prévia com vista a relacioná-las com o valor restrito do etnónimo ou da própria localização preconcebida. Assim, A. Tranoy defendeu o valor restrito do etnónimo na expressão pliniana, mesmo quando o elemento de oposição – a Lusitânia – tem indubitavelmente um valor regional; o topónimo *Cale* é associado de modo unidirecional ao Porto, mesmo quando há dúvidas sobre a sua relação com Gaia, fora do *conuentus* bracarense e, portanto, não associável à suposta *ciuitas Callaecorum*; e *Calaicia* tanto pode ser uma divindade local como regional, que em qualquer caso nada aporta para a localização da *ciuitas Callaecorum*. Ampliaremos a crítica às fontes mais adiante: importa agora concluirmos que o valor probatório destas é escasso; sendo, curiosamente, o *corpus* existente de documentos de valor semelhante muito mais amplo.

A compilação feita por A. Tranoy resulta, pois, muito incompleta, mas é a melhor que se fez então e até hoje mesmo. Isto ilustra bem a atitude acrítica com que os resultados do seu estudo foram aceites pela historiografia posterior. Só no estudo de A. Tranoy se perfila, pois, a questão eponímica tal como hoje a conhecemos: de uns supostos *Callaeci* epónimos assentados na zona do Porto derivaria, após a sua conquista pelos romanos, o nome geral da Galécia como região e dos galaicos como coletividade não local, mas regional.

De algum modo, A. Tranoy reconheceu o carácter meramente hipotético da sua interpretação. Na cartografia da sua magna obra *La Galice romaine*, os *Callaeci* figuram no Baixo Douro, mas com inter-

rogação (TRANOY, 1981: carte iii). Esta honestidade não se percebe nos seus epígonos. A questão não tem sido revisitada, ampliada nem criticada desde então, e já vão lá quarenta anos. Converteu-se numa referência tópica nos estudos e obras de divulgação da história antiga de Portugal e da Galiza, que se apresenta quase sempre como facto, sem necessidade de invocar a justificação das provas; amiúde sem recorrer à citação da obra de A. Tranoy que alegadamente contém a demonstração (por exemplo, DOPICO CAÍNZOS, 1986: 281-282; SILVA, 1986: 277; ALARCÃO, 1995-1996: 26; 1998: 54; BALBOA SALGADO, 1996: 175; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996: 275; PEREIRA MENAUT, 1997: 243; PEÑA SANTOS, 2005: 150; SUÁREZ PIÑEIRO, 2011: 21; REDENTOR, 2017: 84; SILVA, 2018: 47-48; 2020, embora reconhecendo, na p. 459, outras possibilidades de localização diferentes da consensual).

A tal ponto chegou a aceitação acrítica dos postulados de A. Tranoy, que alguns autores posteriores forneceram à vez interpretações opostas para os seus elementos probatórios, demonstrando terem assumido a teoria eponímica com critério de autoridade e não pela força das provas. Vejamos alguns exemplos.

Em primeiro lugar temos o recentemente falecido G. Pereira, no seu tempo destacado divulgador da tese de A. Tranoy na Galiza, até ao ponto de promover um conceito definido como a “*inuentio da Callaecia*” para categorizar o processo pelo qual os romanos deram nome e forma à região através do etnónimo da suposta *ciuitas Callaecorum* (PEREIRA MENAUT, 1988; 1997). Pois bem, G. Pereira, assumindo como vemos a questão eponímica na forma dada por A. Tranoy, atacou também, paralelamente, um dos seus princípios de argumentação mais relevantes. Para ele, a menção *Callaicus* do epitáfio de Vocónio Rufino em Tarragona não teria relação com a *ciuitas Callaecorum*, mas refletiria a criação, por altura do século III d. C., de uma identidade regional galaica, sendo, supostamente, ainda o primeiro testemunho desse uso do etnónimo (PEREIRA MENAUT, 1997: 305). Na realidade, sabemos que há muitos outros, e mais precoces, como veremos no ponto seguinte; mas não é esta a imprecisão mais grave da sua parte: o pior é o facto de assumir como certa a tese de A. Tranoy atacando inadvertidamente a sua própria base argumental.

Uma contradição semelhante aparece em determinadas interpretações maximalistas da influência que a expedição de Bruto teve sobre a suposta tribo epónima. Uma influência que A. M. S. P. Silva (2020:

458) tem descrito recentemente como “quase genocídio”; ou D. Dopico Caínzos, com mais detalhe, da seguinte maneira:

El único pueblo que conocíamos con este nombre [*Callaeci*], uno más de los que habitaban esta región [*Callaecia*], había sido derrotado y probablemente aniquilado por D. Iunio Bruto, lo que quiere decir que esta denominación que se da ahora a todo este conjunto es producto de la política de Roma. En este mismo sentido como tal colectividad, y dentro de un claro ejemplo de cómo Roma crea una nueva realidad, se entiende la existencia de una inscripción dedicada a un hijo de Augusto por *Callaecia* (DOPICO CAÍNZOS, 1986: 281-282).

É-nos sugerido, pois, que o povo epónimo foi destruído por Júnio Bruto e que a partir de então, e sobretudo com Augusto, o nome “galaico” se aplicaria a toda a região. Isto contradiz as duas únicas fontes alegadas por A. Tranoy como registo da aceção local do etnónimo: a descrição pliniana e o epitáfio de Vocónio Rufino, que nos levam de dois a quatro séculos depois da guerra de Bruto. Evidentemente, se admitimos que o nome da *Callaecia* deriva de uns *Callaeci* epónimos, haverá que aceitar que este povo tão-pouco fora “aniquilado” no período alto imperial, observando as únicas referências documentais alegáveis em favor da sua existência.

Outro paradoxo semelhante, embora já não em relação ao registo dos *Callaeci* epónimos, mas à sua localização, surgiu pela mão de A. Rodríguez Colmenero. A posição deste autor destaca-se pela sua dilatada obra, e por ter formulado outras localizações para os *Callaeci* epónimos antes do estudo de A. Tranoy, que o fez passar à opção do Douro (cfr. RODRÍGUEZ COLMENERO, 1977: 32; 1996: 275). Contudo, A. Rodríguez Colmenero destaca-se também por ter defendido o carácter não local, mas nacional da pretensa deusa *Calacia* do altar de Sobreira (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998: 21). E sugerir tal vinculação com a Galécia como região e não com a *ciuitas* epónima supõe descartar literalmente a metade da base documental existente para a localização de tal *ciuitas* na zona do Porto. A postura deste autor, contudo, não tem sido firme, passando mais recentemente a insinuar uma localização nas Terras de Basto (RODRÍGUEZ COLMENERO, 2013: 289).

Após esta resenha historiográfica, é claro que a noção de um povo epónimo é contingente, resultado de uma interpretação volátil das fontes históricas; e ultimamente da repetição consciente, ou não, de um mero argumento de autoridade. Muito mais contingente é a circunscrição do

suposto povo epónimo às imediações do Porto. A pergunta que emerge disto é também clara: quais foram as razões que levaram à variabilidade de posturas originalmente existentes sobre este escuro assunto a confluírem em uma única teoria consensual, mesmo tida habitualmente como facto indiscutível? O objeto do presente estudo é efetuar esta avaliação crítica que tanto se tem postergado na investigação atual. Teremos que empreender para isto uma compilação e análise de fontes muito ampla; mas não nos escapa que a questão eponímica é, hoje, a conclusão definida em 1977 por A. Tranoy. Por isso, a crítica inicial que vamos fazer, que ordenará todo o nosso contributo particular, é sobre as provas fornecidas e as interpretações propugnadas pelo seu ineludível artigo.

A descrição pliniana

O primeiro aspeto que devemos destacar sobre a questão eponímica é que a aceção ordinária e virtualmente exclusiva do etnónimo “galaico” nas fontes antigas é a regional. O próprio A. Tranoy, no artigo em que pretendeu fundamentar a convivência desta aceção regional com outra restrita, local, o reconheceu como ponto de partida: “les *Callaeci* sont considérés par la majorité des auteurs [anciens] comme l’ensemble des peuples habitant les deux *conventus* de Lugo et de Braga” (TRANOY, 1977: 225). Parte-se, pois, de uma evidência manifesta: as fontes nas quais descansam os pressupostos da questão eponímica limitam-se a exceções.

O etnónimo *Callaeci* ou *Kallaïkoí*, do qual procede o cultismo “galaicos” faz assim referência comum, nas nossas fontes literárias e epigráficas antigas, aos habitantes da Galécia enquanto região. O conjunto humano definido por este etnónimo variou ao longo do tempo como consequência da evolução da perceção geográfica dos antigos romanos e, eventualmente, com a definição de unidades administrativas nesta região.

É uma solitária referência da *História Natural* de Plínio-o-Velho que sobretudo tem motivado a ideia da convivência de um sentido restrito, local, do etnónimo com o regional e ordinário do mesmo:

Simili modo Bracarum XXIII ciuitates, CCLXXXV capitum, ex quibus praeter ipsos Bracaros Bibali, Coelerni, Callaeci, Equaesii, Limici,

Querquerni citra fastidium nominentur (Plin., *Nat.*, III, 28: ed. MAYHOFF, 1904: 244).

É claro que, aqui, a menção dos *Callaeci* se inclui entre outros etnónimos locais; mesmo se, seguindo a tónica geral da obra, o seu estilo esquemático e condensado a dota de uma forte ambiguidade. Mas dado que o nexa *ex quibus* parece concordar com *ciuitates*, o corolário natural desta passagem é a sua sugestão de uma *ciuitas Callaecorum*. O problema é que este sentido restrito do etnónimo é, como apontamos, anómalo nas nossas fontes, e evidentemente também *hapax* na própria obra pliniana.

O testemunho pliniano da *ciuitas Callaecorum* é, pois, uma anomalia, o que tem gerado alguma matização. Anos antes do estudo de A. Tranoy, alguns autores galegos começavam a evitar a noção duns *Callaeci stricto sensu* – que pela nossa resenha historiográfica sabemos que sempre existira entre os investigadores –, preferindo insistir no valor genérico com que aparece predominantemente nas fontes (GARCÍA MARTÍNEZ, 1972: 170; BARREIRO FERNÁNDEZ, 1984 [1976]: 96-98).

Mais relevante foi a tentativa que, já num contexto historiográfico dominado pelos postulados de A. Tranoy sobre a questão eponímica, o filólogo J. Untermann (1993: 386) empreendeu para casar a sugestão pliniana de uma *ciuitas Callaecorum* com o valor regional comum do etnónimo. Para ele, a contradição generalizada entre tal aceção regional do termo e a local, isolada em Plínio, poderia salvar-se através de um leve afinamento sintático, considerando a menção pliniana dos *Callaeci* um modificador de alguma outra das entidades da sua listagem; concretamente, um adjetivo concordante com os adjacentes *Coelerni*. Denotando *Callaeci Coelerni*, Plínio expressaria, assim, uns “celernos galaicos” para evitar ambiguidade com outro povo que incorresse com eles em determinado grau de homofonia, como poderiam ser os *Coilarni* lusitanos (Plin., *Nat.*, IV, 117).

A meu ver, podemos também suspeitar que Plínio simplesmente tivesse incluído os *Callaeci* na sua listagem de etnónimos bracarenses com intencionalidade etnográfica e não administrativa: a inclusão de um etnónimo representativo do *conuentus* que não se correspondesse com uma *ciuitas*. Não só constatamos esta imprecisão terminológica noutras partes da obra pliniana, mas na própria passagem que nos ocupa: com efeito, Plínio refere-se aos *Celtici* como um dos dezasseis *populi* do vizinho *conuentus* lucense (Plin., *Nat.*, III, 28), quando sabemos com

certeza que constituíam até três comunidades diferentes (cfr. Mela, *Chor.*, III, 7-9; Plin., *Nat.*, IV, 111; TRANOY, 1981: 59-60; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1996: 237; FERNÁNDEZ CALO, 2020: 470-474). Pode acontecer, definitivamente, que não estejamos senão perante uma menção de mero carácter etnográfico, sem necessária correspondência civil, pela qual o naturalista romano quisesse localizar o conhecido etnónimo regional dos *Callaeci* nas estruturas administrativas romanas, optando por fazê-lo a propósito do *conuentus* bracarense.

De facto, algo semelhante ocorre na sua obra a propósito da *Callaecia* como região, o que acontece numa segunda passagem de grande interesse na questão eponímica: a corografia marítima do *conuentus* bracarense, que aparece noutro lugar da mesma obra. O texto é o seguinte:

A Cilenis conuentus Bracarum Helleni, Groui, castellum Tyde, Graecorum subolis omnia. Insulae Siccae, oppidum Abobrica. Minius amnis, IIII ore spatiosus, Leuni, Seurbi, Bracarum oppidum Augusta, quos super Callaecia. Flumen Limia, Durius amnis e maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus et iuxta Numantiam lapsus, dein per Areuacos Uaccaosque, distermittatis ab Asturia Uettonibus, a Lusitania [C] allaecis, ibi quoque Turdulos a Bracaris arcens (Plin., Nat., IV, 112-113: ed. MAYHOFF, 1904: 354-355).

Como vemos, a *Callaecia* e os *Callaeci* citam-se nesta passagem como referência geográfica da vizinhança de Braga e/ou dos povos das suas imediações (*quos super Callaecia*, “sobre a/os que [está] a *Callaecia*”) e como elemento de oposição aos lusitanos no curso do Douro (*Durius [...] distermittatis [...] a Lusitania Callaecis*, “o Douro separa a Lusitânia dos galaicos”).

Torna-se muito difícil conectar com a *ciuitas* epónima qualquer uma destas referências, e sobretudo com esta segunda, na qual o elemento de oposição dos *Callaeci* é a Lusitânia – ou seja, uma entidade regional –, quando a listagem, que claramente vai de leste a oeste, remata na foz do Douro, delimitando os *Turduli* e os *Bracari*. Apesar de os *Bracari* designarem, para além de uma *ciuitas*, um *conuentus*, os *Turduli* eram apenas uma *ciuitas* (cfr. SILVA, 1983; ALARCÃO, 2005: 149). Resulta evidente, pois, que se passa de uma delimitação regional, entre os galaicos *lato sensu* e a província lusitana, a uma delimitação local, entre as *ciuitas* dos túrdulos e a dos brácaros.

De facto, a extensão até ao Douro da *ciuitas Bracarorum*, que com independência da sua veracidade é uma sugestão inequívoca em Plínio, conta com indícios complementares muito claros. É o caso da inscrição de Alpendorada, Marco de Canaveses, localizada perto da foz do Tâmega e provavelmente datada da dinastia Júlio-Cláudia: aí os *Bracari* atuam como dedicantes de um monumento (*RAP*, 559 = REDENTOR, 2017, n.º. 156). Evidentemente, alguns autores, obcecados por situarem os *Callaeci* epónimos no Baixo Douro, tendem a trocar o valor cívico destes *Bracari* de Alpendorada pelo conventual (por exemplo, ALARCÃO, 1995: 55; 2005); mesmo quando o *conuentus* bracaraense não se documenta com claridade até a dinastia Flávia (cfr. LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, 1999: 350; FERNÁNDEZ CALO, 2018: 145-146), e não existem – ou não se conhecem – outros paralelos de dedicatórias conventuais públicas tão longe da sua capital. Mais fácil é admitir que o monumento de Alpendorada confirme a sugestão de Plínio. Assim, a extensão da *ciuitas Bracarorum* até ao Douro, seja verídica ou não em termos históricos, não oferece dúvidas ao nível de crítica documental: Plínio “é peremptório na afirmação de que os *Bracari*, entendidos enquanto *populus*, estavam separados dos *Túrdulos* pelo Douro” (REDENTOR, 2017: 464-465). Na sua corografia, contra o que queria A. Tranoy, os *Callaeci* incorrem indubitavelmente no mesmo sentido regional que a Lusitânia que lhes serve de elemento de oposição; e são os *Bracari* e os *Turduli* que se citam como *ciuitates*.

A referência *quos super Callaecia*, pelo contrário, não é tão transparente: como as entidades citadas, exceto o Minho, estão em plural, não podemos determinar se o relativo *quos* se conecta com a última entidade citada, os *Bracari* – desde logo não acontece com o *oppidum Augusta*, em singular – ou também com os *Leuni* e *Seurbi*. Esta *Callaecia* citada desordenadamente entre um conglomerado de aspetos geográficos poderia entender-se como uma alusão ao território dos *Callaeci* epónimos. É evidente que, a ser assim, haveria que situá-los perto de Braga e inclusive a leste da cidade, pois a preposição *super* sugeriria estarem “acima”, ou seja, no interior, mais alto do que a costa. Não falta, contudo, quem prefira interpretar um *super* de valor aditivo, de maneira que essa *Callaecia*, seguindo a ordem corográfica, ficaria a sul de Braga (PLÁCIDO SUÁREZ, 2011: 327; REDENTOR, 2017: 427-428). Mas esta leitura, além de requerer a hipótese prévia do valor restrito do corónimo, precisa também de corrigir a própria fonte, Plínio, que na mesma passagem estende os brácaros até o Douro. A simples economia argumental opõe-se a ela.

No seu decisivo estudo monográfico sobre esta questão, A. Tranoy (1977: 227) matizou a possibilidade de que esta *Callaecia* da corografia pliniana pudesse ter um sentido restrito; assumindo, pelo contrário, que os galaicos contíguos à Lusitânia, citados em seguida, fariam efetivamente referência à *ciuitas* epónima. A meu ver, semelhante solução destrói a coerência discursiva da própria fonte, pois simplesmente não faz sentido que numa listagem de povos contíguos ao Douro, de leste a oeste, a oposição entre galaicos e lusitanos faça referência a *ciuitates* e a de brácaros e túrdulos o faça a outra coisa, e mais quando se vem de descrever uma *Callaecia super Bracarum oppidum Augusta*. A *Callaecia* e os *Callaeci* citados nesta passagem pliniana denotam claramente a sua aceção regional: fazer as duas referências locais entra no âmbito da especulação; e fazer uma local e a outra regional, de acordo com as preferências pessoais para a localização dos *Callaeci* epónimos e contra a própria fonte, como fez A. Tranoy e fazem os seus epígonos, entra dentro do que se conhece como *confirmation bias*, neste caso alterando gravemente o conteúdo da própria fonte.

Seja como for, esta forma de Plínio citar desordenadamente na sua corografia marítima o corónimo *Callaecia* a propósito do *conuentus* bracarense (Plin., *Nat.*, IV, 112), quando acaba de descrever toda a costa do também galaico *conuentus* lucense (IV, 111), tem evidentes consequências na hora de se matizar o valor da menção na sua descrição administrativa de uns *Callaeci* a propósito do *conuentus* bracarense (III, 28). Não podemos descartar que o etnónimo tenha aqui um valor genérico, como a expressão *quos super Callaecia* o parece ter na corografia marítima.

Temos, pois, que, mesmo na descrição administrativa de Plínio, base principal da questão eponímica, o etnónimo *Callaecia* poderá ter um valor tanto restrito, local, como genérico, regional. Plínio, definitivamente, sugere-nos a existência de uma *ciuitas Callaecorum*, mas através de referência anómala e ambígua que poderá não ter o valor que habitualmente se lhe dá e sobre o qual se tem construído toda a questão eponímica.

Epigrafia com referências pseudo-cívicas

A epigrafia amplia os possíveis testemunhos alegáveis desta suposta *ciuitas*, mas com o mesmo inconveniente de fazê-lo sempre

em situação de anomalia frente às ocorrências da aceção regional do etnónimo. A reunião e crítica destas fontes epigráficas é, aliás, uma tarefa pendente, pois A. Tranoy construiu a sua hipótese com apenas um dos numerosos documentos implicados, o epitáfio tarraconense de Vocónio Rufino; os seus epígonos, despreocupados pela crítica documental, limitaram-se a repetir os seus postulados.

O registo epigráfico que vamos tratar é invariavelmente de fraco valor. Trata-se de epígrafes nas quais a leitura de uma *ciuitas Callaecorum* é possível, mas sempre extremamente incerta, mesmo recusável. É por isso que esta família documental não admite outra denominação senão epigrafia com indicações pseudo-cívicas, por conter menções a etnónimos que, remotamente, poderiam corresponder a *origines* referentes à *ciuitas Callaecorum*. Vejamos, pois, quais são os seus testemunhos e o valor que têm na questão eponímica.

O único exemplo galaico desta família epigráfica encontra-se numa estela honorífica de Sarreaus, Galiza, datada do século II d.C. (*AE* 1987, 562). A *origo* limita-se à sequência CAL, que segundo A. Rodríguez Colmenero (1997: n.º. 101) haveria que ler *Cal(laicus)*. Isto, dado que se trata de uma epígrafe galaica, sugeriria, com pouca margem de manobra, a aceção restrita do etnónimo, referente a uma *ciuitas Callaecorum* e não aos galaicos em sentido regional. Porém, é evidente que esta não é a única leitura possível, pois a sequência abreviada também admite a leitura *Cal(adunus)*, opção evidentemente mais viável por se tratar de uma *ciuitas* vizinha à Límia galega, onde a epígrafe se contextualiza (veja-se mais adiante), e por contar – como não tem a suposta *ciuitas Callaecorum* – com mais epigrafia de emigrados noutros pontos do *conuentus* bracarense (*CIL* II, 2487; *AE* 1983, 570).

Todos os demais testemunhos de epígrafes com referências pseudo-cívicas aparecem fora da Galécia, o que matiza muito o seu valor como prova de uma *ciuitas Callaecorum*, ao poder fazer referência com maior verosimilitude a *origines* em sentido regional, e eventualmente provincial.

Assim, em Valdeverveja, em Castilla-la-Mancha, numa estação que seguramente foi uma *uilla* romana, achou-se uma lápide, datada, sem muita precisão, entre finais do século I d.C. e o século III d.C., com possível referência a uma mulher galaica, ao mencionar, na parte que diretamente nos interessa, [C]assia | [- - -] | [C]allaec[a?] | an(norum) L (*AE* 1992, 1051). O etnónimo *Callaeca* poderia fazer referência tanto ao *cognomen* como à *origo* da defunta; ou à filiação,

caso lêsemos *Casiae Callaeci filia*. Porém, talvez não tenhamos qualquer menção ao etnónimo, pois na *editio princeps* do epitáfio interpretou-se a mesma sequência inicial – ASIA ALLAEC – de modo completamente diferente: [C]assia[e] | *alliae c(oniugi)* (JIMÉNEZ DE GREGORIO, 1992). Evidentemente, só uma opção específica das numerosas possibilidades de leitura aportaria aqui testemunho de uma mulher galaica; e, sendo assim, como primeira opção emergiria o valor regional do etnónimo.

Não menos problemas oferece uma análoga inscrição – plausivelmente outra lápide – de Bolonha, Itália, agora com possível menção a um indivíduo galaico, embora com estranha ortografia: [- - - C?]asius *M(arci) filius* | [Hil?]arus *Galle[c(us)?]* (AE 1976, 213). A deficiente conservação da epígrafe impede a sua interpretação satisfatória; mas, evidentemente, encontramos nela um *nomen* (*Casius?*), uma filiação (*Marci filius*) e um *cognomen* (*Hilarus?*), de modo que a incompleta sequência conservada GALLE poderia referir-se tanto um *agnomen* como à *origo* do homenageado. Decerto, admitindo esta última opção resultaria tentador discernir um galaico. Mas no século I d.C., no qual sem muita precisão se propôs datar a epígrafe, não parece fácil admitir a sonorização da velar inicial (*k-* > *g-*) nem a simplificação do ditongo tónico (*-ae-*, *-ai-* > *-e-*) que caracteriza a evolução romance do etnónimo. Não parece, pois, que tenhamos galaico algum neste documento de Bolonha, mas, existindo, bem poderia incorrer, como sempre, na aceção regional do etnónimo.

De leitura muito mais clara do que os anteriores exemplos é um triplo epitáfio emeritense da segunda metade do século I d.C., com ineludível menção (pseudo-)cívica: *Cn(eus) Aemilius Cn(aei) filius Pap(iria tribu) | Callaecus an(norum) XXIIIX* (ILER, 6210). Desta vez resulta indiscutível a clareza da menção *Callaecus*; o que, contudo não esconde a incerteza da sua interpretação. *Callaecus*, com efeito, tanto pode ser o *cognomen* como a *origo* do defunto. Evidentemente, só a segunda opção complementar o registo de uma suposta *ciuitas Callaecorum*; mas obviamente, em Mérida, uma pessoa que se fizesse conhecer por “galaico” no seu epitáfio poderia ter em mente a sua região, e não a sua *ciuitas* de procedência. Temos um dado importante para escolhermos a opção regional: as *origines* galaicas consignavam na época em que se ergueu esta lápide o *castellum* para além da *ciuitas*, algo que não ocorre aqui. Provavelmente estamos perante um indivíduo oriundo da Galécia, que adquiriu a sua cidadania em Mérida. Afigu-

ra-se francamente difícil presumir o contrário tratando-se duma *ciuitas* indígena desta época, anterior ou imediatamente subsequente à latinização jurídica da região, que teria que incluir a menção do *castellum*.

Análogo a este epítáfio emeritense, apresenta-se-nos, finalmente, um documento que, por razões difíceis de precisar além do mimetismo bibliográfico, tem monopolizado a avaliação da questão eponímica: a famosa lápide de Vocónio Rufino, descoberta em Tarragona e datável entre os séculos II e III d.C. A menção volta a ser clara: *Q(uintus) Voconius | Rufinus Call(ae)cus* (RIT, 384). Tal como no epítáfio emeritense de Gneu Emílio, no tarraconense de Vocónio Rufino a leitura *Callaecus* é inequívoca, mas não a sua interpretação. O sentido cívico estrito, referente a uma *ciuitas Callaecorum*, foi defendido, como bem sabemos, por A. Tranoy (1977: 227-228) e repetido desde aí. Porém, o valor desta menção pode ser perfeitamente genérico, como se pensava antes de A. Tranoy e como algum outro autor, mesmo próximo dele, continuou a considerar depois (por exemplo, PEREIRA MENAUT, 1997: 305).

Uma inscrição lucense, sensivelmente da mesma época que a de Vocónio, pode iluminar esta difícil questão, pois está redigida de modo análogo: *Valeriae Fron(tillae) an(norum) XXII | filiae sancti(ssimae) disci(pulae) caris(simae) M(arcus) Va(l(eri)us) | Fronto Lusi(tanus) | f(aciendum) c(uravit)* (IRPLu, 33). A sequência dos *tria nomina* com um gentílico regional é idêntica em todos estes casos. Importa assinalar que na época em que a lápide de Vocónio Rufino foi erigida em Tarragona já a Galécia fora fugazmente constituída como província (cfr. ALFÖLDY, 2002; OZCÁRIZ GIL, 2007; FERNÁNDEZ CALO, 2018: 156 ss.), de modo que a analogia pode ser realizada neste caso, mesmo a nível de estatuto, com a Lusitânia. A meu ver, postularmos para todas as referências de *origines* galaicas uma aceção provincial ou meramente corográfica é a solução que se impõe pelo sentido ordinário que os termos *Callaecia* e *Callaecus* têm nas fontes clássicas e na epigrafia alto e baixo-imperial. Por fazerem referência a uma *ciuitas Callaecorum*, lápides semelhantes de emigrados deveriam aparecer na própria Galécia, de modo que a sua ausência, embora não constitua uma prova definitiva, assemelha-se, pelo menos, a um indício de que esta família de *origines* tenha carácter corográfico e/ou administrativo regional, não cívico local. Não podemos descartar, isso sim, que algum dos exemplos possa fazer referência a uma *ciuitas Callaecorum*, em consonância com o registo pliniano, mas a possibilidade afigura-se extremadamente fraca, como fomos vendo em cada caso.

Por último, ainda outra categoria de testemunhos sugere uma relação potencial – embora também improvável – com uma *ciuitas Callaecorum*: a epigrafia militar, na qual proliferaram exceccionalmente referências do etnónimo na nomenclatura de unidades auxiliares. Em geral, a aceção regional do etnónimo resulta inequívoca ao complementar apelativos conventuais: *Asturum et Callaecorum*, *Callaecorum Lucensium*, *Callaecorum Bracaraugustanorum* (por exemplo, *CIL* XIII, 7037; XVI, 180; *AE* 2003, 2062). O etnónimo só se constata isolado em duas *cohortes* que se sabem acantoadas na Síria em 160 d.C.: a *III* e a *IV Callaecorum* (*AE* 2005, 1730). A esta categoria podemos acrescentar, todavia, a *cohors mixta II Neruiorum et Callaecorum* (*CIL* XVI, 180). Qualquer um destes exemplos poderia levar a conjecturar tratar-se de unidades de recrutamento local em relação com a suposta *ciuitas* eponímica; mas a constatação de que em determinado momento chegou a haver pelo menos quatro *cohortes Callaecorum*, que dificilmente poderiam ter sido formadas por uma só *ciuitas*, parece descartar tal possibilidade.

Não podemos tão-pouco extrair conclusões precipitadas a partir da constatação de uma unidade de recrutamento mixto associada à *ciuitas* gala dos *Neruii*. Por Plínio (*Nat.*, III, 28) conhecemos um censo alto-imperial da Galécia, que permite estimar uma média de uns onze ou doze mil habitantes para cada *ciuitas* galaica (LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, 1999: 349). Relativamente à *ciuitas Neruiorum*, pelo contrário, Júlio César (*B.G.*, II, 4) apontou poderem reunir mais de cinquenta mil homens para o combate. A cifra é provavelmente exagerada, destinada a engrandecer a sua vitória sobre eles; mas informa-nos da grandeza das *ciuitates* da Gália Bélgica, ou pelo menos da *Neruiorum* em particular, em comparação com as da Galécia. O território da *ciuitas Neruiorum*, conservado no extenso bispado de Cambrai (FAIDER-FEYTMANS, 1952: 344-346), aproximava-se, de facto, mais de um *conuentus* do que de uma *ciuitas* galaica. Por isso, não há nada de estranho em que *Neruii* e galaicos de toda a Galécia proovessem conjuntamente várias unidades militares, apesar da discrepância de estatuto; muito mais estranho seria que uma diminuta *ciuitas Callaecorum* fornecesse tropas em condições de igualdade com os *Neruii*.

Não temos, em suma, nenhuma referência de unidades militares galaicas – apesar do seu amplo testemunho – que possa ser atribuída exclusivamente a uma *ciuitas Callaecorum*. Isto resulta perfeitamente coerente com o facto de o recrutamento de unidades auxiliares ter sido

na Galécia, com poucas exceções, conventual e não local (SANTOS YANGUAS, 1988).

Verificamos que as referências complementares nas quais apoiar a informação pliniana de uma *ciuitas Callaecorum* são extremamente fracas, apesar do relativamente amplo volume de documentação implicada. Pelo exposto completamos – segundo o meu conhecimento – o *corpus* epigráfico que, de modo mais ou menos legítimo, se poderia utilizar para defender a existência desta *ciuitas*. Mas em todos os registos, sem exceção, e de igual forma no caso do tão citado epitáfio de Vocónio Rufino, como em todos os demais sempre ignorados, o valor probatório é ínfimo pela permanente possibilidade da aceção regional do etnónimo.

O reporte estraboniano

Como já expusemos, a questão eponímica propõe que os galaicos formassem um pequeno povo epónimo que acabaria por dar nome à região. A ideia de uma deriva semântica do etnónimo, de uma traslação etnonímica do nome do povo epónimo a toda a região, é uma das três principais assunções em que se fundamenta o consenso. A única fonte que tem sido utilizada, concretamente por A. Tranoy, para documentar este processo terminológico é uma passagem de Estrabão que informa sobre a origem da aplicação do etnónimo “galaico” aos povos do Noroeste da península ibérica. O texto é o seguinte (Str., *Geog.*, III, 3, 2: ed. MEINEKE, 1903: 206; trad. DESERTO & PEREIRA, 2016: 60):

Οἱ δὲ ὑπερκείμενοι τῶν λεχθέντων μερῶν Ὀρητανοὶ μὲν εἰσι νοτιώτατοι καὶ μέχρι τῆς παραλίας διήκοντες ἐκ μέρους τῆς ἐντὸς στηλῶν, Καρπητανοὶ δὲ μετὰ τούτους πρὸς ἄρκτους, εἶτα Ουέττωνες καὶ Ουακκαῖοι, δι' ὧν ὁ Δούριος ῥεῖ κατ' Ἀκούτειαν πόλιν τῶν Ουακκαίων ἔχων διάβασιν, Καλλαϊκοὶ δ' ὕστατοι, τῆς ὀρεινῆς ἐπέχοντες πολλήν· διὸ καὶ δυσμαχώτατοι ὄντες τῶι τε καταπολεμήσαντι τοὺς Λυσιτανοὺς αὐτοὶ παρέσχον τὴν ἐπωνυμίαν, καὶ νῦν ἤδη τοὺς πλείστους τῶν Λυσιτανῶν Καλλαϊκοὺς καλεῖσθαι παρεσκεύασαν.

Os povos estabelecidos para o interior das regiões mencionadas são os Oretanos, que ficam mais a sul e se estendem até à costa da parte de cá das Colunas. Os Carpetanos, por seu turno, vêm a seguir a estes, para norte, depois Vetónios e Vaceios – por cujo território corre o Douro, que

tem travessia em Acúcia, uma cidade dos Vaceios. E os últimos são os Galaicos, que ocupam uma grande parte da zona montanhosa (por isso, ao serem também os mais difíceis de combater, eles próprios deram o sobrenome ao que submeteu os Lusitanos e fizeram com que à maior parte dos Lusitanos se chame ainda hoje Galaicos).

Segundo A. Tranoy (1977: 226) é por este texto “que nous connaissons la valeur guerrière de ce peuple [os galaicos epónimos] et l’extension de son nom à tous les peuples du nord”. Mas se lermos o texto sem a ideia preconcebida de que Estrabão refere aqui um povo epónimo, não o encontraremos. É evidente que as referências aos *Kallaikoi* contidas nesta passagem não têm nada a ver com a aceção restrita do etnónimo. Os *Kallaikoi* citam-se, aqui, juntamente com outras entidades étnicas de projeção indubitavelmente regional, como os oretanos, os carpetanos, os vetões, os vaceios e os lusitanos. Afirma-se expressamente que os galaicos habitam “uma grande parte da região montanhosa” (*tēs oreinēs epéchontes pollēn*). Para Estrabão, esta região montanhosa, a terra dos *órei*, “montanheses”, era todo o norte da Península Ibérica, incluindo galaicos, ástures, cântabros e vascões (cfr. Str., *Geog.*, III, 3, 7). Uns galaicos ocupando uma grande parte dessa “região montanhosa” talvez possam casar com o sentido regional do etnónimo, mas dificilmente com o restrito. E Estrabão é muito claro, no texto que nos ocupa, na atribuição da evolução terminológica do etnónimo *Kallaikoi* não só ao facto de estes serem guerreiros e de se terem enfrentado com Bruto, mas também ao de ocuparem toda essa grande região montanhosa.

O certo é que nas fontes sobre a guerra de Bruto (138-137 a.C.), à qual Estrabão reporta esta inflexão terminológica, não conservamos qualquer referência segura aos galaicos como pequeno povo epónimo. As referências aos combates de Bruto contra os galaicos limitam-se a duas concisas expressões: *omnes Callaeciae populos* (Flor., *Epit.*, I, 33, 12), que evidentemente denota uma aceção regional; e *aduersus Callaecos pugnauit* (Liv., *Per.*, LVI, 1), que decerto, e à falta de outros argumentos, terá a mesma aceção exata. Muito mais tarde, Orósio refere a vitória de Bruto sobre 60.000 galaicos no Douro (Oros., *Hist.*, VII, 5, 5) e Eutrópio, em consonância com as fontes epigráficas, dá notícia de o seu triunfo ter sido obtido *de Callaecis et Lusitanis* (Eut., *Brev.*, IV, 19). Estamos perante autores tardios que referem já não só o sentido regional, mas o provincial do etnónimo: dificilmente os galaicos de Orósio podem ser uma *ciuitas* epónima quando supostamente põem

sobre o campo de batalha semelhante contingente; no caso de Eutrópio, voltamos a encontrar a referência aos galaicos junto a outra de uma coletividade regional, os lusitanos, de modo que também para os primeiros a aceção deve ser regional. O mesmo acontece com o único episódio militar conhecido antes de Bruto: a intervenção de Servílio Cepião contra os galaicos depois de enfrentar vetões e lusitanos (App., *Iber.*, 70): se estes dois últimos etnónimos têm um valor indubitavelmente regional, porquê pensar que os galaicos, que se citam ao mesmo nível, o terão restrito?

Já vimos que, segundo A. Tranoy, o papel epónimo da suposta *ciuitas Callaecorum* se deveria a estes terem constituído “le premier obstacle réél rencontré par les Romains dans leur progression du sud de la Lusitanie vers le nord du Douro”, argumento com o qual ele dá início a toda a sua argumentação em favor da localização do povo epónimo no Baixo Douro (TRANOY, 1977: 226-227). Mas isto volta a ser claramente contraditório com os dados disponíveis do processo de conquista romana. O primeiro encontro militar documentado com os galaicos é o já referido de Servílio Cepião, relatado por Apiano. Resumamo-lo: tendo fracassado no assédio ao lusitano Viriato, em campanhas que se reconhecem muito meridionais e interiores (GUERRA & FABIÃO, 1992), Cepião dirigiu-se sucessivamente contra os seus aliados vetões e galaicos (App., *Iber.*, 70). Estes galaicos de Cepião foram o “premier obstacle réél” dos romanos conhecido na *Callaecia*; mas se a expedição procedia do território vetão, na Meseta, dificilmente pôde ter atingido o Baixo Douro antes de outras terras galaicas interiores, acima do Douro. Assim, ou o povo epónimo não se encontrava no Baixo Douro ou o seu papel epónimo nada teve a ver com o facto de terem sido esse “premier obstacle réél”.

Aliás, o único registo detalhado das campanhas de Bruto na Galécia, Apiano, nada diz dos galaicos e apenas salienta a beligerância de umas poucas comunidades locais: os brácaros e os talabricenses (App., *Iber.*, 72-73). Todavia, por um outro episódio, de testemunho mais descontextualizado, talvez possamos adicionar a *urbs Cinnania* (Max., *Fact.*, VI, 4). Perante estas fontes, A. Tranoy chega a afirmar que existe uma “légère contradiction” entre os relatos de Apiano e de Estrabão (TRANOY, 1977: 226), mas a discrepância emerge de uma inferência espúria por parte do próprio: a de que Estrabão refira nalgum momento um povo epónimo. Não sucede isso: nestas fontes, e em todas as demais referentes à guerra de Bruto, os galaicos são sempre mencio-

nados no seu sentido amplo, que inclui os brácaros e muitos outros povos, de forma que não há tal contradição.

Em suma, a ideia de, no texto estraboniano reproduzido, figurar a prova da traslação etnonímica de uma *ciuitas* epónimo a toda a região, simplesmente não é sustentável. O que Estrabão denota é o momento em que o etnónimo “galaicos” se distinguiu, aos olhos dos romanos, de “lusitanos”, que antes dele, e ainda no seu tempo, se aplicara imprecisamente a todos os povos do Ocidente da península ibérica, incluídos os galaicos *lato sensu*. Para ele, o sentido regional do etnónimo “galaicos” é constante; o etnónimo de projeção variável é “lusitanos”, que pode incluir ou não os povos da Galécia.

Deste uso espúrio de uma fonte procede a ideia da deriva semântica do etnónimo, um dos três princípios que regem a *questão eponímica*. Talvez houvesse uma deriva semântica, mas Estrabão não diz nada acerca dela, e é a única fonte que se tem empregado para fundamentar a teoria eponímica. A. Tranoy empregou, como vemos, este texto de forma espúria; os seus epígonos, a quem, indiferentes às fontes, bastou a conclusão do mestre, nem isso.

O registo paleolinguístico

Verificamos que a evidência de uma *ciuitas Callaecorum* e do seu papel epónimo é muito discutível. Mas se admitirmos a existência de tal povo epónimo independentemente das dificuldades descritas, a questão da sua localização, à falta doutros dados, passará por confrontar o etnónimo com o registo paleolinguístico, pesquisando nele afinidades toponímicas e teonímicas. Vimos que A. Tranoy fundamentou esta localização na área do Porto a partir de dois indícios: o topónimo *Cale* e a deusa *Calaicia*; além de uma interpretação algo discutível acerca do lugar onde, pela primeira vez, os galaicos se opuseram aos romanos, assunto que já tratámos. Os seus epígonos aceitaram a localização proposta sem ampliar ou avaliar os dados e inclusive descartaram o valor de alguns deles. Mas também já vimos que certas propostas anteriores a A. Tranoy utilizaram outros dados paleolinguísticos ou da toponímia atual que implicavam outras áreas do antigo *conuentus*.

O argumento tido, hoje, por principal é o que havia proposto L. Monteagudo e repetiu A. Tranoy: que o corónimo *Callaecia* deriva de *Cale*; de modo que este topónimo antigo podia servir para também

localizar a *ciuitas Callaecorum* epónima. *Cale* tem um registo abundante que, através do composto *Portucale*, chega até à atualidade, na forma do próprio corónimo de Portugal. Mas o registo romano de *Cale* limita-se à possível notícia da sua tomada pelo general Perpena, no contexto da guerra sertoriana (Serv., *Aen.*, VIII, 728); à sua inclusão no *Itinerário de Antonino*, com ligação à via entre Lisboa e Braga (*Ant.*, 421, 8); e, já para o fim do Império, à indicação de ter sido o lugar da morte do caudilho Agiulfo (Hyd., *Chron.*, 187 [180]). As referências proliferam com a constituição do bispado portugalense, cujo primeiro testemunho fidedigno se encontra nas atas do segundo concílio de Braga, de 572 (*Conc. Brac.* II, *subscriptiones*). O problema é que outra fonte da mesma época, o *Paroquial Suevo*, distingue a sede deste bispado como *Portucale castrum nouum*, identificando pelo contrário outro *Portucale castrum antiquum* no vizinho bispado de Coimbra (*Par.*, II, 1; IV, 7). Não parece haver grandes dúvidas de que o Douro conformava o limite entre os dois bispados, e que, deste modo, o *castrum antiquum* de *Portucale* radicaria na margem esquerda da foz deste rio, concretamente onde hoje é Vila Nova de Gaia (DAVID, 1947: 79; MANTAS, 1996: 649 – embora em MANTAS, 2015 apenas se observe a opção portuense –; ALARCÃO, 2001: 50; SILVA, 2010: 217-220).

Estudiosos que abordaram a difícil questão da arqueologia romana da área metropolitana do Porto já sugeriram que *Cale* pudesse ter sido um assentamento repartido por ambas as margens da foz do Douro, independentemente de qual delas fosse a primeva e/ou principal (TRANOY, 1981: 213; 1988-1994: 132; MANTAS, 1996: 645-651; SILVA, 2010: 229; 2018). Porém, não se pode negar que a indicação do *Paroquial Suevo* vai no sentido de que o assentamento original fosse o da margem esquerda, o que implicaria ter *Cale* melhor correspondência com Gaia do que com o Porto. Isto é essencial para o nosso problema, na medida em que Gaia pertencia à Lusitânia romana e aos *Turduli ueteres*, não ao *conuentus* bracarense, e não se pode pôr em relação, portanto, com os *Callaeci* epónimos (cfr. Plin., *Nat.*, IV, 113-114). Vemos, assim, que o dado mais relevante fornecido para a localização deste povo no Porto é incerto e poderia nem implicar os *Callaeci*, nem o *conuentus* bracarense... E nem sequer o Porto.

Porém, mesmo assumindo como dado seguro a apenas hipotética localização de *Cale* no Porto, o que ela oferece à questão eponímica é mínimo. O seu valor argumentativo só resulta decisivo se antes se assumir, de forma preconcebida, a localização portuense dos galaicos

epónimos, pois a raiz *cal-* presente no topónimo é relativamente comum no registo paleolinguístico de toda a região, e não só da foz do Douro.

Contamos, efetivamente, com múltiplos derivados da mesma raiz em toda a Calécia: vários castros de *Calubriga* (CIL II, 2610; CALO LOURIDO, 1994: n.º 73, p. 512); a *mansio Caladunum* (Ant., 422, 5); o próprio povo dos *Caladuni* (CIL II, 2487; AE 1983, 570; AE 1991, 1004); e, mesmo, um possível *castellum Cal[lae]c(o)* dos *Interamici* (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997: n.º 324). Este *castellum*, *Caladunum*, os *Caladuni* e um dos locais denominados *Calubriga* levam-nos seguramente ao *conuentus* bracarense, algo que se não pode afirmar com total certeza para *Cale*. O seu valor argumentativo para a localização dos *Callaeci* epónimos é, portanto, superior, por muito que, devido à ideia preconcebida da localização portuense, se ignorem na literatura respeitante à questão eponímica.

Passemos aos paralelos teonímicos. Sabemos que A. Tranoy se amparou na deusa *Calaicia* documentada na inscrição de Sobreira, Paredes, perto do Porto, para fundamentar a sua hipótese da localização portuense. O texto da epígrafe, seguindo A. Tranoy, é o seguinte: *Calai-cia[e] | Rufus Fl[au]i f[ilius] s(oror) f(aciendum) c(urauit)* (AE 1977, 446 = ILLER, 5083b = RAP, 40). Mas o contributo desta deusa para o problema que nos ocupa só é efetivo se antes se assumir a hipótese prévia de se tratar de uma divindade local, própria dos *Callaeci* epónimos, postura que quase não tem passado do proponente original (TRANOY, 1977: 230-231; 1981: 271; SILVA, 1986: 277). Na realidade, a referência é muito incerta, tendo sido interpretada também, à luz de leituras discrepantes, como antropónimo (VASCONCELOS, 1921-1922; REDENTOR, 2017: n.º 226); e mesmo a interpretação teonímica, bem mais popularizada, não impõe uma consequência unívoca: alguns autores, inclusive destacados defensores da localização portuense dos *Callaeci* epónimos, preferiram vislumbrar aqui uma divindade não local, mas nacional, de toda a Galécia (UNTERMANN, 1993: 383; RODRÍGUEZ COLMENERO, 1998: 21). A meu ver, o facto de o teónimo apresentar o mesmo sufixo *-ia* do paleocorónimo regional aponta mais, com pouca margem de erro, para a sua associação à região, do que para um povo epónimo, cuja derivação lógica seria simplesmente **Callaica* ou, aplicando à raiz o sufixo teonímico galaico-lusitano por antonomasia *-aiko-*, **Callaecoeca*.

No vizinho *conuentus* lucense temos uns *lares Callaeciarum* (IRPLu, 23); em Peñalba de Castro, na província de Castilla y León, aparecem umas *matres Galaicis* (CIL II, 2776) e uma *Caleca Nevara*

(ABÁSOLO & GUTIÉRREZ, 2005). Mesmo considerando a diversidade de situações e contextos a que nos conduzem estes testemunhos, deles emerge a ideia de ser comum a família teonímica a que pertence a *Calaicia* de Sobreira, e mesmo a relação teológica de todas estas divindades. Em interessante achega sobre a religiosidade dos *Turmodigi*, B. P. Carcedo de Andrés (2008: 165-166) aponta não só esta relação de *Caleca Neuara* com a *Calaicia* de Sobreira, mas também com a *Cailleach* irlandesa, que por sua vez apresentaria outra sugestiva conexão com a sua variante *Cailleach Bheara*. A existência de paralelos teonímicos sugere, todavia, que *Calaicia*, do registo de Sobreira, possa ser manifestação de uma divindade de culto muito difundido, não própria de uma tribo epónima e, portanto, diluindo o seu valor de prova para a localização desta.

Evidentemente, as divindades que acabamos de citar como paralelos de *Calaicia* não podem ser postas em relação com os galaicos epónimos, uma vez que se documentaram fora do *conuentus* bracarense. Mas o certo é que, neste mesmo *conuentus*, não temos só a *Calaicia* de Sobreira: em Laza, Galiza, encontramos o registo *Bandua Cal[lai]co* (*AE* 1955, 256 = RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997: n.º. 124), que resulta, neste caso, num forçoso exemplo de divindade local, pois os epítetos teonímicos na Galécia designam geralmente pontos concretos, como montes ou castros. Dito de outro modo: o simples epíteto *Callaicus* implica uma manifestação local deste deus e um topónimo afim. Só este pequeno e esquecido testemunho acarreta um *corpus* documental tão extenso como o que se tem fornecido para a hipótese consensual dos *Callaici* portuenses; e provavelmente mais sólido, por dois motivos:

- 1.º – o epíteto de Laza tem um valor inequivocamente restrito e não regional como sucede com o registo *Calaicia* de Sobreira;
- 2.º – não parece haver a possibilidade de que o topónimo do qual deriva nos leve para muito longe de Laza, como acontece com *Cale* que poderia conduzir-nos para fora do *conuentus* bracarense.

Já M.^a L. Albertos Firmat (1975: 41), filóloga que amiúde se distinguiu pela recusa de factoides historiográficos, em meritória atenção às fontes primárias, ao invés de atender ao prestígio de outros autores contemporâneos, sugeriu que *Bandua Callaicus* de Laza fizesse referência aos galaicos “como agrupación menor”. E A. Tranoy (1977:

231-232), certamente mais rigoroso neste assunto que os seus epígonos, que se limitaram a repetir as suas conclusões, não ignorou a divindade, mas limitou-se a afirmar o valor regional do seu epíteto – algo que não sucede em um só epíteto teonímico galaico-lusitano – em face do local atribuído a *Calaicia*, apesar de, como se expôs, tudo apontar justamente para o contrário. Evidencia-se, pois, a tendenciosidade da priorização da deusa *Calaicia* frente a outros teónimos para a localização dos – pretendidos – *Callaeci* epónimos.

Os paradoxos do consenso

Agora que revimos a historiografia, os dados existentes e os argumentos esgrimidos pelas vozes implicadas na questão eponímica, atingimos, pela primeira vez, uma visão de fundo do problema. O que descobrimos é um consenso construído há mais de quarenta anos sobre uma interpretação extremadamente parcial e dirigida das fontes por parte de A. Tranoy, aceite acriticamente pela historiografia posterior, mas nunca ampliada nem revisitada com rigor. No começo deste trabalho enunciámos as três ideias gerais que dotam de conteúdo o referido consenso e fomos vendo a extrema fraqueza de cada uma delas. Repitamo-las:

- 1.^a – a premissa de um povo epónimo, a *ciuitas Callaecorum*;
- 2.^a – a assunção de uma deriva semântica, a adoção do seu etnónimo por toda a região entre a guerra de Bruto e Augusto (séculos II-I a.C.);
- 3.^o – a proposta de uma localização geográfica, na margem direita da foz do Douro.

A ideia do povo epónimo é meramente sugerida por uma passagem de Plínio escrita por volta da década de 70 d.C., em que, contra o sentido geral do etnónimo em questão, que é sempre regional, parece referir-se uma *ciuitas Callaecorum*, embora nada quanto ao seu papel epónimo. Complementarmente, podem alegar-se uma série de registos epigráficos da mesma época ou mais tardios – embora a historiografia se tenha limitado a citar obsessivamente só um deles, o epitáfio de Vocónio Rufino – onde o etnónimo *Callaicus* é referido, sobretudo como *origo* de emigrantes. Mas vimos que estes registos podem ser sempre interpre-

tados, sem qualquer problema, como *origines* de carácter regional, de modo que não terão um verdadeiro valor probatório na hora de verificar a sugestão de Plínio. A mesma ambiguidade afeta a própria descrição pliniana, na qual, como vimos que acontece noutros lugares da obra, o etnónimo *Callaeci* pode ter um mero sentido etnográfico ou inclusive servir de complemento gramatical a algum dos etnónimos adjacentes. Evidentemente, pode acontecer que Plínio, com a sua estranha referência aos *Callaeci* no *conuentus* bracarense, aludisse verdadeiramente a uma *ciuitas Callaecorum*, e que toda a epigrafia pseudo-cívica estudada estivesse na mesma linha. Mas isto é somente uma possibilidade, pelo que a existência, nalgum momento do domínio romano, de uma *ciuitas Callaecorum* é uma suposição, não um facto.

É desta base que parte toda a questão eponímica. As fontes da suposta *ciuitas Callaecorum*, como se vê, nem sequer carregam nada acerca do seu suposto papel epónimo e da deriva semântica experimentada pelo etnónimo. Vimos que a única fonte esgrimida sobre esta questão, ainda que de maneira espúria, é uma passagem de Estrabão na qual não se chega a sugerir, nem remotamente, a aceção restrita do etnónimo. Vimos que este geógrafo documenta a aplicação do etnónimo *Kallaikoi* a uma parte dos povos que anteriormente foram incluídos de maneira imprecisa e genérica entre os lusitanos. Ele não sugere nada quanto a um povo epónimo: na sua obra o sentido regional do etnónimo *Kallaikoi* é constante e igualmente na passagem alegada. Vemos, assim, como o conteúdo de uma fonte histórica tem sido retorcido pelos historiadores para a fazer complementar uma ideia moderna sobre a origem do corónimo Galécia num suposto povo epónimo.

Daqui deriva também um autêntico paradoxo, o primeiro dos que vamos enunciar neste ponto. Vemos que todas as fontes que, de algum modo, sugerem a existência de uma *ciuitas Callaecorum*, são da segunda metade do século I d.C. ou posteriores; mas todas as anteriores a essa data, incluindo as da guerra de Bruto, são constantes quanto ao valor genérico do etnónimo. Contudo, a homonímia entre esta suposta *ciuitas* e o nome geral da região tem sido interpretada de modo unidirecional pelo seu pretenso papel epónimo. Evidentemente, se a suposta *ciuitas Callaecorum* tivesse tal papel epónimo, seria de esperar que a aceção restrita do etnónimo antecederse a aceção regional nas nossas fontes. Não é assim: estas delineiam a situação contrária. Com efeito, de um valor inicialmente regional sem exceção (séculos II-I a.C.), algumas fontes isoladas começam a sugerir, desde o século I d.C. e até o III, uma

aceção que pode ser interpretada como local. Obviamente, a ideia do povo epónimo pode explicar a homonímia, decorrente destas fontes, entre a suposta *ciuitas* e a região; mas, nas circunstâncias particulares que observamos, isto evidencia-se sobretudo como uma solução *ad hoc* que chega ao ponto de ordenar os dados de forma contrária à que estes apresentam.

Mas há outro paradoxo, mais grave, que obriga a descartar, com pouca margem de dúvida, a visão geral fundamentada pelo consenso eponímico. Estamos vendo que toda ela parte da sugestão pliniana. Se Plínio (*Nat.*, III, 28) não tivesse incluído os *Callaeci* numa listagem de etnónimos do *conuentus* bracarense, provavelmente não haveria questão eponímica. A ideia de um sentido restrito do etnónimo *Callaeci* surge a partir de Plínio e daí, a partir doutros indícios e argumentações, construiu-se a ideia de um povo epónimo e de uma localização para ele. A localização consensual é, como sabemos, a margem direita da foz do Douro; mas também vimos que, paradoxalmente, o próprio Plínio descarta essa localização, ao atribuí-la à *ciuitas Bracarorum* (Plin., *Nat.*, IV, 113). Emerge, pois, o grande paradoxo da questão eponímica: a única fonte que pretensamente documenta uma *ciuitas Callaecorum* – Plínio – situa taxativamente na foz do Douro, não essa *ciuitas*, mas a *Bracarorum*. O consenso historiográfico defende, pois, através de Plínio, a existência de uma *ciuitas Callaecorum* e, contra ele, a sua localização na foz do Douro.

A postura é decerto paradoxal e, na realidade, fez cair os partidários do consenso em graves contradições. O próprio A. Tranoy, na sua grande obra *La Galice romaine* – posterior ao artigo dele, mais detalhado, que protagonizou o nosso exame historiográfico – reconheceu que “si l’on suit ces indications fournies par Pline, le territoire des Bracari aurait été jusqu’au Douro” (TRANOY, 1981: 64); mas, no subsequente exame da *ciuitas Callaecorum*, esta é colocada precisamente na foz do Douro, sem sequer valorar o evidente argumento contrário que constitui esta sugestão pliniana da extensão duriense da *ciuitas Bracarorum* (cfr. TRANOY, 1981: 65). Analogamente, em trabalho que não é mais que uma recensão da grande obra de A. Tranoy, as historiadoras D. Dopico Caínzos e P. Rodríguez Álvarez incorreram na mesma contradição, afirmando literalmente, de um parágrafo para outro, que os *Bracari* “llegaron hasta el Duero” e que os *Callaeci* estariam “en la región inferior [meridional?] al *oppidum* de *Bracara Augusta*, en la zona del actual Oporto” (DOPICO CAÍNZOS & RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, 1993: 398).

Muitas dúvidas emergem destas leituras. Uma, simples, é se “Oporto” fica ou não precisamente no Douro, e como poderia resolver-se, assim, a sobreposição das jurisdições locais que – ignoro se advertidamente ou não – estas autoras propunham. Outra dúvida, algo mais grave e extensa, é se dados tão ambíguos, unidos por argumentos tão fracos, incorrendo em tantas conjeturas, paradoxos e contradições, merecem materializar um consenso historiográfico como aquele que hoje tem a questão eponímica.

Algumas incitações historiográficas

O consenso historiográfico construído pela questão eponímica defende que Júnio Bruto venceu uma pequena tribo de *Callaeci* assentada na margem direita da foz do Douro, e que devido ao seu triunfo e mais tarde confundindo-se com as reformas administrativas de Augusto, o etnónimo passou a ser alusivo de toda a região da *Callaecia*. Neste trabalho mostramos a escassa base positiva deste consenso. As próprias fontes antigas atribuem a foz do Douro a outros povos, o papel epónimo da suposta *ciuitas Callaecorum* é uma conjetura factível, mas sem o mínimo sustento documental, e o próprio registo de tal *ciuitas* é em extremo discutível. E isto obrigar-nos-á a encetar uma efetiva alteração de postura no respeitante à historiografia sobre este assunto.

No mínimo, deveria corrigir-se a associação dos supostos *Callaeci* epónimos à margem direita da foz do Douro. Os *Callaeci* não figuram como *ciuitas* mais do que numa controvertida passagem de Plínio; mas este atribui a margem direita da foz do Douro à *ciuitas Bracarum*, não a tais *Callaeci* epónimos. Se admitirmos o testemunho dos *Callaeci* como *ciuitas* por Plínio, por ele também devemos descartar o assentamento de tal *ciuitas* na foz do Douro.

Se descartarmos esta zona, outras de todo o *conuentus* bracarense emergem como possíveis candidatas. Dos paralelos léxicos manejados, há, na mesma medida que fizemos com Porto, que descartar o *castellum Callaecum* por se documentar entre os *Interamici*, povo assentado no extremo nordeste do *conuentus* (RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997: 324; sobre a localização deste povo, vejam-se RODRÍGUEZ COLMENERO, 1977: 30; LE ROUX, 1996: 368; REDENTOR, 2017: 82). Claramente, não sucede o mesmo com os *Calubrigenses* mencionados na inscrição do guerreiro de Santa Comba de Basto (CALO LOURIDO, 1994: n.º. 73,

p. 512), que nos levaria pelo contexto epigráfico às imediações do vale médio do Tâmega, última opção de A. Rodríguez Colmenero (2013: 289); nem com o monte ou castro **Callaecum* sugerido pelo altar de Laza, no setor mais alto do mesmo rio (AE 1955, 256 = RODRÍGUEZ COLMENERO, 1997: n.º. 124).

Porém, de entre todos os paralelos léxicos, o mais significativo é, a meu ver, o de *Caladunum* e os *Caladuni*, correspondentes *per se* a uma *ciuitas* e não a um mero topónimo. Todavia, os *Caladuni* não constituem um verdadeiro etnónimo, mas um gentílico derivado do topónimo *Caladunum* e, portanto, resulta legítimo suspeitar de uma tardia adoção. Isto implica conjecturar qual seria o nome dos *Caladuni* antes que a *ciuitas* se organizasse com fulcro em *Caladunum*. É evidente que este topónimo guarda uma forte relação linguística com o etnónimo *Callaeci*, de modo que uma possível hipótese será a de que os *Callaeci* epónimos tivessem equivalido ao nome original dos *Caladuni*, antes da adoção do nome da sua capital. De admitirmos a existência de uma *ciuitas Callaecorum*, a localização melhor que se perfila é a que já A. Rodríguez Colmenero (1977: 32) sugerira antes de se passar ao consenso estabelecido por A. Tranoy: a relação dos *Callaeci* com *Caladunum* e, conseqüentemente, com as terras do Barroso. A mesma localização decididamente interior que, genericamente, defendera toda historiografia primitiva da questão. E a mesma, finalmente, que poderia sugerir a expressão pliniana *quos super Callaecia*, dando aqui ao corónimo – como se fez nalguma ocasião, e mesmo particularmente tendo expressado já a nossa discrepância ao respeito – um valor restrito e não regional (Plin., *Nat.*, IV, 112; veja-se o segundo ponto para a análise e crítica documental e historiográfica).

Mas nem sequer o horizonte de possibilidades finda aqui. Neste trabalho denunciamos a fraqueza do registo da *ciuitas Callaecorum* e do seu papel epónimo. Isto significa que o exame histórico da questão não se deveria limitar a empregar estas premissas como ponto de partida.

Vimos que o uso restrito do etnónimo é cronologicamente mais tardio que o regional, de modo que resultaria legítimo pensar que a *ciuitas Callaecorum* foi assim denominada desde a região, e não a região a partir da *ciuitas*. Não é isto um fenómeno impossível: encontramos um paralelo claro na *ciuitas* britana dos *Belgae*, que levavam por nome o de uma coletividade étnica regional do continente, pois, ao que parece, eram imigrantes na ilha. É em fontes muito tardias que se constata a sua *Venta Belgarum* (*Ant.*, 478, 2). Se admitirmos um valor primitivamente regional para o etnónimo *Callaeci*, talvez este fosse privativo de uma

área cultural como a que pôde constituir a cultura castreja pré-romana, de cujos ritmos gerais grande parte do futuro *conuentus* bracarense, e nomeadamente toda a sua área trasmontana, manteve sempre um forte desvio (cfr. CALO LOURIDO, 1994: 43 ss.). Se verdadeiramente existiu uma *ciuitas Callaecorum*, mas esta não foi epónima, talvez se deva pensar numa comunidade de imigrantes das áreas ocidentais da cultura castreja, identificadas como galaicas nas nossas fontes mais antigas, que tivessem adotado o nome étnico regional para a sua nova comunidade política, noutra ponto do *conuentus* ainda sem tal identidade.

Porém, a razão da homonímia entre a suposta *ciuitas* e a região nem sequer tem de ficar a dever-se necessariamente à derivação subordinada de uma relativamente à outra, seja em que ordem for. Com efeito, outra opção seria admitir a mera casualidade da sua homonímia, tratando-se o radical *kal-* e o sufixo *-aiko-*, como é consabido, elementos linguísticos comuns na Galécia antiga.

Mas a própria ambiguidade destas fontes é tal que nem sequer temos por certo esse valor restrito do etnónimo complementar ao regional. Talvez a ideia de uma *ciuitas Callaecorum* não seja mais que uma interpretação errónea de umas fontes ambíguas. E a ser assim, haveria que admitir a possibilidade de que o valor regional do etnónimo anteceda a guerra de Bruto, e que talvez se aplicasse já a um conjunto genérico de povos que, afinal, seria ampliado e/ou especificado no baliçamento regional da *Callaecia*. Ou, dado que Bruto passou à história como vencedor dos galaicos, mas as fontes da sua guerra pouco mais detalham que a implicação dos brácaros, também se nos sugere uma particular relação entre os dois etnónimos. Uma última ideia alternativa que emerge, portanto, é que *Callaeci* fosse uma denominação alternativa, talvez um exónimo, dos próprios *Bracari*, que depois se aplicou a toda a região a norte deles.

Tudo o que se expôs não são mais que hipóteses, que requerem reflexão e discussão crítica por parte dos especialistas. Precisamente aquilo que não se fez desde o artigo de 1977 de A. Tranoy com a questão eponímica. Acho ter demonstrado a inconsistência da localização portuense da suposta *ciuitas Callaecorum*, mas também o carácter conjectural da assunção da deriva semântica do etnónimo, e mesmo do testemunho de tal povo epónimo. As nossas fontes são ambíguas e os argumentos fornecidos pelos defensores do consenso atual sobre a origem do corónimo da Galécia muito fracos. Muito menos justificam um consenso que terá que ser corrigido e provavelmente abandonado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos revisores pelos seus comentários, que me permitiram melhorar significativamente a qualidade deste artigo, bem como ao meu amigo Raoni Paes Peres e aos editores da revista pela sua ajuda na correção do texto de acordo com a ortografia portuguesa.

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

AE = *L'anne épigraphique*.

Ant. = *Itinerarium Antonini*.

App., Iber. = Apiano de Alexandria, *Iberikè (Rhōmaiká)*, VI).

B.G. = Júlio César, *De bello gallico*.

CIL II = Hübner, 1869.

CIL XIII = Domaszewski & alii, 1907.

CIL XVI = Mommsen & Nesselhauf, 1936.

Conc. Brac. = *Concilium Bracarense*.

Eut., Brev. = Eutrópio, *Breviarium*.

Flor., Epit. = Floro, *Epitome rerum Romanorum*.

Hyd., Chron. = Hidácio de Chaves, *Chronicon*.

ILER = Vives, 1971-1972.

IRPLu = Arias Vilas & alii, 1979.

Liv., Per. = *Periochae* de Tito Lívio.

Max., Fact. = Valerio Máximo, *Factorum ac dictorum memorabilium*.

Mela, Chor. = Pompónio Mela, *De chorographia*.

Oros., Hist. = Paulo Orósio, *Historiae adversus paganos*.

Par. = *Parochiale Suevum*.

Plin., Nat. = Plínio o velho, *Naturalis historiae*.

RAP = Garcia, 1991.

RIT = Alföldy, 1975.

Serv., Aen. = Sérvio, *In Vergilii Aeneidem commentarii*.

Str., Geog. = Estrabão de Amásia, *Geōgraphiká*.

BIBLIOGRAFIA

- ABÁSULO, J. A.; GUTIÉRREZ, A. (2005) – Caleca Nevara, in IGLESIAS ROUCO, L.; PAYO HERNANZ, R. J., coords. – *Estudios de Historia y Arte. Homenaje al Profesor D. Alberto C. Ibáñez Pérez*, Burgos: Universidad de Burgos, pp. 107-112
- ALARCÃO, J. (1995) – *O domínio romano em Portugal*, Mira-Sintra.

- ALARCÃO, J. (1995-1996) – As civitates do norte de Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, Universidade do Minho, 12-13, pp. 25-30.
- ALARCÃO, J. (1998) – Ainda sobre a localização dos populi do conventus bracaraugustanus, *Anales de Arqueología Cordobesa*, 9, pp. 51-54.
- ALARCÃO, J. (2001) – As paróquias suévicas do território actualmente português, in VILLAR, F.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. P., coords. – *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*, Salamanca: Universidad de Salamanca, pp. 29-59.
- ALARCÃO, J. (2005) – O território dos Paesuri e as suas principais povoações, *Conimbriga*, 44, pp. 147-171.
- ALBERTOS FIRMAT, M. L. (1975) – Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 40-41, pp. 5-66.
- ALFÖLDY, G. (1975) – *Die römischen Inschriften von Tarraco*, Berlin: De Gruyter.
- ALFÖLDY, G. (2002) – *Provincia Hispania Superior*, A Coruña: Universidade da Coruña.
- ARGOTE, H. C. (1738) – *De antiquitatibus conventus Bracaraugustani*, vol. IV, Lisboa: Sylvianis.
- ARIAS VILAS, F.; LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1979) – *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- BALBOA SALGADO, A. (1996) – *Gallaecia nas fontes clásicas*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- BARREIRO FERNÁNDEZ, X. R. (1984 [1976]) – Historia Política, in AA.VV. – *Los Gallegos*, Madrid: Istmo, pp. 95-148.
- CALO LOURIDO, F. (1994) – *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa*, A Coruña: Barrié de la Maza.
- CARCEDO DE ANDRÉS, B. P. (2008) – Religiones prerromanas en la Hispania antigua: los turmogos, *Norba*, 21, pp. 159-179.
- CORTÉS Y LEAL, M. (1836) – *Diccionario geográfico-histórico de la España antigua*, vol. III, Madrid: Imprenta Real.
- DAVID, P. (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa-Paris: Portugalia-Les Belles Letres.
- DESERTO, J.; PEREIRA, S. H. M. da (2016) – *Estrabão, Geografia livro III: introdução, tradução do grego e notas*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- DOMASZEWSKI, A.; MOMMSEN, T.; HIRSCHFELD, O.; ZANGENMEISTER, K. F. W. (1907) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. XIII (2), Berlin: Königlich-Preußische Akademie der Wissenschaften.
- DOPICO CAÍNZOS, D. (1986) – Los conventus iuridici: origen, cronología y naturaleza histórica, *Gerión*, 4, pp. 256-284.
- DOPICO CAÍNZOS, D.; RODRÍGUEZ ÁLVAREZ, P. (1993) – Paleoetnografía de Gallaecia, *Complutum*, 2-3, pp. 395-398.
- FAIDER-FEYTMANS, G. (1952) – Les limites de la cité des Nerviens, *L'antiquité classique*, 21 (2), pp. 338-358.
- FERNÁNDEZ CALO, M. (2018) – *Estado, poder e estruturas políticas na Gallaecia: séculos II a.C.-VIII d.C.*, Santiago de Compostela: Blukk.

- FERNÁNDEZ CALO, M. (2020) – *Xenealoxía do poder local galaico na Antigüidade*, dissertación de doutoramento, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- FLÓREZ, H. (1787) – *España Sagrada*, vol. XV, Madrid: Pedro Marín.
- GARCÍA MARTÍNEZ, M. C. (1972) – Encol da organización político-social da antiga Galicia, *Grial*, 10 (36), pp. 168-178.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1947) – *La España del siglo primero de nuestra era según P. Mela y C. Plinio*, Madrid: Espasa-Calpe.
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1953) – *La península ibérica en los comienzos de su historia*, Madrid: Instituto Rodrigo Caro.
- GARCIA, J. M. (1991) – *Religiões antigas de Portugal, aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1992) – Viriato: genealogia de um mito, *Penélope*, 8, pp. 9-24.
- HÜBNER, E. (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II. Berlin: Königlich-Preußische Akademie der Wissenschaften.
- JIMÉNEZ DE GREGORIO, F. (1992) – Aproximación al mapa arqueológico del occidente provincial romano, in AA.VV. – *I Jornadas de Arqueología de Talavera de la Reina y sus tierras (Talavera 1990)*, Toledo: Diputación provincial de Toledo.
- LE ROUX, P. (1996) – Las ciudades de la Callaecia romana durante el Alto Imperio, *Gerión*, 14, pp. 363-380.
- LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, P. (1999) – El censo provincial, los populi y los castella de Gallaecia, *Gallaecia*, 18, pp. 347-362.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1953) – *La civilización céltica en Galicia*, Santiago de Compostela: Porto & C^{ia}.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1963) – *Historia de España*, vol. I (3), Madrid: Espasa-Calpe.
- MANTAS, V. G. (1996) – *A rede viária romana da faixa atlántica entre Lisboa e Braga*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- MANTAS, V. G. (2015) – Os miliários de Adriano da via Bracara-Cale, *Portugalia*, 36, pp. 231-248.
- MAYHOFF, K. (1904) – *C. Plini Secundi naturalis historiae libri XXXVII*, vol. I. Leipzig: Teubner.
- MEINEKE, A. (1903) – *Strabonis Geographica*, vol. I, Leipzig: Teubner.
- MOMMSEN, T.; Nesselhauf, H. (1936) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. XVI, Berlin: Königlich-Preußische Akademie der Wissenschaften.
- MONTEAGUDO, L. (1956) – Cale, Callaici y Callaecia, in AA.VV. – *III Congreso Nacional de Arqueología (Galicia, 1953)*, Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 413-414.
- OZCÁRIZ Gil, P. (2007) – Algunas consideraciones acerca de la provincia Hispania superior y su administración, *Pyrenae*, 38 (2), pp. 33-46.
- PEÑA SANTOS, A. (2005) – *Galicia: Prehistoria, castrexo e primeira romanización*, Vigo: A Nosa Terra.

- PEREIRA MENAUT, G. (1988) – *Actas del primer congreso peninsular de Historia Antigua*, vol. II, Santiago de Compostela.
- PEREIRA MENAUT, G. (1997) – Un pobo e unha natio moi particulares, in PEREIRA MENAUT, G., coord. – *Galicia fai dous mil anos: o feito diferencial galego*, vol. I., Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego.
- PLÁCIDO SUÁREZ, D. (2011) – Las denominaciones étnicas sobre la raíz *celt- en la Península Ibérica, in BUENO RAMÍREZ, P., coord. – *Arqueología, sociedad, territorio y paisaje: estudios sobre la Prehistoria reciente, Protohistoria y transición al mundo romano en homenaje a M^a Dolores Fernández Posse*, Madrid: CSIC, pp. 323-328.
- REDENTOR, A. (2017) – *A cultura epigráfica no conventus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1977) – *Galicia meridional romana*, Bilbao: Universidad de Deusto.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1996) – Integración administrativa del noroeste peninsular en las estructuras romanas, in RODRÍGUEZ COLMENERO, A., coord. – *Lucus Augusti: el amanecer de una ciudad*, vol. I, Lugo: Barrié de la Maza, pp. 256-326.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997) – *Aquae Flaviae: fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*, Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1998) – *Lucus Augusti, epicentro integrador da Gallaecia do abrente*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2013) – Guerreros galaicos con inscripción latina: ¿indigenismo o romanización?, in ACUÑA CASTROVIEJO, F.; CASAL GARCÍA, R.; GONZÁLEZ SOUTELO, S. – *Actas de la VII reunión de escultura romana en Hispania: homenaje al Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia-Universidade de Santiago de Compostela, pp. 285-309.
- SANTOS YANGUAS, N. (1988) – *El ejército y la romanización de Galicia: conquista y anexión del noroeste de la península ibérica*, Oviedo: Universidad de Oviedo.
- SILVA, A. C. F. (1983) – As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia): contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia antiga, *Gaya*, 1, pp. 9-26.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A cultura castreja no noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Muséu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. M. S. P. (2010) – Ocupação da época romana na cidade do Porto: ponto de situação e perspectivas de pesquisa, *Gallaecia*, 29, pp. 213-262.
- SILVA, A. M. S. P. (2018) – Cale Callaecorum locus?: notas arqueológicas sobre a ocupação indígena e romana da Foz do Douro, in DIAS, L. T.; ALARCÃO, P., coord. – *Construir, navegar, (re)usar o Douro na Antiguidade*, Porto: CITCEM, pp. 45-67.
- SILVA, A. M. S. P. (2020) – Fazer um povo: a construção dos Callaeci entre a arqueologia e a História antiga, in JORGE, V. O., coord. – *Modos de Fazer/Ways of Making*, Porto: FLUP-CITCEM, pp. 453-467.

- SUÁREZ PIÑEIRO, A. M. (2011) – A configuración política do territorio, in PIÑEIRA MANTIÑÁN, M. J.; SANTOS SOLLA, X. M., coords. – *Xeografía de Galicia*, Vigo: Xerais, pp. 115-130.
- TRANOY, A. (1977) – À propos des Callaeci de Pline: épigraphie et peuplement, *Bracara Augusta*, 31 (71-72), pp. 225-233.
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice romaine: recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris: De Boccard.
- UNTERMANN, J. (1993) – Anotaciones al estudio de las lenguas prerromanas del Noroeste de la Península Ibérica, in AA.VV. – *Galicia da romanidade á xermanización: problemas históricos e culturais*, Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, pp. 367-397.
- VASCONCELOS, J. L. (1921-1922) – Inscricção romana de Santa Comba (Paredes), *O Arqueólogo Português*, 25, pp. 248-249.
- VIVES, J. (1971-1972) – *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona: CSIC.

ANDRÉ CARNEIRO

Universidade de Évora, CHAIA/UÉ, Departamento de História,
colaborador do CECH-UC

ampc@uevora.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0824-3301>

A *VILLA* DA HORTA DA TORRE (FRONTEIRA):
UM MODELO DE MONUMENTALIDADE
NA ARQUITETURA RURAL PRIVADA DA *LUSITANIA*

THE ROMAN VILLA IN HORTA DA TORRE (FRONTEIRA):
A MODEL OF MONUMENTALITY IN THE PRIVATE
RURAL ARCHITECTURE OF *LUSITANIA*
“Conimbriga” LXI (2022) p. 87-123

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_3

Texto recebido em / Text submitted on: 11/07/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 26/01/2022

RESUMO: Escavações em curso desde 2012 em Horta da Torre (Fronteira, Alentejo, Portugal) permitiram identificar uma *villa* com uma sala de dupla abside coroada por um *stibadium*. Os 90m² da sala apresentam um pavimento que permitia o controlado fluir de uma fina camada de água, criando um cenário artificial no qual a natureza e as estruturas construídas se combinavam. As paredes eram cobertas com mosaicos policromos e elementos aquáticos decoravam toda a sala. Investigação posterior utilizando geo-radar identificou que o complexo pertence a um edifício de 3ha, com dois pátios rodeados por peristilos. Este é um protótipo comum nas *villae* que no final do século III dominavam a paisagem rural da Lusitania. É apresentado um detalhado resumo dos trabalhos de oito campanhas arqueológicas. Em contexto mais amplo, outras *villae* si-

tuadas na região envolvente serão referidas, colocando a Horta da Torre como mais um exemplo do empreendedorismo privado na paisagem rural da Lusitania.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura romana; *Lusitania*; *Stibadium*; *Villa* romana.

ABSTRACT: Ongoing excavations since 2012 in Horta da Torre (Fronteira, Alentejo, Portugal) have allowed discovering a *villa* with double-apse room crowned by a *stibadium*. The 90m² room was entirely paved allowing the delicate flow of running water, where nature and built structures combined to create an artificial scenario. Walls were covered with polychromic mosaics, and aquatic elements decorated all the room. Further research used georadar, allowing to identify a major 3ha building, with two patios surrounded by perystiles. This is a common prototype used in the monumental *villae* that in the 3rd century dominate the rural landscape in *Lusitania*.

A major overview of the results is presented, with a balance of the eight archaeological campaigns. In a wider context, other *villae* in the surrounding region will be referred, placing the Horta da Torre as one more element in the display of private entrepreneurship in the rural landscape in *Lusitania*.

KEYWORDS: Roman architecture; *Lusitania*; *Stibadium*; Roman *villa*.

A *VILLA* DA HORTA DA TORRE (FRONTEIRA): UM MODELO DE MONUMENTALIDADE NA ARQUITETURA RURAL PRIVADA DA *LUSITANIA*

1. A *villa* da Horta da Torre: discussão de componentes

Após uma primeira sondagem preventiva realizada em 2004/2005, a *villa* da Horta da Torre tem sido objeto de um programa de investigação multidisciplinar em curso desde 2012¹. Se os resultados da primeira intervenção revelaram estruturas altamente destruídas pelos trabalhos agrícolas, o projeto em curso revelou um dos mais notáveis sítios arqueológicos na região do Alto Alentejo. Este território pertenceu à antiga província da *Lusitania* com capital em *Augusta Emerita*, pelo que estaria englobado no *conventus* emeritense (FIG. 1). A densa rede viária da região (CARNEIRO, 2008) proporciona facilidade de deslocações e abastecimentos, quer com o litoral, quer com a capital provincial, e a Horta da Torre em particular beneficia de uma evidente proximidade a um troço do que seria o itinerário XIV de Antonino (CARNEIRO, 2008: 58-67) com passagem pela próxima *mansio* (?) de *Abelterium* (atual povoação de Alter do Chão). A Horta da Torre encontra-se a menos de 500m deste itinerário, com o qual mantém contacto visual, e do qual beneficiou para se encontrar plenamente integrada nos circuitos de comunicação regional (FIG. 2).

A região envolvente apresenta uma paisagem pontuada por *villae* com *pars urbanae* dotadas de grande monumentalidade e que na envolvente conservam edifícios dedicados às atividades rústicas, pelo que as estruturas construídas se espalham por hectares (vários exemplos em CARNEIRO, 2014). No caso da Horta da Torre temos um quadro

¹ Projeto FRONTAGER aprovado pela Direção Geral do Património Cultural, contando com o financiamento e apoio logístico exclusivo do Município de Fronteira.

similar, visto que existem várias estruturas ainda dotadas de grande porte e monumentalidade aflorando à superfície em áreas dispersas. No entanto, os trabalhos agrícolas e ações de saque criaram grandes danos e destruições feitas de forma intencional. Contra todas as expectativas, as escavações permitiram identificar um conjunto estrutural em surpreendente bom estado de conservação. Também na leitura interpretativa os resultados têm sido relevantes, pois além da fase plena de ocupação da *villa* imperial foram recuperados indicadores referentes a um – ou vários – momentos de presença pós-abandono, com um conjunto informativo que constitui um dos mais bem documentados nas *villae* da *Lusitania* (CARNEIRO, 2020). No entanto, este texto centra-se na descrição das estruturas em curso de escavação desde 2012, e que se organizam em torno de uma sala de dupla abside com *stibadium*.

2. Enquadramento: implantação na paisagem

O sítio da Horta da Torre encontra-se na freguesia de Cabeço de Vide, concelho de Fronteira. Na sua envolvente existe um balneário termal para fins medicinais no vale da Sulfúrea, a cerca de 2km na direção norte. Embora nunca tenha sido objeto de intervenções arqueológicas, tem segura ocupação em época romana (CARNEIRO, 2005: nº 150). Este recurso estratégico encontra-se conectado à *villa* pelo referido troço viário. Da mesma forma, todo o atual concelho de Fronteira (CARNEIRO, 2014 II: 249-281) apresenta uma densa concentração de pontos de povoamento de época romana, ascendendo a um total de 56 ocorrências, ou seja, 1/04km², a mais alta densidade da região. Se abrirmos o foco para uma escala mais elevada, observamos como em um raio de 10km² em torno de Horta da Torre se encontram outras *villae* ou, pelo menos, locais com grande extensão e volume de indicadores de presença romana: São Pedro, Santo Cristo, Almo (concelho de Fronteira) e Santo António das Paredes e Torre de Palma (concelho de Monforte). Além da passagem do itinerário e do referido balneário termal, deve ser considerada a existência de solos de excelente capacidade agrícola, além de uma grande diversidade de modelos de paisagem que permitem estratégias económicas multivariadas e de amplo espectro.

A implantação do local também corresponde ao modelo das *paisagens ideais* que as *villae* tanto procuram (CARNEIRO, 2014 I: 144-151). Verificamos que o sítio encontra-se implantado em encosta suave a

meia altura, desfrutando de excelente visibilidade, protegido dos ventos de norte e beneficiando da máxima exposição solar. Na base corre um curso de água permanente, com manancial constante mesmo em anos de seca, e junto à linha de água existe um açude, bem como um conjunto de canais que poderão ter sido originalmente construídos para beneficiar a *villa*. Sublinhe-se que a conceção do plano arquitetónico da Horta da Torre incorpora esta relação visual que se estabelece com o vale: as estruturas construídas organizam-se em níveis topográficos sucessivos, como que em escalões diferenciados, recorrendo a degraus que vencem as diferentes cotas. Esta disposição tem inúmeras vantagens: uma mais eficaz exposição solar, a criação de vários planos descontraídos para contemplação da paisagem e a circulação de água pela ação gravítica (que, como veremos, tem grande importância no desenho do sítio) são exemplos. Para já, na área escavada distinguem-se dois níveis topográficos principais e constantes: o da sala de dupla abside onde se encontra o *stibadium* e o peristilo grande, e depois, a um nível topográfico inferior, o pequeno peristilo. Esta conceção do espaço em patamares permite que se desfrute de planos de contemplação e uma relação visual com o exterior que foram importantes no momento de estabelecer a planificação do conjunto construído.

3. A Horta da Torre: investigação

Apesar de existirem estruturas visíveis à superfície e de ser bem conhecida entre a população local, a *villa* nunca beneficiou de qualquer ação de salvaguarda ou de investigação científica. Este facto é revelador da investigação arqueológica conduzida nesta região, uma vez que a Horta da Torre encontra-se a cerca de 8km de Torre de Palma (Monforte), a mais extensamente escavada *villa* do território português, onde por mais de 50 anos decorreram trabalhos arqueológicos promovidos por arqueólogos portugueses e norte-americanos (LANCHA e ANDRÉ, 2000). Apesar da intensidade da pesquisa no sítio monfortense, a região envolvente nunca foi estudada no âmbito da Arqueologia da Paisagem ou do Povoamento Romano, uma linha que em Portugal apenas começou a ser trabalhada na viragem do milénio (LOPES, 2003; CARVALHO, 2007, para exemplos de outras áreas regionais).

Por esse motivo, a Horta da Torre permaneceu no essencial ignorada pela investigação até ser reconhecida em 1999 no âmbito dos

trabalhos para a Carta Arqueológica de Fronteira (CARNEIRO, 2005: nº 48). Na primeira visita (16/11/1999) observou-se o profundo estado de degradação patrimonial do sítio, muito mutilado por trabalhos agrícolas danosos, por ações intencionais de destruição e ainda afetado por campanhas de detetoristas que procuravam a rica cultura material que o revolvimento agrícola proporcionava (descrição em SERRAS, 1997: 177-179). Em 2004, os trabalhos agrícolas destruíram um pavimento de mosaico, levando à realização de uma sondagem arqueológica de emergência. No entanto, as estruturas identificadas estavam tão arrasadas que se suspenderam escavações até 2012. Foi neste ano que se decidiu retomar os trabalhos, no quadro de um projeto de investigação mais vasto que tem mobilizado uma ampla equipa de colaboradores, reunidos em torno de uma perspetiva interdisciplinar e integrada para o estudo do sítio. Nesse campo, tem sido feito um intenso trabalho de levantamento fotográfico de alta precisão com voos drone que permitem realizar uma referenciação rigorosa de todas as estruturas (FIG. 3). Depois de trabalhadas gráfica e informaticamente, procede-se à reconstituição 3D e à criação de modelos virtuais, procurando assim analisar os ambientes e as propostas de interpretação². Esta análise é feita a partir das evidências colocadas à vista pela filosofia de intervenção arqueológica conduzida desde 2012, que tem sido centrada na utilização de um método de *open area*, de modo a recuperar o máximo da planimetria conservada das estruturas. Em continuidade, têm sido desenvolvidos estudos colaborativos sobre a composição dos materiais construtivos (VALDEZ MADRID, 2019), os revestimentos marmóreos ou os restos de fauna, por exemplo.

A análise do território envolvente e dos padrões de povoamento em época romana foi realizada em continuidade desde 1999. Contudo, em 2018, a Arqueologia da Paisagem tornou-se o eixo central do *Fronteira Landscape Project*, resultante de uma colaboração entre a Universidade de Évora e a Universiteit Leiden financiada pela Prins Bernhard Cultuurfonds, e com co-direção de Tesse D. Stek, Jesus García Sánchez e Rogier Kalkers (CARNEIRO *et al.*, 2019, para os primeiros resultados).

² Equipa de trabalho constituída por João Marques (Geodrone.pt) e Jesus García Sánchez para voos drone, Gonçalo Lopes para a reconstituição volumétrica, Carlos Carpetudo para a virtualização 3D, Mónica Rolo, Vanessa Dias e Ana Martins para o estudo de espólio e tratamento gráfico. Uma primeira proposta pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=0zyEanG9aVk>

Neste quadro, também foi possível realizar em 2018 e 2019 extensas campanhas de prospeção com recurso a geo-radar. Os resultados foram surpreendentes, permitindo perceber que a *villa* da Horta da Torre se estende por mais de três hectares de área construída. O estado de conservação das estruturas permite uma leitura clara da organização espacial da *villa*. O seu modelo planimétrico organiza-se em torno de dois grandes pátios, como sucede na vizinha *villa* de Torre de Palma, estando a área em curso de escavação situada precisamente num dos extremos do pátio de maior dimensão. Percebemos assim que a sala seria um espaço destinado a uma frequência sazonal, visto que para o seu acesso é necessário percorrer um circuito próprio. Da mesma forma, o *Fronteira Landscape Project* permitiu intensificar a escala de área coberta em prospeções super-intensivas, partindo da base de trabalhos realizados no âmbito da Carta Arqueológica municipal (1999-2004). Os resultados desta análise de Arqueologia da Paisagem são relevantes, mas serão trabalhados em outros estudos, visto que em seguida trataremos os dados da escavação arqueológica.

4. Resultados da intervenção arqueológica: tempos e espaços

4.1. A sala do *stibadium*

Após os decepcionantes resultados da sondagem de 2004, a escavação iniciou-se em 2012 com uma sondagem envolvendo a grande estrutura visível que origina o topónimo: o nome de *Torre* designava o perímetro semi-circular de um muro que aflorava à superfície e que no imaginário local era interpretado como sendo uma estrutura defensiva onde os romanos procediam à observação dos seus inimigos (SERRAS, 1997: 177).

As escavações confirmaram tratar-se de uma sala de dupla abside, em surpreendente bom estado de conservação (o muro norte tem uma cota máxima de 1,25m de altura conservada). A análise feita às argamassas de construção dos muros (VALDEZ MADRID, 2019) permitiu confirmar que ambos pertencem a uma mesma fase de construção, algo que pela análise arquitetónica estava em dúvida, visto que os muros não se interseam de forma perfeita. O espaço apresenta uma planta conforme às recomendações de Vitruvio (VI, 3, 8), que aconselham uma proporção na qual as dimensões do comprimento

deveriam ser o dobro das da largura, criando um plano visual que prolonga o do peristilo. O decorrer das escavações demonstrou que esta lógica é seguida de forma perfeita, permitindo que o visitante que entrasse no peristilo grande contemplasse imediatamente a abside no extremo oposto.

Esta dupla abside envolve a estrutura de um *stibadium* (HIDALGO PRIETO, 2016a: 210-220; MORVILLEZ, 2019; para a sua função no momento de *convivium* ver DUNBABIN, 2003) (FIG. 4). O seu aparelho de construção é frágil, visto ser constituído por pedras cuidadosamente colocadas e revestidas exteriormente por um estuque fino, mas com um ligante de terra sem argamassa, à semelhança de exemplos egípcios (ALFARANO, 2018), correspondendo genericamente a uma das tipologias conhecidas (MORVILLEZ, 1996: 128-130). A sua data de construção permite uma datação para meados/finais do século III, um momento posterior à planificação da sala, visto que o *stibadium* assenta sobre o pavimento. Registe-se ainda que se trata do segundo exemplar identificado no território português a seguir ao de Rabaçal (PESSOA, 2008), tendo como paralelos conceptuais o caso de El Ruedo (Almedinilla, Cordoba) (VAQUERIZO GIL e NOGUERA CELDRÁN, 1997) e – em especial pelas semelhanças na conceção da estrutura e ambiente –, o de Faragola (Ascoli Satriano) e (VOLPE, 2006).

Podemos assim observar que a *villa* da Horta da Torre assume-se como um *unicum* no território do *conventus* emeritense: na realidade, as *villae* mais próximas apresentam como modelo preferencial o espaço da sala de tripla abside, como em Quinta das Longas (Elvas) e Torre de Palma (Monforte). É certo que não estamos a comparar áreas funcionais exatamente idênticas, uma vez que as prospeções de geo-radar confirmaram que a sala do *stibadium* em Horta da Torre se encontra em posição periférica no pátio de maiores dimensões, pelo que o ambiente preferencial para a receção de convidados está em outro ponto, presumivelmente na entrada do segundo pátio. Contudo, verifica-se que nas citadas *villae* não existe qualquer protótipo arquitetónico semelhante, visto que predominam esquemas que poderemos considerar como mais conservadores, em torno do modelo de tripla abside. Note-se que a utilização do *stibadium* parece ser esporádica na *Lusitania*, predominando em áreas litorais, uma vez que para o interior está de momento ausente. Em particular para todo o território a sul do Tejo os exemplos são inexistentes, dada a ausência de qualquer evidência direta do ponto de vista estrutural, bem como de indicadores indiretos, como no caso

da decoração *in absentia* dos pavimentos de mosaicos. Neste último caso, temos como exemplos mais próximos, mas a norte do Tejo, o caso de Martim Gil e também de Arneiro, na região de Leiria (*Colippo*), que apresentam figurações órficas (bibliografia em BERNARDES, 2007: nº 21 e nº 50, respetivamente). Na mesma área regional mas em outro distrito, temos o eventual caso em Rio Maior (Santarém), dada a figuração em concha que um dos pavimentos apresenta ser sugestiva, mas não conclusiva (uma vez que a concha é um símbolo decorativo em si mesmo). Na *Lusitania* temos ainda o exemplar de S. Julián de Valmuza (Salamanca), e para a *Betica* os casos de Daragoleja (Granada) – que tem a particularidade de se encontrar num compartimento retangular e não absidado, dado o limite do mosaico – e Fuente Álamo (Cordoba), para elencar apenas exemplos rurais, visto que em *domus* em âmbito urbano conhecem-se mais *stibadia*, incluindo um em *Augusta Emerita* (MÉNDEZ GRANDE, 2005).

No caso da Horta da Torre, um dos elementos inovadores reside na solução técnica para a entrada da água no interior da sala: por trás do *stibadium* o rodapé da parede absidata apresenta uma comporta que permite que, de forma controlada, a água possa fluir, criando um fino espelho de água. O objetivo seria proceder à criação de um ambiente uniforme em toda a sala, uma vez que o espaço apresenta-se de forma homogénea inteiramente revestido pelo pavimento e sem diferenças de cota que originassem um percurso pelo qual a água pudesse ser dirigida. Este facto permite que a Horta da Torre seja também considerada de momento como um *unicum*, uma vez que nos referidos casos de Faragola e El Ruedo a água provém de uma fonte na estrutura do *stbadium* e escorre para defronte dos convivas, fluindo através de percursos desenhados no pavimento – veja-se também a canalização do *stbadium* B da *villa* de Mediana (GAVRILOVIC *et al.*, 2016) – correspondendo ao protótipo do *stbadium*-fonte (MORVILLEZ, 1996: 124). Em Horta da Torre, é possível que um orifício existente na parede, onde o aparelho construtivo muda de alvenaria em pedra para *opus latericium*, correspondesse a uma bica de descarga de água – sendo assim, teremos de imaginar uma solução idêntica para o lado oposto da parede não conservada, ou seja, um fluxo de dois fios de água escorrendo de orifícios na parede, reforçando a entrada pela pequena comporta. Este efeito visual criaria um fino espelho de água ao longo da sala, revestindo uma divisão que apresenta cerca de 100m². É também por este motivo que, ao contrário de *villae* similares, no caso da Horta da Torre tenhamos um pavimento

do tipo *cocciopesto*³ a revestir toda a sala, criando uma impermeabilização que se estende à junção com as paredes, feita através de um típico ressalto em meia-cana. É ainda de sublinhar que o pavimento parece apresentar uma pintura em xadrez alternando motivos quadrangulares a azul e vermelho, embora as condições de observação não permitam leituras seguras, dada a concreção calcária resultante da água e, sobretudo, dos derrubes com pedras e argamassas originados pelo colapso do muro norte, que criaram uma película de argamassa cinzenta sobre o pavimento.

A estrutura em dupla abside (a *Torre*) que emoldura o *stibadium* coroa a terminação de uma grande sala de representação encontrada em surpreendente estado de conservação, tendo em conta o historial de destruições evocado atrás (FIG. 5). Quando se iniciou a sua escavação procedeu-se à descoberta, a cerca de 30cm de profundidade, de uma camada repleta de argamassas e fragmentos de mosaico revirados [UE 20], o que parecia confirmar os relatos de generalizadas destruições. Contudo, o prosseguir dos trabalhos permitiu perceber que estes mosaicos não se encontravam, afinal, formando o pavimento (como é habitual), mas faziam parte do programa decorativo das paredes ou da eventual semi-cúpula que coroava a abside. Esta queda a partir da colocação num plano superior explica a posição oblíqua ou invertida em que foram identificados na escavação. Embora quase inteiramente destruídos pelo colapso das paredes, nota-se ainda que os mosaicos teriam figurações de plantas aquáticas em pentafólio, reproduzidas em outro suporte decorativo: um pequeno fragmento de mármore pertencente a um friso que coroava a terminação das paredes. Este programa iconográfico é portanto perfeitamente adequado ao ambiente da sala, simulando um jogo de ilusões e de *trompe l'oeil* entre o espaço construído e a paisagem envolvente, como é habitual neste tipo de estruturas. O espaço poderia também ter funcionado enquanto ninfeu (*nymphaeum*) na medida em que se simula um ambiente de inter-relação entre o mundo aquático e o construído, convocando cenários artificiais para a criação de um espaço multissensorial.

Em toda a sala, sobre a meia cana de terminação do pavimento em *cocciopesto* e antes da união à parede, corre um rodapé de placas

³ Esta designação é adotada na linha das recomendações terminológicas contidas no já clássico estudo de GIULIANI, 1992.

de mármore, uma solução que parece ser semelhante à registada no *triclinium* da *villa* de El Salar (Granada) (HIDALGO PRIETO, 2016b: nº 40). Em Horta da Torre é de registar a sua tonalidade branco-acinzentada, de grão grosso e em “escama de peixe”. Apesar da proximidade das pedreiras de Estremoz/Vila Viçosa, o mármore empregue será proveniente de Trigaches (Beja), talvez porque a sua granulometria mais larga reaja melhor com os reflexos propiciados pelo espelho de água. Refira-se que, com o abandono do espaço, estas placas foram quase totalmente espoliadas, tendo ficando conservadas apenas nas zonas de mais difícil remoção (encaixes com a parede e meia cana). Note-se ainda que a abside onde se encontra o *stibadium* está ligeiramente sobre-elevada, com uma diferença de cota de 2cm, uma solução lógica se pensarmos na necessidade de escoamento da água, mas que acaba também por subtilmente realçar o plano onde se sentavam os convivas no *stibadium*. Esta ligeira altura é marcada e visualmente acentuada por um friso de lajes de mármore dispostas na horizontal, também unidas à meia-cana do pavimento [UE34], e que foram arrancadas por completo, ficando apenas lascas residuais na união à argamassa.

A planta da sala é profundamente original na sua conceção. Apresenta cantos contra-esquinados, abrindo exteriormente após a terminação da dupla abside, criando assim uma amplitude visual maior para a estrutura do *stibadium*. Esta solução apresenta particular significado, concedendo maior volumetria e destaque ao espaço onde se situa o *stibadium* e a abside que o envolvia, com as bicas de água na parede permitindo um cenário de grande impacto visual. O modo como este espaço é trabalhado evidencia-se ainda mais se considerarmos que existe um eixo visual que une o ponto axial do *stibadium* com o peristilo que o antecede, pelo que quem cruzasse esta porta poderia ver, do lado oposto, a estrutura construída, conforme foi mencionado. Regressando à análise dos muros em esquina, ambos apresentam silhares de granito reforçando os ângulos de 90°, onde se verifica a maior tensão de forças, pelo que apresentam uma massa construída muito impressionante. O muro norte [UE40], contudo, chegou até nós em melhor estado de conservação, fruto da menor exposição aos trabalhos agrícolas, por se encontrar mais protegido pela pendente da encosta: apresenta uma fortíssima alvenaria de argamassa de grande resistência que une os *laterae* em fiadas horizontais, que se conservam em relativo bom estado. O achado de um troço de

coluna em mármore (de Estremoz, seguramente) na sua face externa e a existência de três orifícios para encaixe na estrutura da parede faz pensar que nesta existiam arcos suportados por colunas, talvez emoldurando os vãos onde se encontravam os painéis de mosaico, ou eventualmente permitindo a abertura de planos de contemplação do exterior.

Imaginar como seria a cobertura de todo o espaço da sala é uma tarefa complexa, que levanta problemas interpretativos, arquitetónicos e de engenharia. Do ponto de vista das evidências recuperadas em escavação, apenas existe um derrube residualmente conservado [UE33], situado próximo do *stibadium*, talvez devido ao processo de reocupação, que levou a uma sistemática limpeza da sala antes da construção de um abrigo. Como se referiu no parágrafo anterior, sabemos que as paredes tinham vãos sustentados por colunas: no muro norte estão presentes três orifícios de encaixe, e um tambor de mármore fraturado foi encontrado sobre este lanço. Em processo de escavação, o derrube [UE22] permitiu documentar um alinhamento de tijolos formando um arco, que colapsou em bloco nessa área da parede (FIG. 6). Um elemento arquitetónico finamente decorado com a representação de um pentafolio de pontas lanceoladas permite pensar num friso ou cornija que rematasse a parede. Contudo, e retomando o fio de análise, supor a presença de uma abóbada de cobertura é um exercício de engenharia audaz: os cálculos feitos para a proposta de virtualização 3D implicam que a abóbada atingisse quase nove metros de altura, o que originava uma pressão considerável sobre os muros, tendo em conta o vão de quase 11 metros na sala. As paredes, com socos em *opus latericium*, estariam sujeitas a acentuada descarga de forças, que não parece adequada para um sistema construtivo que é, para todos os efeitos, frágil e sem contrafortes externos (*contra* esta ideia, tal explicaria o reforço de silhares de granito nas esquinas do plano Este). Desta forma, apesar da reconstrução 3D proposta (FIG. 7), neste momento inclinamo-nos para a possibilidade de ter existido um espaço a céu aberto, funcionando como uma *cenatio aestiva*, permitindo um superior desfrute da paisagem. As paredes teriam colunas sustentando vãos preenchidos por painéis de mosaico, ou em alternativa, estes estariam colocados entre os vãos, até ao remate proporcionado pelo friso marmóreo. Nesse caso, a sala poderia ter paredes com janelas ou vãos abertos, reforçando a contemplação da paisagem e o jogo visual de inter-relação entre a decoração interior e o cenário

natural no exterior. Na parede Este, naturalmente que a abside da área do *stibadium* seria coberta pelo lanço da parede em semi-cúpula, funcionando (e salvo as devidas proporções) como o Serapeo de Villa Adriana (Tivoli), embora (naturalmente) este se trate de um espaço aberto e não de um compartimento.

A utilização sazonal da sala é reforçada por outro indicador: a prospeção por geo-radar obtida em 2018 comprova que a sala se encontra em área periférica dentro do complexo do pátio de maiores dimensões. Esta localização descentrada dentro do edificado obriga necessariamente ao desenho de um percurso específico para o seu acesso, de todo incompatível com um salão de receção e de *convivium* de uso regular, pelo que o salão principal estará em ponto mais central. A frequência do espaço em época estival toma também em consideração dois pormenores. Em primeiro lugar, o facto natural de estarmos em região interior, onde no verão as temperaturas de 40°C são frequentes, pelo que o banquete poderia desfrutar de um elemento climatizador e sensorialmente tão agradável como o correr da água. Note-se ainda que neste tipo de ambientes, como Faragola ou, de forma mais distante, no *xystus* ovalado de Piazza Armerina (VOLPE, 2011: 520), se procuram recriar os banquetes campestres em meio à natureza, o que parece compatível com os elementos decorativos vegetalistas encontrados em Horta da Torre, uma vez que os vãos colunados permitiriam a contemplação do espaço exterior, criando um jogo de inter-relações visuais com a decoração vegetalista da sala.

Por último, é ainda de notar que o pavimento em *cocciopesto* apresenta um orifício de escoamento junto à parede sul, permitindo a saída da água proveniente de trás do *stibadium*. Do lado exterior existe um complexo sistema de condutas provenientes de vários pontos e que se juntam formando um Y, permitindo que por gravidade se aproveite a pendente da encosta, encaminhando a água para a ribeira. Ainda hoje os terrenos da *Horta* junto à linha de água têm condutas de escoamento alinhadas com as provenientes da sala de dupla abside. Note-se ainda que a fina película de água utilizada para o embelezamento da sala forçou uma outra solução arquitetónica pouco vulgar. Assim, o processo de entrada é feito por degraus descendentes: ao contrário do habitual nas salas de representação, para se entrar é necessário vencer o vão da entrada através de dois degraus descendentes, o que resulta como uma solução lógica para que a água não escoasse de forma descontrolada para a entrada.

4.2. Estruturas a sul do *stibadium*

A abertura da área de escavação para sul da sala do *stibadium* permitiu identificar um conjunto de ambientes de difícil interpretação, em função do acrescido impacto da erosão e das práticas agrícolas. O elemento mais relevante é a descoberta de um compartimento tão destruído que apenas sobreviveram os alicerces, embora estes contenham indicadores muito interessantes. Desde logo, podemos identificar a existência de um hipocausto, estando ainda conservada a boca da fornalha contendo uma mancha de cinzas [UE100] sobre tijoleiras dispostas horizontalmente [UE95]. O espaço deste pequeno compartimento (não mais de 6m²) teria paredes revestidas a estuque, residualmente conservadas no seu arranque [UE64], indicando um considerável aparato do espaço. Infelizmente, o processo destrutivo e erosivo agiu aqui de forma implacável, visto que pouco mais de 30cm de altura se conservam. Sabemos que nas salas de aparato existiam estruturas adossadas que tinham por função a propiciação de pequenos banhos ou lavagens antes e durante os banquetes, pelo que a sala do hipocausto da *villa* da Horta da Torre poderia ter uma função similar. Por exemplo, um dos casos mais emblemáticos foi identificado na *villa* de Desenzano del Garda (ROFFIA, 2001), que nos pequenos compartimentos anexos à sala de tripla abside tem um hipocausto de dimensões limitadas. Em Horta da Torre esta parece ser a interpretação mais viável, embora o grau de arrasamento da estrutura não permita uma leitura clara sobre a sua funcionalidade. Não resulta evidente, contudo, como funcionava a passagem de comunicação entre as duas salas, visto que no lanço de parede conservado não se encontra qualquer degrau ou vão de passagem entre ambas – pelo contrário, o silhar da contra-esquina da sala encaixa precisamente onde poderia estar o vão de passagem.

Anexo a esta sala encontra-se um pequeno tanque, alimentado por uma canalização em chumbo, e que na parede norte apresenta um pequeno degrau. Poderíamos supor um pequeno banho, anexo ao banho quente, mas a articulação entre ambos os espaços, separados pelo muro [UE44], não é nada clara. O espaço envolvente, ainda em curso de escavação, poderia ser uma área aberta de ar livre, talvez com um telheiro de cobertura, visto que se conservou a eventual base de um pilar [UE82], e se encontraram alguns derrubes dispersos de cerâmica de cobertura.

No alinhamento exterior da sala, na direção oeste, partem várias condutas de escoamento de água. As duas principais formam um Y, juntando a água originada pela evacuação proveniente da sala de dupla abside com uma outra que procede à condução da água do jardim no peristilo grande. A união das condutas é feita numa estrutura de argamassa atípica, designada de [UE86], unida mas descentrada do muro [UE80], e que parece constituir uma caixa de água, sendo que da sua face sul sai outra conduta, no seguimento da [UE86]. Em toda esta área existem manchas de argamassa, talvez pertencentes a pavimentos muito deteriorados.

Na *villa* da Horta da Torre foram localizados dois contextos importantes para conhecermos o quotidiano das gentes que ocuparam o sítio, ambos situados fora da sala, em área exterior. Na área sul localizou-se uma lixeira [UE50], ainda não inteiramente escavada. Uma unidade similar [UE32] foi encontrada do lado oposto, junto à terminação norte da abside exterior. Em ambos, recuperaram-se numerosos restos de fauna, em especial de conchas de moluscos – ostra (*Ostrea*), amêijoia (*Ruditapes decussates*), berbigão (*Cardiidae*) e búzio (*Mollusca gastropoda*, possivelmente *Buccinum*). A par destes elementos, outros testemunham o consumo sumptuário: um apreciável conjunto de ossos de animais de grande porte e de caça e vários fragmentos de contentores anfóricos. Se somarmos variados fragmentos de lucerna, por vezes bem conservados, percebemos como o momento do *symposium* se prolongava pela noite.

4.3. O acesso à sala de dupla abside: o peristilo grande

A sala do *stibadium* é antecedida por um peristilo de grandes dimensões, que demonstra bem o modo como o itinerário para os espaços de receção e convívio era cuidadosamente planeado na conceção e articulação das *villae* (ZARMAKOUPI, 2011). Além das dimensões consideráveis no plano horizontal, a perceção do espaço seria reforçada pela volumetria concedida pela verticalidade das robustas colunas. Conservam-se três bases de granito *in situ*, nos cantos este, norte e oeste do peristilo, o que nos permite aceder aos módulos de reconstituição do ambiente. Desta forma, o peristilo segue as normas vitruvianas, que recomendam um terço mais longo do que a amplitude (VI, 3, 7).

São ainda evidentes os intercolúnios, que se encontram inseridos no murete que corre em todo o perímetro interno do espaço. Estes intercolúnios foram construídos em tijolos de quadrante, inseridos no pavimento (embora totalmente ausentes por ações pós-deposicionais), e unidos por um rebordo interior a um murete que delimita todo o perímetro. Desta forma, a Horta da Torre não tem um canal perimetral, como em outras *villae* da *Lusitania* (Monte da Chaminé em Ferreira do Alentejo, ou Frielas em Loures como exemplos provinciais). Esta estrutura tem a novidade de ter exedras, das quais se conserva uma *in situ* mesmo diante da entrada da grande sala de dupla absíde, tendo sugestivos paralelos com a *villa* de Frielas (Loures) (SILVA, 2012). Do lado oposto, foi identificada uma outra exedra que faz o efeito simétrico, mas infelizmente muito destruída e apenas visível no seu negativo em concha. Do lado sul, a diferença de cota provocou o total arrasamento da exedra, e o lado norte ainda se encontra por escavar, mas a expectativa legitima o total de quatro exedras em alinhamento simétrico, conforme os princípios clássicos.

Entre o espaço interno de jardim e o murete que delimita o peristilo encontra-se a estrutura revestida a argamassa hidráulica de uma conduta de água, pouco baixa e plana [UE96]. Pela ação dos agentes agrícolas, em toda a ala sul esta pequena barreira decorativa, que suporta o intercolúnio, desapareceu, dando lugar ao seu negativo, ou seja, uma vala [UE98]. A conduta de água é muito rasa, com a função de permitir que uma fina película de água deslize de forma gravítica ao longo do canal e pela exedra até ao seu ponto de descarga, desaguando numa conduta sob o pavimento de *cocciopesto* que se dirige depois para a canalização em Y mencionada anteriormente.

Esta planificação dos elementos decorativos permite soluções de grande impacto. É fácil imaginar que as condutas planas revestidas a argamassa possibilitavam a formação de um espelho de água, refletindo o jogo rítmico de colunas e colonelos e criando um efeito visual multiplicador de grande aparato cenográfico. Em simultâneo, estes planos possibilitavam um ritmo visual que acompanhava o deambular dos passeantes pelo peristilo. Da mesma forma, o posicionamento das exedras nos planos de entrada do ambiente concedia um efeito impactante, ampliando o eixo visual do *stibadium* e da sala de dupla absíde. É certo que a axialidade do plano construtivo é uma solução canónica na arquitetura destes ambientes, mas em Horta da Torre encontra-se potenciada pelos ângulos diretos de perspetiva e pelas possibilidades

que a água apresenta enquanto espelho de cenários. Como facilmente se percebe, estes desenhos de soluções visuais são cuidadosamente planeados por quem concebeu estes espaços, o que demonstra uma elevada erudição e conhecimento de protótipos exógenos.

Neste sítio o desenho dos planos é tão cuidadoso que não existem paralelos diretos nas *villae* da região e, no seu conjunto, este pátio apresenta um desenho perimetral e um efeito decorativo relativamente raro à escala da *Lusitania*. Como referido, apenas na *villa* de Frielas (Loures) se encontra uma planificação similar (SILVA, 2012). A conceção do espaço apresenta mais paralelos em sítios da *Betica*, como o caso de El Santiscal (Cadiz) (MORA FIGUEROA, 1977: fig. 2) e também de Mondragones (Granada) (RODRÍGUEZ AGUILERA *et al.*, 2013-2014: 490-491, fig. 10) em termos de conceção geral, visto que este último apresenta exedras delimitadas por tijoleiras, enquanto a Horta da Torre apresenta *cocciopesto*.

Outros pormenores arquitetónicos são dignos de nota.

A monumentalidade do espaço construído contrasta com a humildade do pavimento que reveste todo o circuito do peristilo. Trata-se de um piso em *cocciopesto* [UE99], semelhante mas menos compacto do que o da sala do *stibadium* mas idêntico ao que havia sido encontrado nas escavações do sítio romano de São Pedro no concelho de Fronteira (CARNEIRO, 2011). É constituído por cerâmica grosseiramente triturada e depositada em camadas cada vez mais finas e ligadas por uma argamassa muito consistente. Esta solução apresenta a notória vantagem de ser um piso funcional e de fácil manutenção, além de impermeável – se considerada a proximidade da lâmina de água e do circuito de água da exedra –, pelo que é muito útil para o uso quotidiano. É frequente que o espaço de *ambulacrum* tivesse pavimentos monótonos, de modo a, por um lado, facilitar a concentração em momentos de diálogo entre o *dominus* e o(s) seu(s) visitante(s), mas por outro lado também para direcionar o olhar para o espaço interior (neste caso do jardim) ou mesmo da sala de dupla abside, que seria avistada logo na entrada para o peristilo. A escolha dos pavimentos é, portanto, pensada de modo a criar efeitos de expectativa, direcionando a atenção dos *amici* do *dominus* para os ambientes e áreas causadoras de maior impacto.

Do ponto de vista arqueológico, a escavação deste espaço trouxe indicadores relevantes. Destaca-se a recolha, diretamente sobre o piso do corredor do lanço Este, de três moedas, ainda não passíveis de leitura conclusiva, mas na qual uma delas é claramente constantiniana, forne-

cendo um *terminus post quem* de meados do século IV. Outro indicador reside no fragmento de bordo de terra sigillata clara D Hayes 67 encontrado no interface, que concede uma datação de 360/480, ou de inícios/meados do s. V, para a deposição do derrube de telhado [UE104] sobre a camada de abandono do pavimento [UE113]. Note-se que pelos fatores já mencionados, o arrasto dos trabalhos agrícolas provocou uma forte destruição do pavimento da ala sul, mas na escavação do corredor este fomos encontrando um derrube de telhado progressivamente mais consolidado na progressão para norte, esperando-se que a futura escavação da ala norte possa trazer indicadores ainda mais sólidos. De todas as formas, e como expectável, todo o peristilo estava inteiramente protegido por um telhado de cobertura que, em contrapartida, estava ausente no espaço aberto do jardim, dentro do qual praticamente não se encontraram telhas de cobertura.

Como foi referido, a transposição para o interior da sala do *stibadium* recorria a dois degraus. Ao contrário de outras *villae*, como Noheda (Cuenca) (entre outros estudos, VALERO TEVAR, 2013), não existia um nartex ou um *vestibulum* que servissem como câmara de receção dos convidados. Dois silhares de granito reforçam a descarga de forças da área lateral da porta, mas é complexo avaliar como seriam os muros, visto que se encontram muito destruídos. Todavia, o seu enchimento com pedras de pequeno calibre faz pensar que a parede seria pouco elevada, reforçando a ideia de a sala do *stibadium* não apresentar cobertura.

O peristilo envolve um espaço aberto que, conforme foi referido, corresponde ao ambiente de um jardim. O facto de não existir qualquer estrutura no seu interior, apenas preenchido por um sedimento universal [UE108] indica-nos um espaço de embelezamento funcionando como pequeno *viridarium*. Este tipo de ambientes naturais é habitual no interior das *villae*, funcionando como áreas interiores de contemplação (MORVILLEZ, 2014). Podemos assim ver dois tipos de fruição do espaço interior em zonas contíguas: o peristilo pequeno apresenta uma modelação do ambiente em torno à água (bica e *impluvium*) enquanto o interior do peristilo grande, apresentando também as condutas de água, tem no jardim a peça central na criação cenográfica da atmosfera interior.

De relembrar ainda que o peristilo grande se encontra a uma cota que prolonga a da sala do *stibadium* mas que é superior à do peristilo pequeno. Tal significa, conforme mencionado no ponto inicial deste texto, que o plano de conceção da *villa* apresenta uma organização em

patamares ou terraços. Estando a estrutura do peristilo superior separada por um muro divisório [UE12] é de crer que este funcionaria como uma barreira visual, impedindo que o visitante observasse a área de descanso em torno do *impluvium* do peristilo pequeno. Em contrapartida, a implantação em patamares permite distintos planos de contemplação para o exterior, conforme foi anteriormente discutido.

4.4. O pequeno peristilo

A sondagem inicialmente aberta em 2004 estava implantada no que se revelou, em 2018, ser a zona terminal do corredor da ala sul do peristilo grande. As evidências então identificadas foram mínimas: apenas uma conduta em tijoleira, inserida no afloramento. O curso da conduta terminava no que parecia ser um muro totalmente arrasado. Quando se retomaram os trabalhos em 2012, foi feita uma ampliação para sul da área original de escavação. Uma vez que a *villa* obedece a um plano de patamares que definem áreas funcionais, houve a felicidade de comprovar que a face sul do muro estava voltada para um espaço com uma profundidade conservada de cerca de 50cms. Portanto, o decorrer da escavação e de sucessivas ampliações de área permitiu uma apreciável leitura funcional dos espaços, zonas de circulação e lógicas de habitação, visto que o desnível topográfico salvaguardou o estado de preservação de toda a área construída, que assim resistiu ao decorrer dos trabalhos agrícolas (apenas o extremo sul apresenta rasgões no pavimento pela ação do arado).

Note-se ainda que este muro [UE12], embora de pouca espessura, deveria funcionar como uma barreira apreciável entre o espaço do peristilo grande, de receção de visitantes, e o do peristilo pequeno, exclusivamente privado. A comunicação entre os espaços (sendo que o grande se encontra em plano superior) é feita por um lanço de degraus no canto nordeste do pequeno peristilo, mas não é visível o circuito de passagem, uma vez que os trabalhos agrícolas destruíram o espaço intermédio.

A leitura funcional do ambiente é clara, uma vez que a diferença de cota permitiu uma quase integral preservação do contexto estrutural: estamos no interior de um peristilo de circulação que se articula em torno de um tanque central (*impluvium*). Tal como no peristilo grande, nesta zona temos também um pavimento de cariz funcional e prático,

neste caso em *cocciopesto* de calibre mais grosso. Encontra-se delimitado em todo o perímetro da área por um murete baixo, que em cada um dos quatro cantos apresenta negativos de encaixe para colunas, sendo que nenhuma foi recuperada nem é possível saber a sua matéria-prima. Este espaço privado e aprazível é alimentado pela água que escorreria a partir de uma pequena fonte, adossada à face sul do referido muro [UE12]. Esta bica é alimentada pela conduta de tijoleira identificada na sondagem inicial, proveniente da conduta e exedra situada na ala oeste do peristilo grande. Esta bica permitia que a água escorresse até ao *impluvium*, através de uma conduta muito fina inserida no pavimento. Este não apresenta mais de 30cm de profundidade, pelo que à sua função utilitária de recetáculo de água da fonte e pluvial acresce o seu papel como espelho de água, excluindo a sua função para outro tipo de uso, até pela ausência de degraus de acesso (DESSALES, 2011: fig. 7). O ambiente privado e de descanso desta área é potenciado pelo papel da água, elemento modelador e tranquilizador do ambiente envolvente. Tendo em conta a propiciação desta atmosfera, o *impluvium* da Horta da Torre tem uma planta simples e habitual neste tipo de estruturas, com formato retangular (DESSALES, 2011: 243), apresentando uma larga boca de descarga de águas no alçado sul.

No processo de escavação verificou-se que o interior deste *impluvium* estava completamente preenchido pelo derrube dos telhados de cobertura [UE72], mas também revelou um pilar com decorações parietais, ainda se conservando estuques azuis e vermelhos. Da mesma forma, o canto nordeste do pequeno peristilo também conserva pinturas em estuque, conseguindo assim perceber-se como este ambiente era decorado de cores vivas. Aproximando alguns dos fragmentos que tombaram no colapso dos muros, ainda se consegue reconhecer a figuração de uma pomba (FIG. 8). Note-se que mesmo sobre o pavimento do interior do *impluvium* foram recolhidas duas moedas que apontam para datações posteriores a finais do século III ou inícios do IV. No nível topográfico mais acima, junto ao rebordo oeste, foi recolhida outra moeda, que poderá datar o momento de abandono a partir de meados do século IV.

A privacidade deste ambiente, fora do circuito de acesso à sala de dupla abside, é marcada também pela existência de um *cubiculum*. O compartimento ainda não foi totalmente escavado, mas encontra-se a este do pequeno peristilo, com acesso através de um vão, apresentando um pavimento em *cocciopesto* idêntico ao do pequeno peris-

tilo. As pequenas dimensões até agora visíveis (não mais de 8m²) e a ausência de elementos estruturais ou artefactuais no seu interior levam a crer que se trata de um espaço reservado ao descanso da família. Certamente haverá outro no lado oposto do peristilo pequeno, visto que o muro de fecho oeste encontra-se interrompido, indicando um vão de porta, mas este perfil constitui o limite oeste da área escavada até ao momento.

5. Após o abandono: presença(s) e “ruralização”

O foco do presente estudo centra-se na análise da planimetria construtiva que corresponde ao pleno funcionamento, em momento imperial, do conjunto estrutural identificado. Contudo, pela sua relevância, é impossível não fazer menção a outras fases documentadas pelo processo de escavação, e que na Horta da Torre se identificaram de modo raras vezes conseguido para outras *villae* da *Lusitania*. Desta forma, é feito um pequeno sumário dos fenómenos identificados, remetendo o leitor interessado para outros textos (CARNEIRO, 2020, entre vários textos no prelo).

Os processos de escavação não permitiram determinar o momento de abandono da *villa*, mas de momento podemos apontar os meados do século V para um movimento planeado. O processo de escavação permitiu documentar que o processo foi realizado de forma ordeira, pois em nenhum caso se identificam manchas de incêndio, ruturas, destruições ou ocultamentos de materiais. Em suporte desta leitura, sublinhe-se que em toda a fase de escavação se encontram escassos materiais de época imperial, ocorrendo, por exemplo, poucas moedas e sempre em situações que demonstram uma perda fortuita. Da mesma forma, esta limpeza impediu que se preservassem elementos de mobiliário ou uso corrente que seriam relevantes para a compreensão do ambiente da sala, à semelhança de contextos recuperados em outros locais (VROOM, 2007; HUDSON, 2010; MOLS, 2007-2008, como casos emblemáticos). Aparte algumas moedas que ficaram esquecidas junto a muretes ou no fundo do *impluvium* do peristilo pequeno, o conjunto de materiais recolhidos é mínimo, contrastando com as duas lixeiras situadas de cada lado junto à parede exterior da abside da sala que apresentam um apreciável conjunto de indicadores (embora monocórdicos, em função do padrão de uso da sala).

A área escavada conserva testemunhos de presenças humanas posteriores, ocorridas quando algumas estruturas já haviam iniciado o processo de ruína. De forma resumida, podemos registar as seguintes evidências:

- a) **na sala do *stibadium*** ocorre a perfuração dos pavimentos em *cocciopesto* para a construção de um abrigo em materiais perecíveis semelhante a outros conhecidos na *Hispania* (TEJERIZO GARCIA, 2015: 259) e com paralelos nos arquétipos identificados para sítios itálicos (FRONZA, 2011: 121-128). Com elevada probabilidade, os ocupantes deste abrigo não viram os rodapés de mármore da sala, que haviam sido arrancados em algum momento anterior, de acordo com situações conhecidas para *villae* em outras áreas regionais (MUNRO, 2012: 365). Os cerca de 100m² da sala do *stibadium* são ocupados por uma espessa camada de derrube [UE22] que sela uma camada residual na qual escassos materiais foram recolhidos, embora com alguns elementos osteológicos relevantes [UE33]. Na sala foram recolhidos ossos de cavalo, indicando que pessoas e animais partilhavam a ocupação deste espaço.
- b) no **peristilo grande**, podemos registar que a área escavada é ainda inferior a 50% do total. No entanto, é evidente que o pavimento de *cocciopesto* regista perfurações semelhantes às da sala, embora de funcionalidade indeterminada. Quanto ao espaço interior interpretado como jardim, nota-se que foi utilizado como área de despejos e entulhos criando uma camada uniforme [UE108], nos quais se recolheram ossos com marcas de corte, bem como cerâmicas de cozinha semelhantes às do peristilo pequeno.
- c) no **pequeno peristilo** as evidências são numerosas. Em primeiro lugar, é perceptível que aquando da reocupação já tinha ocorrido o processo de colapso das coberturas, pois a cerâmica de construção é atirada para dentro do *impluvium*, cobrindo-o quase por completo [UE72] e formando uma área de circulação a cota homogénea. Na ala norte, em especial no canto noroeste, uma espessa camada [UE68] composta por um sedimento escuro repleto de cerâmicas grosseiras para uso culinário, restos de *dolium* para armazenar alimentos e vários restos ósseos, incluindo mandíbulas, demonstra a utilização do espaço como lixeira. Algumas perfurações nos pavimentos e

no próprio derrube [UE72] mostram que o espaço foi utilizado, possivelmente com vedações para guarda de gado. Fragmentos de movente em granito foram utilizados para atividades de farinação, documentando pela primeira vez este tipo de práticas no quadro de materiais recuperados em toda a *villa*. Um elemento muito relevante foi recuperado no *cubiculum* anexo: um poste é colocado para travar o processo de ruína do telhado, deixando um negativo no pavimento de *cocciopesto*. Se considerarmos que, nesse mesmo compartimento, uma base de coluna em mármore foi colocada junto à parede em posição invertida, funcionando como assento, percebemos que o espaço foi reocupado como local de abrigo, descanso e vigilância do gado na área do peristilo pequeno.

Desta forma, na área até ao momento intervencionada – que, lembre-se, é uma pequena fração da extensão total da *villa* – existem as seguintes situações:

- construção de novas estruturas *no interior* de espaços previamente habitados;
- remoção e deslocação de elementos construtivos;
- deposição de sedimentos, correspondendo a entulhos e despejos, uma situação recenseada na área escavada sobre pavimentos no pequeno peristilo e no interior do jardim, mas não no interior de espaços habitados.

A partir dos dados recuperados, podemos ver como ocorrem duas situações de completa alteração em relação ao uso prévio:

- a) uma mudança de carácter tecnológico do registo material, com a passagem da *economia-mundo* da fase imperial (materiais de regiões alóctones que chegam ao local através dos circuitos provinciais – moluscos, por exemplo – e mediterrânicos) para um quadro de materiais escassos e de fabricos rudimentares, predominando cerâmicas de armazenamento e de confeção de alimentos com evidentes marcas de uso sistemático e prolongado.
- b) o registo arqueozoológico (CARNEIRO, 2020) demonstra também uma profunda mudança, com a transferência de um quadro de consumo sumptuário (caça grossa documentando a prática de *venatio*, gado de grande porte e consumo de moluscos, vinho

e azeite de importação, estando estes comprovados no registo anfórico) para uma dimensão localista: no registo faunístico predomina o gado ovicaprino pastoril, sendo a dieta reforçada com práticas de farinhação, possivelmente armazenada nos contentores de média dimensão encontrados no pequeno peristilo. Podemos assim perceber a existência de uma atividade agropastoril pouco sofisticada e procurando animais de elevada resistência, que em simultâneo permitem extrair produtos secundários e derivados, em quadro de economia autárquica.

Leitura geral

Embora no imaginário geral se tenha cristalizado a noção de que conhecemos muitas *villae* no sudoeste peninsular, e que as conhecemos muito bem, uma análise atenta verifica rapidamente o contrário. Muitos projetos foram interrompidos pelo crónico sub-financiamento da Arqueologia em Portugal, ou por ocorrências variadas que levaram ao cancelamento de projetos promissores. A Arqueologia de contrato tem levado à promoção de intervenções cingidas à área disponível unicamente no plano de minimização, e por isso cada vez mais sabemos que ao longo de uma vala de 10x1m se encontrou um pavimento de mosaico – mas não sabemos mais do que isso. Em ambos os casos, os resultados são pouco ou nada divulgados, pelo que temos um apreciável conjunto de sítios vogando no limbo existencial. Em contrapartida, as *villae* escavadas há mais tempo são, na realidade incomparáveis entre si: o que de comum tem S. Cucufate com Pisões ou Torre de Palma, por exemplo? Cada uma acaba por constituir um *unicum* que nos concede a ideia da multiplicidade de soluções que em época romana se aplicavam no *desenho* das estruturas privadas em meio rural. Por estes motivos, definir padrões é complexo, embora, em *malha larga*, alguns existam e possam ser discutidos.

Olhando de forma mais geral e superficial, a *villa* da Horta da Torre cumpre alguns desses padrões. A prospeção por geo-radar permitiu identificar uma conceção do edificado em dois pátios, semelhante à da vizinha *villa* de Torre de Palma. Da mesma forma, a utilização de (ao menos) um peristilo como eixo central na planimetria e conceção perceptiva do espaço também se encontra bem marcada, à semelhança do referido sítio de Monforte ou de Quinta das Longas. Como neste último sítio, existe um eixo axial que organiza o plano construído, marcando

a leitura visual do visitante, na medida em que a sala principal está no extremo oposto do ponto de entrada, levando o visitante a percorrer um itinerário bem delineado. Esta estratégia permite diferenciar os distintos pontos de acesso aos visitantes, consoante o seu estatuto e intimidade com o *dominus*, conforme foi estudado, entre outros autores, por Simon Ellis (1991). Para o desenho destes espaços assume especial importância a composição das absides, que permitem engenhosas soluções com inúmeras vantagens: na modulação arquitetónica, permitindo desdobramentos como as salas de tripla abside, de absides contrapostas ou mesmo polilobuladas, mas também pelos elaborados revestimentos decorativos. Também neste aspeto a sala de dupla abside da Horta da Torre, emoldurando a estrutura do *stibadium* e permitindo a engenhosa solução dos jogos de água, constitui um exemplo a acrescentar aos já conhecidos. E claro, no interior da sala, a área liberta defronte do *stibadium* permitiria soluções várias, quer para representações que amenizassem as refeições, quer para o normal funcionamento da assistência ao banquete, quer ainda para o desenrolar de entretenimentos e momentos musicais (como o exemplo da pintura na *villa* de Serenos evidencia: SCHULTZ, 2015: 25).

Em leitura geral, podemos considerar que, nos conceitos prototípicos de planificação, a Horta da Torre tem aproximações aos modelos mais habituais da arquitetura de representação nas paisagens rurais da *Lusitania*. Mesmo que a área escavada seja ainda diminuta em relação ao total do sítio, os dados obtidos pela prospeção não intrusiva de 2018 permitem perceber que os cânones são os tradicionais. Todavia, o que torna a Horta da Torre um protótipo sem paralelos próximos é a profunda criatividade e originalidade na aplicação das soluções, demonstrando um extenso conhecimento dos protótipos extra-provinciais. Este facto é relevante, pois em alguns casos conseguimos definir a *emulatio* de sítios vizinhos, permitindo identificar “modas” ou padrões de concentração regional – os casos dos sítios da zona de Leiria com soluções iconográficas e modelação arquitetónica aproximada, ou o exemplo dos tanques biabsidados de *villae* vizinhas em Cordoba que Rafael Hidalgo Prieto (2016a: 202-203) aponta.

A Horta da Torre apresenta um cariz diferente: sob a adequação dos planos às normas gerais, concretizam-se soluções extremamente imaginativas e elaboradas que apenas encontram paralelo em sítios bem distantes. Por exemplo, a peça-chave na conceção dos ambientes da área até ao momento intervencionada: o *stibadium*.

Pelos elementos recuperados, torna-se claro que a sala do *stibadium* da Horta da Torre assume elementos de profunda originalidade. É certo que cada vez mais se identificam, em todo o Império, este tipo de dispositivos, a tal ponto que hoje estamos perante uma “*esplosione di stibadia*” (VOLPE, 2019: 215). Desse ponto de vista, o paradigma conceptual é comum aos casos registados. O exemplo de Horta da Torre insere-se na planificação de todo um cenário construído em torno ao móvel principal, que deixa de ser um mero elemento utilitário para se tornar como um miradouro sobre uma paisagem artificial. Assim se mescla o fundo natural com as figurações de um programa decorativo coerente e homogêneo, sejam quais forem os suportes que o concretiza (mosaicos, estuques, mármore...) e apelando aos mecanismos sensoriais (o som da água, a visão, a sensação de frescura). Esta conceção implicou um conjunto de dispositivos que possibilitam uma cenografia de ambientes e atmosferas, situação que tem paralelo direto nos casos citados de El Ruedo e Faragola. Em resumo: a sala de dupla abside da Horta da Torre tem uma entrada de água que permite a criação de cenários ilusórios, nos quais a paisagem exterior é transportada para o interior do espaço construído. A sofisticação do programa decorativo é evidente pelo arrojo técnico, enquanto a coerência do discurso iconográfico mostra-se na repetição em diversos suportes da temática das plantas aquáticas e na *imitatio* com a paisagem envolvente. Sendo complexo definir qual o sistema de fecho da cobertura (ou se a houve), podemos propor a existência de uma *cenatio aestiva* que emula protótipos reconhecidos em outras províncias.

A concretização do protótipo é feita em sala periférica e secundária, ao contrário do que se passa com o *stibadium* de El Ruedo, colocado em posição central do edificado (VAQUERIZO GIL e NOGUERA CELDRÁN, 1997). No caso da Horta da Torre, certamente existem outros espaços de receção e realização de banquetes ainda não identificados. Supondo essa condição, não temos muitos sítios na *Lusitania* com duas salas distintas: apesar da diversidade e arrojo construtivo de cada uma, as salas em Rabaçal não apresentam essas condições, visto que nem a sala poligonal a sul nem a tetralobulada a norte parecem ser salas de banquete – com a ressalva de que a *villa* de Constantino em Mediana tem um *stibadium* neste tipo de ambiente (POPOVIC, 2016: 10 e nº 6a). Da mesma forma, nem Torre de Palma ou Quinta das Longas apresentam este tipo de soluções, também ausentes em sítios algarvios, por exemplo. Apenas na *villa* de Pisões (Beja) parece existir um espaço

semelhante, embora de dimensão restrita (nº 30 no plano de Ribeiro, 1972), situado em torno de um *lacus* de muito pequenas dimensões (L2 no referido plano) e em espaço a céu aberto, conforme os modelos pompeianos. Ressalve-se que é complexo interpretar a funcionalidade do espaço de Pisões, visto que não existe área delimitada a oeste, pelo que idealmente poderia ser um protótipo semelhante ao de Cañada Honda em Itálica (embora com muitas diferenças de pormenor: HIDALGO PRIETO *et al.*, 2018: fig. 5). No entanto, note-se que no caso de Pisões o espaço encontra-se em centralidade, junto ao acesso principal à casa, enquanto em Horta da Torre a sala do *stibadium* possui destaque próprio, longe da zona de aparato principal. Na *villa* fronteirense, o investimento feito no aparato da sala, e também no grande peristilo de acesso, mostra o elevado grau de capacidade económica e refinado planeamento do *dominus*.

Neste sentido, a identificação do *stibadium* na sala de dupla absíde é um elemento-chave para se entender a orgânica de funcionamento do espaço. Como foi afirmado, a existência de *stibadia* em sítios lusitanos está pouco comprovada, e – mesmo a um plano mais amplo –, não são frequentes na *Hispania*. Ocorrem sim no oriente do Império, uma vez que as práticas de relações e hierarquização social são mais marcadas, desenvolvendo-se ao longo do século III e IV, mas com longa duração no tempo, de acordo com os códigos do cerimonial bizantino (DUNBABIN, 2003: 191-195). Nesse sentido, a presença na Horta da Torre em contextos que podemos situar em torno a meados/finais do século III é relevante. Note-se também que os espaços de *stibadia* estão associados a uma prática de comensalidade e a reportórios de formas cerâmicas, por enquanto, quase completamente ausentes em Horta da Torre (VROOM, 2007; DUNBABIN, 2003, com abundante aparato iconográfico; ver fig. 9.3. com exemplos de tipologias), visto que os tipos mais tardios registados no sentido fronteirense não se prolongam para lá do século V, que são precisamente os que mais surgem nos contextos orientais. Nessa linha de análise, é também interessante notar que os fragmentos cerâmicos encontrados consistem sobretudo em lucernas recolhidas nas duas lixeiras de cada lado da sala, o que configura a prática de banquetes que se prolongavam pelo final de tarde e noite. Esta frequência notívaga é relevante para a criação de cenários, pois sabemos que a luz irregular concede uma ilusão de movimento, essencial para que o programa decorativo tivesse um impacto acrescido (WEITZMANN, 1979: nº 556). A potenciação dos efeitos visuais seria

evidente, tirando partido da lâmina de água na sala, das decorações multicolores de mosaico e da escolha específica do mármore que decorava os rodapés da sala, pelo que se combinam efeitos multiplicadores da sensorialidade. Note-se que a escolha dos suportes de iluminação era determinante, como se torna evidente nas lâmpadas de vidro incisadas na *cenatio* com *stibadium* em Faragola (TURCHIANO e GIANNETTI, 2016), ausentes do registo no sítio fronteirense (para uma idealização do ambiente, ver FIG. 7).

A Horta da Torre representa de forma clara a materialização de um ambiente desenhado com o maior detalhe. O todo é coerente, desde o circuito de entrada até à concordância dos pormenores arquitetónicos, iconográficos e funcionais. Todos os ambientes da *cenatio* foram pensados para criar um efeito multissensorial potenciador para os convivas, beneficiando do jogo de inter-relações visuais entre o espaço construído, os ambientes artificiais criados (a água, a luz, a cor, o movimento e os sons) e o espaço exterior. Esta arquitetura erudita procura, modula e adapta os paralelos extra-provinciais que ao longo de toda a *ouikoméné* mediterrânica prolongam paradigmas, expressões culturais e formas de vivência cosmopolita. Nesse sentido, a Horta da Torre representa um exemplo paradigmático da elevada inventividade e elaborada criação que as *villae* da *Lusitania* afirmam – cada uma ao seu modo, porque nelas se procuraram as soluções que individualizavam os gostos e cosmovisões de cada *dominus*.

BIBLIOGRAFIA

- ALFARANO, S. (2018) – Architettura dei riti conviviali nell’Egitto tardoantico, in LIVADIOTTI, M. et alii (ed.) – *Theatroeideis. L’immagine della città, la città delle immagini Atti del Convegno Internazionale* (Thiasos Monografie 11) vol. II, *L’immagine della città romana e medievale*, Roma, pp. 469-487.
- BERNARDES, J. P. (2007) – A ocupação romana na região de Leiria, Faro, *Promontoria Monográfica* 6.
- CARNEIRO, A. (2005) – *Carta Arqueológica do concelho de Fronteira*, Lisboa.
- CARNEIRO, A. (2008) – *Itinerários romanos do Alentejo. Uma releitura de «As grandes vias da Lusitânia – o Itinerário de Antonino Pio» de Mário Saa, cinquenta anos depois*, Lisboa.
- CARNEIRO, A. (2011) – Espaços e tempos no sítio arqueológico de São Pedro (Cabeço de Vide, Fronteira): um balanço dos trabalhos de escavação realizados entre 2000 e 2004 (e uma perspetivação do que se poderá seguir), *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3.as Jornadas*, Lisboa, pp. 147-162.

- CARNEIRO, A. (2014) – Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo, *Humanitas Supplementum* nº 30, Coimbra.
- CARNEIRO A. (2020) – Adapting to change in rural Lusitania: zooarchaeological records in the Horta da Torre Roman villa (Portugal), *Post-Classical Archaeologies* 10, pp. 247-278.
- CARNEIRO, A.; GARCIA SÁNCHEZ, J.; STEK; T. D.; KALKIERS R. (2019) – Primeiros resultados do *Fronteira Landscape Project*: a Arqueologia da paisagem romana no Alto Alentejo, *Al-Madan online* IIª Série 22 (tomo 3), pp. 46-54.
- CARVALHO, P. C. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território em época romana*, Fundão/Coimbra, Conímbriga, Anexos 4.
- DESSALES, H. (2011) – Decore et fontaines domestiques dans les Gaulês: une adaptation des modèles italiques?, in BALMELLE, C.; ERISTOV, H.; MONIER, F. (ed.) – *Décor et architecture en Gaule entre l'Antiquité et le haut Moyen Âge*, Bordeaux, pp. 241-255.
- DUNBABIN, K. M. (2003) – *The Roman Banquet. Images of conviviality*, Cambridge.
- ELLIS, S. (1991) – Power, Architecture and Decor: How the Late Roman Aristocrat Appeared to his guests, in GAZDA, E.K. (ed.) – *Roman Art in the Private Sphere. New perspectives on the Architecture and Decor of the Domus, Villa and Insula*, Ann Arbor, pp. 117-137.
- FRONZA, V. (2011) – Edilizia in materiali deperibili nell'alto medioevo italiano: metodologie e caso di studio per un'agenda della ricerca, *Post-Classical Archaeologies* 1, pp. 95-138.
- GAVRILOVIC, N.; MILOSEVIC-JEVITIC, G.; CRNOGLAVAC, V. (2016) – Stibadium B of villa with peristyle at Mediana, *Starinar*, pp. 81-102.
- GIULIANI, C. F. (1992) – Opus signinum e cocciopesto, *Segni*, pp. 89-94.
- HIDALGO PRIETO, R. (2016a) – Arquitectura residencial y representativa, in HIDALGO PRIETO, R., coord. – *Las villas romanas de la Bética*, 2 vols, Sevilla: Univ. Sevilla, pp. 175-247.
- HIDALGO PRIETO, R. (coord.) (2016b) – *Las villas romanas de la Bética*. 2 vol, Sevilla: Univ. Sevilla.
- HIDALGO PRIETO, R., CARRASCO GÓMEZ, I, HERMANN, F., TEICHNER, F. (2018) – El proyecto de investigación arqueológica en la Cañada Honda de Itálica. Planteamientos, objetivos y primeros resultados, *Antiquitas* 30, pp. 45-61.
- HUDSON, N. F. (2010) – Changing places: the archaeology of the Roman *Convivium*, *American Journal of Archaeology* 114, pp. 663-695.
- LANCHA J., ANDRÉ P. (2000) – *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal. II – Conventus Pacensis. 1 – A villa de Torre de Palma*, Lisboa, 2 volumes.
- LOPES, M. C. (2003) – *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*, Coimbra Conímbriga Anexos 3.
- MÉNDEZ GRANDE, G. (2005) – Nuevos datos para el conocimiento arqueológico de la zona extramuros de la ciudad, *Merida excavaciones arqueológicas* 8, pp. 67-87.
- MORA FIGUEROA, L. (1977) – La villa romana de El Santiscal (Cadiz). *Habis* 8, pp. 345-358.

- MOLS, S. (2007-2008) – Ancient Roman household furniture and its use: from Herculaneum to the Rhine, *Anales de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Murcia* 23-24, pp. 145-160.
- MORVILLEZ, E. (1996) – Sur les installations de lits de repas en sigma dans l'architecture du Haut et du Bas- Empire, *Pallas* 44, pp. 119-138.
- MORVILLEZ, E. (2014) – Les transformations du jardin de tradition romaine dans l'Antiquité tardive, in VAN OSSEL, P.; GUIMIER-SORBETS, A.-M. (ed.) – *Archéologie des jardins. Analyse des espaces et méthodes d'approche*, Montaignac, pp. 161-176.
- MORVILLEZ, E. (2019) – À propôs du fonctionnement des installations de banquetes en sigma. Nouvelles observations, entre Orient et Occident, *Antiquité Tardive* 27, pp. 193-291.
- MUNRO, B. (2012) – Recycling, demand for materials, and landownership at villas in Italy and western provinces in late antiquity, *Journal of Roman Archaeology* 25, pp. 351-370.
- PESSOA, M. (2008) – Um *stibadium* com mosaico na villa romana do Rabaçal, *Revista de Historia da Arte* 6, pp. 139-161.
- POPOVIC, S. (2016) – *Constantine's villa at Mediana*, Nis.
- RIBEIRO, F. N. (1972) – *A villa romana de Pisões (Beja)*, Beja.
- RODRÍGUEZ AGUILERA, Á.; GARCIA-CONSUEGRA FLORES, J.M.; RODRÍGUEZ AGUILERA, J.; PÉREZ TOVAR, M. J. (2013-2014) – La villa romana de los Mondragones (Granada). Un nuevo yacimiento arqueológico en el entorno de Iliberris, *Romvla* 12-13, pp. 475-501.
- ROFFIA, E. (2001) – Nuove indagini nelle ville romane del lago di Garda, in VERZAR-BASS, M. (ed.) – *Abitare in Cisalpina. L'edilizia privata nelle città e nel territorio in età romana*, (Antichità altoadriatiche XLIX), Trieste, pp. 447-478.
- SCHULTZ, D. (2015) – Colours in the oasis: the villa of Serenos, *Egyptian Archaeology* 46, pp. 23-26.
- SERRAS, A. (1997) – *Cabeço de Vide – Vila*, 2ª ed. Cabeço de Vide.
- SILVA, A. R. (2012) – A villa romana de Frielas. *Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*, Cira-Arqueologia 1, pp. 88-102.
- TEJERIZO GARCÍA, C. (2015) – *Arqueologia del campesinado medieval en la cuenca del Duero (ss V-VIII D.C.)*. Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidad del País Vasco [policopiado].
- TURCHIANO M.; GIANNETTI F. (2016) – Le lampade vitree incise di Faragola. Commitenza, produzione, circolazione e funzione, in BUORA, M.; MAGNANI, S. (eds.) – *Le iscrizioni con funzione didascalico-esplicativa. Committente, destinatario, contenuto e descrizione dell'oggetto nell'instrumentum in-scriptum*, Atti del VI Incontro *Instrumenta Inscripta* AAD 83, pp. 479-495.
- VALDEZ MADRID, D. (2019) – *Characterization of mortars associated with the hydraulic system of roman villa Horta da Torre (Fronteira, Portugal)*. Master thesis in ARCHMAT Erasmus Mundus, Universidade de Évora [policopiado].

- VALERO TEVAR, M. A. (2013) – The late-antique villa at Noheda (Villar de Domingo García) near Cuenca and its mosaics, *Journal of Roman Archaeology* 26, pp. 307-330.
- VAQUERIZO GIL, D., NOGUERA CELDRÁN, J.M. (1997) – *La villa romana de El Ruedo (Almedinilla, Córdoba). Decoración escultórica y interpretación*, Murcia.
- VOLPE, G. (2006) – *Stibadium e convivium* in una villa tardoantica (Faragola-Ascoli Satriano), in SPAGNUOLO, M.; VIGORITA, T.; VOLPE, G., ed. – *Studi in onore di Francesco Grelle*, Bari, pp. 319-349.
- VOLPE, G. (2011) – *Cenatio et lacus*. Il ruolo dell'acqua negli spazi conviviali in alcune residenze tardoantiche. *Scritti di Storia per Mario Pani*, Bari, pp. 507-527.
- VOLPE, G. (2019) – Lussi urbani in campagna. Paesaggi rurali in città, in MODOLO, M.; PALLECCHI, S.; VOLPE, G.; ZANINI, E., ed. – *Una lezione di Archaeologia globale. Studi in onore di Daniele Manacorda*, Bari, pp. 215-227.
- VROOM, J. (2007) – The archaeology of late-antique dining habits in the Eastern Mediterranean: a preliminary survey of the evidence, in GUTTERIDGE, A.; SWIFT, E.; PUTZEYS, T., ed. – *Objects in context, objects in use. Material spatiality in Late Antiquity*, Leiden/Boston, pp. 313-361.
- WEITZMANN, K. (ed.) (1979) – *Age of Spirituality. Late Antique and Early Christian Art. Third to Seventh Century*, Princeton.
- ZARMAKOUPI, M. (2011) – *Porticus and cryptoporticus* in luxury Villa architecture, in POHLER, E.; FLOHR, M.; COLE, K., ed. – *Pompeii. Art, industry and infrastructure*, Oxford, Oxbow Books, pp. 50-61.



FIG. 1 – *Localização da villa da Horta da Torre na Península Ibérica.*

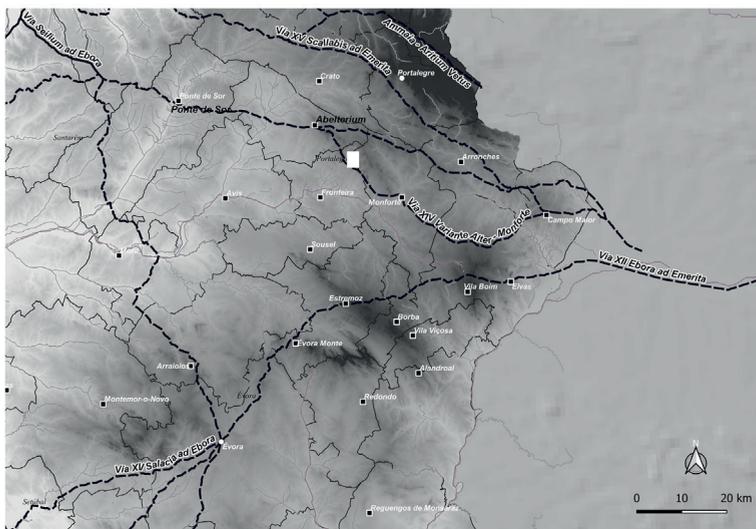


FIG. 2 – *Localização da villa da Horta da Torre na rede viária de época romana no Alto Alentejo (elaboração Jesus García Sánchez).*



FIG. 3 – Área intervencionada no final da campanha de 2019
(foto de João Marques, @Geodrone).



FIG. 4 – Stibadium da Horta da Torre em vista geral no final dos trabalhos de 2014.



FIG. 5 – A estrutura de dupla abside e o stibadium (tratamento gráfico Ana Martins).

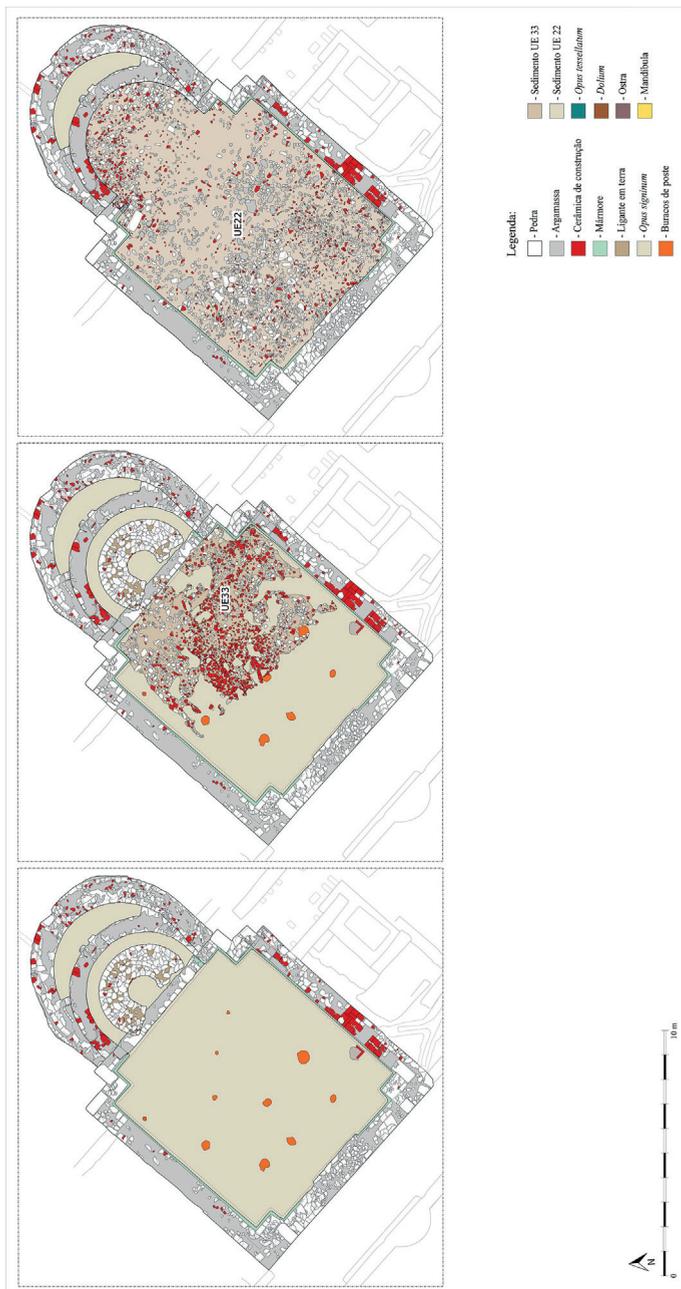


FIG. 6 – Sequência de UEs no interior da sala do stibadium (tratamento gráfico Ana Martins).



FIG. 7 – Proposta de reconstituição 3D do ambiente da sala do Stibadium (Carlos Carpetudo, Gonçalo Lopes e André Carneiro).



FIG. 8 – *Fragmento de fresco que recobria a parede do canto Nordeste do peristilo pequeno (foto de André Carneiro, recolha a 13/09/2016).*

ANA MARGARIDA ARRUDA
Universidade de Lisboa, UNIARQ
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7446-1104>

CARLOS PEREIRA
Universidade de Lisboa, UNIARQ
carlos_samuel_pereira@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4116-3602>

ELISA SOUSA
Universidade de Lisboa, UNIARQ
e.sousa@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3160-108X>

ARTUR MATEUS
Mestrando em Arqueologia pela Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
arturmateus@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-3879-1499>

DIOGO VARANDAS
Mestrando em Arqueologia pela Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
dvarandas@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0003-1063-4763>

MARGARIDA RODRIGUES
Mestrando em Arqueologia pela Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
margaridarodrigues@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-9000-9978>

MONTE MOLIÃO DURANTE A DINASTIA ANTONINA:
LEITURAS ATRAVÉS DAS IMPORTAÇÕES CERÂMICAS

MONTE MOLIÃO DURING THE ANTONINE DYNASTY:
READINGS THROUGH CERAMIC IMPORTS

“Conimbriga” LXI (2022) p. 125-156

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_4

Texto recebido em / Text submitted on: 29/03/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 22/02/2022

RESUMO: Os trabalhos arqueológicos realizados em Monte Molião (Lagos, Portugal) permitiram identificar contextos domésticos do século II. O estudo dos materiais neles identificados e em clara associação, muito especialmente das cerâmicas importadas, possibilitou uma leitura integrada que teve em consideração as dinâmicas evolutivas da região algarvia, em particular, e da província da Lusitânia, em geral, durante a dinastia Antonina. O sítio manteve-se integrado nas redes comerciais ativas na área meridional da Península Ibérica, mostrando, contudo, especificidades próprias no que diz respeito ao consumo de produtos importados.

PALAVRAS-CHAVE: Algarve romano; Monte Molião; cerâmicas romanas; importações.

ABSTRACT: Archaeological work carried out at Monte Molião (Lagos, Portugal) allowed the identification of domestic contexts of the 2nd century CE. The study of the materials identified in these contexts, particularly the imported wares, granted an integrated reading which took into consideration the evolutionary dynamics not only of the Algarve region, but also of the Lusitanian province during the Antonine dynasty. The site remained integrated in the active existing commercial networks of the southern area of the Iberian Peninsula, showing, nonetheless, its own specificities concerning the consumption of imported manufactured wares.

KEYWORDS: Roman Algarve; Monte Molião; Roman ware; imports.

MONTE MOLIÃO DURANTE A DINASTIA ANTONINA: LEITURAS ATRAVÉS DAS IMPORTAÇÕES CERÂMICAS¹

Quem aqui vier morar
Não traga mesa nem cama
Com sete palmos de terra
Se constrói uma cabana

...

Oito mil horas contadas
Laboraram a preceito

...

Eram mulheres e crianças
Cada um c'o seu tijolo
Isto aqui era uma orquestra
Quem diz o contrário é tolo

José Afonso “Os Índios da Meia-Praia”

Introdução

A ocupação humana da colina de forma elipsoidal que se localiza na margem esquerda do estuário da Ribeira de Bensafrim (FIG. 1), no concelho de Lagos (litoral ocidental do Algarve), foi intensa, tendo decorrido entre a segunda metade do século IV a.n.e. e o final do II/início do século III da Era comum. A referida intensidade está plasmada num vasto conjunto de contextos, mas também em materiais de várias matérias-primas, categorias e tipos e ainda em estruturas de natureza diversa, relacionadas com as distintas ocupações ao longo de toda a diacronia.

¹ Trabalho realizado no âmbito do projeto “Monte Molião na Antiguidade”, financiado pela Câmara Municipal de Lagos.

Nos abundantes trabalhos publicados sobre o sítio houve já oportunidade de expor detalhadamente o contexto em que se desenvolve o projeto de investigação que permitiu as 11 campanhas de trabalhos arqueológicos que temos vindo a levar a efeito, bem como a localização concreta das sondagens e das sequências estratigráficas observadas. Em muitos deles, foram também apresentadas plantas e alçados das estruturas identificadas, que foram devidamente enquadradas no tempo e no espaço. Assim, entendemos que não faria sentido a repetição dos mesmos dados, remetendo para esses trabalhos onde consta toda a informação que não se relaciona diretamente com o estudo agora concretizado (entre outros: DETRY e ARRUDA, 2013; ARRUDA *et al.*, 2008; ARRUDA e SOUSA, 2013; SOUSA e ARRUDA, 2014; PEREIRA e ARRUDA, 2016; ARRUDA e DIAS, 2018; PEREIRA, ARRUDA e SOUSA, 2019; SOUSA, PEREIRA e ARRUDA, 2019; ARRUDA, PEREIRA e SOUSA, 2020).

Resta-nos, pois, recordar que a ocupação romana de época imperial de Monte Molião está evidenciada num vasto conjunto de estruturas (domésticas, públicas e “industriais”) a que se associam materiais arqueológicos diversos, frequentemente em deposição primária. Nestes casos, as associações contextuais de espólios de categorias distintas, permitiram propor cronologias relativamente estreitas, baseadas nos materiais importados e bem datados em outras áreas do Império, bem como, naturalmente, na própria sequência estratigráfica observada no sítio.

Neste trabalho, apresentam-se os dados referentes ao século II, concretamente a arquitetura e os materiais, tendo em consideração também as relações entre ambos, e entre estes e os diversos estratos identificados. Demos particular atenção a contextos primários de ocupação, especificamente os que foram isolados no interior de compartimentos, como é o caso dos 1, 2 e 3, mas também dos 4 e 7. Trata-se das unidades estratigráficas [53] e [58], no primeiro, e [50], [61], [65], [66], [67], [79] e [90] no segundo.

1. A arquitetura

Os dados de que dispomos permitem saber que no final do século I/início do II houve profundas alterações urbanísticas no sítio, com o abandono/ruína do grande edifício localizado na vertente sudeste. Sobre ele (FIG. 2), foram construídos novos compartimentos, de idêntica

funcionalidade (0 e 4, associados a 2, 3 e 7), que estiveram ocupados até meados da segunda metade do século II, mas que, no que se refere aos aspetos construtivos, não atingem, na maior parte dos casos, a qualidade dos anteriores. Sobre estas estruturas, foram identificadas ainda outras, muito frágeis do ponto de vista estrutural e por isso mesmo muito mal conservadas, que correspondem ao momento final da ocupação do sítio, que datamos do último quartel do século II/início do século III.

Ainda assim, quer as primeiras quer as segundas mantiveram, em traços gerais, a mesma disposição em termos de orientação, com ligeiros desvios, permanecendo estruturadas em função dos arruamentos A e B (FIG. 2), que desde a época republicana estavam em funcionamento e que organizaram o espaço urbano.

Para sustentar esta cronologia servimo-nos, fundamentalmente, das cerâmicas de importação, concretamente das do serviço de mesa, mas também das de cozinha, especificamente da que foi importada da província *Africa Proconsularis*.

Os compartimentos 0 e 4 são coerentes entre si, tendo, muito provavelmente, feito parte de um mesmo conjunto, diferente do que integraria o 2, o 3 e o 7, localizado a NE. Estes espaços, em variados estados de conservação, ocupam uma área de cerca de 112 m², estando limitados por muros, construídos com pedras de média dimensão não especialmente bem talhadas.

Os compartimentos 0 e 4, que, como já dissemos, integram um mesmo conjunto, ocuparam a mesma área do edifício flávio, da fase anterior, construído em época republicana e reestruturado na primeira metade do século I, sobrepondo-se à sua ruína. Na sua construção foram utilizadas pedras de formato retangular, ligadas por argamassa.

Os compartimentos 2, 3 e 7 formam outro conjunto independente, correspondendo a espaços geminados. O 2 partilha a parede NE com o 7 (U.E. [44]) e a SE (U.E. [48]) com o 3. Embora todos tenham um muro comum, a oeste, onde se conservam os vãos que dão para a Rua B, a estratigrafia e a arquitetura permitem sugerir que, originalmente, os compartimentos 3 e 7 deveriam corresponder a espaços independentes. Com efeito, a parede oeste que os une (U.E. [45]) corresponde claramente a um acrescento construído sobre sedimentos entretanto formados e adossam-se às suas esquinas (FIG. 3).

Para além dos dois módulos já mencionados, também o compartimento 1 correspondia a um edifício distinto, construído no lado oposto da rua. Neste caso, o vão de acesso localiza-se na parede NE, sem que

seja possível de momento determinar se este dava diretamente para um espaço exterior, sendo certo que permitia um interior e privado, tal como, aliás, se verifica no compartimento 3.

Os pavimentos destas células eram geralmente de terra batida, mas a argamassa de cal foi também utilizada, bem como os lajeados e os de *lateres*. As coberturas eram de *tegulae* e *imbrices*. Não foram encontrados quaisquer equipamentos no seu interior, com exceção de uma estrutura destinada à confeção de alimentos (um “fogão”) identificada no compartimento 3 (FIG. 3). Estava adossada ao muro NW (U.E. [78]) e imediatamente à direita da entrada. Foi construída com *lateres* e possui planta retangular.

Os espaços utilizados nesta fase da ocupação do Monte Molião correspondem a áreas de dimensões mais modestas, se comparadas com as da fase precedente, rondando geralmente os 15/17 m². Outra particularidade da sua utilização durante o século II é a aparente plurifuncionalidade. A diferenciação funcional, que terá originado edifícios de grandes dimensões na fase anterior, converteu-se em utilizações plurais, o que ditou a alteração radical da arquitetura e da planimetria urbana. O melhor exemplo desta situação é o compartimento 3 (FIG. 3), onde se constata um compartimento amplo de 18 m² dividido em dois espaços através de um muro pouco espesso. No que está próximo do vão que dá imediatamente acesso à rua, registam-se vestígios que podemos relacionar com atividades domésticas de preparação de alimentos (o “fogão”), estando a outra metade destinada a outras, mais privadas.

Os dados não são ainda suficientes para determinar se esta alteração na arquitetura, sobretudo na dinâmica urbana, é evidência das dificuldades económicas sentidas pela comunidade que aí habitava, obrigando a uma compactação dos espaços ocupados, ou se, pelo contrário, foi o resultado de um decréscimo demográfico. Por outro lado, não se pode descartar ainda uma eventual alteração da própria organização urbana e mobilidade das distintas áreas, “nobres” e comuns.

De qualquer modo, independentemente dos motivos exatos que estiveram por trás destas alterações dos ambientes domésticos, também estas construções foram abandonadas, tendo-se construído sobre elas estruturas mais frágeis, que deixam transparecer uma ocupação mais precária, difícil de entender plenamente (FIG. 4). Aquilo que mais parece caracterizar esta nova ocupação, que situamos entre o último quartel do século II e os inícios do III, é a reutilização parcial das construções que descrevemos anteriormente e a construção de estruturas

débeis, das quais restaram somente os pavimentos, construídos sobre as paredes dos edifícios utilizados na primeira metade do mesmo século.

2. Os materiais

Entre os materiais importados, no que ao serviço de mesa diz respeito, destaca-se a *terra sigillata* sudgálica, hispânica e africana A. As importações da Gália dominam ao longo de todo o século II, imediatamente seguidas pelas hispânicas. A africana é sempre muito escassa.

As formas mais abundantes na primeira das produções são as taças da forma 27 de Dragendorff (FIG. 5, nº 1) e os pratos da 18 (FIG. 5, nº 2), de perfis maciços e pesados. Este domínio das duas formas, que provavelmente se constituiriam como serviço, não é surpreendente. Trata-se de uma situação comum em quase todos os sítios do Ocidente, como muitos autores já assinalaram (QUARESMA, 2003; VIEGAS, 2011). Menos significativos em termos percentuais são os pratos que se enquadram na forma Drag. 15/17 (FIG. 5, nº 3).

A *terra sigillata* sudgálica decorada é relativamente abundante nestes contextos do século II, apesar de não atingir os valores reconhecidos em *Balsa*, em Castro Marim ou mesmo em Faro, ainda que a grande maioria de estes tenha sido obtida para o período flávio (VIEGAS, 2011; MARTINS, 2019). Contudo, a maior parte está reduzida a fragmentos de pequena dimensão, o que não permite a sua adscrição a nenhuma forma em concreto. Trata-se de pequenas porções que exibem restos da decoração, concretamente frações diminutas de motivos vegetais, zoomórficos (reais e mitológicos), antropomórficos, linhas de métopas ou círculos. A integralidade dos painéis decorativos não foi passível de reconstituição.

Entre as classificáveis sobressaem as Drag. 37, onde são visíveis iconografias típicas da época de Adriano e Antonino, estando representados os centros oleiros do Sul e do Centro da Gália, La Graufesenque e Lezoux, respetivamente.

O último está documentado pelas taças da forma Drag. 37, cujo painel decorativo se limita superiormente por linhas de óvulos separadas por linguetas com extremidade tripartida, ou em forma de pequena flor. O javali de uma delas (FIG. 5, nº 4) (OSWALD, 1937, BOA 1666) pode ser associado ao estilo de *Mercator* iv (160-200), de *Advocisus* (160-200), de *Marcus* (160-210) e de *Cinnamus* (135-180). O carro

puxado por dois cavalos (FIG. 5, nº 5) apresenta grandes semelhanças com o motivo nº 98 de Oswald (1937). Em ambos casos, estamos em presença de peças do século II, concretamente dos reinados de Trajano e de Adriano/Antonino, o que se compagina com os contextos em que foram recolhidas.

As produções da Gália central, concretamente de Lezoux, são praticamente desconhecidas no território português, o que poderá explicar-se pelo facto de o momento da sua exportação mais intensa se situar no século II, época em que a *sigillata* hispânica é sempre maioritária nos conjuntos da cerâmica de mesa conhecidos, como são os casos de Miróbriga (QUARESMA, 2003, 2012, 2018; QUARESMA *et al.*, 2019), de Lisboa (RIBEIRO, 2010), de Conímbriga (DELGADO, MAYET e ALARCÃO, 1975) e da *Ammaia* (QUARESMA *et al.*, 2019). Contudo, os vasos aí produzidos surgem na área do Danúbio e muito especialmente na *Britannia* que se constituiu como “...an important market for Lezoux pottery” (LEWIT, 2013: 113).

As taças fabricadas em La Graufesenque integram decorações como a do sátiro (MEES, 2014: SAT 002), identificado numa taça de forma indeterminada, que pode corresponder ao oleiro *Mercator i*, apesar de outros, como *T. Iul. Aplastus*, *Biragillus*, *Calvinus*, *Senus ii*, *C. Cingius Senovirus* e *L. Cosius Virilis*, terem usado o mesmo motivo. Quer os contextos de recolha quer os possíveis autores apontam para uma cronologia de final do século I/dois primeiros decénios do século II.

Devemos ainda referir que o oleiro *Mercator i*, que laborou em La Graufesenque entre 70 e 110, e que foi, possivelmente, o autor de alguns dos vasos de TSSG recolhidos em Monte Molião, não estando especialmente documentado no atual território português, foi também identificado em Faro e em *Balsa* (VIEGAS, 2011: 108, 301-304, 343-347), tendo sido igualmente registado em Lisboa e no respetivo *Ager* (SILVA, 2012).

Esta realidade lacobrigense, no que às importações de *terra sigillata* sudgálica do século II diz respeito, merece ser discutida também à luz dos dados recuperados em outros sítios ocidentais, nomeadamente nos do Algarve. Infelizmente, essa análise esbarra na quase completa ausência de contextos desta cronologia nos territórios meridionais. Efetivamente, e apesar do domínio das produções gaulesas ter sido reconhecido para *Balsa*, *Ossonoba* e *Baesuri*, estas foram datadas quase exclusivamente da época flávia (VIEGAS, 2011: 536), com exceção da segunda cidade, onde importações do primeiro quartel do século II estão presentes (MARTINS, 2019: 62). Se é verdade que

terá sido sobretudo na segunda metade do século I que os vasos produzidos no atual território francês chegaram à área meridional da Lusitânia, o que, aliás, também se verifica em Monte Molião, os elementos recolhidos neste sítio, bem como os que recentemente se encontraram em Faro (MARTINS, 2019), devidamente contextualizados, evidenciam que estes vasos continuaram a dominar o mercado durante a primeira metade do século II, prolongando-se, pelo menos no sítio de Lagos, a sua importação até à segunda. Esta situação é evidência de que talvez se justifique a revisão da cronologia de alguns dos materiais de *Balsa* e de *Ossonoba* publicados em 2011 (VIEGAS, 2011), concretamente daqueles que foram datados de época posterior aos Flávios, sem mais especificações: “Época flávia e posterior” (VIEGAS, 2011: 535-539).

Nas produções hispânicas cabem as de “tipo Peñafior” e as ditas clássicas, com origem em Andújar e La Rioja. Em Monte Molião, as primeiras são muito escassas, podendo ser considerados residuais os exemplares encontrados nos níveis do século II. Ainda assim, deve dizer-se que os fragmentos que englobámos nesta produção pertencem às formas Martinez I (variantes B, C e E, FIG. 5, nº 6-8), Martinez II B e II C, III A e III B que, sendo típicas do século I, podem ter atingido o início da centúria seguinte, realidade que replica a do restante Algarve, como demonstram os dados de Castro Marim, *Balsa* (VIEGAS, 2011), Faro (VIEGAS, 2011; MARTINS, 2019) e Lagos (FERNÁNDEZ *et al.*, 2019), mas também a de áreas mais a Norte, como Alcácer do Sal (VIEGAS, 2014) e Lisboa (SILVA, 2012).

Entre a *terra sigillata* hispânica dominam as taças do tipo Hisp. 27 (FIG. 5, nº 9-10), muito abertas e sem lábio, e os pratos da forma Hisp. 15/17 de paredes muito oblíquas. Ainda no que se refere às taças, deve referir-se que as Hisp. 24/25 estão ainda presentes, mas em número muito reduzido. Os vasos decorados são raros, estando registados através das formas Hisp. 37b e 29/37 (FIG. 5, nº 12-13).

Esta realidade difere ligeiramente da observada nos restantes sítios do território meridional português. De facto, em *Baesuri*, *Balsa* e *Ossonoba* a TSH é mais rara (10,9%, 8,3%, 8,9%) (VIEGAS, 2011: 541), quando comparada com os cerca de 17,7 % de Monte Molião. A dissemelhança quanto ao número de exemplares das importações hispânicas poderia prender-se, uma vez mais, com o facto de neste caso a análise incidir sobre materiais do século II, sendo a grande maioria dos outros datáveis da centúria anterior. Contudo, trabalhos recentes na área urbana da atual capital algarvia alteraram ligeiramente o panorama conhecido,

uma vez que a TSH, sendo ainda minoritária (13,24% do conjunto total da *terra sigillata* dominado pelas produções sudgálicas, com 34% – MARTINS, 2019: vol. II, Quadro 14, Gráfico 8), é mais numerosa do que se percebe em termos globais. Estes dados confirmam outros já observados pontualmente em Faro, onde em algumas áreas da mesma cidade, concretamente na área do mosaico do Oceano, a TSH alcança 21% (VIEGAS, 2011: 150), local onde parece evidente a existência de uma ocupação relevante na segunda metade do século II. Em Monte Molião, as formas, quer as lisas quer as decoradas, são, no entanto, as mesmas: taças Hisp. 27 e pratos Hisp. 15/17 majoritários; escassez de taças Hisp. 24/25 e dos pratos Hisp. 18.

As importações norte africanas estão representadas pela *terra sigillata* Africana A e pela cerâmica de cozinha. Os fragmentos da primeira categoria são muito escassos (FIG. 6, nº 1-2), sendo a forma mais abundante a Hayes 9, que se reparte de maneira mais ou menos equitativa pelas variantes A e B. As Hayes 8, sobretudo da variante A, e as 14/17 seguem-se em termos da sua representação. Estas importações compagam-se do ponto de vista cronológico com os contextos aqui estudados, do século II. Trata-se de um quadro de referência idêntico ao do restante Algarve, nomeadamente de Faro e de Balsa (VIEGAS, 2011: 158).

A cerâmica africana de cozinha está presente em quantidades apreciáveis em Monte Molião (FIG. 6, nº 3-19), com 2053 fragmentos classificáveis quanto à forma (ARRUDA e PEREIRA, 2017). Destes, 1421 foram recuperados em contextos do século II, integrando 724 os níveis da fase antonina plena (35,3% do total) e 697 os níveis do último quartel do século II/primeiros decénios do III (34% do total), correspondendo os restantes 30,7% a materiais descontextualizados ou integrando a fase flávia.

Se parece certo que a sua importação se iniciou ainda durante a dinastia Flávia (ARRUDA e PEREIRA, 2017), como demonstram alguns fragmentos recolhidos em estratos dessa fase (total de 16 NFR, 0,8%), foi no século II que se intensificou, dominando as produções comuns nas últimas duas décadas (U.E.s [28], [29], [36], [55] e [59]).

As formas documentadas, a caçoila Hayes 23, variante B (FIG. 6, nº 3-4), o tacho Hayes 197 (FIG. 6, nº 9-10) e o prato/tampa Hayes 196, variante A (FIG. 6, nº 7-8), surgem sempre associadas, o que se explica pela sua utilização conjunta, evidência que se torna clara em Molião, com o prato/tampa a corresponder a mais do dobro do que a soma das caçoilas e dos tachos. Recorde-se que o prato/tampa de Hayes 196

data-se entre a segunda metade do século II e a época severa (variante A), sendo característico do século II de acordo com os dados cronológicos de Ostia (TORTORELLA, 1981a e b). No litoral da Andaluzia, na região valenciana e na Catalunha, a forma está presente em quantidades apreciáveis, por exemplo em Córdoba (CARRILLO DÍAZ-PINÓS e MORILLO REDONDO, 1996), na *villa* romana de Els Tolegassos (Viladamat, Gerona), em contextos fechados que foram datados da transição do século II para o III (CASAS e NOLLA, 1986-1989: 211-212), e em Roses, também em Gerona, no edifício A, com cronologia atribuída ao último quartel do século II (NIETO, 1993: 191). Outras tampas cabem na forma Hayes 195, tipo que é pouco expressivo no sítio algarvio (Fig. 6, nº 5-6), bem como em outros peninsulares, havendo, contudo, referência à sua presença em Tróia (MAGALHÃES, BRUM e PINTO, 2014). Os poucos exemplares de Cartago foram balizados, cronologicamente, entre os séculos II e III (BONIFAY, 2004: 227).

O tacho da forma 197 tem uma cronologia compreendida entre a primeira metade do século II e o final do século IV/início do V (TORTORELLA, 1981a: 211). A cronologia dos contextos de recolha dos exemplares de Córdoba (CARRILLO DÍAZ-PINÓS e MORILLO REDONDO, 1996) e de Guadix (DOBLAS PEGUERO, 2013: 34) são compatíveis com o final do século II. Também a maioria dos contextos em que as caçoilas Hayes 23 foram recolhidas na Península Ibérica (Andaluzia, região valenciana e Catalunha – ROCA ROUMENS e FERNANDEZ GARCÍA, 2015: 264) são compatíveis com uma cronologia da segunda metade do século II.

Outras formas, como os pratos e tampas (Hayes 181C, 182, 185, 195, Ostia I, 264), as caçoilas (Hayes 184; Sidi Jdidi 3; Ostia II, 306, III, 310) e os tachos (Hayes 199, Ostia II, 312), são minoritárias no conjunto de cerâmica de cozinha africana importada, tendo pouca expressão percentual.

Quer as formas, quer a cronologia do consumo destas cerâmicas em Monte Molião recolhem abundantes paralelos no Ocidente peninsular, concretamente no Algarve. Neste território do Sudoeste devem destacar-se os conjuntos de Cerro da Vila (TEICHNER, 2008), do Vidigal (PEREIRA, 2012) e ainda o de Faro, sobretudo o que foi registado na área em que se identificou o conhecido mosaico do Oceano (VIEGAS, 2011).

As importações incorporam também cerâmica comum bética (de cozinha, de mesa e de armazenamento/transporte) e gálica (caulinítica). A última, pouco numerosa e integrando um total de 33 NFR nos estratos do século II, engloba sobretudo jarros de boca trilobada

(FIG. 6, nº 11-12), a maioria dos quais com origem na Narbonense, embora algumas pastas possam corresponder a importações da Aquitânia (PEREIRA, ARRUDA e RIBEIRO, 2019).

As importações béticas de cerâmica comum são abundantes, perdendo, apesar de tudo, força a partir de meados da centúria para as produções africanas e locais.

Dos recipientes importados, as características tecno-petrográficas indicam duas áreas principais de origem – o vale do Guadalquivir e a área costeira. Ainda que as desta última estejam bem representadas (FIG. 7, nº 1-5), são as do vale do Guadalquivir as mais frequentes (FIG. 7, nº 6-12). Deve referir-se, ainda, a existência de um limitado grupo de peças com pastas cozidas em ambientes redutores, para as quais se tem reclamado várias origens: concretamente a depressão de Antequera; a área meridional de Algarve/Huelva/Sevilha; e a capital da Lusitânia (DIAS, ARRUDA e PEREIRA, no prelo).

Quanto à forma, a cerâmica comum importada da Bética está representada em todas as categorias funcionais, embora se destaque sobretudo nos serviços de cozinha e de mesa, sendo menos expressiva nos de armazenamento/transporte. Naqueles, as produções do vale do Guadalquivir são mais frequentes nas cerâmicas de preparação de alimentos, como é o caso dos *mortarii* e dos *pelvis*, sendo muito expressivos os recipientes da Bética costeira nos serviços de mesa (*catini*, *lagoenae*, *patinae*, *populi*).

Entre as ânforas dos níveis antoninos, destacam-se as importadas do litoral Bético, particularmente as Beltrán IIB (FIG. 8, nº 1-2), algumas das quais apresentam características que permitem integrá-las na variante tardia, da segunda metade do século II (ARRUDA *et al.*, no prelo). A sua distribuição é vasta em termos gerais e também na Hispânia, documentando-se a sua presença em numerosos sítios do ocidente peninsular, com especial incidência no Algarve: Castelo de Castro Marim (ARRUDA *et al.*, 2006), Pedras d'El Rei (VIEGAS e DINIZ, 2010), Quinta de Marim (SILVA *et al.*, 1992), Milreu (TEICHNER, 2008), Faro e Balsa (VIEGAS, 2011), Cerro da Vila (TEICHNER, 2008), foz do Arade (SILVA, SOARES e SOARES, 1987; DIOGO, CARDOSO e REINER, 2000; FONSECA, 2015), área urbana de Lagos (ALMEIDA e MOROS DIAZ, 2014) e Vidigal (PEREIRA, 2012).

Escassos bordos podem pertencer ao tipo Keay XVI (FIG. 8, nº 3-4), ainda que se possam também considerar variantes muito tardias da forma anterior. Note-se que estes exemplares de Monte Molião

foram recuperados nos níveis correspondentes ao abandono do sítio, que datamos do final do século II/início do século III. Na mesma situação cabe um bordo que classificámos, com reservas, como Beltrán 72, tipo que, tendo sido fabricado até ao século V, terá começado a produzir-se, e a exportar-se, a partir de 175/200 (BERNAL, 2016).

As ânforas com origem no Guadalquivir, provenientes de níveis associados à primeira fase antonina da ocupação imperial (primeira metade/meados do século II), cabem quase integralmente na variante mais tardia de Dressel 20 (VIEGAS e ARRUDA, 2013; ARRUDA e VIEGAS, 2016), com lábios triangulares, que correspondem ao grupo D de Berni (2008).

As lucernas desta fase enquadram-se nas séries de disco e de canal (PEREIRA e ARRUDA, 2016), podendo ser datadas, contudo, da primeira metade do século II. As primeiras são apenas três, o que representa apenas 1,4% do conjunto *lychnológico* de Monte Molião, realidade que, de alguma forma, surpreende tendo em consideração os dados de outros sítios (MAIA e MAIA, 1997: 36-37; Alarcão *et al.*, 1976: 99; Rodríguez Martín, 2002: 33; Morais, 2005: 330). Dos três fragmentos classificados nesta série, dois pertencem a exemplares da forma Dressel-Lamboglia 19 e apresentam pastas que denunciam uma origem da área da Bética costeira. O restante fragmento da série de disco corresponde a um exemplar do tipo 20, um dos mais comuns da série e, por isso mesmo, dos mais abundantes em sítios arqueológicos alto-imperiais (MORILLO CERDÁN, 1999: 117).

As lucernas de canal do tipo Dressel-Lamboglia 5, equivalente ao X de Loeschcke (1919), também conhecido como *Firmalampen* (FISHBACK, 1896: 11), são raras no Algarve (Pereira, 2012; 2018) e na área meridional da Península Ibérica em geral (MORILLO CERDÁN, 1999), estando em Monte Molião documentadas através de dois exemplares, ambos recolhidos em níveis de meados do século II.

Deve dizer-se, ainda, que o conjunto de lucernas das fases antoninas (PEREIRA e ARRUDA, 2016: 169-171) integra, ainda assim, um amplo número de lucernas da série de volutas, sobretudo do tipo Dressel-Lamboglia 11/14, situação que demonstra a convivência destas séries até às primeiras décadas do século II, sobretudo em sítios litorais. Todavia, estes exemplares tardios da série de volutas exibem características distintas das dos primeiros modelos da centúria precedente, com discos menos amplos, decorações mais toscas e orlas mais evoluídas, dos tipos IV A (PEREIRA, 2014: 18-19) e L.7B (MALAGOLI, 2016: 87).

O conjunto numismático que associamos ao momento ocupacional datado do século II não é particularmente numeroso, sobretudo se comparado com os anteriores (MUCCIOLI, 2015). Ainda assim, conta-se uma moeda que Marco Aurélio cunhou para o seu filho Cómodo em 177-178, com origem na oficina monetária de Roma (RIC III 1591), a que podemos somar as duas do reinado de Adriano, um asse/dupôndio (RIC II 796), batido em Roma entre 134 e 138, e outro dupôndio (RIC II 555), cunhado em Roma entre 118 e 121 (MUCCIOLI, 2015: 84-88). Esta insuficiência de numismas do século II em Monte Molião contrasta com o que é conhecido no restante Algarve, onde as cunhagens desta época são relativamente abundantes, como os casos de *Balsa* e da foz do Arade provam, embora a mesma situação tenha sido documentada no mundo rural da mesma região (CONEJO, 2019: 362-365).

3. Discussão

Em Monte Molião foi possível verificar que o século II não foi uma realidade homogénea, tendo-se registado dois momentos bem diferenciados estratigraficamente e também plasmados na própria arquitetura. O primeiro, que enquadrámos entre o segundo quartel do século II e um momento indeterminado da segunda metade da mesma centúria, deixa transparecer uma ocupação que, embora respeitando o traçado das construções do século precedente, se caracteriza por um edificado de menor envergadura, disposto em módulos de aparente similitude. Os espaços interiores são modestos, limitando-se, na maioria dos casos, a um único compartimento subdividido internamente, onde uma área relacionada com a prática da confeção de alimentos e da comensalidade se diferencia de outra, de repouso (FIG. 3).

A segunda fase da dinastia Antonina, que se estendeu até ao final do século II e pode ter atingido os inícios da centúria seguinte, e consequentemente a dinastia Severa, ofereceu uma arquitetura difícil de caracterizar, que reflete uma ocupação precária que desatendeu completamente a manutenção do edificado (FIG. 4). Tal realidade pode eventualmente traduzir um declínio demográfico, que ditou uma habitação cada vez mais dispersa do espaço. Trata-se, sobretudo, de pavimentos que aproveitaram materiais das construções anteriores como se tornou evidente na remobilização de *lateres* que conformavam pavimentos dos compartimentos da fase anterior (FIG. 9). Tal situação

sugere que estes solos corresponderiam a ocupações débeis, realizadas num momento em que o sítio estaria em evidente degradação e progressivo abandono.

A reutilização de edifícios já em aparente ruína e o desatender da sua manutenção não é inédito nesta região, documentando-se, por exemplo, no Cerro da Vila e em Milreu, onde foram verificadas estruturas de sustentação e de combustão diretamente sobre os pavimentos musivos (TEICHNER, 2006: 80-81; 2008; BERNARDES, 2009: 334-336). A mesma realidade foi também identificada em outros sítios peninsulares (ARCE, CHAVARRIA e RIPOLL, 2007: 322-323), sendo simultaneamente sintoma de que Monte Molião estava em fase de abandono no final do século II e que, neste momento, o Algarve mostrava indícios de alterações significativas na estratégia do povoamento.

A diferenciação constatada estratigraficamente e na arquitetura é menos clara no que se refere aos espólios. Com efeito, as categorias que se documentaram numa fase estão igualmente presentes na outra, apesar de os números diferirem ligeiramente (FIG. 10).

As ânforas são em menor número na ocupação do último terço do século II. Contudo, as mesmas formas estão genericamente presentes ao longo de toda a centúria, concretamente: as Dressel 20 do vale do Guadalquivir; as Beltrán IIB do litoral da Bética; as Dressel 14 da Lusitânia meridional; as Gauloise 4 da Narbonense; e as Keay XVI béticas. Todavia, alguns destes e de outros contentores permitem ajustar cronologias, como é por exemplo o caso da presença de uma Gauloise 3 na primeira fase antonina cuja produção não deve colocar-se em momentos posteriores à transição do século I para o II (LAUBENHEIMER, 1985: 385; DANGRÉAUX e DESBAT, 1988: 125). Também o tipo Keay XVI, estando presente em ambas fases, é residual nos níveis da primeira e abundante nos da segunda, o que está de acordo com a cronologia que lhe vem sendo atribuída (GARCÍA VARGAS e BERNAL CASASOLA, 2008; BERNAL CASASOLA, GARCÍA VARGAS e GENER BASALLOTE, 2014). Apesar disso, deve ter-se em conta que este tipo está apenas representado no sítio com um total de seis NFR. Outras ânforas foram recolhidas exclusivamente em níveis correspondentes à última ocupação, como é o caso das de tipo Almagro 50 produzidas na Lusitânia meridional e das do tipo Beltrán 72, oriundas da Bética costeira. Sendo mais escassas que as Keay XVI, representam importações pontuais realizadas num momento de claro declínio do aglomerado, mas que é coincidente com o início da sua produção (BERNAL CASASOLA, 2001: 286).

Também o conjunto de *terra sigillata* se vê bastante reduzido na segunda fase antonina, encurtando para quase metade do que foi importado na anterior. O panorama dos serviços, contudo, não parece mudar substancialmente, oferecendo os da fase mais recente vasos com perfis mais robustos e de maiores dimensões. A única exceção que contraria este cenário são as importações da Bética, que se mantêm idênticas em número e diversidade.

O mesmo pode ser dito para a cerâmica africana de cozinha, cujo perfil de importação se mantém inalterado em termos formais e até, ao contrário do que se passa com as restantes categorias cerâmicas, em números absolutos.

Tal como as ânforas e a *terra sigillata*, também os valores da cerâmica comum importada refletem a mesma redução das importações.

Neste âmbito, merece um comentário o conjunto de lucernas, cujo reportório *lychnológico* diminuiu consideravelmente, ao longo do século II, quer em quantidade quer em variedade. Registe-se a raridade de exemplares da série de disco, da qual existem apenas dois do tipo Dressel-Lamboglia 19, aos quais se podem somar cinco do de Riotinto-Aljustrel, cuja produção se estendeu ao século II.

Se às lucernas somarmos as ânforas, torna-se ainda mais evidente a escassez de materiais importados durante uma etapa avançada do século II, realidade confirmada pelo conjunto numismático, que engloba, na sua grande maioria, moedas de circulação obsoleta. De um total de 28 numismas recolhidos em estratos da primeira fase antonina somente dois (um As/Dupôndio e um Dupôndio) correspondem a cunhagens da primeira metade do século II, concretamente do reinado de Adriano. A situação é ainda mais evidente no conjunto da segunda fase antonina, pois de um total de sete exemplares apenas um foi emitido na segunda metade daquela centúria, concretamente um Dupôndio de Marco Aurélio.

Os conjuntos de materiais encontrados no sítio da margem esquerda da ribeira de Bensafrim, nas unidades estratigráficas que associamos a ambas fases da ocupação do século II, incorporam importações que, geralmente, estão datadas de momentos anteriores. Porém, as cronologias foram sempre atribuídas em função dos mais tardios, podendo-se considerar aqueles como residuais. Não pode, contudo, deixar de se referir que o momento da amortização das peças nem sempre coincide, muito pelo contrário, com o do seu fabrico e importação e por isso mesmo parece importante que os materiais sejam estudados de acordo

com os respetivos contextos de recolha, como se pretendeu fazer neste trabalho.

Como já referimos, as ocupações datadas do século II não se encontram particularmente bem definidas no Algarve. Ainda assim, contamos com os dados de Milreu e do Cerro da Vila (TEICHNER, 2008), onde se identificaram alguns contextos específicos associados a conjuntos de materiais concretos. Também em Faro, nas escavações que se desenvolveram na área onde se identificou o conhecido mosaico do Oceano, foram escavados níveis que apontam para essa cronologia (VIEGAS, 2011: 99-105).

Em Milreu (Estói), os “*Fundemsemble*” V, VI e VII ofereceram conjuntos de *terra sigillata* sudgálica, com peças lisas (formas 15/17 e 27 de Dragendorff) e decoradas (Drag. 37), mas também hispânica (Hispan. 18, 27 e 37) e Africana A (Hayes 8a e 9a), bem como cerâmica africana de cozinha (Hayes 196, 23A e 197) (TEICHNER, 2008: 118; TAFEL 138, 139, 141). As amostras refletem o mesmo horizonte cronológico que foi identificado em Monte Molião e agora estudado, quer no que se refere às categorias quer às formas.

Também no Cerro da Vila, em Quarteira, se verificam as mesmas associações de materiais em vários contextos, especialmente no *Fundemsemble* XVIII do *Baueinheit* J, que foi datado de meados do século II, integrando assim a Fase II, subfase II B (TEICHNER, 2008: 384; TAFEL 192 e 193). A *terra sigillata* sudgálica está representada por taças lisas (Drag. 29) e decoradas (Drag. 37) e na hispânica foram identificados vasos da forma Hispan. 37. As importações africanas incluem peças de TSA A, da forma Hayes 6, e africana de cozinha (Hayes 196).

As importações anfóricas e as próprias cerâmicas comuns mostraram perfis idênticos em ambas ocupações.

A pujança de Monte Molião no século II é ainda considerável, mesmo quando comparada com a robustez das ocupações republicanas, júlio-cláudias e flávias. Esse vigor económico, plasmado nas importações cerâmicas, vai-se, contudo, esbatendo ao longo da centúria, culminando no abandono do sítio, que ocorreu entre o final do mesmo século e o início do seguinte, e se manifesta numa arquitetura que progressivamente se converteu num edificado cada vez mais precário e frágil. Esta realidade que os dados arqueológicos bem evidenciam prende-se, muito possivelmente, com o progressivo assoreamento do estuário da ribeira de Bensafim e com a crescente importância que Lagos, localizada na foz da margem direita, veio a assumir como espaço central e regulador

da Baía do mesmo nome. Somente no estudo da relação entre os dois sítios se poderão encontrar respostas adequadas para as realidades que observamos em Monte Molião.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília; PONTE, Maria de la Salette (1976) – *Céramiques divers ses et verres. Fouilles de Conimbriga VI*, Paris.
- ALMEIDA, Rui; MOROS DÍAZ, Juan (2014) – Um testemunho da *Figlina Scalensia* em Lagos (Portugal) – a propósito da grande fossa detritica da fábrica de salga da Rua Silva Lopes, *Al-Madan*, II série 19, tomo 1 (adenda electrónica), pp. 44-59.
- ARCE, Javier; CHAVARRIA, Alexandra; RPOLL, Gisela (2007) – The Urban Domus in Late Antique Hispania: Examples from Emerita, Barcino and Complutum, in LAVAN, Luke; OZGENEL, Lale; SARANIS, Alexander, eds. – *Housing in Late Antiquity. From Palaces to Shops* (Late Antique Archaeology 3.2.), Leiden, pp. 305-336.
- ARRUDA, Ana Margarida; DIAS, Íris (2018) – A terra sigillata itálica de Monte Molião, Lagos, Portugal, *Portugália*, 39, pp. 159-17.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Álvaro (2017) – A cerâmica de cozinha africana de Monte Molião, *Onoba*, 5, pp. 21-43.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos; SOUSA, Elisa (2020) – *Laccobriga*. Ruínas romanas de Monte Molião (Lagos, Portugal), in PIZZO, António, ed. – *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana* (Mytra 6), Mérida, pp. 183-194.
- ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos; SOUSA, Elisa; DIAS, Íris (no prelo) – Importações béticas no Sul da Lusitânia: leituras a partir de um centro de consumo (Monte Molião, Lagos, Portugal), in *Actas do Congreso Internacional Ex Baetica amphorae II Veinte Años Después*.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2013) – Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal), *SPAL*, 22, pp. 93-133.
- ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa; BARGÃO, Patrícia; LOURENÇO, Pedro (2008) – Monte Molião (Lagos) – Resultados de um projecto em curso, *Xelb*, 8, pp. 161-192.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina (2016) – As ânforas alto-imperiais de Monte Molião, in JÁRREGA DOMÍGUEZ, Ramón; BERNI MILLET, Piero, eds. – *Amphorae ex hispania: paisajes de producción y consumo* (Tarragona, 2014), Tarragona, pp. 446-463.
- ARRUDA, Ana Margarida; VIEGAS, Catarina; BARGÃO, Patrícia; PEREIRA, Raul (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época Romana, *Setúbal Arqueológica*, 13, pp. 153-176.
- BERNAL CASASOLA, Darío (2001) – La producción de ánforas en la Bética en el s. III y durante el bajo imperio romano, in *Congreso Internacional. Ex Baetica Conimbriga*, 61 (2022) 125-156

- amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el imperio romano* (Écija, 1998), Vol. 1, Écija, pp. 239-372.
- BERNAL CASASOLA, Darío (2016) – Beltrán 72 (Bética coast), in *Amphrae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* [em linha], Publ. 8 jul. 2016 [Consult. 10 fev. 2021]. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/beltran-72-baetica-coast>
- BERNAL CASASOLA, Darío; GARCÍA VARGAS, Enrique; GENER BASALLOTE, José María (2014) – Un nuevo sello sobre ánfora salazonera (Keay XVI) en la Gades sevriana, *Boletín de la SECAH*, 5, pp. 31-34.
- BERNARDES, João Pedro (2009) – As Transformações no Fim do Mundo Rural Romano no Sudoeste Peninsular: evidências e problemas arqueológicos (sécs. V-VII), *Anales de Arqueologia Cordobesa*, 20, pp. 323-348.
- BERNI MILLET, Piero (2008) – *Epigrafia anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis*, Barcelona.
- BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d' Afrique* (BAR International Series 1301), Oxford.
- CARRILLO DÍAZ-PINÉS, José Ramón; MURILLO REDONDO, Juan Francisco (1996) – Un vertedero con cerámica africana de cocina en *Colonia Patricia*, in KHANOUSSI, Mustapha; RUGGERI, Paola; VISMARA, Cinzia, eds. – *L'Africa Romana, Atti dell XI convegno di studio Cartagine* (Tunisia 1994), pp. 1301-1319.
- CASAS I GENOVER, Josep; NOLLA, Josep Maria (1986-1989) – Un conjunt tancat amb ceràmica africana a la villa romana dels Tolegassos (Viladamat, Alt Empordà), *Empúries*, 48-50, I, pp. 202-213.
- CONEJO DELGADO, Noé (2019) – *Economía monetaria de las áreas rurales de la Lusitania romana*, Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Universidade de Sevilha, Facultad de Geografía e Historia, e Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- DANGRÉAUX, Bernard; DESBAT, Armans (1988) – Les amphores du dépotoir flavien du Bas-de-Loyasse à Lyon, *Gallia* 45, pp. 115-153.
- DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília (1975) – *Les sigillées. Fouilles de Conimbriga IV*, Paris.
- DETRY, Cleia; ARRUDA, Ana Margarida (2013) – A fauna da Idade do Ferro e época romana de Monte Molião: continuidades e rupturas na dieta alimentar, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16, pp. 213-226.
- DIAS, Íris; ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos (no prelo) – A cerâmica comum alto-imperial de pasta redutora de Monte Molião (Lagos, Portugal), *VI Congreso Internacional de la SECAH*, Zaragoza.
- DIOGO, António Dias; CARDOSO, João Pedro; REINER, Francisco (2000) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3.2, pp. 81-118.
- DOBLAS PEGUERO, Vicente (2013) – La cerámica africana de cocina de Guadix (Granada). La excavación del Callejón Atahona (1999-2000), *Bastetania*, 1, pp. 31-37.

- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; SILVA, Ricardo Costeira da; GARCIA VARGAS, Enrique; GONÇALVES, Ana (2019) – Los inicios de la ocupación romana de Lagos (Portugal) a partir de um contexto cerâmico Julio-Claudio, *SPAL*, 28(2), pp. 181-202.
- FISCHBACH, Otto (1896) – Römische Lampen aus Poetovio im Besitze des steiermärkischen Landesmuseums, *Mitteilungen des historischen Vereins für Steiermark*, 44, pp. 3-64.
- FONSECA, Cristóvão (2015) – *Fundear e naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o caso do arqueossítio Arade B*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- GARCÍA VARGAS, Enrique; BERNAL CASASOLA, Darío (2008) – Ánforas de la Bética, in BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA I LACOMBA, Albert, eds. – *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*, Cádiz, pp. 661-687.
- HAYES, John Walker (1972) – *Late Roman Pottery. A Catalogue of Roman Fine Wares*, London.
- LAUBENHEIMER, Fanette (1985) – *La production des amphores en Gaule Narbonnaise sous le Haut-Empire* (Annales littéraires de l'Université 66), Besançon.
- LEWIT, Tamara (2013) – The mysterious case of La Graufesenque? Stimuli to large-scale fine pottery production and trade in the Roman Empire, in FULFORD, Michael; DURHAM, Emma, eds. – *Seeing Red: New economic and social perspectives on terra sigillata* (Bulletin of the Institute of Classical Studies, Supplement 102), Londres, pp. 11-120.
- LOESCHCKE, Siegfried (1919) – *Lampen aus Vindonissa, Ein Beitrag zur Geschichte von Vindonissa und des Antiken Beleuchtungswesens*, Zurich.
- MAGALHÃES, Patrícia; BRUM, Patrícia; PINTO, Inês Vaz (2014) – The significance of african cooking ware in Lusitânia: The case of Tróia (Portugal), *Rei Cretariae Romanae Favtorum Acta*, 43, pp. 701-708.
- MAIA, Manuel; MAIA, Maria (1997) – *Lucernas de Santa Bárbara*, Castro Verde.
- MALAGOLI, Claude (2016) – *Les lampes en terre cuite du Centre-Est de la Gaule (Ier siècle Av. J.-C.-Ive siècle apr. J.-C.). Production, diffusion et consommation*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Université de Franche-Comté, Besançon.
- MARTINS, Ana Isabel (2019) – *Contributo para o estudo da cidade romana de Ossonoba. A terra sigillata da rua Infante D. Henrique, n.º 58-60*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora.
- MEES, Allard (2014) – *Punzen gestempelter sudgallischer Reliefsigillata aus den Wersattaten von La Graufesenque. Teil 1. Menschen - Gotter - mythologische Figuren. Kataloge Vor- und Fruhgeschichtlicher Altertumer*, 45, 1.
- MORAIS, Rui (2005) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, Braga.
- MORILLO CERDÁN, Ángel (1999) – *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica* (Monographies Instrumentum 8/2), Montagnac.
- MUCCIOLI, Giovanni (2015) – *O conjunto numismático de Monte Molião (Lagos, Portugal)*. Tese de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- NIETO PRIETO, Francisco Xavier (1993) – *El edificio A de la ciudadela de Roses, La Terra Sigillata Africana*, Gerona.
- OSWALD, Felix (1937) – *Index of Figure-types on terra sigillata (Samian Ware), Supplement of the Annals of Archaeology and Anthropology*, Liverpool.
- PEREIRA, Carlos (2012) – O sítio romano do Vidigal, Aljezur, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15, pp. 155-179.
- PEREIRA, Carlos (2018) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia* (Suplemento 9 d'O Arqueólogo Português), Lisboa.
- PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida (2016) – As lucernas romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal), *SPAL*, 25, pp. 149-181.
- PEREIRA Carlos; ARRUDA, Ana Margarida; RIBEIRO, Salomé (2019) – A cerâmica caulínica de Monte Molião (Lagos, Portugal), *Conimbriga*, 58, pp. 127-148.
- PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida; SOUSA, Elisa (2019) – Os artefactos metálicos da Idade do Ferro do Monte Molião (Lagos, Portugal), *Lucentum*, 38, pp. 77-88.
- QUARESMA, José Carlos (2003) – *Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbriga?)* (Trabalhos de Arqueologia 30), Lisboa.
- QUARESMA, José Carlos (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)* (Estudos e Memórias 4), Lisboa.
- QUARESMA, José Carlos (2018) – Contextos alto-imperiais de Chãos Salgados, Santiago do Cacém-Mirobriga(?), in RUIZ MONTES, Pablo; PEINADO ESPINOSA, Victoria; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel, ed. – *La configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica* (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 11), Oxford, pp. 32-58.
- QUARESMA, José Carlos; SILVA, Rodrigo Banha da; GADANHO, André; GUIMARÃES, Raquel (2019) – Cerâmicas finas em contextos Flávios e Antoninos de *Olisipo*, Miróbriga, *Ammaia* e Quinta do Ervedal: o litoral e o interior da Lusitânia em análise, in FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel; GÓMEZ MARTÍNEZ, Enrique, ed. – *La Cerámica de mesa Romana en sus Ámbitos de Uso. Terra Sigillata Hispánica. I Encuentro de Investigadores en Andújar*, Andújar, pp. 255-298.
- RIBEIRO, Inês Sofia (2010) – *A Terra Sigillata Hispánica da Praça da Figueira*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- ROCA ROUMENS, Mercé; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel (2005) – *Introducción al estudio de la cerámica romana: un breve guía de referencia*, Málaga.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)* (Monografías Emeritenses 7), Mérida.
- SILVA, Carlos Tavares; COELHO-SOARES, Antónia; SOARES, Joaquina (1987) – Nota sobre o material anfórico da foz do Arade (Portimão), *Setúbal Arqueológica*, 8, pp. 203-219.
- SILVA, Carlos Tavares; SOARES, Joaquina; COELHO-SOARES, Antónia (1992) – Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta do Marim (Olhão).

- Resultados preliminares das escavações de 1988-89, *Setúbal Arqueológica*, 9-10, pp. 335-374.
- SILVA, Rodrigo Banha da (2012) – *As «Marcas de Oleiro» na Terra Sigillata e Circulação dos Vasos na Península de Lisboa*, Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- SOUSA, Elisa; ARRUDA, Ana Margarida (2014) – A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos), *Onoba*, 2, pp. 55-91.
- SOUSA, Elisa; PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida (2019) – O serviço de mesa de época romana republicana de Monte Molião (Lagos, Portugal), in *Opera fictiles: Estudios transversales sobre cerámicas antiguas de la Península Ibérica*, Madrid: Ediciones Ergástula, 357-368.
- TEICHNER, Félix (2006) – Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos, *Setúbal Arqueológica*, 13, pp. 69-82.
- TEICHNER, Félix (2008) – *Zwischen Land und Meer/Entre tierra y mar. Studien zur Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungen im Süden der römischen Provinz Lusitanien* (Studia Lusitana 3), Mérida.
- TORTORELLA, Stefano (1981a) – “Ceramica da cucina”. *Atlante delle forme ceramiche I, ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (medio e tardo impero)*, Roma, pp. 208-227.
- TORTORELLA, Stefano (1981b) – Ceramica di produzione africana e rinvenimenti archeologici sottomarini della media e tarda età imperiale: Analisi de i dati contributi reciproci, *Mélanges de l'École Française de Rome - Antiquité*, 93, pp. 355-380.
- VIEGAS, Catarina (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano* (Estudos e Memórias 3), Lisboa.
- VIEGAS, Catarina (2014) – Terra Sigillata Imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal), *Rei Cretaria Romanae Fautores Acta*, 44, pp. 755-764.
- VIEGAS, Catarina; ARRUDA, Ana Margarida (2013) – Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20, in ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, coords. – *Arqueologia em Portugal, 150 depois* (Lisboa 2013), Lisboa, pp. 727-735.
- VIEGAS, Catarina; DINIZ, Tânia (2010) – Pedras d’el Rei (Tavira): *villa* suburbana de *Balsa, Xelb*, 10/11, pp. 235-252.

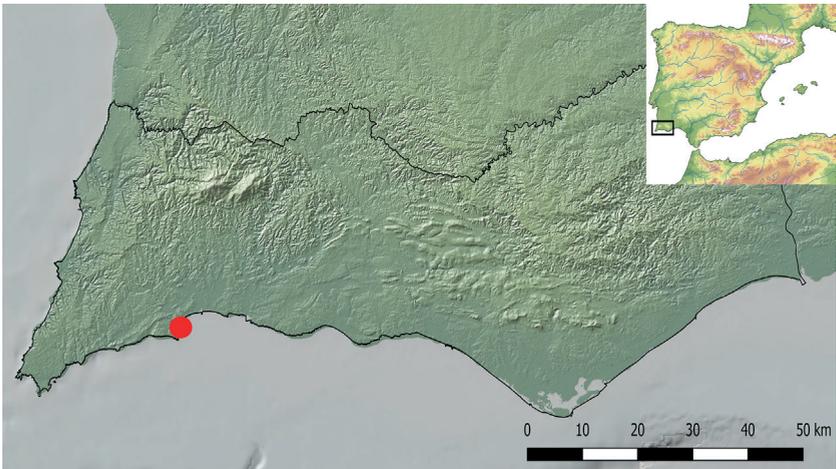


FIG. 1 – *Localização de Monte Molião, Lagos (Portugal), no Algarve e na Península Ibérica.*

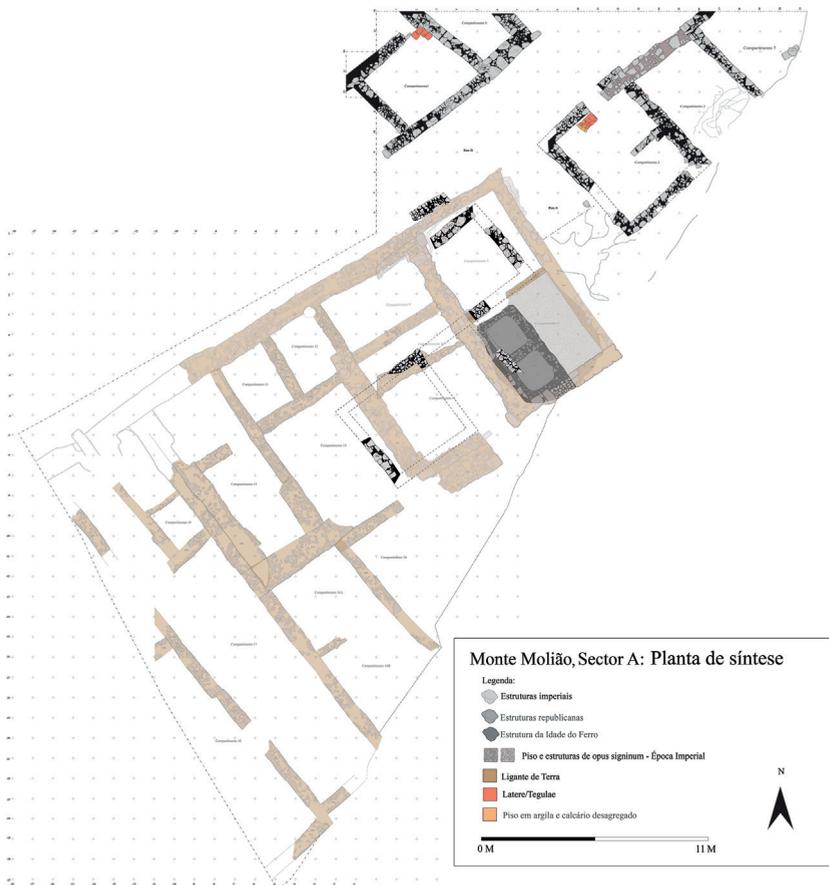


FIG. 2 – Planta das construções identificadas no Sector A. A negro, estruturas das fases antoninas. A castanho transparente, estruturas das fases do século I d.C.

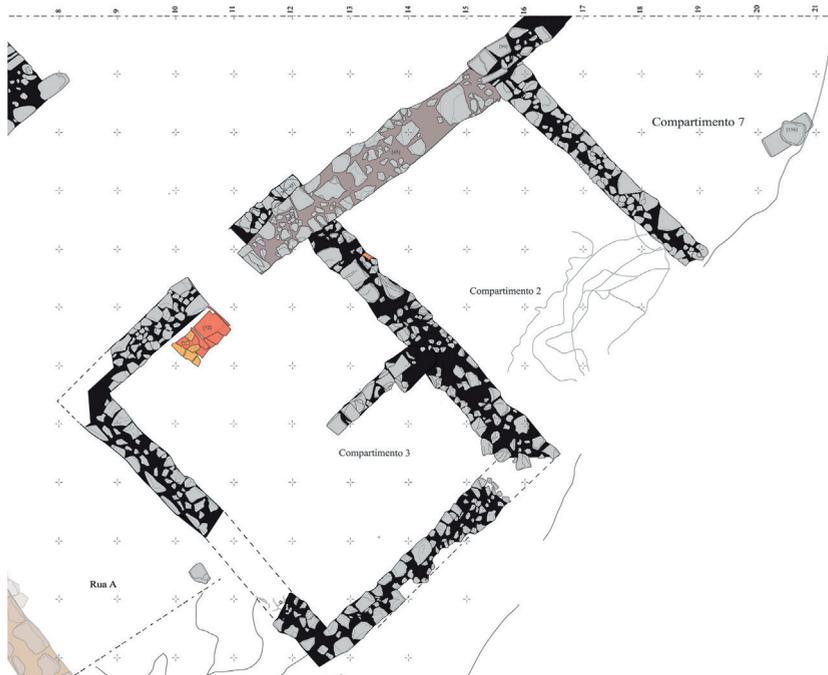


FIG. 3 – Pormenor da planta do Sector A, onde é visível que a construção da estrutura [45], a castanho, uniu os compartimentos 3 e 7.



FIG. 4 – Muro do compartimento 1, correspondente à última fase da ocupação de Monte Molião (final do século II).

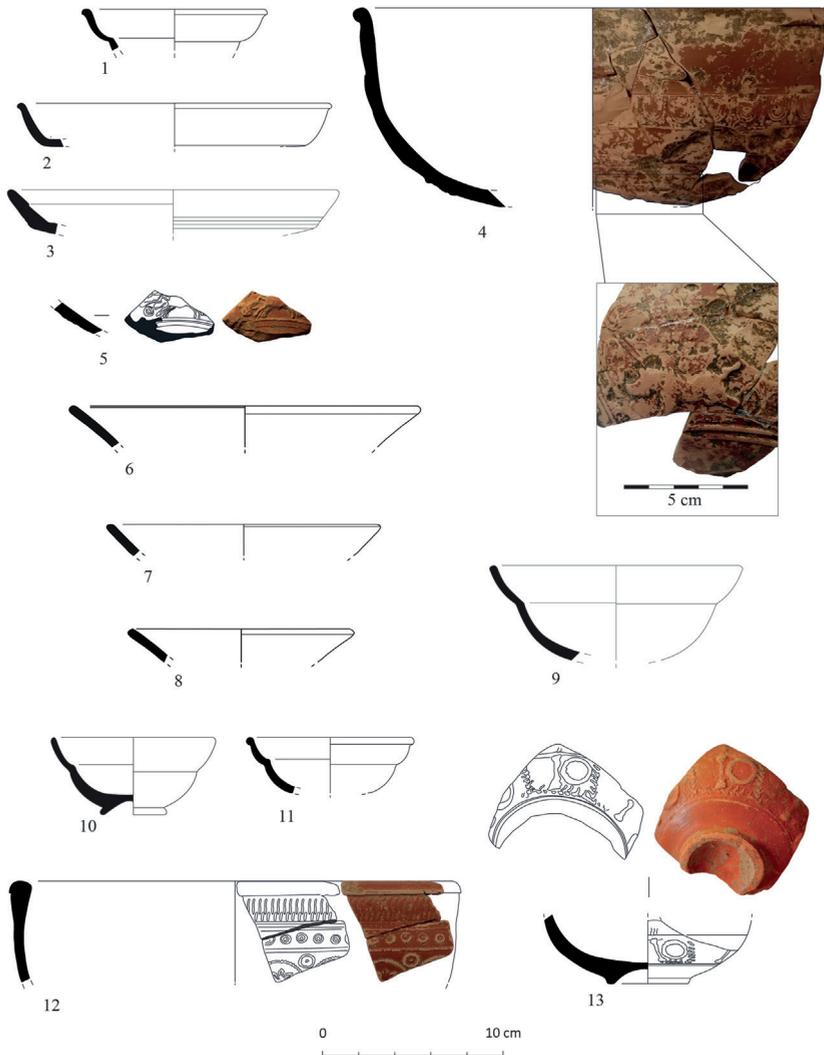


FIG. 5 – TSSG: n° 1 e 11, Drag. 27 (14913, 14915); n° 2, Drag. 18 (14935); n° 3, Drag. 15/17 (29591); n° 4, Drag. 37 (18217); n° 5, indeterminada (13476). TSH: n° 6 - 8, imitação de tipo Peñaflor forma Id de Martinez (14959, 14960 e 14958); n° 9 - 10, Hisp. 27 (6748, s/n°), n° 12, Hisp. 37b (14976); n° 13, Hisp. 29/37 (23250).

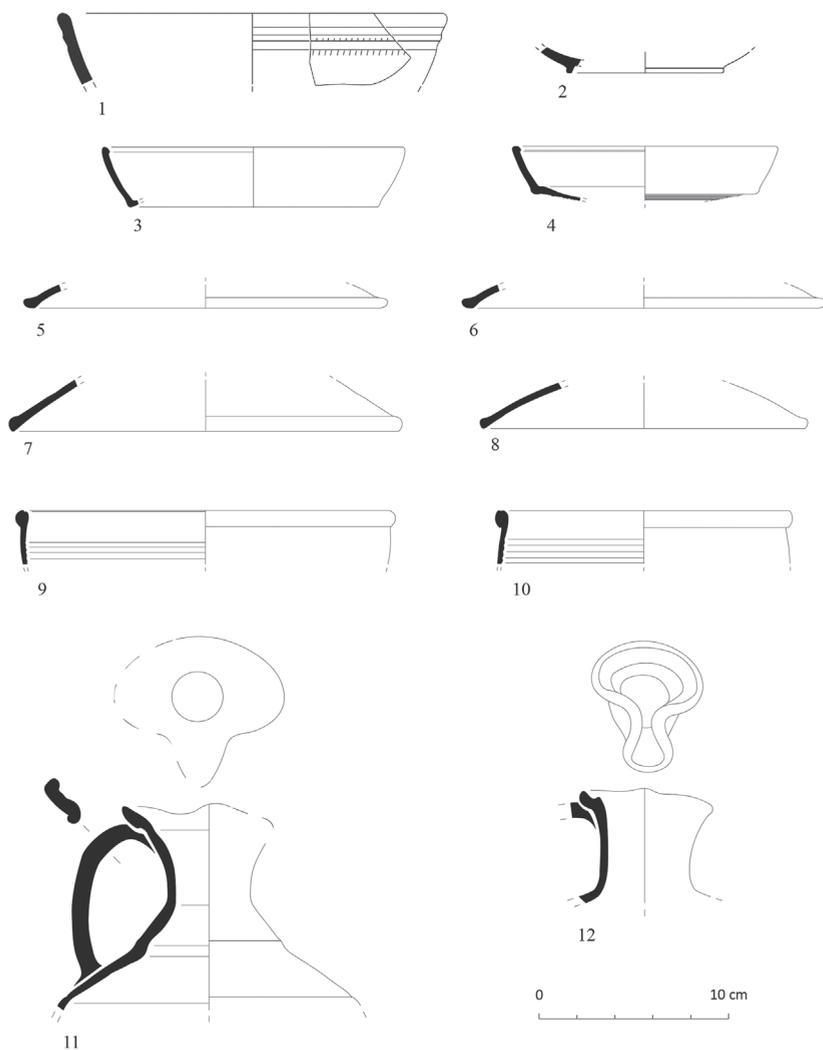


FIG. 6 – TS Africana A: n° 1, Hayes 9 (14887); n° 2, forma indeterminada (14886).
 Cerâmica africana de cozinha: n° 3 - 4, Hayes 23, variante B; n° 5 - 6, Hayes 195;
 n° 7 - 8, Hayes 196, variante A; n° 9 - 10, Hayes 197. Cerâmica caulinítica:
 n° 11 - 12, forma KAOL F1 (18284 e 18289).

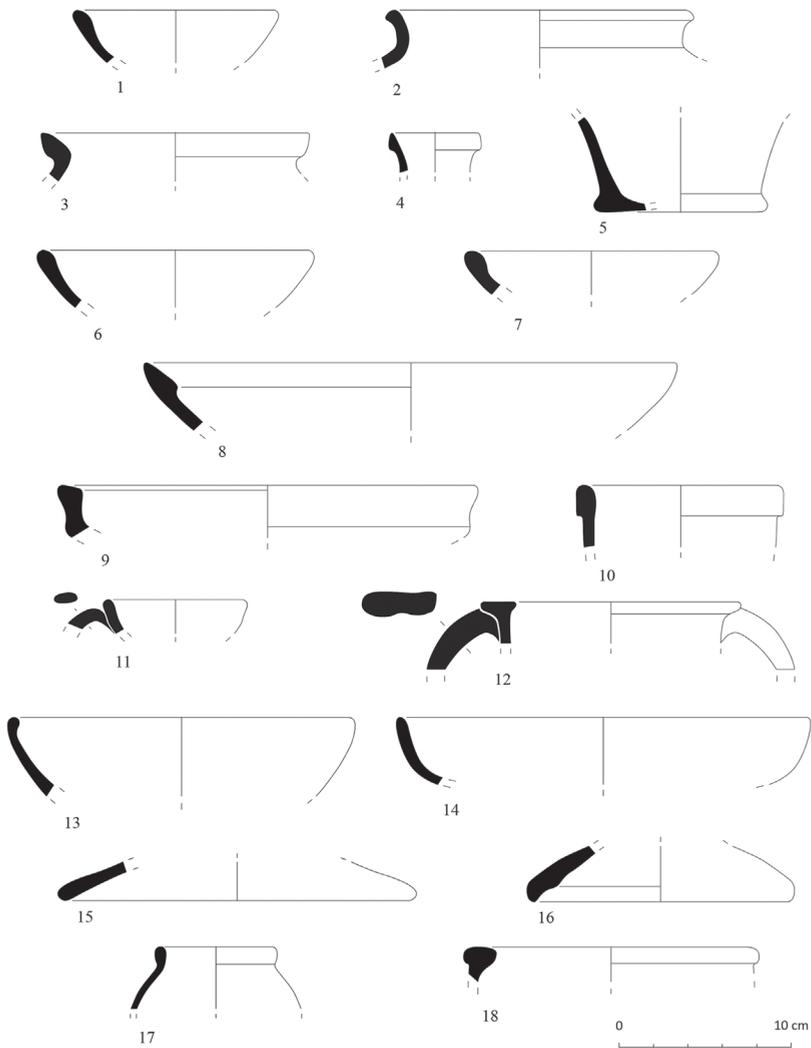


FIG. 7 – Cerâmica Comum da Bética costeira: nº 1 a 5 (respectivamente 13550, 13582, 13581, 13580 e 13601). Cerâmica Comum da bética (Guadalquivir): nº 6 a 12 (13553, 22908, 13548, 22903, 21840, 13528 e 13529). Cerâmica Comum local/regional: nº 13 - 18 (13815, 13798, 13837, 13830, 13805 e 21801).

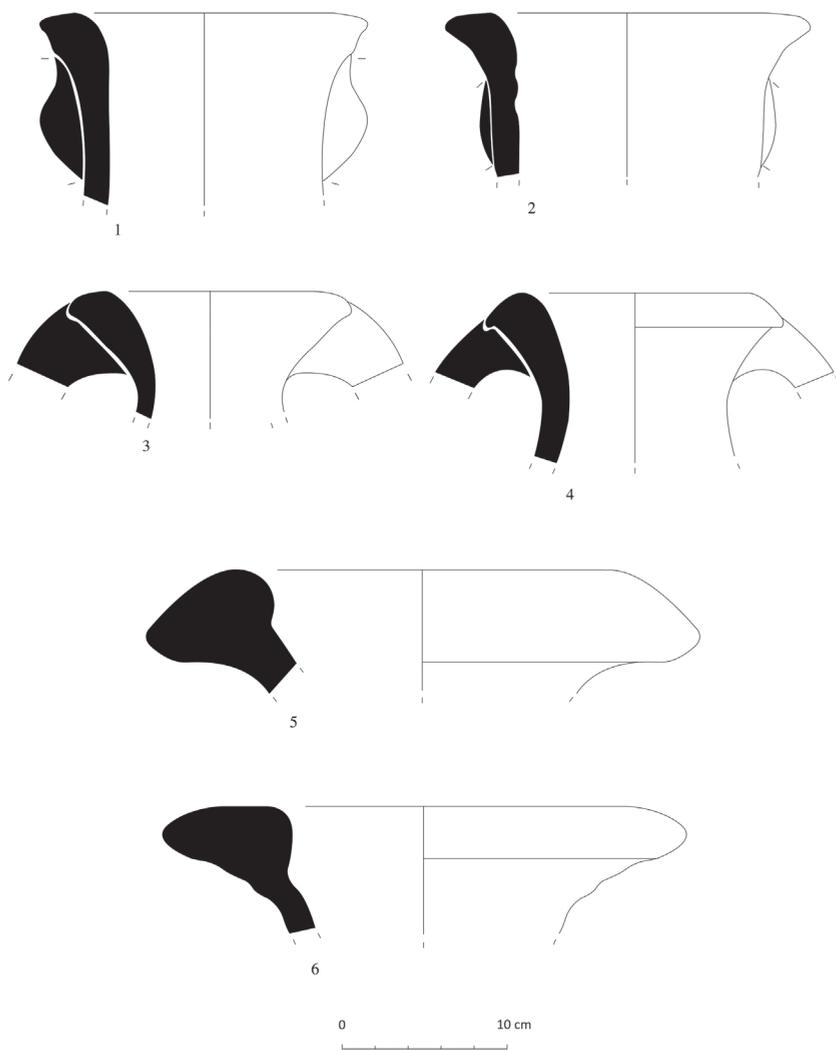


FIG. 8 – Ânforas: n° 1 e 2, Beltrán IIB da Bética costeira (9083 e 15880);
 Keay XVI béticas (16046 e 8367); Dressel 20 do vale do Guadalquivir
 (14882 e 16443). Adaptado de Arruda e Viegas, 2016.

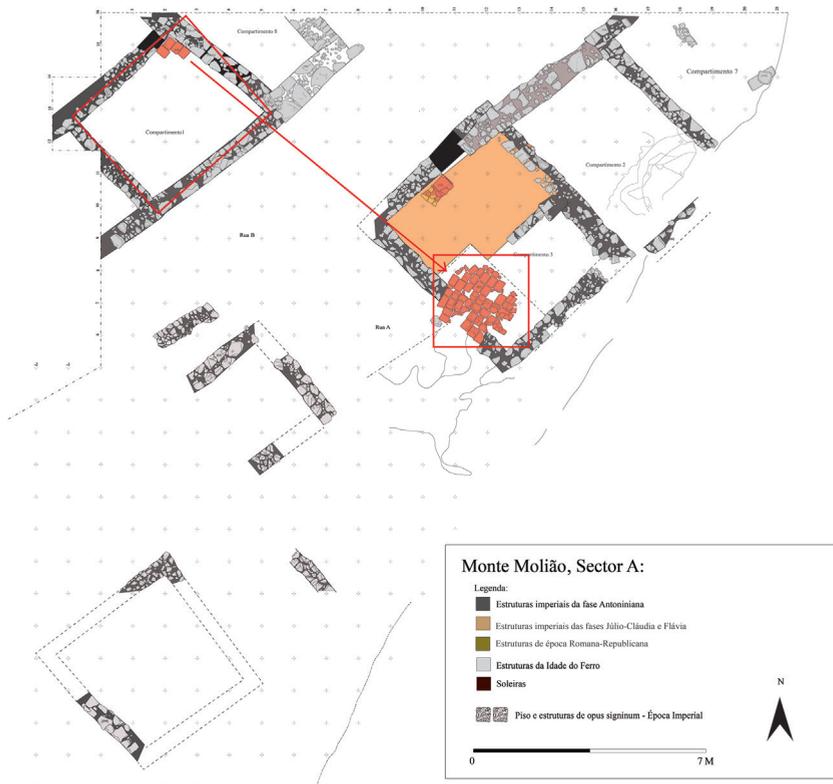


FIG. 9 – Planta das estruturas antoninas, onde é visível o pavimento da segunda fase antonina que se sobrepõe às paredes da primeira.

	Fase antonina I		Fase antonina II	
	Total NFR	Formas ¹	Total NFR	Formas ¹
Ânforas	547	Dressel 20; Beltrán 2B; Dressel 14; Gouloise 3; Keay 16; PE 25	262	Dressel 20; Dressel 14; Beltrán 2B; Gouloise 4; Keay 16; Almagro 50; Beltrán 72
TSSG	657	Drag. 15/17; 16; 18; 24/25; 27; 31; 30; 33; 35/36; 37; Ritt. 8; Herm. 13	466	Drag. 15/17; 18/31; 24/25; 27; 35/36; 37; Ritt. 8; Herm. 13; 25
TSH	273	Drag. 15/17; 18; 27; 30; 33; 35/36; 37; Martinez IC, IIC, IIB, IIIA e IIIB	150	Drag. 15/17; 18; 27; 30; 37
TSACa	49	Hayes 3b; 3c; 6b; 8a; 9a; 9b; 14/17; 28	50	Hayes 3b; 3c; 6a; 8a; 9a; 9b; 14/17;
C.Af.Co.	724	Hayes 23b; 197; 181; 182; 196; Ostia II 310; 312; 314; Sidi Jdidi 3	697	Hayes 23b; 197; 181; 182; 184b; 196; Ostia II
C.Comum	2055	Locais/regionais (tigela; panela; pote; tacho; gr. Recip.; tampa; prato; jarro; alguidar); béticas costeiras (tigela; taça; prato; almofariz; alguidar; bilha; tampa; jarro; pote); béticas Guadalquivir (almofariz; alguidar; tigela; bilha; gr. recip.; tampa; púcaro; pote)	1323	Locais/regionais (tigela; panela; pote; tacho; gr. Recip.; tampa; prato; jarro; alguidar); béticas costeiras (tigela; taça; prato; almofariz; alguidar; bilha; tampa; jarro; pote); béticas Guadalquivir (almofariz; alguidar; tigela; bilha; gr. recip.; tampa; púcaro; pote)
P.Finas	72	Mayet XXXVII/VIII; Divers II;	32	Mayet XXXVII/VIII;
Caulínfita	20	KAOL F1	13	KAOL F1
Lucernas	53	Dr-Lamb. 5; 11/14; 16; 19; Deneauve XC; Riotinto-Aljustrel	30	Dr-Lamb. 11/14; 19

¹ As formas incluídas neste campo não contemplam os tipos que correspondem a intruções, materiais residuais ou fragmentos amorfos, ainda que estejam contabilizados no total de NFR

FIG. 10 – *Quantificação e distribuição das formas nos estratos das duas fases antoninas identificadas.*

JOSÉ CARLOS QUARESMA

Universidade Nova de Lisboa, NOVA/FCSH, Departamento de História | CHAM

(Centro de Humanidades)

josecarlosquaresma@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3139-1975>

COMÉRCIO NO MUNDO ROMANO E TARDO-ANTIGO:
UMA ANÁLISE DIACRÓNICA, ENTRE ARQUEOLOGIA,
HISTÓRIA E CLIMA (SÉCULOS I A VII D.C.)

TRADE IN THE ROMAN AND LATE ANTIQUE WORLD:
A DIACHRONIC ANALYSIS BETWEEN ARCHAEOLOGY,
HISTORY AND CLIMATE (1ST-7TH C. AD)

“Conimbriga” LXI (2022) p. 157-208

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_5

Texto recebido em / Text submitted on: 23/07/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 30/05/2022

RESUMO: A Economia Antiga permanece um campo rico de análise, mas também complexo e difícil quando se procura uma integração dos dados de diversa natureza epistemológica. Por isso, são poucos os casos de tentativa de cruzamento de dados históricos e arqueológicos ou ambientais.

Neste artigo, procuramos empreender três grandes exercícios de confrontação de dados: analisar diacronicamente dados arqueológicos de natureza comercial, nomeadamente aqueles que nos transmitem flutuações temporais e regionais mais fidedignas, como os da *terra sigillata*; comparar estes dados com outros dados económicos de natureza ambiental e epidemiológica; analisar os preços de frete propostos pelo Édito de Preços de 301 d.C., comparando os reais custos entre as diversas rotas e, assim, procurar

Conimbriga, 61 (2022) 157-208

descortinar a relação de custos de trabalho aos intermediários e de custos finais dos produtos aos consumidores de cada região.

PALAVRAS-CHAVE: Economia antiga; Período Imperial; Antiguidade Tardia; ciclos cronológicos; custos.

ABSTRACT: Ancient Economy remains a rich field of analysis, but also complex and difficult when seeking an integration of data of diverse epistemological nature. For this reason, there are few cases of attempted cross-checking of historical and archaeological or environmental data.

In this article, we seek to undertake two major exercises of data confrontation: to analyse diachronically archaeological data of a commercial nature, namely those that transmit us more reliable temporal and regional fluctuations, like those of the terra sigillata; to compare these data with other economic data of an environmental and epidemiological nature; to analyse the freight prices proposed by the Price Edict of 301 AD, comparing the real costs between the various routes and thus try to unravel the relationship of labour costs to intermediaries and the final costs of products to consumers in each region.

KEYWORDS: Ancient Economy; Imperial Period; Late Antiquity; chronological cycles; costs.

COMÉRCIO NO MUNDO ROMANO E TARDO-ANTIGO: UMA ANÁLISE DIACRÓNICA, ENTRE ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E CLIMA (SÉCULOS I A VII D.C.)

Introdução

Falar de comércio na Antiguidade não é tarefa simples. Os dados abundam muito mais do que um leigo na matéria imagina, mas escasseiam muito mais do que os Arqueólogos e Historiadores gostariam. Os dados disponíveis, tanto nas fontes escritas, como na cultura material, estão eivados de profundas nuances de qualidade e quantidade, na dispersão geográfica, cronológica e temática. Faltam-nos séries completas de preços ou salários, de cálculos seguros demográficos ou de níveis de produtividade económica.

A leitura crítica da Economia Antiga tem, por isso, deambulado desde o século XX entre o que se aceitou denominar de *teorias primitivistas* (tendo Finley como figura cimeira: FINLEY, 1973) e de *teorias modernistas* (tendo Rostovtzeff como figura primeira: ROSTOVITZEFF, 1957). As primeiras veem o mundo romano como eminentemente arcaico, fechado sobre si próprio, autárquico, com um grau tecnológico e de transporte muito simples, incapaz de produzir mercados de grande alcance. O segundo grupo de teorias, mais recente, e dotado dos avanços dos conhecimentos arqueológicos, ocorridos a partir da segunda metade do século XX, evidencia que, apesar de uma grande parte da sociedade viver em círculos locais de autossustentação, as fontes escritas, e sobretudo as arqueológicas, demonstram capacidades avançadas de produção, agrícola e industrial, de comercialização, de complexificação jurídica, ou de eficácia dos meios de transporte, sobretudo navais (BLOIS, PLEKET e RICH, 2002).

Nas últimas décadas, o pensamento tem apontado para teorias de posicionamento mais intermédio, embora tendencialmente próximas do modernismo, em função da base empírica que a Arqueologia tem

proporcionado para a percepção da complexidade e intensidade da Economia Romana. Numa listagem simples e referente ao século XXI, vejam-se os trabalhos de forte base arqueológica de Remesal Rodríguez, intimamente relacionados com o papel do comércio anfórico e da produção e distribuição do azeite anonário (por exemplo, MRABET e REMESAL, 2007); a compreensão das rotas e da navegação na Antiguidade (SCHÄFER, 2016; SCHÄFER, 2017); ou mesmo a adaptação de novas tecnologias para a aproximação aos tempos de viagem na Antiguidade (WARNKING, 2016).

A dispersão geográfica de bens como as cerâmicas finas de mesa, ou do vinho, azeite e preparados de peixe, de que as ânforas são o reflexo arqueológico, indicia vetores de desenvolvimento, diríamos pré-capitalistas, em certos períodos, regiões e sectores económicos. E revela que os mercados nunca são propriamente globais, mas fortemente ligados a curtas e médias-distâncias, podendo receber, em menor quantidade, bens de regiões longínquas. Nas palavras de P. Temin, falamos de *mercados regionais interdependentes*, mas coordenados de forma imperfeita; nas palavras de J. Paterson, de uma *rede de microeconomias regionais*, que em certos períodos tiveram uma maior abrangência e dinâmica, tornando-se mercados mais amplos (*apud* BLOIS, PLEKET e RICH, 2002). Para Hopkins (HOPKINS, 1983: 105), o grande fluxo de mercadorias seria essencialmente costeiro e mesmo este só atingiria larga-escala em pontos principais: “cheaper transport by sea was not enough to stimulate the unrestricted growth of coastal towns. That is the critical argument”. E o Estado tinha um papel fulcral na dinamização da economia, através da dinâmica fiscal imposta às províncias, bem como à rede anonária, baseada de imediato nos cereais e no azeite: “the economic growth of large cities in the Roman world was politically inspired”.

Nas palavras de alguns teóricos europeus:

um aspeto primitivo genericamente aceite para a economia imperial romana é a sua fragmentação em circuitos regionais e até locais. Chegou a existir algo como uma “economia imperial romana”? A investigação arqueológica demonstra quão fortemente se diferenciavam as regiões. O Império romano talvez não tenha sido mais do que um conglomerado de diferentes entidades culturais e económicas, agrupadas pela administração imperial romana, o exército, e, em menor extensão, pela elite cultural greco-romana, mas não seguramente por uma integração económica (BLOIS, PLEKET e RICH, 2002).

1. Falar de comércio na Economia Antiga

1.1. Teorias, denominações, leis

Segundo Hopkins, estima-se que, na época imperial, o espaço romano incluísse, na sua totalidade, desde a *Britannia* à *Asia*, 50 milhões de habitantes. Tal implicaria um nível mínimo de subsistência de 220 kg de trigo/ano por pessoa; o que, por sua vez, implicaria 1,1-1,7 milhões de toneladas/ano, ao qual teria ainda de acrescer todo o restante movimento de mercadorias: material de construção, material arquitetónico, combustível, roupa, bens exóticos e de luxo. Cada cidadão de Roma receberia, em princípio, 33 kg/mês de trigo. Numa previsão de 200 mil cidadãos, o total anual recebido na cidade seria de 80 mil toneladas/ano. Estas cifras levam Hopkins a efetuar o seguinte cálculo comercial para o volume de transporte anual de comida no Império, perfazendo um total de 1.538.000 toneladas/ano:

- curta-distância: 1.078.000 toneladas;
- média-distância: > 295.000 toneladas;
- longa-distância: 165.000 toneladas.

O Império necessitaria assim de uma vasta rede de embarcações, na sua grande maioria privadas, para fazer face a este trânsito de bens essenciais, acompanhado nas suas cargas pelos bens secundários, recorrentemente detetados pela Arqueologia subaquática e pela escavação dos sítios de consumo. A legislação imperial espelha amiúde as preocupações de Roma com a eficácia dessa rede. No século II, um artigo isenta de outras obrigações fiscais aqueles que constroem barcos e os usam no abastecimento de trigo a Roma, desde que tenham pelo menos 330 toneladas de capacidade, ou que possuam vários barcos que perfaçam esse total, sendo que cada barco deve ter pelo menos 65 toneladas de capacidade (*Digesto*, 50. 5. 3); noutra emanação, nos inícios do século III, afirma-se que não havia barcos de 300 toneladas suficientes e que alguns barcos de abastecimento de trigo a Roma eram de 65 toneladas (*Digesto*, 3. 6) (HOPKINS, 1983: 84 e 93).

No sentido inverso, o *Código de Justiniano* não tem este tipo de leis, nem há leis desta natureza a serem emanadas pelos imperadores orientais, nos séculos IV e V d.C.. A Oriente, a pertença às corporações manteve-se livre e tudo indica ser no Ocidente que esta parte da economia privada enfrenta problemas (JONES, 1964: 844 e 860).

Nas palavras de Plínio-o-Velho (*NH*, 14. 2): “Toda a gente sabe que, como consequência de o mundo estar unido pela grandeza do Império Romano, a vida melhorou graças ao comércio (*commercium*) e à partilha das bênçãos da paz” (PATERSON, 1998: 149). Na mentalidade das elites latinas, *laborare*, enquanto *negare* o *otium*, fazer negócio, industrial ou comercial, era exercer uma atividade laboral, algo de que as elites antigas de origem patrícia se orgulhavam de não ter de fazer, podendo dedicar o seu tempo à fruição da vida, da natureza, da cultura e da política. A atividade comercial parecia estar vetada aos cidadãos de grau senatorial e várias leis da República e do Principado iam nesse sentido. Mesmo os decuriões, elementos das assembleias municipais (cúrias), estavam interditos de participar em tais atividades especulativas.

Mas a participação das elites foi sempre uma evidência, contornando essa normativa legal e moral. Por exemplo, a *Lex Claudia* de 218 a.C. (*Titus Livius, Ab Urbe Condita*, XXI. 63. 2) proibia os senadores (sendo posteriormente estendida aos seus filhos) de exercer comércio marítimo, mas apenas com embarcações que ultrapassassem a capacidade de 300 ânforas. Foi assim que Cícero (*Cicero, In Verres*), no século I a.C., disse que as leis que proibiam a posse de embarcações aos senadores “eram antigas e estavam mortas”. A participação das elites imperiais, entretanto denominadas de *nobilitas*, englobando a alta plebe e o mundo patrício, é uma evidência no mundo tardo-republicano e imperial (GARCÍA GARRIDO, 2001: 20-21).

No século I d.C., o comércio de longa-distância era essencial para abastecer cidades e exércitos espalhados sobretudo nas regiões de fronteira, como a *Britannia* ou a *Germania*, às quais chegavam regularmente cereais, azeite ou vinho das áreas mais meridionais do Império. Os Imperadores Cláudio e Nero foram mesmo um ponto de viragem nas crises de abastecimento, promulgando medidas destinadas a *navicularii* e *mercatores*: as normativas aumentavam o seu número e asseguravam os seus serviços através do estabelecimento de contratos por períodos anuais determinados, incluindo a atribuição de privilégios, como contrapartida. Segundo o historiador Suetónio (*Suetonius, Tiberius*, 34) e o jurista Gaio (*Gaius, Institutiones*, I, 32), o imperador Cláudio atraiu comerciantes para a *Annona*, dando vantagens fiscais aos proprietários de barcos com capacidade para mais de 10.000 *modii* (1 *modius*=8,8 litros=7,2 kilogramas de cereais – DUNCAN-JONES, 1974), que participassem na *Annona* durante um período mínimo de uma década. Ainda

segundo as mesmas fontes, esta medida garantiria a estabilidade de fornecimentos até seis anos (RICKMAN, 1980: 271; GARCÍA VARGAS, 1998: 236; GARCÍA GARRIDO, 2001: 18-19).

Mas o comércio da época romana não era, como dissemos, maioritariamente de larga-escala e de longa-distância. Naturalmente que a maioria das transações se desenvolvia à escala local e regional, por si só, vendendo produtos criados na região, ou como segmento final da chegada de produtos importados. Assim, não encontramos apenas os grandes *negotiatores*, *mercatores* ou *navicularii*.

Num patamar inferior de capacidade de ação, encontramos os pequenos intermediários, sobre os quais Calístrato (*Digestum*, 50. 11. 2), no século III, afirma que “evitam que os camponeses, pescadores e, em geral, os que produzem as mercadorias que chegam aos consumidores, abandonem as suas ocupações para se deslocarem ao mercado, no intuito de vender os seus produtos” (GARCÍA GARRIDO, 2001: 28).

Na pequena-escala, sabemos assim da existência de uma plêiade de outros agentes das trocas. Os *venditores* podiam ser especializados na sua ação, tais como: para o peixe (*piscatrices*) ou para a fruta (*fructuarii*); para o pão, como padeiros (*pistores*) e moleiros (*molinari*); como pasteleiros (*pastilarii*), boticários ou farmacêuticos (*pigmentarii*); como joalheiros de marfim (*eborarii*) ou fabricantes de anéis (*anularii*) e de colares de pérolas (*margaritarii*), ou como bordadores (*plumarii*) (GARCÍA GARRIDO, 2001: 18-19).

Esta plêiade de intermediários terrestres era fundamental para a distribuição terrestre das mercadorias, ou seja, as mercadorias que alcançavam os principais mercados precisavam, posteriormente, de grupos de comerciantes que transferissem as mercadorias para localidades menores e para o mundo rural. Tínhamos assim intermediários menores e vendedores ambulantes, em *mercati* (mercados abertos), *nundinae* (feiras), ou nos *macella* (edifícios de mercado) e *tabernae* (lojas) das cidades. Estes lojistas têm os seus estabelecimentos na cidade, mas há também vendedores ao domicílio, que vendem “em todo o espaço da cidade”: podemos assim distinguir *tabernarii* (comerciantes) e *venditores* (vendedores), entre homens que vendiam em loja ou de forma ambulante. Estes últimos estavam normalmente especializados em distâncias curtas. No Egipto, em *Oxyrynchus*, sabemos que tinham de preencher declarações com os preços dos produtos para os controlos públicos (GARCÍA BROSÁ, 1999; com relação ao comércio de artigos de luxo, ver PÉREZ GONZÁLEZ, 2017: cap. 1).

O jurista Paulo, do século II d.C., é citado pela compilação jurídica do século VI d.C., o *Digestum* (*Digestum*, 18. 1. 1: PATERSON, 1998: 153), realizada ao tempo do imperador Justiniano. No articulado que se segue, podemos constatar a consciência romana do valor do dinheiro para a agilização da economia e das trocas: “Actualmente, discute-se se se pode chamar de ‘venda’ (*venditio*) quando o processo não implica dinheiro”. Na verdade, já na jurisprudência do século I d.C. se discutia o significado económico-financeiro das palavras *venditio* (venda) e *permutatio* (troca) (PATERSON, 1998: 153).

Nesta economia com uma parte pequena, é certo, monetarizada, em torno aos 10 ou 15% da população do Império (HOPKINS, 1983: 84), a referida obra do *Digesto*, no século VI d.C., dedica boa parte do seu articulado às transações de larga-escala, entre produtores e intermediários, ou entre vendedores grossistas. O vinho, por exemplo, era um bem de venda a larga-escala e a longa-distância, implicando relações entre homens de terras (e costumes), por vezes, muito distantes. Assim, no articulado, prevê-se os direitos e deveres na venda de vinho: os do proprietário, que precisa de assegurar que os seus *dolia* usados para o armazenamento do vinho do ano sejam esvaziados a tempo da vindima seguinte; os do mercador, que compra e vende vinho (PATERSON, 1998: 153).

Especifica-se, também, seguindo uma lei do Imperador *Antoninus Pius*: as medidas e preços com os quais os *negotiatores* negociam o vinho são um assunto para as partes contratantes; ninguém está obrigado a vender, se desagradado com o preço ou “com as medidas, especialmente quando não se respeita as práticas costumeiras da região” (*Digestum*, 18. 6. 2: PATERSON 1998: 153).

1.2. Comércio terrestre, fluvial e marítimo: o custo de deslocação de mercadorias

As fontes romanas permitem-nos obter uma ideia genérica dos custos de transporte. Apesar de não termos uma série de valores ao longo dos vários séculos de vida do Império, a coerência dos valores apontados pelas fontes, por comparação com as séries da Inglaterra dos séculos XVI, XVII e XVIII, pré-industrial, indicia que a sofisticação dos meios de transporte pouco evoluiu, entre a Antiguidade Clássica e o final da Era Moderna.

A principal fonte, pela sua extensão e variedade sectorial da economia, é, sem dúvida, o *Édito de Preços de Diocleciano*, publicado em 301 d.C. (GIACCHERO, 1974), na expectativa de estancar a sangria inflacionista do último terço do século III d.C.. Nesta fonte, podemos comparar o peso do transporte terrestre e marítimo, no preço final dos produtos.

Assim, é comumente aceite que o custo do frete marítimo representaria, em média, 1,3% do preço final do produto. O *Édito* não estipula preços de frete fluvial. Esse valor conhecemo-lo através de uma fonte mais antiga, o Papiro BGU 802, datado de 42 d.C., onde o peso é de 6,38% (DUNCAN-JONES, 1974: 368).

Mas o *Édito de Preços de Diocleciano* estipula igualmente o preço do frete de transporte por terra, que, em carroça, rondaria os 36,7 % do preço final dos produtos, aceitando que o *modius kastrensis* equivale a 1,5 *modii italici* (este, equivalente a 8,8 litros ou 7,2 quilogramas, no caso dos cereais). O uso de bois para carros e mulas para transporte em alforjes seria o mais corrente. Já se o transporte terrestre se realizasse por camelo, o peso do frete no valor final do produto rondaria os 29,3 a 58,6% (DUNCAN-JONES, 1974: 368; DUNCAN-JONES, 1976; LAURENCE, 1998: 133).

Se compararmos o peso do custo do transporte terrestre, em época romana, com o conhecido para a Inglaterra de época moderna, concluímos que a eficácia da circulação por estrada não se alterou significativamente. Assim, na Inglaterra pré-revolução industrial, o preço do transporte terrestre ainda rondaria os 25% do preço final dos produtos.

Podemos assim estabelecer um *ratio* comparativo entre as duas épocas, para os comércios marítimo, fluvial e terrestre, tomando o valor do comércio marítimo como 1:

- Época Romana (séculos I a IV d.C.): 1:4,9:28;
- Inglaterra (primeira metade do século XVIII): 1:4,7:22,6.

Ou seja, temos, em média, o comércio fluvial a custar cinco vezes mais do que o terrestre, em ambas as épocas. A dúvida permanece apenas no comércio terrestre. Se o valor para a época romana for o mais baixo, aceitando o módio castrense como 50% maior do que o itálico (DUNCAN-JONES, 1976), então, para um comerciante romano, o frete de transporte terrestre pesaria 28 vezes mais do que o marítimo, enquanto, para um comerciante inglês do dealbar da Revolução Industrial, ainda pesava cerca de 23 vezes mais (DUNCAN-JONES, 1974: 368).

Em Roma, tal como na Inglaterra do século XVIII, vemos dois sistemas de transporte terrestre: um sistema complementar, que era interdependente com o transporte fluvial e marítimo; e um sistema independente, em que nenhum dos momentos de difusão de um produto implicava outro transporte que não fosse o terrestre (LAURENCE, 1998: 138). Na verdade, o forte impacto da criação da rede viária, a partir do século IV a.C., só será grandemente ultrapassado a partir do século XVIII/XIX, com as evoluções da engenharia do mundo contemporâneo (LAURENCE, 1998: 129).

No século II a.C., Catão (*Cato, De Agricultura*, 22. 3) apresentou os preços que pagou pela compra de dois moinhos, construídos, um em Suessa, a 25 milhas da sua *villa*, outro na área de Pompeia, a 75 milhas de distância da sua *villa*. No primeiro caso, o transporte encareceu o preço do produto em 11% e no segundo, em 75%. Mas um outro aspeto é bem demonstrador da competitividade de certos bens e seus canais de distribuição comercial. O moinho produzido em Suessa teve um custo final de 629 sestércios, enquanto o moinho de Pompeia (com uma área de produção mais longínqua do consumidor em questão) teve um preço final de 724 sestércios, ficando apenas 15% mais caro para o consumidor final, neste caso, o próprio Catão. O caso fica ainda mais paradigmático, se tivermos em conta um outro aspeto: Catão afirma que forneceu ele próprio as carroças para o transporte das componentes do moinho construído em Suessa, o que fará do preço final do moinho produzido nesta povoação, na verdade, sensivelmente similar ao preço do que foi produzido em Pompeia (LAURENCE, 1998: 129).

O valor de 11% em relação ao preço final do produto, em função do transporte, surge num documento de 191/192 d.C., proveniente de *Arsinoite*, uma grande herdade da zona do *Fayum*, no Egipto: infelizmente, não se descreve o tipo de transporte aplicado – se fluvial, se terrestre –, mas sabe-se que ficou a cargo do negociante (o qual obtém assim um desconto de 11% na compra), que efetuava uma grande compra a transportar desde *Karanis* até possivelmente Alexandria (RATHBONE, 1997: 206).

Para a Antiguidade Tardia, Jones (1964: 830, nota 14) compila as seguintes capacidades de carga:

- um cavaleiro poderia suportar uma carga de até 30 libras;
- uma *birota* (carro de duas rodas com 3 mulas), poderia suportar uma carga de até 200 libras;

- uma *raeda* (carro de quatro rodas com 8 mulas, no verão, e 10 mulas, no Inverno) poderia suportar uma carga de até 1000 libras;
- uma *angaria* (carro de bois – normalmente quatro) poderia suportar uma carga de até 1500 libras. E este era até o carro mais habitual para o serviço da *Annona* e para o transporte de armamentos e materiais de construção.

O bispo Santo Isidoro de Sevilha, na sua obra *Etimologias*, escrita no século VII, enuncia vários tipos de veículos terrestres, num pequeno capítulo intitulado precisamente *De vehiculis*, mas apenas um se refere a transporte de mercadorias; nunca se refere às taras implicadas:

- *Currus*, como todo o veículo com rodas;
- *Rheda*, ou *Reta* (esta última, segundo ele, numa terminologia mais antiga) como veículo com quatro rodas;
- *Carretum* ou *Carrum pompaticum*, como veículo de luxo;
- *Plaustrum*, como veículo de duas rodas, para transporte de mercadorias;
- *Caracutum* ou *Carrum acutum*, como veículo de rodas muito altas;
- *Capsus*, como veículo com cobertura (*capsa*);
- *Pilentum* e *Petorritum*, como veículo coberto de quatro rodas, usado no passado pelas matronas, segundo o autor, que acrescenta serem azuis no passado e encarnados na sua época;
- *Basterna*, como veículo de viagem, puxado por dois animais e dotado de assentos cómodos (Isidoro, *Etimologias*, XIX, 12).

O *Édito de Preços* de 301 d.C. estabelece o preço por milha de transporte terrestre de uma carga, em função do veículo utilizado, mas os tipos enunciados diferem dos referidos acima. Assim:

- carro com 1200 libras – 20 *denarii*/milha;
- camelo com 600 libras – 8 *denarii*/milha;
- burro com qualquer carga – 4 *denarii*/milha (JONES, 1964: 841).

Partindo da equação seguinte, relativo ao carro – 1200 libras= 600Kg=55,5 *modii kastrenses* – chegamos então ao custo de 0,36 *denarii/modius kastrensis*/milha, equiparando-o para os casos de cereais, por exemplo.

Laurence (1998) apresenta o cálculo da relação de custo *modius kastrensis*/milha, para os cereais transportados entre Alexandria e

Roma, uma das muitas rotas cujo preço de frete é enunciado pela mesma fonte tardo-romana. Neste caso, o autor apresenta um valor de 0,013 *denarii* por milha. Tendo apenas este valor de rota em comparação com o transporte por carro acima referido, encontramos uma diferença de 27,7 vezes entre o transporte terrestre e o marítimo, com clara eficácia deste último. Neste sentido, Jones (1964: 841-842), afirma taxativamente: “It was cheaper to ship grain from one end of the Mediterranean to the other than cart it 75 miles”.

Na FIG. 1, apresentamos uma série de cálculos que efetuámos a partir dos preços de frete por rota, elencados no *Édito de Preços* de 301 d.C., na sua titulação completa, *Editum Diocletiani et Collegarum de pretiis rerum venalium* (GIACCHERO, 1974).

Na primeira coluna apresentamos o preço, em *denarii*, pelo frete de um *modius kastrensis*, relativo às rotas conservadas na fonte. Na segunda coluna, fazemos um cálculo aproximado da distância em milhas romanas que um barco poderia percorrer para cumprir cada trajeto. Nalgumas províncias determinámos um possível ponto de partida ou chegada, para o qual optámos pelo porto mais importante da região. Na Aqueia, naturalmente o Pireu (Atenas). Para a Sicília, *Asia* e *Oriens*, a costa mais próxima do ponto de origem ou destino da rota. Para a *Lusitania* optámos por *Ossonoba*, possivelmente a cidade mais importante da costa meridional desta *provincia*, apesar da importância de *Olisipo*, algumas centenas de milhas mais a Norte, e da atestação de um *dispensator* (responsável municipal da *Annona*) em *Balsa*, a cidade lusitana mais sul-oriental e, assim, a mais próxima do Mediterrâneo (IRCP 74). Na *Gallia*, tal como na *Hispania*, os pontos escolhidos foram naturalmente mediterrânicos (*Massalia* e *Tarraco*), parecendo a *Lusitania* ser a única *provincia* atlântica elencada nesta série de preços de frete. É interessante que o território hispânico surja especificado em *Baetica* (para a qual escolhemos *Gadir*) e *Lusitania*, mas não surjam as *provinciae* da *Tarraconensis* e *Carthaginensis*, aparentemente somadas como *Hispania* – neste raciocínio, optámos por eleger *Tarraco* como referência geográfica.

Na terceira coluna, calculamos o valor cobrado em cada rota, em *denarii* por milha (dividindo o valor de *denarii/modius kastrensis* pelas milhas de distância). É esta terceira coluna que nos determina a seriação das rotas e não a primeira, onde o valor de *denarii* se refere ao *modius kastrensis*. Assim, a análise a partir deste valor será abordada mais intensamente, *infra*, na FIG. 2.

A terceira coluna apresenta uma seriação que parte de um patamar de valor mais favorável aos mercados de consumo e mais desfavorável aos intermediários (*navicularii*), progredindo até um patamar com a situação inversa, onde o preço da milha favorece o intermediário e prejudica o consumidor final.

A FIG. 1 demonstra então que as duas rotas com a milha mais barata têm, ambas, partida em Alexandria, porto de um dos grandes celeiros romanos, o Egípto. É interessante denotar que os portos de destino são igualmente importantes áreas cerealíferas, *Africa* e Sicília, sendo Cartago (assumido como porto de *Africa*) o ponto mais vital da *Annona* que servia Roma. Ambas as rotas apresentam um custo de milha de 0,005 *denarii*.

Num 2º patamar de valor de milha (0,007) encontramos novamente Alexandria e *Africa*, mas o Mediterrâneo Ocidental surge agora, através de Roma e *Gallia* (assumindo *Massalia*). No Mediterrâneo Oriental acresce a *provincia* da *Asia*. A abrangência geográfica cresce no 3º patamar, com o valor de 0,008: a *provincia* de *Oriens* surge ligada à *Baetica* e a cidade de Roma à *Gallia* (pressupondo que possa ser uma rota indireta, quiçá via *Tarraco*, já que esta rota volta a surgir repetida noutro percurso que assumimos como o direto).

Um 4º patamar estende a Geografia das rotas até ao Atlântico. O valor de 0,009 parece até muito pensado para rotas eminentemente de longa dimensão: para além de Alexandria-Roma e Roma-*Gallia* (que combinadas pelo mesmo valor poderiam conformar uma sequência Alexandria-Roma-*Gallia*), a *provincia* de *Oriens* surge ligada à *Hispania* e à *Lusitania*.

Um 5º patamar, no valor de 0,01, abrange apenas o sector oriental do Mediterrâneo, com *Africa* relacionada às *provinciae* da *Pamphylia* e *Oriens*. Um 6º patamar, muitíssimo próximo ao quinto, pelo valor de 0,011, respeita apenas à ligação de Roma com *Oriens* e *vice versa*. O 7º e o 8º patamares têm novamente acréscimos de 0,001 *denarii* (para 0,012 e 0,013, respetivamente) e dizem novamente respeito a todo o *mare nostrum*: *Oriens*, Aqueia, *Africa*, *Gallia* e *Hispania*. A *provincia* de *Oriens* surge particularmente ligada ao quadrante noroeste mediterrânico (Roma e *Gallia*). *Africa* apresenta rotas a Oriente e Ocidente (Aqueia e *Hispania*).

Os 9º e 10º patamares surgem com os valores de 0,015 e 0,016, respetivamente, e respeitam sempre a Roma, ora ligada ao Oriente (Tessalónica e Aqueia), ora à *Hispania*.

Os 11º e 12º patamares, com os valores de 0,02 e 0,021, respectivamente, respeitam apenas ao Mediterrâneo central, com *Africa*, Sicília e Roma. Constituídos por três rotas, são particularmente interessantes, pois respeitam à mais importante rota anonária de Roma, ligada a *Africa*, com a Sicília servindo de ponto intermédio. Representam também uma rota com um preço acrescido face aos patamares nono e décimo. A púrpura imperial parece querer apresentar aqui uma situação de privilégio para os *navicularii* que prestassem serviço numa rota fundamental de serviço anonário Roma, na sua ligação com a principal área de abastecimento cerealífero (desde a criação da frota de Cartago com *Commodus* – REYNOLDS, 1995), oleário (desde o decréscimo da *Baetica*) e vínico (com a criação do *Canon vinarius* de Aureliano – BONIFAY, 2004). E devemos relembrar que as rotas que servem Roma desde Alexandria (no primeiro patamar) apresentam assim uma situação inversa: um favorecimento do preço aos consumidores e um menor incentivo aos *navicularii*.

Esta mesma situação de privilégio surge no 13º patamar, relativo ao sector adriático setentrional, com a ligação entre *Ravenna* e Aquileia, num claro benefício de preço (que sobe de forma clara para 0,071) para a futura capital imperial do século V (*Ravenna*) e para a presente área capital balcânica, já que Constantinopla só será fundada três décadas depois da publicação do *Édito* de 301 d.C..

Se analisarmos a quarta coluna podemos ver o aumento percentual de preço, em função do valor de custo mais baixo de milha, representado pelas rotas que ligam Alexandria a *Africa* e Sicília.

O 2º patamar, que já envolve *Africa* (assumida como Carthago) e todo o Mediterrâneo, com exceção da *Hispania*, apresenta uma subida de custo de 40%. O valor de custo da milha sobe de maneira estável até ao 8º patamar, com um acréscimo de 160%, sendo verificável, até aí, um aumento de 20% a cada patamar. Este conjunto de oito patamares envolve já todo o Mediterrâneo e o Atlântico, já que a *Lusitania* surge no quinto patamar, com um aumento de 80% face ao preço de base. Aqui, devemos registar que o acesso ao *mare exterior* se encontra numa situação algo favorecida aos centros de consumo, mas mais desfavorecida aos *navicularii*, não constituindo o Atlântico nesta fase um destino particularmente interessante para os intermediários.

É a partir do 9º patamar, entre Roma e a área grega (Tessalónica e Aqueia), que o preço da milha cresce em proporções mais elevadas, agora com um aumento de 200% face ao valor de base (numa

progressão de 40%, e não de 20%, face ao 8º patamar); a este patamar ainda podemos juntar o 10º patamar, com aumento de 220%, ou seja, novamente 20% mais em face do patamar anterior. E é novamente Roma que surge como ponto central, ligado à cidade de *Nicomedia*, na entrada do Mar Negro, junto à futura Constantinopla, e à *Hispania*, no extremo oposto do Mediterrâneo.

O 11º e 12º patamares representam um acréscimo acentuado do valor da milha, de 300 e 320%, respetivamente, representando uma progressão de 80 e 100% face ao 10º patamar. E como dissemos *supra*, configura uma situação de incentivo aos *navicularii* que serve a *Annona* de Cartago em direção a Roma, via Sicília. Uma situação de claro privilégio dos intermediários (e produtores desta região africana), por oposição ao preço de milha fixado para o transporte desde Alexandria a Roma, que se situa no patamar mais baixo do preço. Se tivermos em conta que Alexandria ainda não é o celeiro de Constantinopla, capital ainda por fundar, e que Roma dependeria assim de Cartago, mas também de Alexandria, estes preços representam um claro favorecimento aos intermediários da rota cartaginense. Poderá também significar que Roma aparentemente compensaria o incentivo à rota da *Zeugitana* com pagamentos mais baixos à rota do Egipto.

Esta situação de privilégio aos *navicularii* cresce exponencialmente no último patamar, que liga Ravenna a Aquileia, servindo claramente as novas capitalidades balcânicas, de transição para Oriente, anteriores ao exercício desta função por Constantinopla. Face ao patamar 11 e 12, eminentemente ligado a Roma e ao seu abastecimento de cereais, azeite e vinho africanos, as viagens exclusivamente norte-adriáticas representam um acréscimo de 1000%, tendo um custo 1320% mais caro do que o das rotas mais baixas, entre Alexandria e Roma ou *Africa*.

Por último, devemos discutir a quinta coluna que compara o custo marítimo, em *denarii*, de cada *modius kastrensis* por milha, com o custo terrestre, em *denarii*, de cada *modius kastrensis* por milha. Aceitando um valor de 0,36 *denarii*/milha por *modius kastrensis* no comércio terrestre, chegamos a *rationes* muito mais díspares do que os simples 1:27,7, dedutíveis a partir do cálculo exposto por Laurence, que atribui um custo de 0,013 *denarii* por milha, à rota Alexandria-Roma (LAURENCE, 1998).

Se virmos então a quinta coluna, os *rationes* podem variar, naturalmente sempre a favor do comércio marítimo, entre 1:5 e 1:72, com

um *ratio* intermédio de 1:32,5. Mas também, como vimos, parecem existir claras opções de gestão política das várias rotas que nos impedem de aceitar este *ratio* médio como um valor dependente da capacidade tecnológica ou económica do comércio romano. Os valores do abastecimento a Roma desde *Africa* e das transições entre *Ravenna* e *Aquileia* são exemplos de clara gestão política, com custos seguramente incentivados por iniciativa estatal, que se aproximam até, no último caso, com o *ratio* entre o comércio fluvial e terrestre, no século I d.C. (ver *supra*). Assim, um *navicularius* que transitasse na região nord-adriática, recebia um valor por milha 13,2 vezes maior do que aquele que transitasse entre *Alexandria* e *Africa* ou *Sicília*.

Na FIG. 2, os patamares de custo estão organizados em função do preço tabelado (em *denarii*) por *modius kastrensis*. Na segunda coluna, apresentamos um valor de frete para uma carga média de 100 toneladas, o que corresponde a 9259 *modii kastrenses*. Na terceira coluna, apresentamos a aumento do preço percentual, face ao preço mais barato praticado no primeiro patamar de 4 *denarii/modius kastrensis*. Na quarta coluna, apresentamos o peso do preço de transporte no preço ao consumidor final.

Voltamos a encontrar 13 patamares de valores, mas a sequência de rotas altera-se substancialmente, por comparação com a da FIG. 1.

Na FIG. 2, vemos uma evolução gradual do preço de transporte do *modius kastrensis* e dos preços de frete, que tendem a aumentar em função da extensão da viagem, embora a situação nem sempre seja clara a esse respeito. O caso mais paradigmático será o das duas rotas que ligam *Alexandria* a *Roma*, que pensamos relacionarem-se com uma rota direta e outra que contorna o Mediterrâneo Oriental (ARNAUD, 2005): ambas cobram o mesmo frete, com claro prejuízo para os intermediários do segundo caso. Logo no primeiro patamar encontramos uma situação de aparente desfavorecimento: o mesmo preço de frete para a rota entre *Africa* e a *Gallia*, com possivelmente o dobro da distância da que liga *Roma* à *Gallia*. Aliás, os consumidores da *Gallia* surgem novamente prejudicados, no patamar 12, no qual o frete entre a *provincia* de *Oriens* e a *Gallia* é 50% mais caro do que entre *Oriens* e *Baetica*.

A terceira coluna apresenta, contudo, uma progressão estável dos preços de frete, por comparação com o patamar de frete mais barato. A progressão é sempre de 50%, com uma única exceção, no terceiro patamar, que apresenta valores como se se tratasse na verdade de um

patamar intermédio. E a rota que apresenta esta exceção é aquela que constitui o elemento claramente mais privilegiado da FIG. 1: *Ravenna-Aquileia*. Com uma progressão de preço de 87,5%, situa-se entre o segundo e o quarto patamares, esses sim apresentando o aumento percentual estável de 50% entre si.

Na parte inferior do quadro, delimitámos uma caixa de destaque, que nos permite comparar as ligações da *provincia* de *Oriens* com Roma, *Hispania* (assumindo *Tarraco*), *Baetica* (assumindo *Gadir*) e *Lusitania* (assumindo *Ossonoba*). Podemos constatar que a evolução do preço de frete é estável nos circuitos mediterrânicos, com uma progressão de 50% entre si. Seria de esperar que o preço evoluísse de forma estável (50%) entre a *Baetica* e a *Lusitania*, já que estas duas *provinciae* terão uma distância média semelhante à de *Tarraco-Gadir*. Aqui, deparamo-nos com uma situação favorável aos intermediários do comércio atlântico, já que a progressão do preço não é de 50%, mas 100%. Parece uma situação em desfavor da *Baetica*, que havia sido naturalmente um *pivot* entre o Mediterrâneo e o Atlântico, como o demonstra, meio-século antes, em 257+ d.C., o naufrágio de Cabrera 3, com ânforas lusitanas, béticas e africanas (BOST *et al.*, 1992).

Ossonoba dista 135 milhas de *Gadir*: esta distância implicaria um aumento de apenas 4115 *denarii*, quando na verdade o *Édito* propõe um aumento de 37036 *denarii*. Assim, nonuplica o preço de frete relativo (face às milhas a percorrer), por comparação com as distâncias de Roma/*Tarraco* e *Tarraco/Gadir* (622 e 670 milhas, respetivamente), que apresentam, cada uma, aumentos de apenas 18518 *denarii*. Se pensarmos *Olisipo* (e não *Ossonoba*) como porto de chegada, teremos mais 297 milhas desde *Gadir*: neste caso, o preço deveria aumentar apenas 9259 *denarii* (ou seja, quadruplica o preço de frete por comparação com Roma/*Tarraco* ou *Tarraco/Gadir*).

Os preços de frete para o Atlântico demonstram uma particular atenção ao fornecimento desta região e aos seus consumidores, já que, se compararmos o preço do frete entre *Oriens* e Roma (18 *denarii/modius kastrensis*), a distância à *Lusitania* invocaria um aumento para 30 *denarii/modius kastrensis* e não de apenas 20 *denarii*, como o *Édito* enuncia. Neste ponto, parece que os consumidores lusitanos saem algo favorecidos, mas do ponto de vista arqueológico é ainda difícil de perceber que mercadoria oriental estaria a ser pensada para os mercados lusitanos, em 301 d.C., mais de um século e meio antes do ressurgimento comercial do último quartel do século V d.C., com

a *terra sigillata* focense tardia e as *Late Roman Amphorae* (HAYES, 1972; QUARESMA, 2012; FERNANDES, 2012).

A quarta coluna da FIG. 2 respeita ao peso do custo de transporte em relação ao preço final dos cereais no consumidor. Segundo Temin (TEMIN, 2013), em 300+ d.C., uma *artaba* (=3 *modii kastrenses*) custaria, no Egito, 2000 drachmas=1500 *denarii* (sendo um *drachma* equivalente a 0,75 *denarii*), pelo que um *modius kastrensis* custaria assim 500 *denarii*. O preço ao consumidor final de 100.000 Kg=9259 *modii kastrenses* seria assim de 4.629.500 *denarii*.

Difícilmente este valor estaria a ser pago em moeda, no século IV, sendo seguramente valores desta categoria pagos em unidades de ouro (DEPEYROT, 1996). Sobre esta questão voltaremos a falar *infra*. Para já, gostaríamos de chamar a atenção para a profunda inflação que havia atacado o Império: 500 *denarii* por um *modius kastrensis*, o que equivale a 333,3 *denarii* por um *modius italicus*, quando um *modius italicus* de trigo custava algo em torno a 1 *denarius*=4 HS, entre 193 e 260 d.C., também no Egito (DUNCAN-JONES, 1974: 365).

Por esta ordem de razões, a quarta coluna da FIG. 2 não deve ser interpretada como o real peso do frete marítimo no preço final do produto, já que dificilmente os *navicularii* conseguiriam manter preços tão baixos, com um custo de vida tão galopante. As percentagens que elencamos devem estar assim subvalorizadas, mas realçam a vontade férrea de Diocleciano em controlar custos, descontrolados, na economia pública e privada. Fica também evidente a diferença acentuada entre o custo de transporte marítimo e o terrestre, como vimos *supra*. Serve também (e neste aspeto será, proporcionalmente, real) para vermos como as rotas apresentavam pesos relativos diferentes face ao preço final do produto, variando mais de cinco vezes entre si (aceitando estas percentagens, entre 0,8 e 5,2% e sem sabermos as reais variações de preços dos produtos, ao longo do espaço imperial, nesta época).

A revisão destes valores é impossível de fazer, em face da ausência de base empírica. Para Duncan-Jones (1974: 367), é muito possível que o *Édito* não reflita os preços gerais, mas só os do Oriente e até em particular os da cidade de onde foi emanado, talvez *Nicomedia*, e que as áreas rurais e pequenas cidades estivessem sob efeitos inflacionários menos severos, por estarem mais à margem dos mercados.

1.3. O tempo das viagens

Alguns elementos historiográficos permitem-nos também traçar algumas linhas sobre os tempos do transporte terrestre e marítimo, permitindo um conhecimento aproximado dos dias de viagem e das velocidades médias alcançadas.

Quanto ao transporte terrestre, num caso datado na passagem da Era – uma viagem de *Horatius* (*Horatius, Sermones*, 1, 5), entre *Brundisium* e Roma, ao longo de 360 milhas –, demorou 10 dias, através da *Via Apia*. Esta velocidade diária de 36 milhas romanas, para viagens individuais, parece ser confirmada por outros autores coevos, como Plínio-o-Velho (*Plinius, Historia Naturalis*, 3, 100). Já se falarmos de viagens para transporte de carga em carroça, o avanço médio diário seria apenas de oito milhas romanas. Naturalmente que a qualidade das estradas, pavimentadas ou não, faria variar, em muito, estes valores. Tal como as condições climáticas. E, em território montanhoso, o avanço diário em carroça poderia baixar às quatro milhas por dia (LAURENCE, 1998: 133; YEO, 1946: 231).

Exatamente por esta ordem de razões, *Columella* (*Columella, De Re Rustica*, 1, 3, 4), enuncia, como fatores determinantes para a localização de uma *villa*, a qualidade dos solos, a natureza do clima, o acesso à água e a proximidade a outros núcleos populacionais, como as cidades e *vici* (*viam, aquam, vicinum*), mas também a qualidade da rede viária. Outro tratadista, *Varro* (*Varro, Rerum Rusticarum De Agricultura*, 16, 2-6), dois séculos antes, frisa a integração e interdependência das *villae* no sistema de ocupação territorial: uma *villa* seria tão mais lucrativa quanto mais eficaz fosse o transporte dos bens, por estrada ou por rio. O transporte era assim um fator-chave na integração da *villa* no sistema económico imperial. E a proximidade a centros populacionais tornava mais fácil a contratação de mão de obra, segundo *Columella* (LAURENCE, 1998: 139; CARNEIRO, 2011).

Já no transporte marítimo, a velocidade média seria de 3 a 4 nós (1 nó = milha náutica/hora = 1853 metros/hora), ou seja, de 5,6 a 7,4 quilómetros/hora. Assim:

- uma viagem entre *Gadir* e *Ostia* demoraria 6,5 dias, a uma velocidade de 6 nós;
- uma viagem entre *Utica* e *Roma* demoraria 2,5 dias, a uma velocidade de 5 nós;

– uma viagem entre *Carthago* e *Gadir* demoraria 7 dias, a uma velocidade de 5 nós (YEO, 1946: 232, tabela 1).

1.4. O controlo administrativo dos processos comerciais

Remesal Rodríguez (REMESAL RODRÍGUEZ, 2012) apresenta uma análise do sistema de controlo da rede comercial, posta em prática pelo Estado romano, na *provincia* da *Baetica*, em particular nas áreas dos rios Guadalquivir e Genil, com o estabelecimento de uma série de pontos de embarque. Tal como se conhece de forma até mais sustentada no baixo-Tibre, entre *Ostia* e *Roma*, também o escoamento de azeite bético se encontrava organizado pela figura jurídica do *traiectus*. O conceito de *traiectus* poderá respeitar ao arsenal ou base de operações de uma frota de embarcações, mas, para Remesal Rodríguez, o conceito englobava também a área portuária (*portus*), com o seu armazém de mercadorias. Um *traiectus* englobaria assim, não só os pontos de partida e chegada (as duas extremidades do percurso), mas também os pontos intermédios que tivessem de existir.

Nas ânforas Dressel 20 do Monte Testaccio encontramos a atestação deste sistema comercial, através dos *tituli picti*: a posição alfa refere a tara da ânfora, a posição beta o *mercator*; e o mais importante para este caso, a posição gama o peso líquido e a posição delta o controlo fiscal/aduaneiro (AGUILERA MARTÍN e BERNI MILLET, 1998: 262). Os *tituli picti* são ainda fonte de informação sobre o nível administrativo intra provincial que supervisionava este *traiecti*: segundo a posição delta, o controlo era feito pelos *conventus iuridici*. Já a epigrafia indica que as associações de barqueiros, no *Baetis*, estariam organizadas por *municipia*. E, a partir de 150 d.C., passa a existir datação consular nas ânforas, denotando uma necessidade de controlo do processo por parte da administração central – sendo a *Baetica* uma *provincia* senatorial desde o seu início.

Para além da referida figura dos *traiecti*, corporações de barqueiros (*caudicarii* e *lintriones*) controlavam o Tibre, entre *Ostia* e *Roma*. No Nilo, eram conhecidas frotas estatais e privadas a operar na região. E as frotas estatais de longo-alcance marítimo, conhecidas no período imperial, pelo menos desde *Commodus*, fundador da frota de Cartago (REYNOLDS, 1995: 107), são ainda um instrumento central ao tempo de Teodorico, que, no século VI d.C., mantinha uma frota

de mil barcos para transporte de cereais no mar e no rio Pó (JONES, 1964: 829).

Um mecanismo fundamental para o transporte de mercadorias por via terrestre foi o *cursus publicus*, um serviço estatal controlado pelos prefeitos do pretório e governadores provinciais. Estava dividido em duas categorias de serviço, o *cursus velox* e o *cursus clabularius*, dependendo naturalmente os seus nomes da velocidade de execução. O *Itinerário de Antonino* e a *Tábua de Peutinger* descrevem a rede viária imperial e os pontos de apoio. Por exemplo, a via entre *Burdigalia* e a fronteira com a *Italia* passava por 14 cidades, 11 *mansiones* e 35 *mutationes*. As *stationes* não distavam mais de 15 milhas, sendo o valor mais normal o de 8 ou 9 milhas, compatível com um percurso pedonal (JONES, 1964: 830-834).

Cada *statio* era gerida por um *manceps*, normalmente nomeado por entre os decuriões, no seio do próprio *ordo decurionum*. O quadro legal emanado entre 378 e 382 d.C., com algumas pequenas contradições, explicita que o mandato do *manceps* deve durar, no máximo, 5 anos, e que ele não pode ausentar-se do local de trabalho por mais de 30 dias seguidos; cada *statio* deveria igualmente ser capaz de liberar 5 ou 6 cavalos por dia, respetivamente, nas leis de 378 e 382 d.C.; as mesmas leis enunciam que só poderia sair um carro por dia. Em relação aos cavalos, *Procopius* (*Procopius, Historia Arcana*, XXX, 4), no século VI, afirma que cada *statio* deveria possuir 40 (JONES, 1964: 830-834).

Segundo Jones, o capítulo *De curso publico* é um dos mais extensos no *Código de Teodósio*, o que revela problemas de gestão, bem como a sua usurpação por privados. As dificuldades tardo-antigas de gestão vão redundar, ao longo do século VI, na extinção gradual de vários troços do *cursus publicus*, por incapacidade estatal de garantir a sua existência. *Procopius* (*Procopius, Historia Arcana*, XXX, 1-2) afirma que o serviço, quando funcionava bem, não era apenas essencial para o trânsito de mensagens, mas também crucial para os terratenentes, sobretudo os que possuíam propriedades no interior, pois era assim que podiam escoar os seus cereais e pagar os impostos em ouro. E, sintomaticamente, esclarece que a abolição do serviço levou à ruína de muitos produtores (JONES, 1964: 830-834).

No século IV, Gregório de Nazianzus (Greg. Naz., *Orationes*, XLIII, 34. 5) referia que as cidades costeiras tinham sempre acesso a cereais, próprios, ou por mar; enquanto as cidades do interior tinham muito mais carestia, necessitando, assim, de recorrer à importação,

obrigando o Estado a baixar artificialmente os preços, em certas alturas de carestia. Nos finais desta centúria, a partir de 395 d.C. e sobretudo a partir de 400 d.C., a legislação multiplica-se na busca de fazer regressar às corporações muita gente que delas havia saído. *Valentinianus* III, imperador ravenaico, também repete estas leis. Há igualmente esforços contínuos para fazer de artesãos e lojistas (*tabernarii*) cargos hereditários (JONES, 1964: 844).

Os finais do século IV e os inícios do século V assistem também a preocupações, sobretudo ocidentais, de fixação de preços: em Cartago, a 21 de dezembro de 395 d.C.; em Roma, em 410 d.C., ano do saque da *Urbs* por Alarico. Uma outra lei ocidental, emanada no tempo de Valentiniano, a 23 de setembro de 365 d.C. (*Cod. Theod.*, XI, 2.2), estabelece a fixação do preço do vinho: “Desenvolvemos tanto o bem-estar do nosso povo que deve proclamar-se uma liberalização dos preços. Ordenamos que os preços das distintas classes de vinhos se reduzam um quarto, para alinhá-los com os preços de mercado” (DEPEYROT, 1996: 141).

As preocupações estatais do século V d.C. estão igualmente refletidas nos valores estabelecidos para as *octroi* (portagens, em cidades ou áreas portuárias), normalmente situadas nos 2%, com variação até aos 2,5% entre o Principado e o século IV, atingindo o valor de 5%, pelo menos na Numídia do século V d.C. (JONES, 1964: 825). O aperto das medidas de controlo fiscal desta centúria tem uma expressão máxima no ano de 444 d.C., ano da promulgação do imposto do *siliquaticum*, que revertia, a favor do Estado, 1/24 *solidus* em cada compra e venda, dividido por ambas as partes. Estabelecia ainda que as compras tinham de ser feitas em dia de mercado e perante o *collector*, estando proibido todo o comércio fora desta regra. Esta lei foi mantida ainda no reino ostrogodo (JONES, 1964: 825).

Teodoricus procurou, no entanto, aliviar o espaço itálico deste afogo normativo fiscal. Neste sentido, organizou uma rede liderada pelo Estado (e não por banqueiros privados) para compra e venda de divisas (e livre circulação de produtos).

Na *Vida de Teodorico*, 12, 72-73, descreve-se o processo e as consequências obtidas:

Os mercadores acudiam de todas as regiões até ele, porque estava organizado de tal forma que quando se entregava ouro ou prata nos seus domínios, esta soma podia utilizar-se como se se estivesse entre as muralhas

da cidade. Ele desenvolveu este princípio, ao longo de toda a *Italia*, até um ponto que deixou de por portas nas cidades e as que existiam não estavam nunca fechadas. Podia-se transportar tudo o que se quisesse, a qualquer hora do dia ou da noite (DEPEYROT, 1996: 136).

Assim, na área centro-mediterrânica, enquanto o reino vândalo parecia aumentar a carga fiscal das *octroi*, o reino ostrogodo parece querer aliviar.

1.5. Flutuações económicas: o registo arqueológico em comparação com os dados históricos, climáticos e epidémicos

Conjugar dados de natureza diversa não é fácil, apesar de tentador. As coerências e anomalias entre as flutuações dos fenómenos sugerem compreensões de conjunturas históricas, mas facilmente podem radicar em simples casualidades, cuja perceção exige uma abordagem o mais global possível, como forma de identificar variações regionais, temporais ou sectoriais (economia, sociedade, urbanismo, etc.). Nas últimas décadas temos assistido, contudo, à publicação de abordagens inter e transdisciplinares, para uma explicação dos dados arqueológicos, sobretudo de natureza económica, mas não só.

Neste capítulo pretendemos fazer uma pequena análise comparada de dados arqueológicos de índole comercial (a evolução do consumo de *terra sigillata*, a principal cerâmica fina de mesa entre os séculos I e VII d.C.) e industrial (a evolução da produção de preparados de peixe entre os séculos I e VI d.C.), com dados económico-financeiros de natureza histórica e dados de natureza ambiental (a evolução dos níveis de poluição por chumbo), climática (temperaturas, radiação solar, atividade vulcânica) e epidemiológica (entre os séculos II e VI d.C., três grandes epidemias, de larga extensão geográfica e temporal, tiveram objetivos efeitos socioeconómicos: a Praga de Antonino, a Praga de São Cipriano e a Praga de Justiniano).

1.5.1. Economia

Já em momentos anteriores tentámos problematizar as evoluções de consumo de *terra sigillata*, nos centros de consumo para os quais

existem dados quantificados sobre a totalidade das produções consumidas desta tipologia (QUARESMA, 2012). Não são muitos os sítios, infelizmente, com dados integrados, no hemisfério ocidental do espaço imperial e pós-imperial; e respeitam todos ao mundo hispânico.

Na FIG. 3, podemos constatar a média ponderada de evolução do consumo total conjugado de *terra sigillata*, quantificado em vários sítios urbanos, rurais e industriais da *Lusitania*, aos quais se junta um caso urbano bético, o de *Baelo Claudia*. Neste gráfico não incluímos casos do interior, como o de Mileu, na Beira Interior portuguesa (PEREIRA, 2012), pois os sítios do *hinterland*, tipicamente consomem em grandes quantidades no Alto-Império, mas estão tendencialmente afastados das grandes redes comerciais estáveis, a partir dos séculos II/III d.C.. Poderiam assim ser a base para um outro hipotético gráfico, que analisasse esse padrão em separado e de forma coerente. Um caso de consumo estável, mas infelizmente à espera de estudos, é o da capital lusitana, *Augusta Emerita*, para a qual só temos quantificações parcelares. Colocamos também numa outra imagem (FIG. 4) o caso de *Bracara Augusta*, pela sua posição geográfica e disrupção com várias das tendências observadas nos sítios do SW peninsular.

A FIG. 3 mostra então um pico de consumo intenso, na segunda metade do século I e primeiras décadas do século II, com um claro e acentuadíssimo declínio nos inícios desta centúria. Os finais do século II e a primeira metade do século III representam um momento de estabilização dos níveis baixos atingidos ao longo de c.100-150 d.C.. A segunda metade do século III é um novo período de crise de consumo, com um comportamento da curva muito simétrico, barquiforme, em que os níveis de c.300 d.C. igualam os que existiam nos momentos prévios à crise, em c.250 d.C..

O século IV é um largo período de estabilidade, com gradual crescimento moderado, que atinge um *floruit* tímido em c.390-420 d.C., após o qual as décadas centrais do século V são um novo momento de crise de consumo, que coincide com as disrupções políticas do final da administração romana da *Hispania*, decorrente da migração de Visigodos, Suevos, Vândalos e Alanos para o espaço peninsular, em 409-411 d.C., e a transição dos Vândalos para o Norte de África, em 425-439 d.C. (LEGUAY, 1993). Mas esta curva já não é simétrica, como a de 250-300 d.C., pois a chamada retoma comercial tardo-vândala mediterrânica (REYNOLDS, 2010) não irá alcançar os centros de consumo atlânticos com a mesma capacidade dos tempos da governação romana.

Esta retoma tem um pico na charneira do século V para o século VI e tende a decair ao longo da primeira metade desta centúria, embora de forma estável. A conjuntura de c.550 d.C., ou seja, coeva aos primeiros momentos do período bizantino inicial do comércio mediterrânico, são uma nova fase disruptiva que põe um fim à importação regular de cerâmicas finas nestes centros de consumo. Desde este ponto cronológico e até ao século VII, consoante os casos, o consumo é muito escasso. Os meados do século VI d.C. são em vários aspetos um ponto de viragem na Antiguidade Tardia.

Vejamos agora um caso diferente de padrão cronológico de flutuação do consumo de *terra sigillata*, o de *Bracara Augusta*, no noroeste hispânico, cidade fundada na viragem da Era, posterior capital da província tetrárquica da *Gallaecia* e finalmente capital do reino suevo.

A FIG. 4 mostra um padrão alto-imperial semelhante aos consumos no SW peninsular já analisados (no caso vertente, temos já um consumo acelerado na época augusta/júlio-cláudia), com quebra forte ao longo das primeiras décadas/primeira metade do século II. A navegação a norte do Tejo revela aqui uma letargia prolongada desde o pleno século II até à retoma de c.300 d.C., que gradualmente vai atingir um *floruit* sustentado e claro, em torno a 400 d.C.. Também no NW observamos o declínio das décadas centrais do século V e uma tímida retoma “tardo-vândala”, que encontra de novo, no período “bizantino inicial” mediterrânico das décadas centrais do século VI, um declínio para níveis de importação escassos, tal como no SW hispânico visigodo.

A situação de *Bracara*, cidade que dista algumas dezenas de quilómetros do litoral, deve ser matizada com a da grande área portuária de Vigo, na costa da atual Galiza espanhola (e à falta de quantificações integradas para *Olisipo*, no sul da *Lusitania*). Se virmos as quantificações dos horizontes B e C, que decorrem entre os finais do século V e a primeira metade do século VII, embora não haja contextos que se datem seguramente do terceiro quartel do século VI, assistimos a um panorama de estabilidade comercial. Parece até haver um ligeiro crescimento dos níveis de importação, mas devem ser objeto de profunda crítica, em face da ausência de contextos do terceiro quartel/segunda metade do século VI e em face da forte presença de Hayes 3 focense tardia no Horizonte C. Do mesmo modo, a presença dos 10 indivíduos de Hayes 93 de africana D (forma datável entre 470 e 540 d.C.: HAYES, 1972), exclusivamente neste Horizonte C, levanta uma questão

grave sobre os níveis de residualidade deste horizonte estratigráfico (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2014, ver crítica em QUARESMA, no prelo), o que nos leva a considerar como muito provável que uma parte dos seus quantitativos tenha sido importada de facto desde os inícios do século VI d.C., o que levaria a desenhar um *floruit* igualmente “tardo-vândalo”, mas com níveis de comércio mais expressivos durante o período “bizantino”, fazendo da realidade comercial de Vigo um quadro mais próximo do fácies mediterrânico, por comparação com os restantes sítios de consumo atlânticos.

Vejamos agora uma imagem da média ponderada de importação de *terra sigillata* africana consumida em vários sítios mediterrânicos, sobretudo ocidentais, englobando num caso oriental, *Caesarea*. A FIG. 6 é de há muito um clássico para os estudos das flutuações comerciais tardo-antigas, pois despoletou a consciência da utilidade das médias ponderadas para as análises comerciais ao longo do tempo (FENTRESS e PERKINS, 1987). Com variações, observamos a quebra comercial de 250-300 d.C. (mais atenuada, aparentemente, em *Valentia*) e o *floruit* de finais do século IV. O século V apresenta o recorrente decréscimo acentuado de importações, mesmo a Oriente, em *Caesarea*; e a charneira entre esta centúria e o século VI assiste a uma nova retoma dos consumos, sempre algo tímida, mas com uma estabilidade que poderá ultrapassar os meados do século VI, ao contrário do cenário atlântico. No Mediterrâneo, é a charneira para o século VII que assiste à rarefação expressa dos circuitos comerciais.

A FIG. 7 demonstra o panorama exclusivamente oriental dos consumos integrados de *terra sigillata* e uma flutuação comercial completamente diferente da do *facies* ocidental do mundo tardo-antigo. Aqui, o grande consumo cresce também, e de forma clara, ao longo do século IV e mesmo do século V (ao contrário do Ocidente) e ganha proporções gigantescas na transição do século V para o século VI, com uma posterior quebra nítida em V, nas décadas centrais da centúria. A partir desta fase, a evolução é totalmente diversa da ocidental: o último quartel do século VI assiste a uma retoma comercial sustentada, embora já não tão sólida como a vivida nos inícios da centúria. Mas tal como nos sítios mediterrânicos da FIG. 6, o século VII representa o gradual declínio das redes comerciais.

Um outro *proxy*, relativo à produção de preparados de peixe, revela uma flutuação económica também de cariz privado (e não público), como o das cerâmicas finas, e possui uma geografia de implantação

eminentemente relacionada com o hemisfério ocidental do mundo romano. Por outro lado, enquanto as cerâmicas finas são quase sempre uma carga secundária nos navios de longo curso (com exceção de Cala Culip IV, em 78-82 d.C.: NIETO e PUIG, 2001), já o comércio alimentar, no qual se inclui o transportado em ânforas, é, forçosamente, a, ou uma das cargas principais dos navios. A análise da evolução diacrónica desta indústria revela assim outros dados a cruzar com o das flutuações comerciais da *terra sigillata*.

A FIG. 8 revela a evolução da capacidade agregada de produção de preparados de peixe no mundo romano, coligida por Andrew Wilson (WILSON, 2007). O eixo vertical expressa a capacidade de m³ existente em cada período, perfazendo todas as *cetariae* em funcionamento. Com um início tardo-republicano sólido, parece haver um período de reestruturação júlio-cláudio (talvez relacionado com a passagem da esfera pública à privada: ver debate em GARCÍA VARGAS e BERNAL CASASOLA, 2009), ao qual sucede o *floruit* de todo o processo, entre 50 e 100 d.C.. Tal como na difusão de *terra sigillata*, também aqui vemos o decréscimo da produtividade agregada ao longo do século II, com estabilização em 200-250 d.C., e nova crise na segunda metade do século III d.C.. À retoma clara da primeira metade do século IV, segue-se um atrofiamento acelerado do fenómeno. É possível que esta proposta cronológica não reflita a realidade total, até porque, pelo menos na área atlântica, temos uma difusão de ânforas lusitanas de preparados de peixe até aos inícios do século V (ver por exemplo, Arles – QUARESMA, 2018 – e *Portus Sucronem* – HURTADO *et al.*, 2008), para além de conhecermos a continuidade de produção lusitana até aos inícios do século VI (RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006) e de produção bética até meados dessa mesma centúria (BERNAL CASASOLA, 2008).

Para além de um recorrente gráfico sobre a queda do número de naufrágios, enquanto suposto reflexo direto do volume de barcos em circulação, a partir dos inícios do século II (PARKER, 1992) ou de outros índices de queda económica nesta centúria (ver debate de vários *proxies* num outro trabalho: QUARESMA, 2013), também o volume de chumbo apresenta um declínio acentuado a partir de c.100 d.C.. Este parâmetro será um reflexo dos níveis de produção artesanal mundial, com um papel acentuado do mundo romano, mas sobretudo da intensidade de cunhagem de moeda de prata (cuja copelação implica o uso de chumbo), em desvalorização mais acelerada a partir desta centúria (JONES, 1953). A FIG. 9 mostra que o pico atingido em c.100 d.C. não

volta a ser atingido (mormente o gráfico não contenha os valores de provável recuperação do século IV d.C.). Com várias flutuações no período quantificado, expressa situações barquiformes, no último terço do século II e no terceiro quartel do século III d.C.. Sobre ambas as situações voltaremos a falar *infra*.

A FIG. 10, também relacionada com questões fiduciárias, revela os quantitativos das reservas de ouro, numa cronologia complementar à da FIG. 9. O estudo de Depeyrot (1996) aponta para um pico por volta de 370 d.C., depois de uma subida acelerada no terceiro quartel do século IV, com uma descida gradual até aos finais do século V d.C., revelando assim, as duas imagens combinadas, a conhecida transição do primado fiduciário da prata para o do ouro. As dificuldades estatais são conhecidas por várias descrições, mas também por valores orçamentais que indicam um crescimento das despesas em 70%, entre 150 e 215 d.C.. A passagem lenta para um sistema baseado no ouro vai encontrar um acelerador com a crise inflacionária da segunda metade do século III, sendo a subida do valor do ouro, em 290/301 d.C., provavelmente planeada pelo Estado. Mas a Tetrarquia esforça-se ainda por manter o equilíbrio entre o ouro e a prata, para garantir o seu acesso às classes baixas (LO CASCIO, 1997: 167-168; DUNCAN-JONES, 1994: 45, tab. 3.7).

Temin (2013: 70-84) apresenta uma proposta de quadro geral evolutivo, baseado nos pressupostos da *New Institutional Economics*, sobre as tendências principais da inflação. Segundo ele, a inflação precede as mudanças nos preços administrados, “the change in administered prices were the result of inflation, not its cause”, pelo que as séries e as tentativas reformistas serão indicadores mais ou menos próximos da realidade económica.

Os dados indicam preços estáveis, entre o final da República e o Alto-Império, com uma inflação de cerca de 1 a 2%, sendo que este valor de 1% ao ano duplica preços em 70 anos. A melhor série de salários conhecida, a dos soldados, baliza-se ainda neste cenário inflacionário estável: este quadro salarial foi estabelecido por Augusto e teve aumentos em 84, 197, 212 e 235 d.C.; e Temin considera que terão sido implementados como ajustes para equiparar a qualidade de vida à gradual inflação dos preços dos produtos.

Embora as tendências de crise da economia privada e das finanças públicas já decorram desde os inícios do século II, como vimos, a primeira conjuntura de crise, tendencialmente generalizada (discutiremos *infra*), acontece com a chamada Praga de Antonino, entre

165 e 192 d.C., período para o qual as fontes do Egipto indicam uma perda de 20 a 30% da população, com uma inflação a condizer com a quebra demográfica. Mas Temin, ainda assim, questiona a correlação dos dados, já que a população desceu um terço, mas os preços duplicaram. Assim, propõe que a desvalorização do tetradrachma, em 50%, nos anos de 176/177 d.C., possa ser o nexó intermédio para o valor da inflação (TEMIN, 2013: 70-84).

Apesar da falta de séries completas e diversas impedir a correlação efetiva entre reformas monetárias e inflação, o século III é um período de crise, sobretudo no que toca à moeda de prata. Depeyrot (1996: 123-136) considera o cenário de crise financeira dos séculos III e IV, como uma crise sobretudo de desordem na moeda de ouro, com as fontes a realçar este aspeto – a relação cunhagens de ouro e subida de preços. Entre os finais do século III e c.360 d.C., o valor das unidades de conto em ouro passa de 40,0 para 1.000.000 de talentos, com o período de 360-390 d.C. a presenciar uma forte inflexão, agora de subida lenta, cada vez mais uniforme; enquanto no século V, embora com problemas de dados, se parece manter a tendência de final do século IV d.C..

Do ponto de vista da inflação, no século que decorre entre c.270 e 367 d.C., os preços em unidades de conto indicam agora uma inflação alta, em torno a 17% ao ano, com uma descida média anual do valor do dinheiro de 15% e um bimetalismo paralelo a um crescente fosso social, no qual o ouro é sem dúvida o metal estável – em termos de ouro, os preços terão tido uma inflação anual de apenas 2 ou 3% (DEPEYROT, 1996: 123-136). Na primeira metade século IV, a necessidade de ouro leva a uma subida de preços geral. O trigo egípcio sobe de preço, entre 300+ d.C. e 360 d.C., de 2.000 drachmas/artaba para 8.400.000 drachmas/artaba, o que levanta questões sobre a natureza da inflação, em que o mais provável seria as transações passarem a realizar-se em ouro e não em moeda, agora tecnicamente impossível (TEMIN, 2013: 70-84).

Os meados do século IV revelam uma mudança de tendência: se, entre final do século III e 367 d.C., temos a referida inflação anual de 17%, a reforma monetária de 367 d.C. produz finalmente os efeitos desejados desde o *Édito de Preços* de 301 d.C., com uma inflação anual de 12%, em 367 e 368 d.C., que desce aos 3% anuais, a partir de 367/368 d.C., prolongando-se aparentemente pelo século V d.C.. O sucesso da reforma fiduciária de 367 d.C. não impede porém que o Estado mantenha ações de normalização dos mercados, como acon-

tece em anos imediatos: “Por causa do abaixamento que às vezes experimenta o valor do soldo, é conveniente que baixem os preços dos produtos” (*Cod. Just.*, XI.11.2 – Édito dirigido a Juliano, Prefeito de *Africa*, entre 371 e 373 d.C., sobre o abaixamento das quotizações nominais dos soldos – DEPEYROT, 1996: 123-136).

No século V, as reservas anuais de ouro baixam entre 0,5 a 0,8% e Depeyrot propõe que o preço do ouro tenha subido c.3% ao ano, com o período entre 420 e 491 d.C. a revelar preços, em termos de ouro, com inflação anual de 3%, no Ocidente; enquanto no Oriente, com o crescimento das reservas de ouro, transferidas do Ocidente, à razão de 1% ao ano, os preços terão então subido apenas 2% ao ano. Neste hemisfério oriental, que se mantém romano após a queda de Roma em 476 d.C., assiste-se, contudo, a uma crescente pressão fiscal, nos finais do século V d.C. (DEPEYROT, 1996: 123-136).

1.5.2. Clima

Na parte final deste capítulo gostaríamos de cruzar os dados históricos e arqueológicos discutidos *supra* com os resultados que as análises paleo-climáticas e paleo-epidemiológicas têm vindo a alcançar para a Antiguidade.

A FIG. 11 refere-se às variações da radiação solar mundial, ao longo da Antiguidade, e nela assinalámos os picos de maior intensidade, sempre separados por curvas em V, por vezes de grande profundidade, que refletem abaixamentos acentuados de valores. Para o período em apreço na nossa análise, apontamos picos em c., 100, 200, 300, 380, 510 e 760 d.C., com um máximo a ser atingido em 300 d.C. e um mínimo em c.700 d.C. (McCORMICK *et al.*, 2012). Aparte a curva em V da segunda metade do século I d.C., todas as restantes coincidem com conjunturas problemáticas para a economia antiga: o decréscimo de valores económicos do século II, com recuperação parcial nos inícios do século III, a crise acentuada no último terço desta centúria, cujos esforços de recuperação, iniciados com a passagem à centúria seguinte, só vão ter efeitos sustentados no último quartel deste século IV d.C. (mormente a retoma comercial a partir de 300 d.C.), quando os indicadores comerciais indicam um ponto alto. O século V d.C. assiste à fragmentação e fim do Império Romano do Ocidente, com as migrações bárbaras de origem setentrional a colocar um ponto final na admi-

nistração política secular romana, que vai continuar apenas a Oriente. A recuperação comercial mediterrânica, dita tardo-vândala, coincide com uma subida forte da exposição solar; e a crise dos circuitos comerciais ocidentais, a partir das décadas centrais do século VI d.C. coincide com o V paleo-climático. A subida destes valores ambientais, em c.580 d.C., já não tem efeitos a Ocidente (embora, por exemplo, a estratigrafia de Vigo retome a sua diacronia algures nas décadas finais do século VI d.C. – ver *supra* e FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2014), mas sim a Oriente, de uma forma clara (ver FIG. 7 e BES, 2015).

A variação das temperaturas (FIG. 12, na qual assinalámos, a tracejado vertical, os picos de valores), com uma maior quantidade de curvas (mas mais suaves e rápidas), apresenta semelhanças, mas também mais anomalias pequenas, por comparação com os dados históricos e arqueológicos.

Nas coerências deste parâmetro de temperaturas, vemos um decréscimo gradual, entre meados do século I e meados do século II, com forte descida em 150-200 d.C.; um pico na transição para o século III que recupera valores, mas enfrenta um último terço de valores baixos; um século IV algo estável, com subida de valores rápida, na sua segunda metade, até atingir o máximo do gráfico, nas últimas décadas da centúria; um século V que decresce valores gradualmente, mas de forma flutuante, mas sem se perceber agora qualquer semelhança positiva com a retoma comercial tardo-vândala, embora ela coincida com uma subida das temperaturas; estas alcançam um pico nítido e mais sustentado nas décadas centrais do século VI, quando voltam a decrescer, flutuando em balizas mais curtas até ao século VIII d.C..

McCormick e a sua equipa (McCORMICK *et al.*, 2012) estabelecem três grandes fases de evolução climática na Antiguidade:

- de estabilidade, entre 100 a.C. e 200 d.C.;
- de instabilidade, entre 200 e 400 d.C.;
- de retorno à estabilidade, entre 400 e 600 d.C.;
- de recuperação (?), entre 600 e 800 d.C..

Na fase de 100 a.C. a 200 d.C., ocorreu uma baixa atividade vulcânica (que em momentos altos pode provocar invernos prolongados pela densidade e estabilização de cinza vulcânica na atmosfera), entre 40 a.C. e 150 d.C., com um ou dois episódios vulcânicos intensos, no terceiro quartel do século II. O registo de cheias do Nilo é bastante pertinente

com a conjuntura climática desfavorável das últimas décadas do século II: entre 30 a.C. e 299 d.C., ocorrem 199 cheias, mas a grande concentração destes registos situa-se entre 30 a.C. e 155 d.C., diminuindo assim a capacidade agrícola de uma área cerealífera por excelência, em meados do século II. Parecem estar criadas condições favoráveis para a Praga de Antonino, entre 165 e 192 d.C..

Na fase de 200 a 400 d.C., a radiação solar regista um arrefecimento, entre 260 e 290 d.C., talvez relacionado com 3 a 5 eventos vulcânicos maiores, entre 235 e 285 d.C., que terão produzido uma alteração climática (arrefecimento) rápida, coincidindo aqui com a Praga de São Cipriano, registada entre 249 e 270 d.C..

O século IV tem vários indicadores de clima favorável, com a Gronelândia a apontar para um aquecimento suave até 375 d.C., embora outros indicadores (Speleothem e Gepatschferner Glacier) indiquem aquecimento até 400 d.C.. Um século IV em que o Noroeste francês e a Europa central terão tido verões mais húmidos a partir de 300 d.C., com maior persistência até, entre 350 e 450 d.C..

Já o Oriente imperial parece ter uma humidade em crescimento desde o século III, no Mar Morto, enquanto as fontes históricas do Próximo Oriente sugerem precipitação forte, entre 375 e 475 d.C., parecendo assim que as condições interglaciares (mais húmido e mais quente) do *Roman Warm Period* se prolongam mais a Oriente, enquanto as condições glaciares (mais seco e mais frio) do *Dark Ages Cold Period* se iniciam mais cedo a Ocidente.

A fase de 400 a 600 d.C. é marcada por um episódio de arrefecimento inicial, em c.450 d.C. e com os dados da Gronelândia a indicarem arrefecimento no século V, até 480 d.C., quando se inicia um período de estabilidade térmica até 520 d.C.. O século V teve uma atividade vulcânica forte, quase tão forte como a do século III, marcado por uma conjuntura desfavorável.

O século VI tem novas condições de arrefecimento, mais intenso em 540 d.C. (as fontes referem encobrimento da luz solar em 536 e 537 d.C. – erupções?), com nova estabilidade em 540-560 d.C.. O século VI parece ser mais frio no Ocidente do que no Oriente, com os dados da Gronelândia a indicarem invernos prolongados entre 400 e 540 d.C.. Este último cenário é consistente com os dados coevos para precipitação mais forte no Levante, que, a partir de meados do século VI e até ao século VIII, terá um clima mais seco.

McCormick e a sua equipa não relacionam diretamente as evolu-

ções climáticas do século VI com a Praga de Justiniano (registada entre 541 e 570 d.C.), mas sublinha o episódio de arrefecimento de 536 d.C., cinco anos antes do início do surto, possivelmente possibilitado também por oito carestias alimentares, referidas ao longo do segundo quartel do século VI d.C. (McCORMICK *et al.*, 2012).

1.5.3. Epidemias

Três grandes epidemias afetaram de forma extensa, espacial e cronologicamente, o mundo romano imperial e tardo-antigo: a Praga de Antonino, entre 165 e 192 d.C.; a Praga de São Cipriano, entre 249 e 270 d.C.; e a Praga de Justiniano, entre 541 e 570 d.C.. Neste subcapítulo, tentaremos observar as relações entre estas três conjunturas epidémicas e as flutuações económicas e climáticas coevas, discutidas nos dois subcapítulos anteriores. Estas três variáveis parecem estar perfeitamente relacionadas, com semelhanças cronológicas evidentes.

A Praga de Antonino foi objeto de um artigo profundo e bem estruturado da autoria de Duncan-Jones (DUNCAN-JONES, 2018), onde se discute uma série exaustiva de dados historiográficos, epigráficos, arqueológicos e ambientais. Pela seriação dos documentos relacionáveis, direta e indiretamente com o evento, o autor estima que esta epidemia tenha durado cerca de 27 anos, entre 165 e 192 d.C.. Pela análise das descrições de *Galenus*, a hipótese mais forte para a patologia implicada será a varíola (HARPER, 2015: 223).

A intensidade da descida das temperaturas/radiação solar e dos fluxos comerciais e económicos ao longo do século II, que vimos *supra*, conformam um período negativo extenso, no qual se integra esta epidemia, seguramente potenciada por cenários que a antecedem, como vimos, mas também potenciadora deles, nas últimas décadas da centúria. A crise comercial – que nos parece já existir no ramo da *terra sigillata*, como defendemos, desde inícios do século II –, é claramente potenciada nesta fase epidémica. Se a quebra de naufrágios pode também anteceder em décadas (PARKER, 1992), a quebra de indicadores como a produção de preparados de peixe (eminentemente centrada no Mediterrâneo ocidental e Atlântico: FIG. 8), tem uma maior proximidade cronológica.

A quebra da navegação e do comércio poderá mesmo ter sido muito acentuada durante a epidemia. Duncan-Jones (2018) elenca os

atrasos nas datações epigráficas com reconhecimento do Imperador vigente, no Egito:

- em 117 d.C., a nomeação correta para *Hadrianus* tarda 15 dias (em que surge ainda o nome de *Trajanus*);
- em 138 d.C., a nomeação correta para *Antoninus Pius* tarda 7 dias (em que surge ainda o nome de *Hadrianus*);
- em 161 d.C., a nomeação correta para *Marcus Aurelius* tarda 5 dias (em que surge ainda o nome de *Antoninus Pius*).

Os atrasos na chegada da informação nova, vinda de Roma, dependiam assim de um fluxo mais ou menos normal de barcos dessa região que aportavam no Egito, a cada semana ou duas. Durante a epidemia, este fluxo de navegação parece assim decrescer entre 4 a 10 vezes, com os atrasos na correção a ganharem um volume de dias inusitado:

- em 180 d.C., a nomeação correta para *Commodus* tarda 46 dias (em que surge ainda o nome de *Marcus Aurelius*);
- em 193 d.C., a nomeação correta para *Pertinax* tarda 56 dias (em que surge ainda o nome de *Commodus*).

Ammianus Marcellinus (23.6.24), no século IV, descreveu assim a Praga de Antonino: “After generating the virulence of incurable disease (under Marcus and Verus), polluted everything with contagion and death, from the frontiers of Persia all the way to the Rhine and to Gaul” (DUNCAN-JONES 2018). Ou seja, só com base nesta descrição, temos um contágio geográfico que se estende do Médio-Oriente ao quadrante noroeste do Mediterrâneo. Mas ela terá tido uma dispersão ainda mais oriental, com surto descrito na China, nos Invernos e Primaveras de 173, 179 e 182 d.C..

Terá chegado a Roma em 166 d.C., ano em que cessam os dados epigráficos na cidade, retomados em 170 d.C.; e terá alcançado a *Africa* central, em 168 d.C., quando também aqui cessam os dados epigráficos, retomados em 180 d.C.. A fazer fê na relação entre a ausência de lingotes de chumbo datados epigraficamente, na *Britannia*, a partir de 164-169 d.C., é de crer que nesta última data (169 d.C.), posterior às de *Africa* e *Italia*, a epidemia tenha alcançado o Norte atlântico (DUNCAN-JONES, 2018).

A dispersão possível de contágios, na *Hispania*, não está descrita em fontes de uma forma objetiva. Gostaríamos assim de problematizar alguns dados epigráficos, relativos ao quadrante sudoeste peninsular.

Três epígrafes são erigidas em honra ao Imperador, por três cidades lusitanas meridionais:

- pela *colonia* de *Pax Iulia*, datável entre 139 e 161 d.C. (IRCP 291);
- pelos munícipes de *Myrtilis*, datável em 165 d.C. (IRCP 96);
- pelos munícipes de *Ammaia*, datável em 166 d.C. (IRCP 616).

A cronologia destas dedicatórias pode relacioná-las com atos de demonstração de fidelidade à casa imperial, numa fase de turbulência na *Lusitania*, durante o principado de *Marcus Aurelius*, descrita pela *Historia Augusta* (22, 11), que menciona a existência de levantamentos nesta *provincia*, que obrigaram à intervenção do exército. Mas a *Hispania* já havia sido até palco de instabilidade, com a usurpação de *Cornelius Priscianus*, em 145 d.C., contra *Antoninus Pius* (ARCE, 2005: 56).

Mais tarde, Herodiano (ROQUES, 1990: 31-32: *Herodianus*, I, 10, 1-3) afirma que, em 186-187 d.C., durante a conspiração de *Maternus*, foi criado um grupo de rebeldes que pilhou cidades e campos (à semelhança do fenómeno bagauda do século V, no Ocidente imperial – DEPEYROT, 1996: 170). Este grupo popular, de dimensão desconhecida, teria percorrido “na totalidade a região dos Celtas e dos Iberos, onde atacaram as cidades mais importantes”, sem referência à *Lusitania* (ARCE, 2005. 56).

Este conjunto epigráfico de 139-161, 165, 166, bem como as descrições das fontes para 145 e 187 d.C., apresentam assim uma conjuntura prolongada de instabilidade social, política, militar, na *Hispania* (à falta de melhor descrição), na sua área central, e na *Lusitania* meridional. Deles, apenas três casos (165, 166 e 187 d.C.) coincidem com a cronologia genérica da epidemia, mas as duas primeiras datas (165 e 166 d.C.) colocariam a *Lusitania* em contágio sincrónico com Roma e até anterior a *Africa*, o que parece inverosímil. Os restantes casos (145 e 161 d.C.) são anteriores e demonstram seguramente questões de instabilidade que podem radicar em questões socioeconómicas, viáveis num panorama menos favorável, como o que descrevemos para o século II d.C..

Duas outras epígrafes honoríficas da metade meridional lusitana demonstram exatamente um processo político de recuperação administrativa, num cenário de crise. Ambas denominam os visados das dedicatórias como *restitutores*.

O primeiro caso trata-se do famoso bronze de METALLVM VIPASCENSE, datado de 173 d.C., que reflete a recuperação da gestão do *vicus* mineiro.

BE[RY]LLO AVG(*usti*) LIB(*erto*) PROC(*uratori*) DIGILEN/TISSIMO
ET AMANTISSIMO RA/TIO[NALIV]M VICAR(*io*) HOMINI
OPTIMO ET IV[STI]SSIMO RESTITV/TORI METALLO[R]VM/
COLONI AVG[(*usti*)?] [D(*omini*)?] N(*ostri*) METALLI VIPAS/
CENSIS/STATVAM CVM BASI DE SVO LIBENTER POSVERVNT
II/QVI INFRA SCRIPTI SVNT DEDICANTE IPSO [...]T(*itus*) IVNIVS
[...]/[...]/[...]/[...]/[...]/[...]/[...]/[...]/D[ED]ICATA[...]/CN(*aeo*) CLAVDIO [...]

A Berilo, liberto de Augusto, procurador diligentíssimo e muito amado, vigário dos serviços administrativos, homem ótimo e justíssimo reorganizador dos coutos mineiros – os colonos de Augusto, nosso senhor, de Metaló Vipascense erigiram uma estátua com base, a expensas suas, de livre vontade, os quais se subscrevem, tendo sido dedicante o próprio... Tito Júnio (segue-se a lista de nomes). Dedicada aos..., sendo cônsules Gneu Cláudio... (*IRCP* 121 = *CIL* II 788).

O segundo caso, apenas parcialmente conservado, tem uma datação paleográfica tardia de inícios do século III, e refere-se uma recuperação urbana, numa área indefinida da região de Almeirim:

[...]/SEVERO ADIABEN(*ico*)/RESTITUTOR(*i*) VRBIS

... a Severo Adiabénico, restaurador da cidade (*IRCP* 719 = *CIL* II 4634).

Se todo este panorama epigráfico e historiográfico não expressa senão possíveis reflexos de uma conjuntura instável, relacionada direta ou indiretamente com os fenómenos económicos, comerciais, ambientais e sanitários problematizados *supra*, já o seguinte caso parece-nos uma demonstração taxativa da chegada da Praga de Antonino ao território hispânico.

Em 177-178 d.C., o Senado emite uma declaração intitulada *Oratio de preitiis gladiatorum minuendis*, copiada sincronicamente na *provincia* oriental da *Lidia* e na cidade hispânica de *Hispalis* (CEBALLOS HORNERO, 2004: 162). Normalmente associada às preocupações imperiais de recuperação das finanças públicas, a sua frase inicial foi sempre

tomada como metafórica, quando, na realidade, expressa taxativamente o conhecimento pela púrpura imperial dos contágios e seus efeitos urbanos, a Oriente e a Ocidente.

Assim, no máximo doze anos depois do início da epidemia no Egipto, teríamos já um cenário de pandemia, pelo menos entre o Egipto e a *Lidia*, a Oriente, e a *Hispania*, a Ocidente, não sendo de descartar a sugestiva hipótese do alcance da *Britannia*, discutido *supra*, pela ausência de datação em lingotes de chumbo a partir de 164-169 d.C.. Esta *Oratio* é publicada seguramente uma década pelo menos depois da peste alcançar a *Lidia*, região onde os quantitativos de epitáfios apresentam três picos: final da década de 160 d.C., início da década de 180 d.C. e início da década de 190 d.C. (DUNCAN-JONES, 2018: fig. 3). Todo o conjunto elencado de dados ocidentais (mediterrânicos e atlânticos) torna também possível que a *Hispania* e a *Lusitania* sejam atingidas ainda na década de 160 d.C..

Tantum illam pestem nulla medicina sanari posse nec poterat verum nostri principes quibus omne studium est quanto libet morbo salutem publicam mersam et enectam refovere et integrae valetudini reddere in primis anima a verterunt quae causa illi morbo vires daret unde foeda et illicita vectigalia ius haberent quis auctor et patronus esset usurpandis quasi legitimis quae omnibus legibus et divinis et humanis prohiberentur.

Uma peste tão grande não podia curar-se com nenhum **remédio**. Não podia, mas os nossos príncipes, cujo único desejo é o de **restabelecer a saúde pública abatida e debilitada por uma enfermidade impensável**, e devolver-lhe o seu completo vigor, advertiram antes de mais que causa dava forças a esta doença, de onde conseguiam sob força legal aqueles impostos ilegais e vergonhosos, quem era o autor e defensor de que exigissem como legítimos alguns (impostos) que eram proibidos por todas as leis, não apenas divinas, senão também humanas (extrato de *Oratio de pretiis gladiatorum minuendis* – CEBALLOS HORNERO, 2004: 162).

A Praga de São Cipriano, ocorrida entre 249 e 270 d.C. é o segundo quadro sanitário epidémico que pretendemos analisar, pela sua evidente sincronia com a conjuntura económica da segunda metade do século III, bem como pela relação plausível com os dados paleo-climáticos vistos *supra*.

A base empírica historiográfica é muito maior para esta epidemia, num total de 23 fontes, que foram, recentemente, objeto de uma aturada

análise heurística e hermenêutica (HARPER, 2015). Os sintomas descritos apontam para uma patologia de febre hemorrágica, com transmissão por via aérea (“a praga espalhava-se pelo ar infetado”), que parece ter tido origem a Oriente, viajando para Ocidente, com particular incidência no principado de *Gallienus*, que governou “quinze infelizes anos”, entre 253 e 268 d.C. (*Orosius, Historia Adverso Paganos*: HARPER, 2015). *Philostratus*, historiador ateniense coevo, descreve a sazonalidade dos surtos, entre o Outono e o pico do Verão, acalmando assim apenas num breve momento estival de cada ano. A memória desta praga ainda era forte por entre os historiadores bizantinos do século X, que referem: “a praga disseminou-se desde a Etiópia para Ocidente. Era transmitida através da roupa ou simplesmente pelo olhar” (*Excerpta Salmasiana II*: HARPER, 2015) e, em Alexandria, pode mesmo ter provocado uma quebra demográfica na ordem dos 62%, fazendo decrescer a população de 500.000 para 190.000 habitantes (HARPER, 2015).

Para além do papel agora muito ativo da comunidade cristã, muito melhor estruturada e disseminada do que durante a Praga de Antonino, a numismática revela, nesta época, uma forte componente religiosa greco-romana na compreensão do seu combate. A numismática de 251 a 268 d.C. emite variadas vezes a imagem de *Apollo*, no anverso, e a legenda APOLL SALVTARI, no reverso. São talvez indícios cronológicos da sua chegada e propagação mais forte na cidade de Roma. Neste sentido, a *História Augusta* não possui informação para o período entre 244 e 260 AD (HARPER, 2015).

A própria Arqueologia apresenta agora dados correlacionáveis com uma praga, através da identificação de enterramentos em massa. Se, em Roma, foram verificados nas Catacumbas de Marcelino e Pedro, em cronologia de século II ou III (o que até poderia relacionar o evento com a Praga de Antonino), e com moedas de 222-235 e 238 d.C. em contextos próximos; já em Tebas a sua cronologia é precisa, em torno a meados do século III, quando terá começado. Este último revela até a preocupação do encobrimento dos corpos com cal, havendo, no próprio sector necropolar, fornos de cal e fossa de incineração de corpos (HARPER, 2015).

A ver pelos escritos do bispo de Cartago, *Dionysius (Eusebius, Historia Ecclesiastica, 7. 21)*, nomeadamente uma carta sua da Primavera de 249 d.C., haveria nessa altura “epidemias contínuas” em Alexandria. O conjunto de dados históricos e numismáticos aponta assim para uma praga que se inicia no Egito, em 249, atingindo Roma e Cartago em

251 d.C.. A *História Augusta* precisa a dispersão da doença, em 262 d.C., quando refere: “Um sacrifício foi realizado a *Iupiter Salutaris* [...]. Pois uma tão grande praga floresceu em Roma e nas cidades da Grécia, que num único dia matou 5000 pessoas” (HARPER, 2015). A dispersão geográfica da Praga de São Cipriano não possui os mesmos dados que a de Antonino. Se esta última aparenta ser transmediterrânica e mesmo atlântica, a de 249-270 d.C. não parece ir para Oeste do Mediterrâneo central, mas ter-se-á disseminado, para Norte, no continente europeu (central e oriental), nomeadamente nas *provinciae* de *Illyricum*, *Tracia*, *Macedonia* e *Pontus* (HARPER, 2015).

O ponto de viragem – económico, comercial, estratigráfico – das décadas centrais do século VI coincide, também, com evidências paleo-climáticas já discutidas, e com uma nova conjuntura epidémica prolongada, a Praga de Justiniano, aparentemente relacionada com uma patologia similar à Peste Bubónica (*Yersinia Pestis*). A sua caracterização geral foi também objeto de obras historiográficas, das quais destacamos a análise da sua dispersão ocidental, e nomeadamente a hispânica, realizada por Kulikowski (2007).

As fontes apontam para uma extensão temporal entre 541 e 570 d.C., embora, como referiremos *infra*, novos surtos assolem a *Hispania* e a *Gallia* até aos finais da centúria, relacionados ou não com o mesmo agente patogénico. Uma fonte coeva peninsular afirma, em meados da centúria: “*his diebus inguinalis plaga totam paene contrivit Hispaniarum*” (*Crónica de Saragoça*: KULIKOWSKI, 2007). Com uma evolução geográfica novamente nascida a Oriente (embora desta vez este aspeto não seja claro, como o foi nas duas pragas anteriores), parece só atingir a *Italia*, em 543 d.C. (KULIKOWSKI, 2007).

Tal como já havíamos visto para a Praga de São Cipriano, a Arqueologia deteta novamente necropolizações conjuntas coevas. Na costa hispânica oriental, e nomeadamente na cidade de *Valentia*, uma fase de meados do século VI d.C. poderá ser reflexo da chegada de surtos a este território: os sectores de Calle del Mar e Plaza de Almoina possuem agora sepulturas coletivas (5, 11 e 14 corpos), em fossa, sem intenção de organização e sem ritual definido, embora se verifique uma ligeira orientação E-W. A falha de organização das sepulturas parece ser um dado urbanístico novo, já que tal não se verifica nesta região até essa altura. Em Cartago Nova, na Necrópole de San Antón, datada da primeira metade do século VI, a organização das sepulturas ainda é evidente (KULIKOWSKI, 2007).

Não possuímos outros dados para a extensão efetiva desta epidemia, pelo que sublinhamos de novo o ponto de viragem económico e comercial que os meados do século VI d.C. representaram a Ocidente (ver *supra*) e como o arrefecimento climático deve estar relacionado com o atrofiamento das relações com o Ocidente.

O Mediterrâneo ocidental aparenta mesmo ter novos surtos, sem patologia definida, até final da centúria:

- em 584 d.C., na *Hispania*, com extensão à *Gallia visigoda*, em Narbonne e Albi;
- em 588 d.C., novamente na *Hispania*, com extensão à *Gallia visigoda*, em Marselha.

Gregório de Tours firma que a peste foi disseminada por um comerciante hispânico, com a carga, em Marselha (KULIKOWSKI, 2007).

2. Breves notas em conclusão

Procurámos, neste trabalho, não apenas fazer uma súmula das principais posições teóricas sobre a orgânica da economia romana imperial e tardo-antiga, mas sobretudo encetar uma análise crítica de dados de três grandes naturezas: histórica, arqueológica e climática. Procurámos igualmente ultrapassar uma ideia plasmada dessas dinâmicas, tanto do ponto de vista espacial como temporal. Mas uma das ideias que ressalta desde já é a de uma maior abundância de dados do ponto de vista diacrónico do que geoeconómico. Ou seja, apesar das evidentes dificuldades em perceber as regras ao longo do tempo, este exercício é ainda mais difícil quando tentamos analisar as nuances espaciais a cada momento.

Esta dificuldade demonstra a enorme viabilidade dos dados arqueológicos, cuja renovação empírica é exponencialmente maior do que a dos dados de natureza histórica. As pautas geoespaciais e diacrónicas de difusão de mercadorias principais, como as alimentares, ou de mercadorias secundárias, como as cerâmicas de mesa, são sobretudo conhecidas na sua maior extensão (e muitas vezes em toda a sua extensão), através da Arqueologia. Veja-se o caso abordado do papel do século II na transição do Alto-Império para a Antiguidade, em que os dados arqueológicos fizeram renascer nas últimas décadas uma visão historiográfica adormecida desde Peter Brown (BROWN, 1971).

A este somatório de enfoques devemos naturalmente acrescentar o valor dos dados ambientais na compreensão das pautas económicas ao longo do tempo. Se muitos dados são ainda incipientes, tanto do ponto de vista diacrónico como geográfico, com caracterizações que ainda suscitam muitas dúvidas e contradições, algumas das flutuações são profundamente coerentes com as conjunturas empíricas histórico-arqueológicas. Vimos esse potencial através dos dados climáticos, mas também, e sobretudo, através dos dados epidemiológicos de natureza histórica.

Procurámos fazer três grandes exercícios de confrontação de dados:

- analisar diacronicamente dados arqueológicos de natureza comercial, nomeadamente aqueles que nos transmitem flutuações temporais e regionais mais fidedignas, como os da *terra sigillata*, entre os séculos I e VII d.C.;
- comparar estes dados com outros dados económicos de natureza ambiental e epidemiológica;
- analisar os preços de frete propostos pelo *Édito de Preços* de 301 d.C., comparando os reais custos entre as diversas rotas e, assim, procurar descortinar a relação de custos de trabalho aos intermediários e de custos finais dos produtos aos consumidores de cada região.

Em jeito de conclusão, cremos que a principal ideia a extrair é a da complexidade das dinâmicas, em vários aspetos pré-capitalistas, da economia antiga. E que a vastidão geográfica destes fenómenos é incompatível com modelos monolíticos, no espaço e no tempo. A cada momento ou fase, tal como no mundo contemporâneo, corresponde uma multiplicidade de agentes e de áreas geoeconómicas, englobados num sistema multifacetado, público e privado, com crescimentos díspares, tal como hoje. O mundo da romanidade foi de facto, a primeira experiência, à escala, de globalização económica.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILERA MARTÍN, A. e BERNI MILLET, P. (1998) – Las cifras hispánicas, *Rubrica. Paleographica et Diplomatica Studia*, 7, pp. 257-282.
- ALARCÃO, J.; ETIENNE, R. e MAYET, F. (1990) – *Les villas romaines de S. Cucufate (Portugal)*, Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ARCE, J. (2005) – *Barbaros y romanos en Hispania. 400-507 AD*, Marcial Pons Historia, 2ª ed..

- ARNAUD, P. (2005) – *Les routes de la navigation antique. Itinéraires en Méditerranée*, Paris: Éditions Errance.
- BERNAL CASASOLA, D. (2008) – El final de la industria pesquero-conservera en Hispania (ss. V-VII d.C.) entre Obispos, Bizancio y la evidencia arqueológica, in NAPOLI, J. (ed.) – *Actes du Colloque Internationale de Boulogne-sur-Mer. Mai 2005. Les Cahiers du Littoral* 2.6, pp. 31-57.
- BES, Ph. (2015) – *Once upon a time in the East. The chronological and geographical distribution of terra sigillata and red slip ware in the Roman East*, Archaeopress RLAMP 6.
- BLOIS, L.; PLEKET, H. e RICH, J. (2002) – Introduction, in BLOIS, L. e RICH, J., eds. – *The transformation of economic life under the Roman Empire. Proceedings of the second workshop of the international network ImPact of Empire (Roman empire, c.200 B.C. – AD 476). Nottingham, July, 4-7, 2001*, Amsterdam: J.C. Gieben, Publisher IX-XX.
- BOST, J-P.; CAMPO, M.; COLLS, D.; GUERRERO, V. e MAYET, F. (1992) – *L'Épave Cabrera III (Majorque). Échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du IIIe siècle après Jésus-Christ*, Paris: Diffusion E. de Boccard.
- BOURGEOIS, A. e MAYET, F. (1991) – *Fouilles de Belo. VI (Les sigillées)*, Madrid: *Collection de la Casa de Velásquez*, 34 Archéologie XIV.
- BROWN, P. (1971) – *O fim do mundo clássico. De Marco Aurélio a Maomé*, Lisboa: Verbo.
- CARNEIRO, A. (2011) – *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana lugares, tempos e pessoas vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*, Tese de doutoramento, Universidade de Évora.
- CEBALLOS HORNERO, A. (2004) – *Los espectáculos en la Hispania romana: la documentación epigráfica*, Mérida: MNAR Cuadernos emeritenses 26.
- DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A. M. (1975) – *Fouilles de Conimbriga. IV (Les sigillées)*, Paris: Diffusion E. de Boccard.
- DEPEYROT, G. (1996) – *Crisis e inflación entre la Antigüedad y la Edad Media*, Barcelona: Crítica.
- DUNCAN-JONES, R. (1974) – *The economy of the Roman Empire. Quantitative studies*, Cambridge: University Press.
- DUNCAN-JONES, R. (1976) – The size of the Modius kastrensis, *ZPE* 21, pp. 53-62.
- DUNCAN-JONES, R. (1994) – *Money and government in the Roman Empire*, Cambridge: University Press.
- DUNCAN-JONES, R. (2018) – The Antonine Plague revisited, *Arctos* 52, pp. 41-72.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. e MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*, Paris: Diffusion E. de Boccard.
- FENTRESS, E. e PERKINS, Ph. (1987) – Counting African red slip ware, in MASTINO, A., ed. – *L'Africa romana. Atti del V convegno di studio. Sassari. 11-13 dicembre 1987*, Pubblicazioni del Dipartimento di Storia dell'Università di Sassari, pp. 205-214.

- FERNANDES, E. (2012) – *Cerâmicas finas norte-africanas e mediterrânicas orientais no Baixo Guadiana (séculos V a VII)*, Dissertação de mestrado, FCSH/UNL.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2014) – *El comercio tardoantiguo (ss.IV-VII) en el Noroeste peninsular através del registro arqueológico de la Ría de Vigo*, Archaeopress *RLAMP* 5.
- FINLEY, M. (1973-1986) – *A economia antiga*, Lisboa: Edições Afrontamento.
- GARCÍA BROSÁ, G. (1999) – *Mercatores y negotiatores: Simples comerciantes?*, *Pyrenae* 30, pp. 173-90.
- GARCÍA GARRIDO, M. J. (2001) – *El comercio, los negocios y las finanzas en el Mundo Romano*, Fundación de Estudios Romanos.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La Producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C. – IV d.C.)*, Ecija: Editorial Graficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. e BERNAL CASASOLA, D. (2009) – Roma y la producción de *garvm* y *salsamenta* en la costa meridional de *Hispania*. Estado actual de la investigación, in BERNAL CASASOLA, D., ed. – *Arqueología de la pesca en el Estrecho de Gibraltar de la Prehistoria al fin del Mundo Antiguo*, Monografías del Proyecto Sagena 1, pp. 133-182.
- GIACCHERO, M. (1974) – *Editum Diocletiani et Collegarum de pretiis rerum venalium in integrum fere restitutum e Latinis Graecusque fragmentis*, Génova: Istituto di Storia Antica e Scienze Ausiliare.
- HARPER, K. (2015) – Pandemics and passages to Late Antiquity: rethinking the plague of c. 249-270 described by Cyprian, *JRA* 28, pp. 223-260.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*, London: The British School at Rome.
- HISTORIA AUGUSTA. The Scriptorum Historiae Augustae* (1921), Cambridge/London: Harvard University Press.
- HOPKINS, K. (1983) – Models, ships and staples, in GARNSEY, P. e WHITTAKER, C. R., eds. – *Trade and famine in Classical Antiquity*, The Cambridge Philological Society, pp. 84-109.
- HURTADO, T.; MAS, P.; RAMÓN, M. A. e ROSELLÓ MESQUIDA, M. (2008) – Un nivel de destrucción del siglo V en el *Portus Sucronem* (Cullera, Valencia). Contexto material, *Cuadernos de Prehistoria de Arqueología Castellana* 26, pp. 95-141.
- IRCP – ENCARNAÇÃO, J. d'* (1984) – *Inscrições romanas do conventus pacensis*, Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Arqueologia.
- Isidorus. SAN ISIDORO DE SEVILLA – Etimologías* (2009), OROZ RETA, J., ed., Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- JONES, A. H. M. (1953) – Inflation under the Roman Empire. *Economic History Review* 5 293-318, in BRUNT, P. A., ed. [JONES, A. H. M.] – *The Roman economy. Studies in ancient economic and administrative History*, Oxford: Basil Blackwell, pp. 187-227.
- JONES, A. H. M. (1964-1973) – *The later Roman Empire. 284-602. A social economic and administrative survey*, Oxford: Basil Blackwell.

- KULIKOWSKI, M. (2007) – Plague in Spanish Late Antiquity, in LITTLE, L. (ed.) – *Plague and the end of Antiquity. The pandemic of 541-570*, Cambridge University Press, pp. 150-170.
- LAURENCE, R. (1998) – Land transport in Roman Italy: costs, practice and the economy, in PARKINS, H. e SMITH, Ch., eds. – *Trade, traders and the Ancient City*, London/New York: Routledge, pp. 129-148.
- LEGUAY, J.-P. (1993) – O Portugal “Germânico”, in SERRÃO, J. e OLIVEIRA MARQUES, A. H., eds. – *Nova História de Portugal*, Vol. II (*Portugal das invasões germânicas à Reconquista*), Editorial Presença, pp. 13-120.
- LO CASCIO, E. (1997) – Prezzi in oro e prezzi in unità di conto tra il III e il IV sec. d.C., in AA.VV. – *Économie antique. Prix et formation des prix dans les économies antiques*, Saint Bertrands de Comminges: MAD, pp. 161-182.
- LOPES, C. (1994) – *A Sigillata de Represas. Tratamento informático*, Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Arqueologia.
- MCCORMICK, M.; BÜNGLEN, U.; CAVE, M.; COOK, E.; HARPER, K.; HUYBERS, P.; LITT, Th.; MANNING, S.; MORE, A.; NICOLUSS, K. e TEGEL, W. (2012) – Climate change during and after the Roman Empire: reconstructing the past from scientific and historical evidence, *Journal of Interdisciplinary History*, XLIII 2, pp. 169-220.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, Braga: U.A.U.M. *Escavações Arqueológicas 2*.
- MRABET, A. e REMESAL, J. (2007) – *In Africa et in Hispania: études sur l’huile africaine*, Barcelona: Universitat de Barcelona. *Instrumenta*, 25.
- NIETO, J. e PUIG, A. M. (2001) – *Culip IV. La terra sigillata decorada de La Graufesenque*, Girona: Museu d’Arqueologia de Catalunya. *Monografies del Casc 3. Série Monogràfica / Centre d’Investigacions de Girona 9*.
- PARKER, A. (1992) – *Ancient shipwrecks of the Mediterranean provinces. BAR International Series 580 / TEMPVS REPARATVM*.
- PATERSON, J. (1998) – Trade and traders in the Roman world: scale, structure and organization, in PARKINS, H. e SMITH, Ch., eds. – *Trade, traders and the Ancient City*, London/New York: Routledge, pp. 149-167.
- PEREIRA, V. (2012) – *O sítio romano da Póvoa de Mileu (Guarda). Povoamento, estruturas e materiais arqueológicos de uma pequena civitas localizada nos confins ocidentais do Império Romano*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Edição policopiada.
- PÉREZ GONZÁLEZ, J. (2017) – *El comercio de lujo en Roma. Elaboración y comercio de objetos de lujo en Roma en el Alto Imperio: joyería, vestidos, púrpuras y unguentos*, Tesis doctoral. Universitat de Barcelona.
- QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*, Lisboa: UNIARQ *Estudos e Memórias 4*.

- QUARESMA, J. C. (2013) – Economic growth in the early and middle Imperial periods, pre-200 AD: an economic approach from a peripheral province, *Lusitania*, in DE SENA, E., ed. – *The Roman Empire during the Severan Dynasty. Case Studies in History, Art, Architecture, Economy and Literature. American Journal of Ancient History*, New series. 6-8. Gorgias Press LLC, pp. 377-414.
- QUARESMA, J. C. (2018) – Les amphores lusitaniennes à Arles. Quantification d'un procès de longue durée, in JÁRREGA, R., ed. – *Estudios sobre ánforas hispanas. Ex officina Hispana/Cuadernos de la SECAH* 3, pp. 197-230.
- QUARESMA, J. C. (2021) – *Le commerce de céramiques fines et de céramique culinaire africaine à Ammaia, une ville à l'intérieur du Sudouest d'Hispania (milieu du Ier s. – début du VIe s.)*, Archaeopress Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 16.
- QUARESMA, J. C. (no prelo) – The 3rd century AD in motion: new proposals on morphologic-and-chronological lamps evolution (Disc-type, Dressel 28, Dressel 27, Dressel 30 and Disc-type derived), *Terracota lamps in Archaic, Classical, Hellenistic, Roman and Early Byzantine Anatolia: production, use, typology and distribution. An international symposium*. May 16-17, 2019, Izmir, Turkey.
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. R. e LAÇO, T. (2006) – O complexo industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas principais problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional, in *Simpósio internacional. Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica* 13, pp. 83-100.
- RATHBONE, D. (1997) – Prices and price formation in Roman Egypt, in AA.VV. – *Économie antique. Prix et formation des prix dans les économies antiques*, Saint Bertrands de Comminges: MAD, pp. 183-244.
- REMESAL RODRÍGUEZ, J. (2012) – El control administrativo de la navegación fluvial en la Bética y sus conexiones con Roma, in KEAY, S., ed. – *Roma, Portus and the Mediterranean*. London. *Archaeological Monographs of the British School at Rome* 21, pp. 267-280.
- REYNOLDS, P. (1995) – *Trade in the Western Mediterranean. A.D. 400-700: the ceramic evidence*. TEMPVS REPARATVUM / BAR IS 604.
- REYNOLDS, P. (2010) – *Hispania and the Roman Mediterranean. AD 100-700. Ceramics and trade*, London: Duckworth.
- RICKMAN, G. E. (1980) – The grain trade under the Roman Empire, in D'ARMS, J. H. e KOPFF, E. C., eds. – *The seaborne commerce of the Ancient Rome. Studies in Archaeology and History*, Memoirs of the American Academy in Rome 36, pp. 261-275.
- ROQUES, D. (1990) – *Hérodien. Histoire des Empereurs Romains. De Marc-Aurèle à Gordien III (180 – 238 apr. J.-C.)*, Paris: Belles Lettres.
- ROSTOVITZEFF, M. I. (1957-1988) – *Histoire économique et sociale de l'Empire Romain*, Paris: Éditions Robert Laffont.

- SCHÄFER, CH. (2016) – *Connecting the Ancient World. Mediterranean shipping, maritime networks and their impact*, Rahden/Westf.: Verlag Marie Leidorf GmbH *Pharos. Studien zur griechisch-römischen Antike*, 35.
- SCHÄFER, CH. (2017) – The debate on ancient economy as a “battlefield” and the question of transport routes to the Rhine region, in REMESAL RODRÍGUEZ, J. (ed.) – *Economía romana. Nuevas perspectivas / The Roman economy. New perspectives*, *Instrumenta*, 55, Barcelona: Universitat de Barcelona, pp. 89-118.
- TEMIN, P. (2013) – *The Roman market economy*, Princeton & Oxford: Princeton University Press.
- VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*, Lisboa: UNIARQ. *Estudos e Memórias* 3.
- WARNKING, R. (2016) – Roman trade routes in the Mediterranean Sea: modelling the routes and duration of ancient travel with Modern Offshore Regatta Software, in SCHÄFER, CH., ed. – *Connecting the Ancient World. Mediterranean shipping, maritime networks and their impact. Pharos. Studien zur griechisch-römischen Antike*, 35, Rahden/Westf.: Verlag Marie Leidorf GmbH, pp. 47-92.
- WILSON, A. (2007) – Quantification of fish-salting infrastructure capacity in the Roman world, *OXREP working paper*, 21 March 2007.
- YEO, C. (1946) – Land and sea transportation in Imperial Italy, *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* Vol. 77, pp. 221-244.

Rota	Preço (denarius/modius kastrensis)	Distância (convertido de milhas náuticas para romanas)	Preço denarius/milha	Aumento do preço denarius/milha face à rota mais barata	Relação de custo com o modius kastrensis por terra (0,36 denarii/milha)
Alexandria-Africa (Carthago)	10	1708	0,005	base	72
Alexandria-Sicilia	10	1708			
Alexandria-Roma (via Oriens)	16	2050	0,007	40%	51
Africa (Carthago)-Gallia (Massalia)	4	563			
Asia-Africa (Carthago)	8	1096			
Oriens-Baetica (Gadir)	22	2584	0,008	60%	45
Roma-Gallia (via Tarraco)	8	912			
Alexandria-Roma (rota directa)	16	1708	0,009	80%	40
Oriens-Hispania (Tarraco)	20	2150			
Oriens-Lusitania (Ossonoba)	26	2667			
Roma-Gallia (Massalia)	4	412			
Oriens-Africa (Carthago)	16	1574	0,01	100%	36
Africa (Carthago)- Pamphylia	14	1283			
Oriens-Roma similmente	18	1574	0,011	120%	33
Oriens-Gallia (Massalia)	24	1973	0,012	140%	30
Africa (Carthago)- Hispania (Tarraco)	8	622			
Africa (Carthago)-Aqueia (Pireu)	12	905	0,013	160%	28
Roma-Tessalonica	18	1171	0,015	200%	24
Roma-Aqueia (Pireu)	14	932			
Roma-Hispania (Tarraco)	10	622	0,016	220%	23
Nicomedia-Roma similmente	18	1124			
Africa (Carthago)-Roma similmente	8	388	0,02	300%	18
Africa (Carthago)-Sicilia	6	277	0,021	320%	17
Roma-Sicilia similmente	6	280			
Ravenna-Aquileia	7,5	105	0,071	1320%	5

FIG. 1 – Êdito de Preços de 301 d.C. (GIACCHERO, 1974) – Preços relativos de frete das várias rotas marítimas de transporte de cereais (em denarii/milha) e sua comparação com os preços estimados para o transporte terrestre a partir de JONES, 1964: 841.

Rota	Preço (denarii/modius kastrens)	Preço (denarii) de frete de uma carga de 100.000 Kg=9259 modii kastrens	Aumento do preço (denarii) de frete uma carga de 100.000 Kg=9259 modii kastrens	Peso do transporte no preço ao consumidor final de 100.000 Kg=9259 modii kastrens= 4.629.500 denarii (a partir do preço de 500 denarii/modius kastrens, conhecido em 300+ d.C.)
<i>Africa (Carthago)-Gallia (Massalia)</i>	4	37036	base	0,8%
<i>Roma-Gallia(Massalia)</i>	4			
<i>Africa (Carthago)-Sicilia</i>	6	55554	50%	1,2%
<i>Roma-Sicilia similmte</i>	6			
<i>Ravenna-Aquileia</i>	7,5	69443	87,5%	1,5%
<i>Asia-Africa (Carthago)</i>	8	74072	100%	1,6%
<i>Roma-Gallia (via Tarraco)</i>	8			
<i>Africa (Carthago)-Hispania (Tarraco)</i>	8			
<i>Africa (Carthago)-Roma similmte</i>	8			
<i>Alexandria-Africa (Carthago)</i>	10	92590	150%	2%
<i>Alexandria-Sicilia</i>	10			
<i>Roma-Hispania (Tarraco)</i>	10	111108	200%	2,4%
<i>Africa (Carthago)-Aqueia (Pireu)</i>	12			
<i>Africa (Carthago)-Pamphylia</i>	14	129626	250%	2,8%
<i>Roma-Aqueia (Pireu)</i>	14			
<i>Alexandria-Roma (via Oriens)</i>	16	148144	300%	3,2%
<i>Alexandria-Roma (rota directa)</i>	16			
<i>Oriens-Africa (Carthago)</i>	16			
<i>Oriens-Roma similmte</i>	18	166662	350%	3,6%
<i>Roma-Tessalomic</i>	18			
<i>Nicomedia-Roma similmte</i>	18			
<i>Oriens-Hispania (Tarraco)</i>	20	185180	400%	4%
<i>Oriens-Baetica (Gadir)</i>	22	203698	449,5%	4,4%
<i>Oriens-Gallia (Massalia)</i>	24	222216	500%	4,8%
<i>Oriens-Lusitania (Ossonoba)</i>	26	240734	550%	5,2%

FIG. 2 – Édito de Preços de 301 d.C. (GIACCHERO, 1974) – Preços de frete das várias rotas marítimas de transporte de cereais (em denarii/modius) e consequente preço total de frete por rota. Na última coluna, o peso do transporte no preço final dos cereais, conhecido em 300+ d.C., no Egipto (TEMIN, 2013: 75).

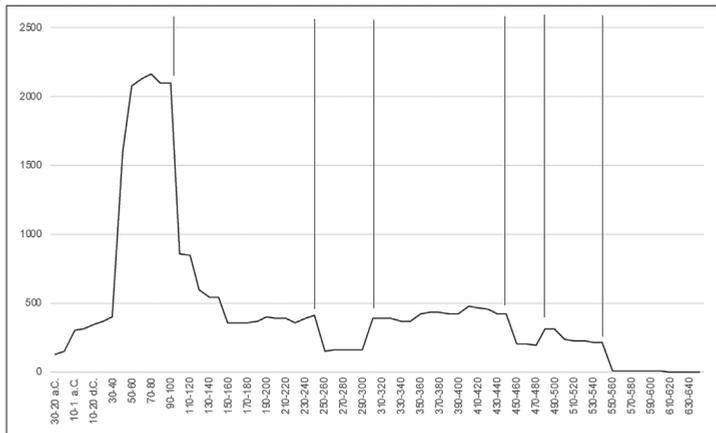


FIG. 3 – Flutuação conjugada da importação de terra sigillata, em vários sítios do Sul da Lusitania e Baetica: Conimbriga, Mirobriga, Ammaia, Ossonoba, Balsa, Baelo, Tróia, São Cucufate e Represas (a partir de DELGADO, MAYET e ALARCÃO, 1975; QUARESMA, 2012; QUARESMA, 2021; VIEGAS, 2011; BOURGEOIS e MAYET, 1991; ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994; ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1990; LOPES, 1994).

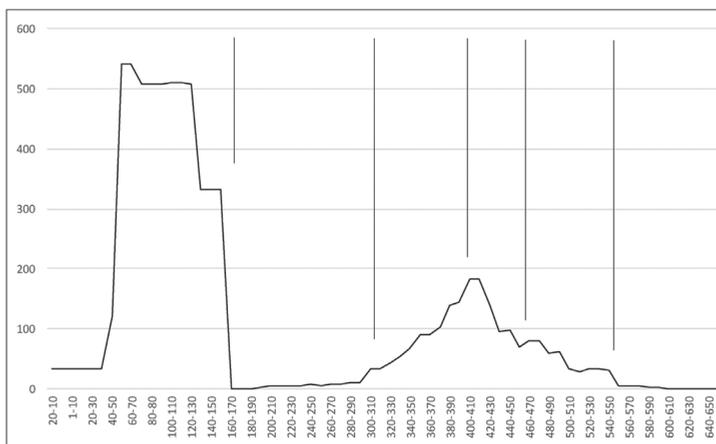


FIG. 4 – Flutuação da importação de terra sigillata, em Bracara Augusta. Produções tardias estudadas pelo autor e produções alto-imperiais em MORAIS, 2005.

Fase estratigráfica	Contextos	Cronologia	NMI
Horizonte B	17, 9-11, 13-16, 18	Final séc. V / inícios séc. VI	186
Horizonte C	19-22	2ª met. séc. VI / 1ª met. séc. VII	229

FIG. 5 – Consumo de terra sigillata em Vigo (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2014).

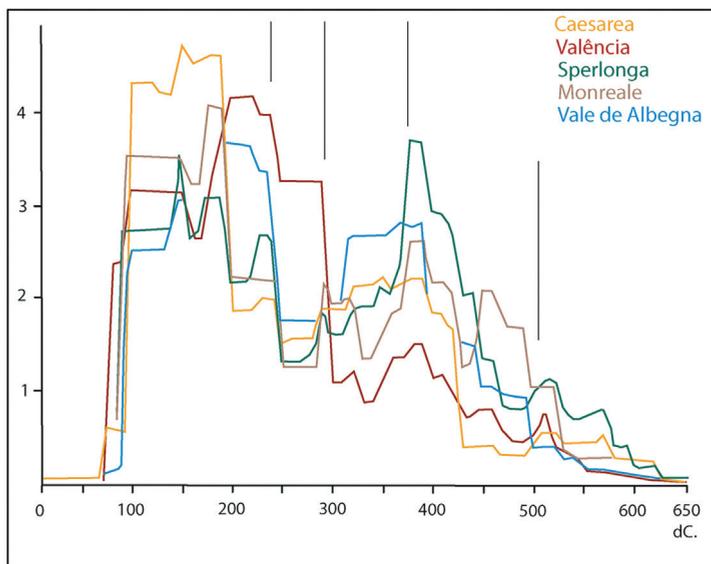


FIG. 6 – Flutuação conjugada da importação de terra sigillata, em vários sítios do Mediterrâneo (FENTRESS e PERKINS, 1987).

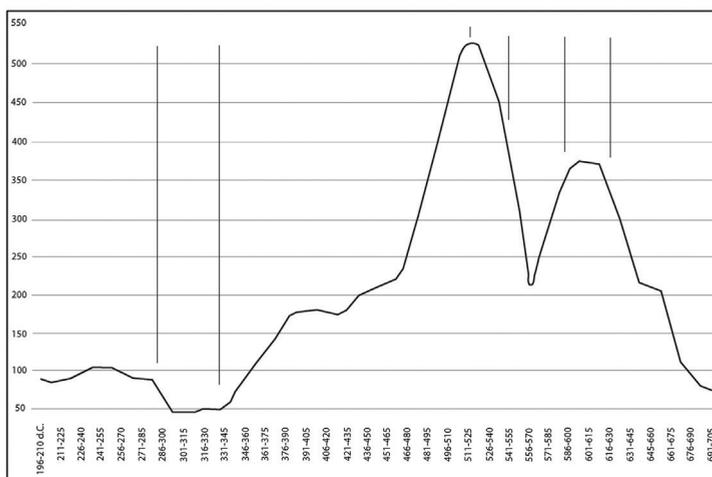


FIG. 7 – Flutuação conjugada da importação de terra sigillata, no Mediterrâneo ocidental (BES, 2015).

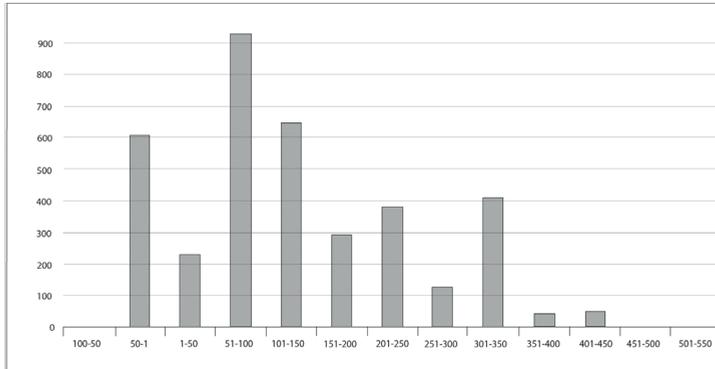


FIG. 8 – Flutuação da capacidade produtiva de preparados de peixe no mundo romano (WILSON, 2007).

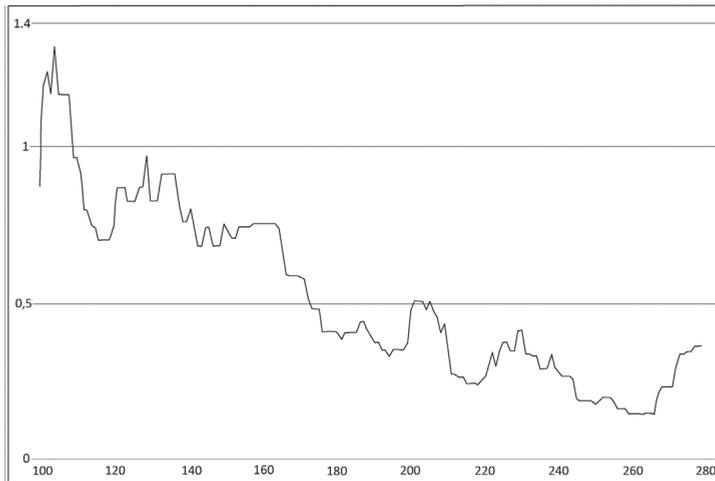


FIG. 9 – Flutuação dos níveis de concentração de chumbo no Pólo Norte, entre 100 e 280 d.C. (DUNCAN-JONES, 2018).

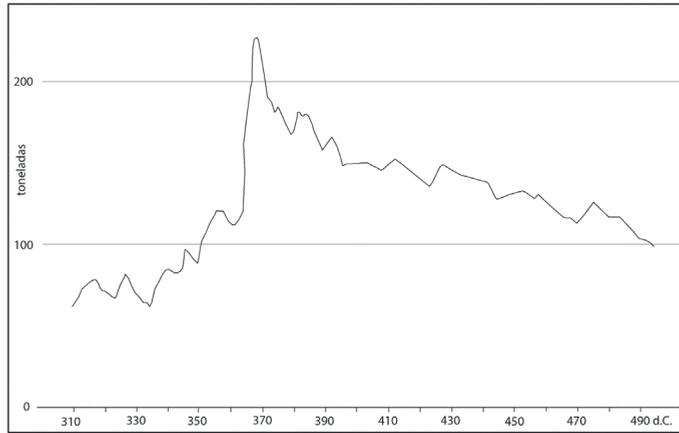


FIG. 10 – Flutuação da quantidade de reservas de ouro na Antiguidade Tardia (DEPEYROT, 1996).

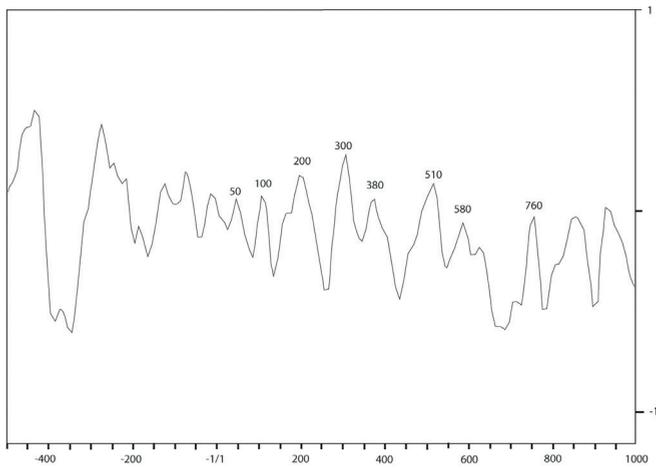


FIG. 11 – Flutuação da radiação solar mundial (McCORMICK et al., 2012).

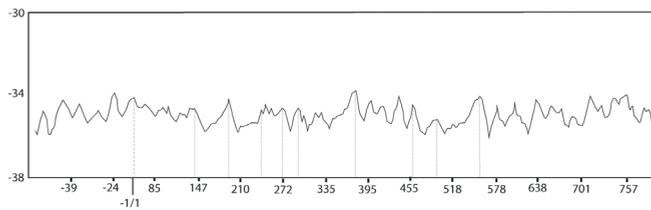


FIG. 12 – Flutuação da temperatura na Gronelândia central (McCORMICK et al., 2012).

VASCO GIL MANTAS

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras | Academia Portuguesa da História

vsmantas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6109-4958>

NOTAS SOBRE O EIXO VIÁRIO *OLISIPO – BRACARA*
E A SUA EPIGRAFIA¹

NOTES ABOUT THE OLISIPO – BRACARA ROAD AXIS
AND ITS EPIGRAPHY

“Conimbriga” LXI (2022) p. 209-257

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_6

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 30/03/2022

RESUMO: Os testemunhos epigráficos, sobretudo os miliários, são essenciais para a reconstituição do traçado de estradas romanas e para esboçar a sua história, em particular naqueles casos em que os vestígios materiais das mesmas escasseiam.

O longo itinerário que ligava *Olisipo* a *Bracara* encontra-se nessa situação, contando com meia centena de miliários, com desigual repartição, alguns achados recentemente, justificando uma nova apreciação deste razoável *corpus* e de alguns dos problemas ainda em aberto.

PALAVRAS-CHAVE: Miliários; Estradas Romanas; Epigrafia; Lusitânia; Galécia.

¹ Artigo escrito no âmbito do Projeto Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies) (PTDC/LLT-OUT/28431/2017). Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras que o ilustram.

ABSTRACT: The epigraphic testimonies, especially milestones, are essential for reconstructing the layout of Roman roads and outlining its history, particularly in those cases where material remains are scarce.

The long itinerary that linked Olisipo to Bracara finds itself in this situation, with fifty milestones, with unequal distribution, some only recently found, justifying a new appreciation of this reasonable corpus and some of the problems still open.

KEYWORDS: Milestones; Roman Roads; Epigraphy; Lusitania; Gallaecia.

ALGUMAS NOTAS SOBRE O EIXO VIÁRIO *OLISIPO – BRACARA* E A SUA EPIGRAFIA

A rede viária construída pelos Romanos através do Império, calculada segundo os dados contidos no *Itinerário de Antonino*, que não são exaustivos, atingiu qualquer coisa como 53638 milhas, divididas por 372 grandes itinerários, 34 dos quais hispânicos, elevando este trabalho colossal à categoria das maiores realizações da civilização romana. Talvez a melhor homenagem à grandeza pragmática desta obra resida no manifesto entusiasmo de Plínio-o-Moço ao felicitar o poeta Canínio por este pretender escrever um poema sobre a conquista da Dácia, origem da resiliente latinidade romena (BRĂTIANU, 1988), sublinhando com veemência o carácter civilizacional de um acontecimento bélico: *Tu celebrarás novas pontes lançadas sobre os rios* (Plínio-o-Moço, *Epist.* 8.4). Os restos da formidável ponte sobre o Danúbio em Turnu Severin, projetada por Apolodoro de Damasco (BARCACILA, 1966: 645-663; TUDOR, 1974: 47-134), garantem ainda hoje a verdade contida no entusiasmo pliniano, reflexo evidente da importância atribuída na sociedade romana aos construtores de obras viárias, de reconhecida inspiração populista republicana (GALINSKY, 1996: 366-369).

As pontes ainda por aí estão, autênticas algumas, ou apenas assim consideradas, muitas, sinal seguro do impacte cultural deste especial e eminentemente prático aspeto da romanidade. Mais difíceis de identificar, por razões que nos parecem evidentes, embora nem sempre tidas em conta, são os restos das calçadas, designação que aqui usamos de forma alargada, pois só raramente as estradas possuíam um lajeado, limitando-se a um revestimento simples da superfície de rolamento, mesmo quando se trata de vias de particular valor (SILLIÈRES 1990: 639-652). Séculos de utilização e mudanças nos padrões de povoamento tiveram consequências negativas, sobretudo no território europeu, sobre a preservação dos vestígios materiais das estradas, dificultando a definição rigorosa dos seus percursos. Esta circunstância faz depender

em larga medida dos miliários o estabelecimento do traçado desta ou daquela estrada, quando os possuíam e considerando não terem sofrido deslocamentos significativas. Ainda assim, são fontes primárias fundamentais para o estudo das estradas romanas e da sua história, tanto mais que exprimem, a par da utilidade prosaica que se lhes reconhece, a vertente política da romanização, como sublinhou Robert Étienne no prefácio do magnífico trabalho de Pierre Sillières: *Il faut considérer la route romaine dans sa globalité: elle est aussi un instrument politique véhiculant l'autorité, assurant le maintien de l'ordre et transmettant les instructions du pouvoir central* (SILLIÈRES, 1990: 6). Os miliários projetam de forma evidente esta realidade ordenadora, tão própria da civilização romana.

O estudo da rede viária romana em Portugal tem sólida tradição e remonta, ainda que de forma incipiente, aos nossos humanistas, desde logo André de Resende, Bernardo de Brito, Gaspar Barreiros e Francisco de Holanda (FIG. 1), ainda que alguns dos seus textos sejam, nem sempre com razão, postos em causa (MANTAS 2019b: 197-231). Ao interesse despertado pelas vias romanas e à sua integração no imaginário dos últimos quinze séculos nem sempre correspondem, todavia, restos suficientemente numerosos e equilibradamente repartidos para que o conhecimento da rede viária atinja um nível equivalente ao da curiosidade que lhe anda associada. Com efeito, a reconstituição rigorosa das estradas romanas escapa muitas vezes ao investigador, ciente da impossibilidade de tudo vir a conhecer, aconselhando uma atitude cautelosa, aberta à necessidade de reanalisar as múltiplas questões obscuras decorrentes das fontes disponíveis, com a consequente retificação de anteriores propostas, sobretudo quando se trata de lançar no mapa este ou aquele percurso, o que justifica a prudente posição de Leite de Vasconcelos, arqueólogo que quase nada escreveu sobre o assunto (VASCONCELOS, 1913: 181-184).

Tivemos oportunidade, décadas atrás, na proteção de frentes de trabalho no norte de Angola, de contactar com o quotidiano da construção de estradas, experiência cuja utilidade no tocante ao estudo das vias romanas, embora possa parecer anacrónica, se revelou importante pela observação de problemas técnicos semelhantes aos suscitados pela construção de vias na Antiguidade. De qualquer forma, o interesse pela

problemática das comunicações no mundo romano levou-nos a aceitar, já lá vão quatro décadas, a proposta no sentido de elaborar a dissertação de doutoramento tendo como tema a rede viária romana, abandonado, por motivos alheios, o projeto inicial em torno das ânforas romanas em Portugal, estudo que outros colegas desenvolveriam auspiciosamente.

A nova temática, embora sacrificando o nosso interesse pelas atividades marítimas no litoral lusitano, na época considerado um tema sem grande futuro, agradou-nos, porque nos permitiu desenvolver uma investigação em que os aspetos históricos e arqueológicos se combinaram harmoniosamente e porque, simultaneamente, pudemos desenvolver uma análise em parte mais esclarecida pela experiência e onde a teledeteção aérea constituiu um instrumento essencial. Foi assim que se desenvolveu o nosso estudo sobre a rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga, cujo eixo principal era constituído pelo longo caminho unindo *Felicitas Iulia Olisipo a Bracara Augusta*. Um dos capítulos deste trabalho, não publicado por algumas das variadíssimas razões que dificultavam – e ainda dificultam – a edição de trabalhos académicos de grande extensão e numerosas ilustrações, trata precisamente das inscrições viárias da referida estrada, maioritariamente constituídas por marcos miliários (MANTAS, 1996: 261-406). Considerando a dificuldade de acesso à dissertação, em relação à qual não se verificam alterações substanciais quanto ao traçado da referida estrada (ALARCÃO, 2018: 230-232), optamos por citá-la neste artigo o menos possível, existindo a possibilidade de vir a ser disponibilizada sob forma digital, o que depende de circunstâncias que nos ultrapassam.

Embora tenhamos voltado a tratar pontualmente deste material não tivemos ainda oportunidade de retomar em bloco os monumentos epigráficos, entre existentes e desaparecidos, que integraram o referido capítulo, totalizando no presente cerca de meia centena. Passados mais de trinta anos sobre o fim dessa investigação pareceu-nos interessante rever e atualizar o que então escrevemos, sem todavia nos determinar a preocupação de estabelecer um exaustivo catálogo comentado para o conjunto de miliários desta estrada, ao invés do que fizemos na dissertação de doutoramento.

Este ponto leva-nos a refletir sobre outra questão importante para o progresso da investigação sobre a rede viária romana no nosso território, que é o da necessidade urgente de ver publicada em conjunto a totalidade dos miliários do território hoje português, uma vez que o projeto de edição do volume XVII do *Corpus Inscriptionum Latinarum*

se vai arrastando, para além de corresponder a um conceito herdado do modelo gizado pela prestigiosa Academia Prussiana no século XIX, naturalmente tão rigoroso como de complicada utilização. Note-se que não aludimos ao estudo dos traçados viários propriamente ditos, tarefa difícil e progressivamente de mais penosa execução, apesar dos novos instrumentos metodológicos, dada a enorme e irreversível alteração da paisagem nas últimas décadas, instrumentos que nem sempre facilitam dados verdadeiramente novos.

Para evitar dividir entidades políticas antigas de acordo com fronteiras atuais, o que sempre complica qualquer estudo, o ideal seria publicar os miliários de acordo com o esquema provincial romano. Como para o território português a norte do Douro já existe um exaustivo trabalho de levantamento dos muito numerosos monumentos dessa região, aliás com objetivos mais amplos (RODRÍGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA e ÁLVAREZ ASOREY, 2004), uma boa solução seria elaborar um catálogo dos monumentos viários da Lusitânia, província que conta com um bom trabalho de recolha para a muito estudada *Via de la Plata* (ROLDÁN HERVÁS, 1971; PUERTA TORRES, 1995), faltando todavia um catálogo integrado, apesar da existência de obras gerais onde é possível encontrar muitos dos monumentos lusitanos (SOLANA e SAGREDO, 1998; 2008; SOLANA e HERNANDEZ, 2002). Seja como for, uma recolha sistemática dos miliários do território português a sul do Douro seria de inestimável valor para os investigadores, uma vez que, quando publicados, se encontram dispersos por numerosos estudos, com frequência de difícil consulta e desigual qualidade. Por estas razões é urgente publicar este *Corpus* de miliários, ousando recomendar à Universidade de Coimbra e à Academia Portuguesa da História a tutela deste trabalho, a todos os títulos necessário e à altura da missão e prestígio destas entidades nacionais.

Como o assunto desta comunicação se situa por completo em território português, o eixo Lisboa – Braga, simplificando, não defrontamos as dificuldades inerentes ao estudo de estradas repartidas por países vizinhos, ainda que atravessando duas províncias romanas, o que não deixa de implicar diferenças evidentes, nomeadamente no que se refere ao número de miliários conhecidos e sua repartição, indiscutível consequência de diferentes políticas viárias e não apenas dos acasos da arqueologia. Trataremos, portanto, não de uma via homogénea, com contagem a partir de um ponto único e permanente, como a *Via de la Plata*, unindo *Emerita Augusta* a *Asturica Augusta* (ROLDÁN HERVÁS,

2005: 11-27), mas de um itinerário constituído por várias estradas ou troços de estradas, umas mais importantes que outras. Por isso mesmo nos parece errado utilizar a vulgar denominação de Via XVI para o que é, na verdade, um itinerário compósito (MANTAS, 2012: 174-179, 184-202), como costumam ser os itinerários, circunstância já sublinhada a propósito de outras estradas, como verificou há muitos anos o coronel Jean Baradez (BARADEZ, 1959: 19-33).

A referida denominação, sistematicamente utilizada para indicar as diferentes estradas do *Itinerário de Antonino* depois que, no século XIX, o engenheiro Eduardo Saavedra introduziu essa prática (SAAVEDRA, 1862: 67-69), nada tem de antigo, pois as estradas não foram numeradas, limitando-se a reproduzir a ordem pela qual surgem as vias hispânicas na edição do *Itinerário de Antonino* organizada por Peter Wesseling no século XVIII (WESSELING, 1735: 387-456), circunstância que, por vezes, parece ser esquecida. Na verdade, nunca existiu uma via XVI, mas apenas o itinerário correspondente a este número de ordem na enumeração viária de cada região, como na Hispânia (ROLDÁN HERVÁS, 1975: 35-36). É claro que o recurso a este tipo de nomenclatura facilita as referências às estradas, sem que por isso se torne mais correta a sua utilização.

O itinerário *Olisipo – Bracara* constitui um bom exemplo de um traçado compósito, envolvendo várias estradas de importância desigual e, inclusive, um troço correspondente a uma autêntica via, no sentido restrito do termo, ligando *Bracara* a *Cale* (FIG. 2). A enumeração das estações da estrada parece ignorar as *mutationes*, circunstância que logo dificulta a análise correta da distribuição dos miliários, tanto mais que a maioria deles perdeu a indicação de distância que permitiria controlar o traçado considerando as jornadas indicadas entre estações. Ainda assim, a distância indicada na somatória das etapas parciais, de 244 milhas, equivalentes a 361 quilómetros, não se afasta muito da distância atual entre Lisboa e Braga, considerando um percurso próximo ao que era seguido pela estrada romana, pelo que, no caso deste itinerário, é possível tentar restituir o que os documentos não oferecem diretamente.

A versão estabelecida a partir dos melhores códices do *Itinerário de Antonino*, mantendo a toponímia das estações presente nos códices geralmente aceite (ROLDÁN HERVÁS, 1975: 27-32, 67-68), é a seguinte:

420.8: Item ab Olisipone Bracaram Augus-
420.9: tam M. P. CCXLIII

- 421.1: Ierabriga M. P. XXX
- 421.2: Scallabin M. P. XXXII
- 421.3: Sellium M. P. XXXII
- 421.4: Conembrica M. P. XXXVIII
- 421.5: Aeminio M. P. X
- 421.6: Talabriga M. P. XL
- 421.7: Langobriga M. P. XVIII
- 421.8: Calem M. P. XIII
- 422.1: Bragara M. P. XXXV

A localização exata de duas delas, *Ierabriga* e *Talabriga*, levanta ainda algumas questões (ALARCÃO, 2004: 325-330; GUERRA, 2012: 24-40; MANTAS, 2012: 176-177, 195-197), permanecendo aberta a sua discussão enquanto se aguarda a descoberta de novos testemunhos, arqueológicos ou epigráficos. Como o *Itinerário de Antonino* não explicita a categoria das diversas estações as diferenças verificadas entre a extensão das etapas a percorrer não impedem que as consideremos como *mansiones*, o que é indiscutível para aquelas em que a capitalidade não suscita dúvidas. Não esqueçamos que, embora a enumeração das estações desta estrada no *Itinerário de Antonino* se faça de sul para norte, a condição de *mansio* ou *mutatio* depende também do sentido da marcha, o que em parte explica a proximidade de algumas delas. Estações como *Conimbriga* ou *Aeminium* podiam assim associar as duas funções. A indicação de distâncias quando conservada nos miliários contribui para esclarecer algumas destas situações, ainda que resulte muito limitada pela sua escassez em determinados troços.

Não deixa de ser interessante verificar que os dois topónimos que ocorrem seguramente em dativo neste itinerário coincidem com locais em que se transpõem rios importantes, o Tejo e o Douro, por corresponderem a travessias essenciais ao movimento viário (MANTAS, 2012: 68, 112, 198), sugerindo prudente atenção à velha teoria dos acusativos sem a preposição *ad*, proposta por Gonzalo Arias (ARIAS, 1963: 18-36), mesmo que lhe atribuamos apenas valor para percursos locais, reduzidos. Não consideramos nesta situação o topónimo *Sellium* = *Seillium*, uma vez que nominativo e acusativo são idênticos. Ao mesmo tempo devemos reconhecer que as duas estações referidas, *Scallabis* e *Cale*, correspondem aos limites dos grandes segmentos de que o itinerário *Olisipo – Bracara* se compõe: *Olisipo – Scallabis* / *Scallabis – Cale* / *Cale – Bracara*. A análise dos documentos epigráficos da estrada deve

ter em conta esta característica da mesma e tentar harmonizar os poucos dados miliários sobreviventes com as distâncias indicadas para o espaçamento entre as *mansiones*, o que, reconhecemos já, nem sempre é fácil.

Como interpretar o conjunto deste itinerário, atendendo aos seus vários tramos, diferentes nas suas funções e, provavelmente, também na tipologia? O primeiro tramo é particularmente interessante pois serve três estradas coincidentes até *Scallabis* (FIG. 3), duas para *Emerita Augusta*, uma das quais, por *Abelterium* (Alter do Chão), representava o que continuamos a considerar o principal eixo de ligação marítima com a capital lusitana, e a terceira para norte, em direção à fronteira provincial e a *Bracara Augusta* (MANTAS, 2018: 40-41). A segunda secção unia *Scallabis* a *Cale*, atravessando o território de várias cidades. Atendendo à cronologia dos miliários deste troço podemos dividi-lo, sem problemas, em dois, um entre *Scallabis* e *Aeminium* e outro entre esta cidade e *Cale*.

Finalmente, como referimos, o último tramo do itinerário, com 35 milhas de extensão, corresponde à via *Bracara – Cale*. Neste último caso a balizagem fez-se ao longo de todo o percurso a partir de Braga, conferindo-lhe uma unidade que os restantes tramos não possuem, uma vez que a balizagem se faz sempre a partir da capital do território atravessado, alterando-se a ordem logo que se atinge a fronteira vizinha. Temos, portanto, um itinerário composto por estradas com características muito diferenciadas entre si, no qual se evidenciam portos flúvio-marítimos de indiscutível influência na organização do sistema de comunicações da região atlântica, sublinhando mais uma vez a ligação entre as vias aquáticas e as vias terrestres.

Esta circunstância contribui para dificultar a interpretação dos traçados quando os miliários são raros e muito espaçados. Ou seja, o facto de o *Itinerário de Antonino* indicar entre duas *mansiones*, por exemplo, 30 milhas, não significa que os miliários indiquem obrigatoriamente esse valor até ao final do troço, pois assim que a estrada muda de território administrativo a contagem pode indicar um valor desfasado do que se conta no último miliário do território que o viajante abandonou, uma vez que o sentido da contagem é diferente, indo um contra o outro, iniciando-se um valor decrescente a partir da fronteira.

O segundo roteiro viário disponível para a Hispânia, a *Cosmografia* do Anónimo de Ravena (ROLDÁN HERVÁS, 1975: 111-116; SCHNETZ, 1990²), é uma compilação de topónimos e hidrónimos, sem indicação de distâncias, o que limita muito o valor de um documento

bastante confuso e que remontará, talvez, ao século VII. Para o itinerário que nos interessa não apresenta novidades significativas, tanto mais que está incompleto, acrescentando, por outro lado, uma estação nova *Ceno Opido* (Castelo Velho de Gaia), desconhecida no *Itinerário de Antonino* (SILVA, 2015: 68-74). Reproduzimos o que nos interessa neste discutido e medíocre documento da Antiguidade Tardia, de acordo com a enumeração de G. Parthey e M. Pinder:

- PP 307.1 *Olisipona*
- PP 307.2 *Terebrica*
- PP 307.3 *Langobrica*
- PP 307.4 *Ceno Opido*
- PP 307.5 *Calo*
- PP 307.6 *Augusta Bracaria*

Não nos ocupamos da célebre *Tábua de Peutinger*, cópia medieval de um mapa viário romano, conservado em Viena de Áustria na *Österreichische Nationalbibliothek*, uma vez que o pouco que nela sobreviveu da Hispânia não representa nada que nos interesse, ainda que a sua reconstituição por Konrad Miller ocorra com muita frequência, criando uma imagem ilusória assente no lançamento num espaço cartográfico imaginado dos dados já conhecidos nos roteiros (MILLER, 1962²; ROLDÁN HERVÁS, 1975: 108-110, lám. X), sem que nem sempre tal facto seja devidamente realçado.

Que testemunhos epigráficos se relacionam diretamente com a estrada *Olisipo – Bracara*? Antes de mais, naturalmente, os miliários, cerca de meia centena para todo o percurso, entre certos e discutíveis, aos quais devemos acrescentar um número muito reduzido de monumentos votivos específicos e um único marco demarcatório de povos. Poderemos considerar pobre, para um percurso de 244 milhas, este *corpus* epigráfico? Embora se trate de um catálogo relativamente modesto, do ponto de vista quantitativo, não podemos esquecer que estes miliários pertencem a um único itinerário, enquanto, por exemplo, o conjunto das grandes vias da Hispânia meridional possuía, alguns anos atrás, apenas 101 miliários conhecidos para uma região substancialmente mais vasta e urbanizada, 56 dos quais pertencentes à *Via Augusta* (SILLIÈRES, 1990: 44).

A repartição dos miliários registados está longe de ser regular, circunstância que, embora ilustrando o que existe de aleatório nos

achados epigráficos, não deixa de refletir circunstâncias de outra natureza, decorrentes das características próprias dos vários troços do itinerário, concorrendo a via *Bracara – Cale* com 45% do total dos miliários conhecidos em todo o percurso. Ou seja, num troço de 35 milhas encontram-se quase tantos miliários como nas restantes 209 milhas. A classificação deste troço do itinerário como via, com uma permanente atenção por parte do governo provincial, resulta fortalecida por esta evidência.

O troço intermédio, entre o Douro e o Tejo, é interessante, pois os miliários sobreviventes, muito concentrados em *Conimbriga* e *Seilium*, sugerem uma fase júlio-cláudia de valorização da estrada de *Cale* até *Aeminium*, mostrando daqui até *Scallabis* cronologia bastante posterior, talvez porque durante algum tempo o eixo principal a partir de *Conimbriga* seguiria a ocidente, como se deduz da lacónica descrição pliniana da Lusitânia litoral entre o Mondego e o Tejo (PLÍNIO-O-VELHO, *NH*. 4.113). É certo que devemos reconhecer que o número de miliários registados nesta estrada é extremamente limitado e relativamente tardio (MANTAS, 2012: 252-254), o que não elimina o facto de os miliários datáveis entre *Aeminium* e *Scallabis* pertencerem na totalidade a imperadores do século III.

A mais antiga referência à colocação de miliários numa via de interesse para a Hispânia foi-nos transmitida por Políbio, que alude à implantação de marcos na *Via Domitia*, distanciados oito estádios uns dos outros: *Os Romanos arranjarão esta estrada e marcarão-na cuidadosamente com marcos de oito em oito estádios, quer dizer, de milha em milha* (POLÍBIO, 3.39.8). Todavia, os padrões viários só se vulgarizaram a partir de Augusto (MANTAS, 2019: 190-221), passando a constituir uma das características das vias romanas e um dos documentos essenciais do seu estudo. No itinerário entre Lisboa e Braga são quase sempre de forma cilíndrica, apenas com algumas exceções prismáticas, tipo cipo, todas tardias. A titulação imperial citada no texto, mais ou menos estereotipado, é fundamental para estabelecer a cronologia de trabalhos viários, sem que esqueçamos o facto de algumas estradas serem anteriores à marcação ou terem recebido uma nova balizagem que levou ao desaparecimento da anterior, como parece ter acontecido na via *Bracara – Cale* do itinerário que consideramos (MANTAS, 2015: 231-248).

Os anos que passaram sobre a redação da nossa dissertação de doutoramento não trouxeram grandes novidades sobre o traçado da estrada propriamente dito e quase o mesmo em relação ao catálogo

dos miliários da mesma. Por razões que resultam da continuação da investigação transferimos para a estrada *Olisipo – Bracara* o miliário de Frielas, admitindo que o era, inicialmente atribuído a uma estrada dirigida a *Eburobrittium*, *Colippo* e *Conimbriga*, a qual conta com alguns miliários muito espaçados no tempo e no espaço. Resolvemos não inserir na lista que segue alguns possíveis marcos, desaparecidos sem leitura transmitida e sem certeza do local do achado, situações que já discutimos a propósito de alguns destes fantasmas na nossa dissertação de doutoramento

Não nos preocupamos aqui com o problema de considerar os miliários honoríficos, sem indicação miliária, vulgares no Baixo-Imério, como indicadores de trabalhos viários. Na verdade, o texto dos miliários tornou-se progressivamente idêntico ao das inscrições honoríficas imperiais, suplantando-as quantitativamente no século IV, quando os miliários sem indicação de distância quase se tornam regra. Porém, como normalmente os miliários anteriores permaneciam junto às estradas e como os encargos da manutenção das vias recaíam cada vez mais sobre os particulares e sobre as cidades (PHARR *et al.*, 2008: 423-431), podemos considerar os trabalhos viários em si mesmos como uma forma de homenagear o imperador, nas mesmas condições da oferta do ouro coronário e de outras corveias impostas pelo poder central (LOT, 1968: 103), pelo que estes padrões viários, desde que encontrados junto de uma estrada, devem ser contados entre os verdadeiros miliários.

Por outro lado, sempre que os miliários readquiriram em tempos mais recentes características de monumentos públicos, mais ou menos decorativos, há que ter em conta a possibilidade da renovação dos letreiros, com muita frequência de forma bastante descuidada, destruindo dados ou corrompendo o texto. A constituição de coleções de miliários, ainda que com a louvável finalidade de os preservar, como sucedeu em Braga entre os séculos XVI e XVIII, levanta problemas complicados, pois muitas vezes não é possível identificar o local de proveniência dos monumentos (RODRÍGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA e ÁLVAREZ ASOREY, 2004: 59-62). Todavia, não podemos deixar de recordar que, em muitos casos, a alternativa seria a destruição. Os escritos de Martins Capela sobre os miliários do território português do convento bracaraugustano existentes em finais do século XIX comprovam-no exemplarmente também em relação à via *Bracara – Cale* (CAPELA, 1895: 58, 263).

No quadro que se segue registámos os miliários conhecidos, ainda que desaparecidos, ilegíveis ou anepígrafos. Seria possível acrescentar mais algumas referências, apesar de sustentadas em vagas informações, mas como tal opção não contribuiria para esclarecer problemas, limitando-se a um pormenor quantitativo, decidimos não o fazer. Nos marcos anepígrafos nada se consegue ler, nos ilegíveis há traços de escrita sem que permitam interpretação aceitável, embora o recurso ao Modelo Residual Micromorfológico (MRM) permita agora recuperar alguma coisa. O miliário nº 8, da Quinta de Santa Teresa, em Alenquer, levanta questões complicadas, que analisaremos adiante, o mesmo acontecendo com o nº 28, um fragmento achado em Tartomil, Vila Nova de Gaia, optando por uma atitude aberta a revisões, quando justificadas, que deveria ser a regra comum da prática arqueológica.

No catálogo de miliários da nossa dissertação de doutoramento tratámos de forma desenvolvida dos problemas de leitura e localização dos monumentos, com indicação da principal bibliografia então existente (MANTAS, 1996: 273-404). Na altura não conseguimos localizar o miliário nº 33, da Peça Má, reencontrado por Rodríguez Colmenero há uma vintena de anos no jardim de uma casa particular (RODRÍGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA e ÁLVAREZ ASOREY, 2004: 629). Recordamos de novo um aspeto muito importante, que é o do local do achado, na maior parte dos casos, não corresponder à implantação original do miliário, uma vez que, devido às reutilizações, muitos dos marcos foram deslocados, com frequência para locais afastados, como por exemplo sucedeu com o miliário de Calígula reutilizado em Coimbra e cuja indicação de quatro milhas permite atribuí-lo a um local a seis quilómetros da cidade, muito provavelmente na Adémia.

Resumindo o quadro em questão verifica-se, como já dissemos, uma evidente desproporção entre os monumentos a sul e a norte do Douro, não tanto do ponto de vista quantitativo, pois se equilibram, contando-se 28 a sul e 23 a norte. Todavia, atendendo à extensão dos respetivos traçados verifica-se que a média de marcos meridionais é de um para 7,4 milhas, enquanto a norte do rio, a média na via *Bracara – Cale* é de um para 1,5 milhas. É certo que trabalhamos, como sempre acontece em epigrafia, com uma amostra reduzida, mas a diferença é suficiente para identificar uma situação distinta no que toca à prática do balizamento das estradas. Também se verifica que destes miliários nada menos de 22,4 % pertence a ambientes urbanos, neste caso maioritariamente a sul do Douro, com particular destaque para *Conimbriga*, o que

se compreende considerando o padrão de organização administrativa da região, com várias *civitates* ao longo do percurso da estrada. No conjunto temos nove miliários no percurso da estrada pertencente ao itinerário *Olisipo – Emerita*, 19 no troço *Scallabis – Cale* e 23 na via *Bracara – Cale*.

Os imperadores do Alto-Império estão representados por Tibério, Calígula e Adriano, este com notável representação a norte do Douro, com seis ou sete testemunhos a atribuir a trabalhos de grande manutenção da via, entre 133 e 135, com provável retificação parcial de traçado e nova balizagem. Segue-se-lhe na mesma via, Caracala, com miliários de imponentes dimensões, datáveis de 213/214, enquanto ao longo de todo o traçado da estrada se reparte um numeroso grupo representando imperadores do Baixo-Império, como é habitual. O miliário mais antigo registado até hoje nas 244 milhas do itinerário é o de Tibério, em Ul, de 23/24 (FIG. 4), o que permite supor que a estrada lhe é anterior, dado que também em Ul se achou um marco demarcatório de povos, do imperador Augusto, levantado em 4/5, circunstância que permite considerar o começo dos trabalhos entre o Douro e o Mondego por esta época, ainda que provavelmente sob a forma de um estradão militar aperfeiçoado pelos júlio-cláudios. Os miliários mais recentes são, por ora, os de Magnêncio, a situar entre 350 e 353.

Este breve sumário não se afasta significativamente do cenário habitual na Hispânia (SILLIÈRES, 1990: 168-170; PUERTA TORRES, 1995: 144-160; RODRÍGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA e ÁLVAREZ ASOREY, 2004: 808-809), destacando-se os júlio-cláudios, na fase de estruturação da rede viária inicial, em parte herdada de estradas militares do período augustano, as importantes iniciativas de Adriano e, finalmente, os trabalhos da Tetrarquia e da dinastia constantiniana, nem sempre fáceis de separar de simples expressões propagandísticas ou de adesão política, o que na prática pouco difere. Seja como for, a cronologia dos miliários prova que a estrada *Olisipo – Bracara* permaneceu ativa e mereceu a atenção das autoridades durante a maior parte do período entre o século I e meados do século IV, sem que, baseados apenas no testemunho dos miliários, consideremos o governo de Magnêncio como um limite assegurado para os trabalhos de manutenção dos caminhos que a constituíam.

O indiscutível desenvolvimento, no Baixo-Império, de algumas das cidades que servia, desde logo os centros terminais do itinerário, *Olisipo* e *Bracara*, este último agora com estatuto de capitalidade

provincial, justifica a continuidade de reparações, quando possível, pois os tempos mudaram, sobretudo a partir dos finais do século IV. Aparentemente o itinerário ganhou importância, como um todo, exatamente no Baixo-Império, a crer no testemunho dos miliários, no mínimo representando 33% do total, com distribuição ao longo de todo o trajeto, para um período um pouco superior a meio século.

De qualquer forma, independentemente do que se possa ter passado, cabe-nos perguntar o que levou a conservarem-se tantos miliários tardios, um pouco por todo o lado, enquanto outros anteriores quase desapareceram. Não estaremos, afinal, perante uma prova de que, a partir de um certo momento, as estradas deixaram de ser reparadas, facilitando a sobrevivência de muitos dos últimos marcos levantados? Não é impossível, todavia, que esta abundância miliária se possa atribuir ao fortalecimento da intervenção estatal e à conseqüente valorização das atividades do *cursus publicus*, pelo menos sobre certos itinerários provinciais (LEMCKE, 2016).

Antes de nos ocuparmos de alguns marcos miliários que, por uma ou outra razão, merecem atenção especial, referiremos outros monumentos relacionados com a estrada, muito poucos, na verdade, para um percurso tão extenso. Referimo-nos, naturalmente, aos *Termini Augustales* e aos monumentos votivos, em especial as aras consagradas aos *Lares Viales*. As inscrições viárias contribuíram para a difusão de ideias básicas relacionadas com aspetos políticos e administrativos da civilização romana, constituindo os miliários, em alguns meios rurais do Império, a mais antiga forma de alfabetização e comunicação escrita (SUSINI, 1982: 29-30, 125-126), circunstância que, por si só, justifica o maior respeito por estes fundamentais testemunhos da presença romana. Por outro lado, o fenómeno da *interpretatio* incluiu na cultura religiosa dos caminhos entidades indígenas (BERMEJO BARRERA, 1986: 192-230; FERNANDES, 2002: 179-188), facilitando a adesão a ideias e formas culturais do mundo romano, como autêntica ponte de aculturação comum, protegendo as estradas enquanto espaço organizado e artificial, nas mesmas condições que um edifício, privado ou público (CIL II 2413).

A estrada conta apenas com um marco demarcatório, de Augusto, achado na Igreja de Ul, onde se conserva (PINHO LEAL, 1882: 8; ALMEIDA, 1953: 209-212). Apesar de infelizmente truncado, não é difícil uma reconstituição do texto a partir do que se conhece da geografia antiga da região. Eis o letreiro: [IMP(eratore). CAES]ARE. AVGVSTO.

TRIBVNI/[CIA. POT(*estate*).] XXVII. CO(*n*)S(*ule*). XIII. PATER (*sic*) / [PATRIAE TE]RMINVS. AVGVSTALIS / [INTER/ TVRDVLI VETERES / INTER / TALABRIGENSES].

O marco de Ul, identificado como tal por Fernando de Almeida, ainda que incompleto, constitui um testemunho importante da atividade administrativa levada a efeito após a criação da província da Lusitânia, quando foi estabilizado o quadro territorial das *civitates* e estabelecidos ou renovados os grandes eixos viários, indissociáveis do cenário administrativo. No caso da estrada *Olisipo – Bracara* o testemunho deste marco demarcatório permite deduzir a cronologia dos trabalhos, uma vez que na zona de Ul a balizagem da estrada foi concretizada sob o principado de Tibério, circunstância que sugere colocar em primeiro lugar as operações de demarcação territorial.

Também são escassos, no percurso da estrada, os testemunhos do culto dos Lares Viais, particularmente escassos na Lusitânia quando comparados com a sua abundância no Noroeste peninsular (PORTELA FILGUEIRAS, 1984: 153-181). Distribuídos por *Conimbriga* e *Bracara*, respetivamente com um e três monumentos, as aras de Braga, com exceção de uma delas, podem ser alheias à cidade, como veremos. Dado que o culto de Mercúrio tem fraca representação no território português e, na maior parte dos casos, difícil de relacionar com viagens (BARATTA, 2001: 16-68, 93-126), não o consideramos aqui. Vejamos então os Lares Viais.

A árula de *Conimbriga* foi encontrada em 1967 durante as escavações luso-francesas nas ruínas do criptopórtico do fórum (ÉTIENNE *et al.*, 1976: 32-33). O seu estado de conservação é medíocre, com grave prejuízo para a epígrafe, reduzida às duas primeiras linhas (FIG. 5). Todavia, este pequeno monumento evidencia um modelo perfeitamente clássico, bem integrado entre os seus congéneres de *Conimbriga*. Eis o texto: LARIBV[S] / [V]IALIB(us) / [...]. Encontrada num local muito próximo da saída das vias que conduziam a *Aeminium* e a *Collipo*, perto da possível estalagem ou *mansio* urbana (MANTAS, 2010: 13-34), confirma amplamente a importância da cidade como centro viário, com destaque para a sua posição sobre o itinerário *Olisipo – Bracara* e como ponto de partida de estradas que levavam a Lisboa pelo litoral, por *Collipo* e *Eburobrittium* e ao eixo interior *Emerita – Bracara*, por Bobadela.

São três as aras consagradas aos *Lares viales* atribuídas a Braga, duas das quais por simples suposição (*CIL* II 2417=*ILER* 590; *AE* 197

310). Com efeito, tal resulta do facto de ambas terem sido recolhidas no Paço Arquiepiscopal Bracarense, ignorando-se qual a sua proveniência. Como, a exemplo dos miliários reunidos em Braga e dos quais hoje é difícil conhecer a origem, tanto mais que por vezes foram regravados (RODRÍGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA e ÁLVAREZ ASOREY, 2004: 59-62, 751-752), não é impossível que as aras viessem de fora da cidade, de uma das várias vias que dela partiam. Não são necessárias para provar a importância de Braga como centro viário, pois para tal basta o texto do *Itinerário de Antonino*. Quando não há certezas e a dúvida é razoável, como neste caso, é preferível manter o problema *sub judice*.

A primeira das aras indicadas encontrava-se no século XVII no jardim do Paço Arquiepiscopal, desaparecendo posteriormente (*CIL* II 2417): LARIB(us). VIALI/BVS. FL(avius). SA/BINVS. V(otum)/S(olvit). L(ibens). M(erito). Dada a raridade do cognome *Sabinus* na região, julgamos poder identificar o dedicante com *M. Flavius Sabinus*, sacerdote conventual e flâmine provincial da *Hispania Citerior*, referenciado em Tarragona (*CIL* II 4215), oriundo da *Civitas Limicorum*. A confirmar-se tal identificação é provável que o local de achado se situe algures no vale do Lima, sem excluir a possibilidade da ara ter sido consagrada na capital conventual. A falta do prenome na denominação de *Flavius Sabinus* permite situar o monumento na segunda metade do século II, datação que concorda com a da inscrição de Tarragona.

A segunda ara incluída nas inscrições de Braga pertence ao espólio epigráfico do Museu D. Diogo de Sousa. É um monumento de regulares dimensões com a epígrafe bem conservada: LARIBVS / VIALIBVS / MATER/NVS RVFI / L(ibens). A(nimo). P(osuit). Sabe-se que a ara pertenceu ao grupo de epígrafes recolhidas em diversas épocas a partir do século XVI no Paço Arquiepiscopal, o que levou a atribuí-la à cidade de Braga (*AE* 1973 310). A denominação do dedicante não deixa dúvidas quanto ao ambiente cultural em que se integra este testemunho do culto dos *Lares viales*. A terceira ara foi achada em Braga (CUNHA, ENCARNAÇÃO e LEMOS, 2005: 147-155; REDENTOR, 2017, 1: 569-572; 2: 85-87), perto do local de saída de uma via romana, que não é a via *Bracara – Cale*. Ainda assim não queremos deixar de a referir: LARIBVS / VIALIBV[S] / SACR[VM] / [M(arcus) LV]CIVS [C]ATV[R(us)]. Seja como for, este achado não permite a atribuição automática de uma origem bracarense para as duas outras aras, naturalmente possível.

Como dissemos, os monumentos mais importantes da estrada são os miliários, mesmo quando estropiados ou deslocados do seu local de origem. Como o nosso artigo não pretende examinar de forma exaustiva a totalidade dos marcos do itinerário entre Lisboa e Braga, limitando-nos apenas a acrescentar algumas notas sobre um grupo escolhido pelos problemas que envolvem ou dados que fornecem. Dividimos a análise de acordo com os três tramos principais da estrada, *Olisipo – Scallabis – Cale – Bracara*, seguindo a ordem do *Itinerário de Antonino*.

Alguns dos miliários levantam problemas de atribuição a este itinerário, como sucede com o miliário da Quinta de Santa Teresa, a relacionar com um problema ainda não totalmente resolvido, que é o da localização de *Ierabriga*, por sua vez também dependente da leitura do miliário de Alverca. O fragmento de miliário de Tartomil, que os achadores atribuem a uma via secundária pelo litoral, pode apenas ter sido deslocado da estrada entre *Langobriga* e *Cale*. Na via *Bracara – Cale* não faltam também problemas de localização original de miliários, agravados pela regravação e perda de muitos deles. Como em todos os aspetos da arqueologia viária, é preciso paciente persistência, disciplina e, por vezes, um pouco de imaginação e sorte. Vejamos a lista da repartição dos miliários do itinerário de que nos ocupamos neste artigo (FIG. 6), com indicação dos imperadores e das distâncias, quando sobreviveram.

Nº	Local do achado	Imperador	Distância
1	Casa dos Bicos, Santa Maria Maior, Lisboa	Probo	---
2	Mosteiro de Chelas, Marvila, Lisboa	Magnêncio	---
3	Quinta de Santo António, Frielas, Loures	Magnêncio?	---
4	Almoínhas, Loures	Licínio	X
5	Almoínhas, Loures	Constantino	---
6	Alverca, Vila Franca de Xira	Constâncio	XVIII
7	Quinta do Bravo, Alenquer	Adriano	---
8	Quinta de Santa Teresa, Alenquer	---	[XX]XV
9	Alcáçova, Santarém	Probo	---
10	Fonte do Bom Amor, Torres Novas	---	---
11	Santos Mártires, Madalena, Tomar	Ilegível	---
12	Tomar	Tácito	---

Nº	Local do achado	Imperador	Distância
13	Tomar	Maximiano	---
14	Ceras, Alviobeira, Tomar	Anepígrafo	---
15	Quinta da Ribeira, Rabaçal, Penela	Décio	VIII
16	Conímbriga	Tácito	I
17	Conímbriga	Tácito?	---
18	Conímbriga	Galério	---
19	Conímbriga	Constâncio	---
20	Conímbriga	Constâncio	---
21	Conímbriga	Anepígrafo	---
22	Conímbriga	Ilegível	---
23	Arco da Traição, Sé Nova, Coimbra	Calígula	III
24	Quinta de S. Miguel, Casal Comba, Mealhada	Calígula	XII
25	S. Gião, Souto da Branca, Albergaria-a-Velha	---	XII
26	Igreja de Ul, Oliveira de Azeméis	Tibério	XII
27	Adães, Ul, Oliveira de Azeméis	Ilegível	---
28	Tartomil, Valadares, Vila Nova de Gaia	Caracala	---
29	Quinta do Dourado, S. Mamede de Infesta, Matosinhos	Adriano	---
30	Espinhosa, S. Pedro de Avioso, Maia	Caro	---
31	Barca, Maia	Adriano?	XXVII
32	S. Cristóvão do Muro, Muro, Santo Tirso	Maximiano	XXIII
33	Quinta do Paço, Alvarelhos, Santo Tirso	Adriano	[XX]III
34	Peça Má, Alvarelhos, Santo Tirso	Constâncio?	---
35	Peça Má, Alvarelhos, Santo Tirso	Carino	---
36	Trofa Velha, Santiago do Bougado, Santo Tirso	Magnêncio	---
37	Ponte de Sedões, Santiago de Bougado, Santo Tirso	Licínio	---

Nº	Local do achado	Imperador	Distância
38	Ponte de Sedões, Santiago de Bougado, Santo Tirso	Constante	XXI
39	Ponte de Sedões, Santiago de Bougado, Santo Tirso	Tácito	---
40	Igreja de Lousado, Vila Nova de Famalicão	Magnêncio	---
41	Quinta de Santa Catarina, Cabeçudos, Vila Nova de Famalicão	Caracala	X[VI]
42	Igreja de Cabeçudos, Vila Nova de Famalicão	Anepígrafo	---
43	Devesa Alta, Antas, Vila Nova de Famalicão	---	---
44	Capela de Santo Estêvão, Santiago de Antas, Vila Nova de Famalicão	Caracala	XVIII
45	Igreja de Santiago de Antas, Vila Nova de Famalicão	Caracala	---
46	Vila Nova de Famalicão	Adriano	XIII
47	Vila Nova de Famalicão	Adriano	XII
48	S. Cosme do Vale, Vila Nova de Famalicão	Adriano	---
49	Carreiras, Santa Marinha de Portela, Vila Nova de Famalicão	Constantino II	---
50	Igreja de Lomar, Braga	Crispo	---
51	Colégio de S. Paulo, Cívidade, Braga	Adriano	XXXV

O primeiro marco que consideramos é o que se encontrou em 1982 nas escavações da Casa dos Bicos, em Lisboa, pertencente ao imperador Probo, que governou entre 276 e 282. Este miliário lisboeta devia encontrar-se no ponto de partida da via *Olisipo – Emerita*, por *Scallabis* e *Abelterium* (It. 418,7 – 419,4). A existência de outros miliários deste imperador nesta estrada, inclusive em Santarém e Ponte de Sor, sugere esta atribuição e comprova a realização de trabalhos ao longo da estrada (MANTAS, 2020: 39-61). Recordamos que o troço até *Scallabis* era comum a duas outras estradas, uma das quais a que se dirigia a *Bracara* (It. 420,8 – 422,1).

Tendo em conta o seu local de achado, na zona marginal da cidade, junto à colina pela base da qual corria o caminho para a discutida ponte de Sacavém, tanto podia relacionar-se com esta como com a estrada em direção à *mutatio* de Almoínhas, pela Praça da Figueira. Não cremos, como propôs Cardim Ribeiro, que o miliário indicasse o ponto de travessia do Tejo para a margem sul (RIBEIRO, 1982-1983: 431-438). A feitura do marco mostra uma qualidade superior à dos outros que referimos, mais própria de um monumento urbano. Embora inicialmente atribuído a Marco Aurélio, a leitura do letreiro não deixa subsistir qualquer dúvida quanto ao imperador celebrado no miliário: Marco Aurélio Probo. Eis o texto: IMP(eratori) / CAESARI / M(arco) (hedera) AVRELI/O PROBO / PIO FE(ici) / [NVICTO] [...].

Bastante mais complicada é a problemática em torno do marco de Chelas, cuja qualidade de miliário é posta em causa por alguns investigadores (GUERRA, 2018: 55). Registado na igreja de Chelas no século XVII, não temos qualquer informação sobre as dimensões da pedra ou da sua forma, talvez prismática como o miliário de Frielas, que poderá igualmente pertencer a Magnêncio. Embora invulgares, os miliários prismáticos encontram-se presentes no território ora português logo no principado de Augusto, pelo que não encontramos nenhuma razão para os desclassificar como miliários (2019a: 203-208). As várias propostas de leitura não são concordes, mas permitem a reconstituição seguinte: [D(omino) N(ostro)] / MAG[NO] / [MAG]NE[N]TI/O. IMP[ERATOR] AVG[VSTO] [...]. Esta interpretação é próxima do texto do miliário de Magnêncio da capela de S. Bartolomeu das Antas, em Rubiães, Paredes de Coura (CIL II 4744 = 6225). A localização deste miliário, admitindo que o é, favorece o traçado em direção a Sacavém, independentemente da existência do caminho por Loures, que no século IV parece ser importante. Aqui nos defrontamos novamente com o problema da ponte de Sacavém, de cuja existência não duvidamos, mas sobre cuja cronologia não podemos adiantar nada, apesar do imaginativo desenho de Holanda (HOLANDA, 1984: 26-27 [f.22v]; AZEVEDO, 1652: 234). Uma última observação sobre os miliários de Magnêncio: extremamente raros na Lusitânia, o que obriga a considerar *Olisipo* como um possível ponto de apoio deste governante, voltamos a encontrar na via *Bracara – Cale* mais dois monumentos de Magnêncio, em Trofa Velha e Lousado.

Em Almoínhas, perto de Loures, foram achados dois miliários (FIG. 7), um de Constantino, de difícil leitura, outro de Licínio indicando

a milha X, contada a partir de Lisboa (GUERRA, 2018: 56; PIMENTA e MENDES, 2019: 46). Este dado é particularmente importante, uma vez que coloca o ponto de partida da estrada a 15 quilómetros, exatamente na zona marginal da Baixa lisboeta, não havendo razão para duvidar da indicação miliária como tal. Estamos convencidos que as ruínas escavadas nas Almoínhas, embora tenham sido interpretadas como *villa* (BRAZUNA e COELHO, 2012: 103-114), representam uma estação viária, a primeira depois de *Olisipo*, o que a incluiria na categoria das *mutationes*. O traçado da estrada por Loures e S. Julião do Tojal justifica-se perfeitamente pela necessidade de evitar a zona inundável do rio Trancão, garantindo a operacionalidade da estrada todo o ano, pelo que não hesitamos em considerá-lo o traçado principal. A partir de Loures continuava também a estrada para norte, por *Eburobrittium*, estrada da qual partia um ramal conduzindo, a partir de Dois Portos, à zona de *Ierabriga*.

A inscrição do miliário de Licínio, no Museu de Loures, diz o seguinte: IMP(*eratori*) CAES(*ari*) / DOMINO / NOSTRO / CA[I]O AV/RELIO LICI/NIANO LI/CINIO PIO / FELICI IN/VICTO SEM/PER AV[GV]ST/U (*sic*) PONTIFICI / MAX[I]MO TR/IBONICIAE (*sic*) / POTESTATE / X. A epígrafe distingue-se pelo número de linhas em que se desenvolve, o que resulta das características do suporte, assim como pelos erros, de ortografia e na denominação do imperador, cujo nome era *Valerius Licinianus Licinius*. É interessante verificar que no marco da ponte de Sedões o antropónimo imperial volta a estar errado, agora como *Flavius Valerius Licinianus Licinius*. Estes erros podem resultar do facto de Licínio não governar esta região do Império, pelo que os seus miliários têm uma função prioritariamente política, procurando transmitir uma ideia de solidariedade e de unidade institucional.

Outro miliário merecedor de atenção, pelo problema que a leitura da indicação de distância suscita, é o de Alverca, pertencente a Constância Cloro, governante entre 293 e 303. A notícia dele foi-nos dada por Coelho Gasco, no século XVII, com uma transcrição pouco clara e que Hübner (*CIL* II 4632) não interpretou da melhor forma, abrindo caminho para propostas pouco convincentes. O problema, mais uma vez, reside na indicação miliária da última linha. Propomos a leitura seguinte: IMP(*eratori*) CAES(*ari*) / FLAVIO VALE/RIO CONSTAN/TIO NOBILISSI/MO CAES(*ari*) P(*io*). F(*elici*) / M(*illia*). P(*assuum*). XVIII.

Se respeitássemos o numeral XXIII como indicação de distância até onde nos levaria? Pecando por excesso em relação ao ponto inicial

da estrada, *Olisipo*, as 23 milhas conduziam bastante para lá de Alverca, deixando apenas sete milhas para se cumprir a distância indicada pelo *Itinerário de Antonino* até *Ierabriga*, que coloca entre Paredes e Monte dos Castelinhos (PIMENTA *et al.*, 2015). Como entre Lisboa e Paredes a distância segundo o *Googlemaps* é, a pé, de 44,6 quilómetros temos assim o equivalente a XXX milhas, concordando com o roteiro. É certo que este percurso se refere ao traçado por Sacavém e Alverca, pois se considerarmos o traçado por Almoínhas e Alverca teremos um percurso total de 52,5 quilómetros, umas 35 milhas, coincidentes com o miliário da Quinta de Santa Teresa.

Como o percurso entre Almoínhas e Alverca monta a 17 quilómetros, o que equivale a cerca de 11 milhas, verifica-se que a leitura XVIII é menos problemática que a leitura XXIII. Se às 18 milhas contadas em Alverca acrescentarmos os 19,8 quilómetros que medeiam até Paredes, ou seja, 13 milhas, obtemos um valor de 31 milhas, o que permite situar *Ierabriga* na referida zona. Na verdade rodamos em torno de dois problemas, o da distância entre o miliário de Almoínhas e o de Alverca, cuja colocação primitiva desconhecemos, e a localização exata de *Ierabriga*, que permanece discutível e que temos admitido situar-se em Paredes / Sete Pedras, Alenquer, resultando muito difícil a sua localização em Vila Franca de Xira (GUERRA, 1995-1997: 155-167; VERNET GINÉS, 1960: 569), topónimo que relacionamos com o vocábulo árabe *al Sirat* (estrada), sem dificuldade resultante da presença do caminho romano, testemunhado através da fotografia aérea (USAF 1958 3409) e por vestígios arqueológicos que confirmaram o traçado proposto (MENDES e PIMENTA, 2008: 163-169).

Um miliário achado na mesma na área de Alenquer, na Quinta de Santa Teresa (MANTAS, 2017: 76-85), contribui com dados novos para esta questão, apesar de a indicação de distância aparecer truncada (FIG. 8). Trata-se, provavelmente, de um marco dos finais do século III, no qual apenas se lê o seguinte: [...] / [PONT(*ifex*)] MAX(*imus*) [...] / [TRIB(*unicia*)] POTE[ST(*ate*)] [...] / [P]AT(*er*). PATR(*iae*) / [...] [PROC]ONS(*ul*) [...] / [XX]XV. Como a distância que reconstituímos ultrapassa em cinco milhas a distância a percorrer entre *Olisipo* e *Ierabriga* considerámos que o marco poderia pertencer a um ramal saído de Dois Portos para *Ierabriga*, embora não estivéssemos completamente convencidos, pois assim obrigaria a considerar uma balizagem contínua desde *Olisipo*, identificando uma estrada alternativa ao caminho pelo vale do Tejo.

Na verdade, e Amílcar Guerra tem razão na sua crítica (GUERRA, 2018: 57-58), o percurso Almoínhas – Alverca – Quinta de Santa Teresa, coaduna-se com a distância reconstituída, 35 milhas. Como temos notícia de um miliário desaparecido registado na mesma zona, com a indicação de 32 milhas (GARCÊS e SOUSA, 1927-1928: 22), devemos procurar a estação de *Ierabriga* mais a sul, o que reforça a sua identificação com a povoação de Monte dos Castelinhos, mesmo que não coincida exatamente, por razões topográficas, com este sítio. Não é impossível tratar-se da localização de uma *mansio* estabelecida nas proximidades do antigo povoado, como noutros casos conhecidos, circunstância que provavelmente se repete em *Talabriga*. Lembramos que a contagem das distâncias nos miliários ia normalmente até à fronteira do território da respetiva *caput viae*, neste caso *Olisipo*, o que levava a um ponto para lá das 30 milhas indicadas no roteiro. Reconstituímos o que ficou do letreiro do miliário em nominativo, de acordo com o texto do marco de Maximiano encontrado em Tomar (CIL II 4960 = 6198), provavelmente do mesmo período.

Avançando para norte, agora já no tramo da estrada entre *Scallabis* e *Cale*, o miliário da Quinta da Ribeira, topónimo relacionado com a proximidade da Ribeira de Alcalamouque, Rabaçal, merece alguma atenção (MANTAS, 1996: 305-309). Trata-se de um marco de Décio, que apesar do mau estado em que se encontrou e das dificuldades de interpretação da epígrafe, constitui um dos testemunhos mais interessantes da estrada *Olisipo – Bracara*, pois foi achado *in situ* numa zona onde os vestígios da estrada romana se associam a traços conservados de centurição (USAF 1958, nº 228, 229), apesar de contestados recentemente recorrendo a métodos que não nos garantem mais certezas que as metodologias de há quarenta anos (FREITAS, 2017: 115-121). O que nos interessa neste momento é o miliário, cujo texto é o seguinte: [IMP(eratori) C]AES(ari) G(aio) MESS(io) / [Q(uinto) TRAI]NO DEC(io) P(io) F(elici) AV[G(usto)] / [P(ontifici) M(aximo)] T(ribunicia) P(otes-tate) III P(atri) P(atriae) P(io) F(elici) [P]ROC[O(n)S(uli)] / Q(uintus)] HERENNIVS / [ETR]VSC(us) MESS(ius) DECI[VS] / [N]OBILIS-SIMVS CAE[S(ar)] / [ET G(aius) VAL]JEN[S HOSTILIANVS] / [MES]S(ius) QVINTVS N[O/BILISSI]MVS CAES(ar) / M(illia) VIII.

Quanto à indicação de distância, VIII milhas, não duvidamos de que o ponto inicial de contagem seja a cidade de *Conimbriga*, que dista doze quilómetros do local do achado deste miliário, datável de 250. Verifica-se, assim, que a iniciativa da colocação de miliários pertencia,

neste troço da estrada *Olisipo – Bracara*, às autoridades locais, o que ajuda a explicar as anomalias do texto. Este miliário é também importante a propósito da polémica em torno da obscura *milha ibérica*, pois confirma o valor métrico normal da milha romana: 1481,50 metros, presente em todo o itinerário *Olisipo – Bracara*. Apesar de tentativas de diversos investigadores no sentido de lhe comprovar outros valores, nada permite supor na Hispânia uma medida diferente daquela que o miliário de Décio comprova. Interessa ainda referir que na Lusitânia apenas se registou mais um miliário de Décio, na via *Emerita – Asturica*, vulgo *Via de la Plata*, em San Medel, Bejar (PUERTA TORRES, 1996: 218-220). Esta circunstância obriga a refletir sobre a razão deste raro marco surgir isolado, a 12 quilómetros de *Conimbriga*, o que nos leva a admitir considerar possível a proximidade de uma estação viária situada a 30 milhas de *Seilium* e a 22 milhas de *Aeminium*.

O monumento que referimos a seguir constitui um bom exemplo das vicissitudes sofridas pelos miliários e de como é difícil em certas circunstâncias, identificar o seu local de origem (*CIL* II 4639). É um marco de Calígula, encontrado em 1774 numa demolição na Couraça de Lisboa, junto do Arco da Traição da muralha coimbrã (FIG. 9). Passou depois a uma parede do Pátio da Universidade, onde foi visto por Hübner, transitando em seguida para o Museu do Instituto de Coimbra e finalmente para o Museu Machado de Castro, também em Coimbra, onde permanece (MANTAS, 1996: 320-324).

O troço conservado corresponde à parte superior do miliário, cuja inscrição pouco sofreu: [C(aius)] CAESAR (*hedera*) DIVI / AVG(*usti*) (*hedera*) PRON(*epos*) (*hedera*) AVG(*ustus*) / [P]ONT(*ifex*) (*hedera*) MAX(*imus*) (*hedera*) TRIB(*unicia*) / [PO]T(*estate*). III (*hedera*) CO(n) S(*ul*) (*hedera*) DESIG(*natus*) / P(*ater*) (*hedera*) P(*atriae*) M(*illia passuum*) IIII. Se não conhecêssemos o miliário de Calígula da milha XII, achado perto da Mealhada (*CIL* II 4640), seria difícil precisar a localização inicial deste marco, em Eiras, pois as quatro milhas indicadas poderiam corresponder a vários locais em torno de Coimbra, ponto inicial da contagem das milhas da estrada na travessia do território eminiense, cujo troço a norte da cidade terá recebido a primeira balizagem no principado de Calígula, concluindo trabalhos iniciados anteriormente a partir da fronteira setentrional lusitana.

O trajeto até ao Douro inclui ainda dois casos a exigir análise cuidadosa. O primeiro é o desacreditado miliário do Castro de S. Gião, Souto da Branca, dado a conhecer por Frei Bernardo de Brito e, talvez

só por essa razão, considerado falso (*CIL* II 442*). Publicámos recentemente um artigo onde julgamos demonstrar a fiabilidade da informação do monge de Alcobaça (MANTAS, 2019b: 224-227), apesar das dificuldades que a epígrafe, perdida, suscita: [...] CO(n)S(uli). VI. / T(ribunicia) P(otestate). IX. P(ater). P(atriciae) / [...] VAC(ua). XII. M(illia). P(assuum). A titulatura não representa problema de maior, pois se não encontramos nenhum imperador que tenha sido cônsul pela sexta vez ao mesmo tempo que revestido do poder tribunicio pela nona vez, podemos atribuir esta discordância a dificuldades de leitura ou à falta de letras. Se tomarmos como bom o ordinal IX, a inscrição poderá referir Vespasiano ou Tito (CAGNAT, 1914: 189).

Todavia há um pormenor na epígrafe que sugere uma datação júlio-cláudio, mais de acordo com os miliários vizinhos conhecidos. Na verdade, a menção do consulado antes do poder tribunicio encontra-se com frequência e exclusivamente em miliários hispânicos de Augusto, Tibério, Calígula e Cláudio. Muito menos vulgar é a menção do ponto de partida ou chegada do troço da via em que se integrava o miliário. Se a leitura correta corresponde a VAC(ua), então o número de milhas referido, XII, equivalentes a pouco menos de 18 quilómetros, leva-nos a considerar tratar-se do rio Vouga, como pensava Frei Bernardo, ou o *Oppidum Vacca*, que julgamos situado no Cabeço de Vouga e local de uma importante estação viária, o que justificaria esta inusitada indicação miliária (MANTAS, 1996: 611-617). Finalmente, ao indicar a existência de um miliário no Monte de S. Julião, numa época em que se não conhecia nenhum monumento deste tipo para a estrada *Olisipo – Bracara* a sul do Douro, Bernardo de Brito contrariava a sua proposta de localizar *Talabriga* em Aveiro, dado que o local indicado define um traçado viário alheio à pretendida localização, antes pertencente a um bem conhecido troço da estrada *Olisipo – Bracara*, não muito distante dos miliários de Ul e de Adães (ALMEIDA, 1956: 111-116).

Antes da travessia do Douro encontramos outro miliário, pertencente a Caracala, ou melhor, um fragmento que Martins Capela incluiria nas suas *migalhas de epigrafia*, ainda assim merecedor de atenção. É um troço reutilizado, achado em Tartomil, Valadares, para onde foi transportado como material de construção. De pequenas dimensões o que sobreviveu do texto é pouco, mas claro: [...] / [DIV]I. ANTONINI. PI[I PRONEPOTI] / [DIVI H]ADRIANI . ABN(E)P[OTI] [...]. Não se trata, seguramente, de um monumento honorífico, tanto mais que os marcos deste imperador indicam sistematicamente as distâncias.

Até aqui, tudo bem (LEITE, BEITES e COELHO, 2012-2013: 49-60). Mais complicada nos parece a atribuição do marco a uma estrada secundária, pelo litoral, de norte para sul, sem objetivo definido. A existência deste caminho em si mesmo não levanta problema de maior, mas atribuir o marco a uma estrada secundária que não conduz a nenhum centro populacional significativo parece muito difícil. Dado tratar-se de um fragmento deslocado de local desconhecido, talvez mais do que uma vez, parece-nos preferível atribuí-lo à estrada *Olisipo – Bracara*, cujo traçado corre uns cinco quilómetros a nascente de Tartomil e a menos de dois de Valadares. A repartição dos marcos de Caracala, nitidamente marcados por ditames de ordem política, como os seus textos comprovam, não ocorre normalmente sobre *viae vicinales*.

Entramos agora, em sentido inverso, na via *Bracara – Cale*, percurso que conta quase, em média, com um miliário por cada milha. Seleccionamos quatro miliários, pelo seu valor informativo e pelos problemas que envolvem. O primeiro destes monumentos é o marco de Constante, não de Constantino, achado juntamente com o padrão viário de Licínio (*CIL* II 6213) na demolição da velha ponte da ribeira de Sedões, lugar da Trofa Velha, freguesia de Santiago de Bougado, Santo Tirso, entre 1844 e 1846. É um miliário de má qualidade, por vezes atribuído a Constantino, com erros ortográficos e que sofreu várias andanças (MANTAS, 1996: 360-364) Procurado em vão em 1861 por Hübner na Barca da Trofa, foi levado para a aldeia de Antomil (Lantemil), não muito afastada da ponte de Sedões, onde se encontrava em 1882, regressando à nova ponte entre esta data e 1884. Encontra-se agora na Casa da Cultura da Trofa, finalmente a salvo dos perigos da EN 14.

O texto é o seguinte: IMPERATORI CAESARI / DOMINO NOSTRO / [FLA]VIO IVNIO CONS/TANTI MAXIMO / VICTORII ACTRIUM/FATORI AVGVSTO / DIVI CONSTANTINI / ET VALE-RI(i) MAX[I]/MIANI NEPOTI / DIVI CLAVDI(i) / PRONEPOTI / A BRAC(ara) / M(illia) P(assuum) XXI. Os miliários de Constante são raros na Hispânia, registando-se um em Braga, de proveniência desconhecida e texto muito diferente. A sua colocação, cerca de 340, junto a um local de passagem obrigatório, compreende-se facilmente. Quanto à leitura da distância, o numeral XXI é ainda visível e corresponde, melhor que a leitura XI proposta por Soromenho a Hübner à implantação original do miliário, a 31 quilómetros de Braga, possivelmente junto ao rio Ave. Trata-se de uma informação importante para a reconstituição do traçado.

O segundo miliário escolhido neste troço da estrada é o grande marco (267x74 cm) conservado como pilar de varanda no pátio da casa da Quinta de Santa Catarina, freguesia de Cabeçudos, concelho de Vila Nova de Famalicão (*EE VIII 206*). Não é possível determinar o local de origem deste notável monumento viário do imperador Caracala, certamente não muito afastado da casa onde foi reutilizado e onde permanece como um dos testemunhos mais impressionantes da estrada (FIG. 10). A paginação é má, mas a translineação respeitou cuidadosamente a integridade das palavras. Um elemento interessante encontra-se na inusitada denominação do gentílico de Adriano: DIVI EL HADRIANI ABNEP, utilizando o gentílico de nascimento de Adriano, neste caso AEL(ii).

Vejamos o texto, bom exemplo da minuta dos miliários deste imperador preocupado com a legitimação: IMP(eratori). [CAES(ari). D]IVI SEVERI FI[L(io)] / DIVI M[ARCI] ANTONINI N[EP(oti)] / DIVI [ANTON]INI PI (sic) PRONEP(oti) / DIVI EL(ii) [HADRIA] NI ABNEP(oti) / DIVI TR[AIANI PA]RT(hici) ET / DIVI N[ERVAE] ADNEP(oti) / M(arco). AVR[ELIO] ANTONINO PIO FEL(ici) AVG(usto) / PART(hico) [MAX(imo)] / BRITA[N(nico) M]AX(imo) / GERM[ANICO] MAX(imo) / PONTI[fici] MA]X(imo) / TRIBVNI[CIA P]JOT(estate) XVII / IMP(eratori) III [CO(n)S(uli) / III]I. PTOCO(n) S(uli) (sic) / A BRA[CARA] AVG(usta) / M(illia) P(assuum) X[VI]. A titulatura permite datá-lo de 213 e a indicação miliária, que reconstituímos como XVI milhas, por observação direta do marco (MANTAS, 1996: 371-375; RODRÍGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA e ÁLVAREZ AZOREY, 2004: 623-624), concorda com o trajeto da estrada até Braga, bem como com a posição relativa de outros miliários com indicação de distância conhecida.

Dos vários miliários de Adriano conhecidos nesta via, alguns apresentam problemas intrincados. É o caso do miliário que, no século XVI, se encontrava, segundo o Doutor João de Barros, na aldeia chamada Villanova de Famalicão, em huma casa do duque de Barcellos (BARROS 1549). Pensamos, como Martins Sarmiento, que este monumento (*CIL II 4737*) é o mesmo que Serra Craesbeck viu, em 1724, já praticamente destruído, na adega de uma casa de Vila Nova de Famalicão (*CIL II 4739*), duplicações que se verificarão também em relação a outros marcos de Adriano na mesma zona (*CIL II 4738 = 4752*). Os miliários de Vila Nova de Famalicão revestem-se de bastante importância por contarem com um exemplar da série de Adriano com epígrafe ligeiramente dife-

rente das restantes e por referirem a milha XII e, como julgamos, a milha XIII, ambos situados na zona de Santiago de Antas, do último dos quais (*CIL* II 4737 = 4739) reconstituímos o texto provável: IMP(*eratori*). CAESARI. TRAIANO. HA/DRIANO. AVG(*usto*). PONT(*ifici*). MAX(*imo*) / TRIB(*unicia*). POT(*estate*). CO(*n*)S(*uli*). III. IMP(*eratori*). II. A / BRACA[R]A [AV]G(*usta*) m(*illia*). P(*assuum*). XIII.

A falta de referência ao número de vezes que o imperador revestiu o poder tribunicio e a ausência das siglas P.P., indicativas do epíteto honorífico Pai da Pátria, presentes nos restantes miliários da série, sugerem claramente que não se trata de um problema de transcrição. A indicação IMP. V resulta seguramente de um lapso, que não é inédito (*CIL* II 2014) ou de um problema de leitura de Barros. O esquema de paginação, cuidadosamente repetido em todos os outros marcos da série, alternando a extensão das linhas com fins estéticos, oferece, neste caso, uma paginação tipo caixa. Assim, temos uma epígrafe diferente, num marco que pode anteceder os demais de Adriano ou, pelo contrário, lhes é ligeiramente posterior, destinado a divulgar a segunda aclamação imperial de Adriano, em 135, como cremos.

Um problema que nos parece mais grave é o da indicação da distância neste miliário, tradicionalmente considerada como de VIII milhas. Com efeito, ainda que alguns miliários tenham sido afastados dos locais em que foram levantados, não nos parece viável tal hipótese neste caso, dado que os restantes marcos achados na zona não se encontravam muito longe da estrada, como prova o miliário da milha XII (*CIL* II 4738), também registado em Vila Nova de Famalicão, cuja indicação de distância terá sido alterada para XIII, por regravação em Braga (FIG. 11), como cremos, e o marco da milha XIII na Portela de Baixo (*CIL* II 4740). Assim, julgamos perfeitamente aceitável corrigir a leitura de Barros de VIII para XIII, o que coloca este miliário muito perto de Santiago de Antas e de outros padrões de Adriano deste troço da estrada (MANTAS 2015: 238-239; RODRÍGUEZ COLMENERO, FERRER SIERRA e ÁLVAREZ AZOREY, 2004: 619).

A análise de outros marcos permitiria abordar novas questões epigráficas mas, como dissemos, esta comunicação não pretende ser um catálogo exaustivo dos monumentos das várias estradas do itinerário *Olisipo – Bracara*. Todavia, por ser pouco vulgar na Hispânia a indicação do término da estrada, incluiremos ainda o miliário de Adriano que marcava o início da via *Bracara – Cale*: IMP(*eratori*). CAESARI / TRAIANO. [H]ADRIANO / AVG(*usto*) / PONTIF(*ici*). MAX(*imo*) /

TRIB(*unicia*). POTEST(*ate*). XIX / CO(n)S(*uli*). III . P(*atri*). P(*atriae*) / A BRACARA. AVG(*usta*) / [A]D [C]ALE[M]. M(*illia*). P(*assuum*). XXXV.

Na falta do monumento, dado a conhecer por D. Rodrigo da Cunha (*CIL* II 4748) temos que restringir os nossos comentários. A paginação repete a que se encontra nos restantes miliários de Adriano pertencentes a esta série, da qual será o mais recente. O texto distribui-se, como nos outros miliários, por oito linhas, seguramente de acordo com o eixo de simetria e alternando a extensão das linhas. É provável que os padrões fossem colocados à medida que a frente de trabalho avançava, neste caso de *Cale* para *Bracara*, correspondendo a fase final da balizagem já ao décimo nono poder tribunício de Adriano, o qual se situou entre 10 de dezembro de 134 e 9 de dezembro de 135. O miliário marcava a saída da estrada para *Cale*, muito provavelmente na extremidade da antiga Rua da Cruz da Pedra, perto da atual Rua do Caires.

Hübner sugeriu, sem razão, que a indicação do final da via seria uma interpolação. Na realidade, não vemos qualquer interesse por parte de D. Rodrigo da Cunha em inventar esta referência. O melhor argumento a favor da veracidade desta informação é oferecido por outra inscrição viária, também de Braga e de Adriano (FIG. 12), felizmente conservada, com menção da distância até Astorga (*CIL* II 4747). Ambos os limites indicados nos miliários de Braga correspondem a locais importantes do ponto de vista administrativo: a fronteira da província Tarraconense, no caso de *Cale*, e uma capital conventual, *Asturica*, no caso do miliário da *Via Nova*. Esta circunstância comprova a importância de Braga como grande centro viário, evidente no texto do *Itinerário de Antonino*, e destaca o cuidado posto pela administração, na época de Adriano, imperador a quem devemos atribuir também o recente miliário truncado de Barca (RIBEIRO, 2016: 9-22), na manutenção e aperfeiçoamento da rede viária hispânica.

Do que vimos conclui-se facilmente que a rede viária oferece um ambiente complexo, onde convergem diversos fatores, ambiente dotado de uma dinâmica muito ativa e que acompanhou e refletiu as mudanças sofridas pelo Império, simultaneamente como fator e sujeito da romanização. Basta atentar à qualidade dos miliários do Alto Império, de Tibério, Calígula e Adriano para, comparando-os com os que representam governantes, uns mais legais que outros, do Baixo-Império,

nos apercebermos de mudanças essenciais, campeando nos últimos, de uma maneira geral, uma estética e ortografia brutescas, sinal de tempos novos. Um simples gráfico dos miliários permite verificar que os governos de Adriano e de Caracala correspondem, seguramente, a uma época de trabalhos viários significativos, provavelmente continuados ao longo do século III, para no século IV depararmos com testemunhos que parecem mais relacionados com preocupações políticas, com uma ou outra exceção (FIG. 13).

Infelizmente são numerosos os miliários aos quais não se pode ligar um nome, uma dezena, o mesmo se estendendo à transmissão das milhas, que apenas ocorre, completa ou em parte, em 17 miliários, o que corresponde a 33% do total. A localização dos miliários, quando oferece alguma certeza quanto ao seu local de origem, permite esboçar um quadro da geografia política das *civitates*, mais que as indicações do *Itinerário de Antonino* quanto à localização das *mansiones*, pois as milhas indicadas ultrapassam as fronteiras sem as indicarem.

Tomemos o caso do troço *Olisipo – Scallabis*, que soma 62 milhas, correspondendo bem à distância entre Lisboa e Santarém. Onde situar a fronteira? Decerto não em *Ierabriga*, cuja localização exata se apresenta como um *dossier* ainda aberto à investigação (COSTA, 2010; GUERRA, 2018: 57-58), o mesmo para a obscura *Talabriga* (ALARCÃO, 1988: 45; MANTAS, 2012: 193-197), para a qual a combinação dos dados do *Itinerário de Antonino* e dos miliários não se acomoda a uma localização no Cabeço do Vouga, apesar de algumas tentativas pouco satisfatórias no sentido de provar essa localização (LOPES, 2000: 191-258), que certamente resolveria alguns problemas deixando outros em aberto. Só a descoberta de novos miliários permitirá, um dia, resolver satisfatoriamente estas e outras questões. Os achados de Almoínhas, Quinta de Santa Teresa, Conímbriga (*FE* 202 737), Tartomil e Barca mostram que tais descobertas continuam possíveis e que o conhecimento se adquire acumulando informação. Assim os monumentos se encontrem razoavelmente conservados, de preferência com indicação de distâncias!

Todavia, apesar dos progressos verificados no estudo das vias romanas nas últimas décadas, devemos aceitar que o historiador, que não podemos dissociar do arqueólogo, nem sempre se revela o *profeta ao invés* evocado por Friedrich von Schlegel, uma vez que se encontra limitado pelos dados disponíveis e a sua visão, mesmo quando totalmente isenta e rigorosa, dificilmente poderá atingir o conhecimento

completo do passado, o que contraria, naturalmente, os facilitismos cultivados por certa divulgação atual. Este aspeto, com que nos defrontámos várias vezes, honestamente sublinhado numa recensão de Christian Cloppet acerca de uma obra nossa sobre as vias da Lusitânia (CLOPPET, 2016: 251-254), dificulta especialmente as sínteses, necessárias mas sempre sujeitas a omissões, o que aconselha estudos centrados numa determinada estrada, desde que as fontes e a investigação no terreno o permitam.

Mesmo a definição do local original dos miliários deslocados é por vezes muito difícil, ou simplesmente impossível, agravando o estudo dos traçados viários, tão dependentes dos contributos epigráficos quando os vestígios materiais da estrada faltam ou se revelam obscuros, justificando uma investigação contínua no sentido de colmatar lacunas, por vezes dissimuladas nos mapas que se vão traçando desta ou daquela estrada. Com efeito, raramente se pode considerar definitivo qualquer estudo sobre vias romanas, mesmo em regiões onde os seus vestígios são numerosos, evidentes e inquestionáveis, o que nem sempre é o caso do itinerário *Olisipo – Bracara*, salvaguardando a relativa abundância dos seus miliários e o contributo facultado pela fotografia aérea, especialmente através do voo americano de 1958. Recordamos que, logo em 1959, Bandeira Ferreira sublinhou o valor da fotointerpretação no estudo das vias romanas (FERREIRA, 1959: 168-195), metodologia que infelizmente teve fraca adesão em Portugal até pelo menos aos anos 80 do século passado, perdendo-se muitas oportunidades de obter progressos significativos na arqueologia da paisagem, antes do reinado da arqueogeografia, onde não faltam textos *ad hominem*, que nos parecem refletir querelas de além Pirenéus.

Iniciámos este artigo com uma referência à função civilizadora da Romanidade, hoje tão absurdamente criticada por revisionistas de limitada e retorcida visão. Melhor fariam se tivessem em conta a ubiquidade da presença de elementos culturais da Antiguidade Clássica dispersos um pouco por toda a literatura, testemunhos do seu valor e intemporalidade, mesmo em contextos inesperados, como num conto de Jack London em que se descreve a luta pela sobrevivência de um homem no inferno gelado do Grande Norte, desprovido de estradas e de abrigos: *Parecia-lhe que deslizava sobre a superfície, sem ligação com a terra. Uma vez vira algures a imagem de um Mercúrio alado e perguntou-se se o deus mitológico teria a mesma sensação de deslizar sobre o chão* (LONDON, 2020: 218).

É exatamente o valor humanista da Romanidade, pois encontramos o homem como motivo da ação e congregado numa grande comunidade de destino, que foi sublinhado de forma concisa e insuspeita por um monge francês perambulando por terras lusitanas quinze séculos depois, aludindo aos miliários que viu em terras transtaganas: *Diz-se que foi Júlio César Augusto quem ordenou a colocação destas colunas quando percorreu as Hispânicas, pensando nos perigos que correriam aqueles que no futuro por lá passassem* (BRONSEVAL, 1970: 501-503).

BIBLIOGRAFIA

AE = *Année Épigraphique*. Paris.

ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O domínio romano em Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

ALARCÃO, Jorge de (2004) – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7 (1), pp. 325-330.

ALARCÃO, Jorge de (2018) – *A Lusitânia e a Galécia. Do Séc. II a.C. até ao Séc. VI d.C.*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

ALMEIDA, Fernando de (1953) – Terminus augustalis entre Talabriga e Langobriga, *O Arqueólogo Português* 2ª série 2, pp. 209-212.

ALMEIDA, Fernando de (1956) – Marcos miliários da via romana Aeminium-Cale, *O Arqueólogo Português* 2ª série 3, pp. 111-116.

ARIAS, G. (1963) – El secreto de Antonino, *El Miliario Extravagante* 2, pp. 18-36.

AZEVEDO, L. Marinho de (1652) – *Primeira parte da fundação, antiguidade e grandeza da mui insigne cidade de Lisboa*, 3, Lisboa: Officina Craesbeckiana.

BARADEZ, Jean (1959) – Réseau routier de commandement, d'administration et d'exploitation de la zone arrière du limes de Numidie, in *Limes-Studien*, Basilea: Verlag des Institutes für Ur-und Frühgeschichte der Schweiz, pp. 19-33.

BARATTA, Giulia (2001) – *Il culto di Mercurio nella Penisola Iberica*, Barcelona: Universitat de Barcelona.

BARCACILA, A. (1966) – Les piliers du pont de Trajan sur la rive gauche du Danube et la scène CI de la Colonne Trajan, *Studii si Cervetari de Istorie Veche* 17, pp. 645-663.

BARROS, João de (1549) – *Livro das antiguidades e cousas notáveis de Entre Douro e Minho e de outras muitas de Hespanha e Portugal*, Ms. B.N., A4, 27.

BERMEJO BARRERA, J. C. (1986) – Los dioses de los caminos, in *Mitologia y mitos de la Hispania Prerromana* 2, Madrid: Akal.

BRĂȚIANU, G. I. (1988) – *Une énigme et un miracle historique: le Peuple Roumain (édition soigné, préface, étude et notes par Stelian Brezeanu)*, Bucarest: Editura Stiintifica si Enciclopedica.

- BRAZUNA, Sandra e COELHO, Manuela (2012) – A villa das Almoínhas (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização, *Cira Arqueológica* 1, pp. 103-114.
- BRONSEVAL, Claude de (1970) – *Peregrinatio Hispanica* (introdução, tradução e notas de Dom Maur Cocheril) 2, Paris: Presses Universitaires de France.
- CAGNAT, René (1914) – *Cours d'épigraphie latine*, Paris: Fontemoing.
- CAPELA, M. Martins (1895) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto: Artur José de Sousa & Irmão.
- CIL= *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlim.
- CLOPPET, Christian (2016) – Comptes Rendus [As vias romanas da Lusitânia], *Latomus* 75 (1), pp. 251-254.
- COSTA, M. Esteves (2010) – *Redes viárias de Alenquer e as suas dinâmicas: um estudo de arqueogeografia*, Coimbra: Faculdade de Letras.
- CUNHA, Armandino; d'ENCARNAÇÃO José; SANDE LEMOS, F. (2005) – Ara aos Lares Viales, de Bracara Augusta, *Forum* 37, pp. 147-155.
- EE = *Ephemeris Epigraphica*. Berlim.
- ÉTIENNE, Robert *et al.* (1976) – *Fouilles de Conimbriga. Épigraphie et sculpture* 2, Paris: De Boccard.
- FERNANDES, Luís (2002) – Genii, Lares e Tutela na província da Lusitânia, in RIBEIRO, J. C., coord. – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 179-188.
- FERREIRA, F. Bandeira (1959) – Ab Olisipone Salaciam, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 3ª série 3, pp. 168-195.
- FE = *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra.
- FILGUEIRAS, M. Portela (1984) – Los dioses Lares en la Hispania romana, *Lucentum* 3, pp. 153-181.
- FREITAS, R. Bairrão de (2017) – Reavaliação das centuriacões propostas para o território de Conimbriga: uma abordagem arqueogeográfica, *Al-madan* 2ª série 21 (3), pp. 115-121.
- GALINSKY, K. (1996) – *Augustan culture: an interpretive introduction*, Princeton (NJ): Princeton University Press.
- GARCÊS, F.; TEIXEIRA E SOUSA, J. M. Cordeiro de (1927-1928) – Inscrições romanas do Museu do Carmo, *Arqueologia e História* 6, pp. 16-24.
- GUERRA, Amílcar (1995-1997) – A respeito do nome de Vila Franca de Xira, *Cira* 7, pp. 155-167.
- GUERRA, Amílcar (2012) – O troço inicial da Via Olisipo-Bracara e o problema da localização de Ierabriga, *Cira Arqueologia* 1, pp. 24-40.
- GUERRA, Amílcar (2018) – O contributo da epigrafia de Olisipo e do seu território para estudo da mobilidade no período romano, *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa* 2, pp. 50-61.
- HOLANDA, Francisco de (1984) – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* (introdução, notas e comentários de J. Felicidade Alves), Lisboa: Livros Horizonte.

- LEAL, Pinho (1882) – *Portugal Antigo e Moderno*, 10, Lisboa: Editora de Matos Moreira & Cardosos.
- LEITE, Joana; BEITES, Alexandre; COELHO, Armando (2012-2013) – Um marco miliário de Caracalla, em Vila Nova de Gaia, no contexto do noroeste peninsular, *Oppidum* 6, pp. 49-60.
- LEMCKE, Lukas (2016) – *Imperial Transportation and Communication from the Third to the Late Fourth Century: The Golden Age of the cursus publicus*. Bruxelas: Éditions Latomus.
- LONDON, Jack (2020) – *A fogueira e outros contos*, Lisboa: Antígona.
- LOPES, L. Seabra (2000) – A estrada Eminio-Talábriga-Cale. Relações com a geografia e o povoamento de Entre Douro e Mondego, *Conimbriga* 39, pp. 191-258.
- LOT, Ferdinand (1968) – *La fin du monde antique et le début du moyen âge*, Paris: Albin Michel.
- MANTAS, Vasco (1996) – *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, 1-2, Coimbra, Faculdade de Letras (dissertação de doutoramento policopiada).
- MANTAS, Vasco (2010) – Os Lares Viales na Lusitânia, *Vialibus* 2, pp. 13-34.
- MANTAS, Vasco (2012) – *As vias romanas da Lusitânia*, Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- MANTAS, Vasco (2015) – Os miliários de Adriano da via Bracara-Cale, *Portugália* 36, pp. 231-248.
- MANTAS, Vasco (2017) – O miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados, *Cira Arqueológica* 5, pp. 76-85.
- MANTAS, Vasco (2018) – O município de Felicitas Iulia Olisipo e as viagens por terra e por mar, *Fragmentos de Arqueologia de Lisboa* 2, pp. 37-51.
- MANTAS, Vasco (2019a) – A política viária de Augusto na Lusitânia, in NOGALES BASARRATE, Trinidad; BARRERO MARTÍN, Nova, eds., *La fundación de Augusta Emerita y los orígenes de Lusitania*, Monografías Emeritenses 11, pp. 190-221.
- MANTAS, Vasco (2019b) – Eruditos, falsificações e miliários, *Biblos* 3ª série 5, pp. 197-231.
- MANTAS, Vasco (2020) – Notas acerca de um miliário de Probo em Santarém, *Mátria Digital* 7, pp. 39-61.
- MENDES, Henrique; PIMENTA, João (2008) – A escavação de um troço da Estrada romana Olisipo – Scallabis em Vila Franca de Xira, in *Conhecer o Património. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 163-169.
- MILLER, K. (1962²) – *Die Peutingersche Tafel*, Estugarda, Brockhaus.
- PHARR, Clyde; et al. (2008¹⁰) – *The Theodosian Code and Novels and the Sirmondian Constitution. Translation, commentary and bibliography*, Clark: The Lawbook Exchange.
- PIMENTA, João et al. (2015) – *O sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos. Vila Franca de Xira. Em busca de Ierabriga*, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

- PIMENTA, João; MENDES, Henrique (2019) – De Olisipo a Scallabis, in CARDOSO, Guilherme; NOZES, Cristina, coords. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O Ager Olisiponensis e as estruturas de povoamento*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 42-54.
- PLÍNIO-O-MOÇO (1915) – *Epistulae* 2 (W. L. Hutchison, ed.), Cambridge (MA): Harvard University Press.
- PLÍNIO-O-VELHO (1967) – *C. Plinii Secundi Naturalis Historiae Libri XXXVII* (L. Jan e C. Mayhoff, eds.), Estugarda: Teubner.
- POLÍBIO (1977) – *Histoires* (R. Weil e Cl. Nicolet, trads.), Paris: Les Belles Lettres.
- PUERTA TORRES, Carmen (1995) – *Los miliarios de la Vía de la Plata*, 1-2, Madrid: Universidad Complutense.
- REDENTOR, Armando (2017) – *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus. Percursos pela sociedade brácaro na época romana*, 1-2, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- RIBEIRO, J. Cardim (1982-1983) – Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelus Caudicus, *Sintria* 1-2, pp. 151-476.
- RIBEIRO, André (2016) – O marco miliário de Barca, concelho da Maia. Contributo para o estudo da rede viária de época romana, *Revista da Maia* 1, pp. 9-22.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S.; ÁLVAREZ ASOREY, R. (2004) – *Miliarios e outras inscrições viárias romanas do Noroeste Hispánico*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1971) – *Iter ab Emerita Asturicam. El camino de la Plata*, Salamanca: Universidad de Salamanca.
- ROLDÁN HERVÁS, J. (1975) – *Itineraria Hispanica. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Madrid, Anejos de Hispania Antiqua.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (2005) – El camino de la Plata. Estado de la cuestión, *Anas* 18, pp. 11-27.
- SAAVEDRA, Eduardo (1862) – *Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia en la recepción pública de Don Eduardo Saavedra el día 28 de Diciembre de 1862*, Madrid: Imprenta de Manuel Galiano.
- SCHNETZ, Joseph (1990²) – *Ravennatis Anonymi Cosmographia et Guidonis Geographica*, Itineraria Romana 2, Estugarda: B. G. Teubner
- SILLIÈRES, Pierre (1990) – *Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*, Paris: De Boccard.
- SILVA, A. C. Ferreira da (2015) – As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e epigrafia dos Turduli Veteres, *Estudos do Quaternário* 13, pp. 68-74.
- SOLANA SAINZ, J. M.; SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L. (1998) – *La política viária en Hispania. Siglos I-II d.C.*, Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid.
- SOLANA SAINZ, J. M.; HERNANDEZ GUERRA, L. (2002) – *La política viária en Hispania. Siglo III d. C.*, Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid.
- SOLANA SAINZ, J. M.; SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L. (2008) – *La política viária en Hispania. Siglos IV d.C.*, Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid.
- SUSINI, G. C. (1982) – *Epigrafia romana*, Roma: Editoriale Jouvence.

TUDOR, D. (1974) – *Les ponts romains du Bas-Danube*, Bucareste: Editura Academiei Republicii Socialiste Romania.

USAF = *United States Air Force*.

VASCONCELOS, J. Leite de (1913) – *Religiões da Lusitânia* 3, Lisboa: Imprensa Nacional.

VERNET GINÉS, J. (1960) – Toponimia arábica, in *Enciclopedia Lingüística Hispánica* 1, Madrid: CSIC.

WESSELING, Peter (1735) – *Vetera Romanorum Itineraria sive Itinerarium Antonini Augusti*, Amesterdão: J. Wetstein & G. Smith.

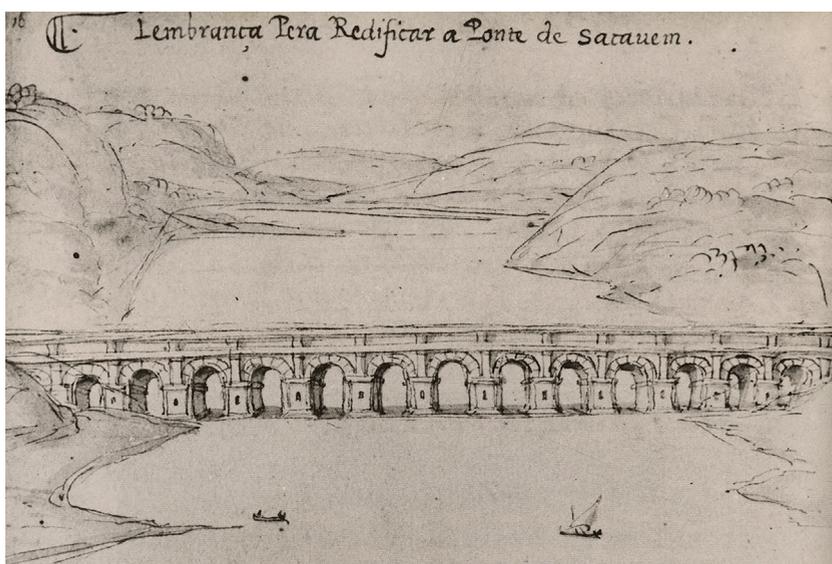


FIG. 1 – Reconstituição imaginária da ponte de Sacavém por Francisco de Holanda (f.22v).

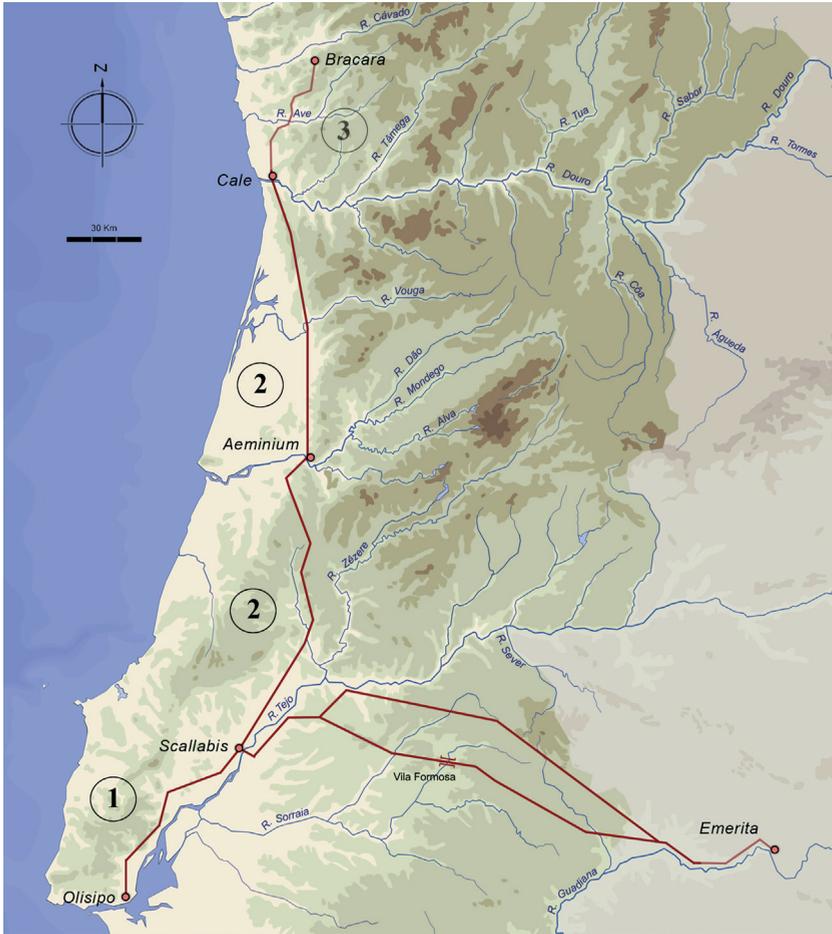


FIG. 2 – As três secções principais do grande itinerário composto Olisipo – Bracara.

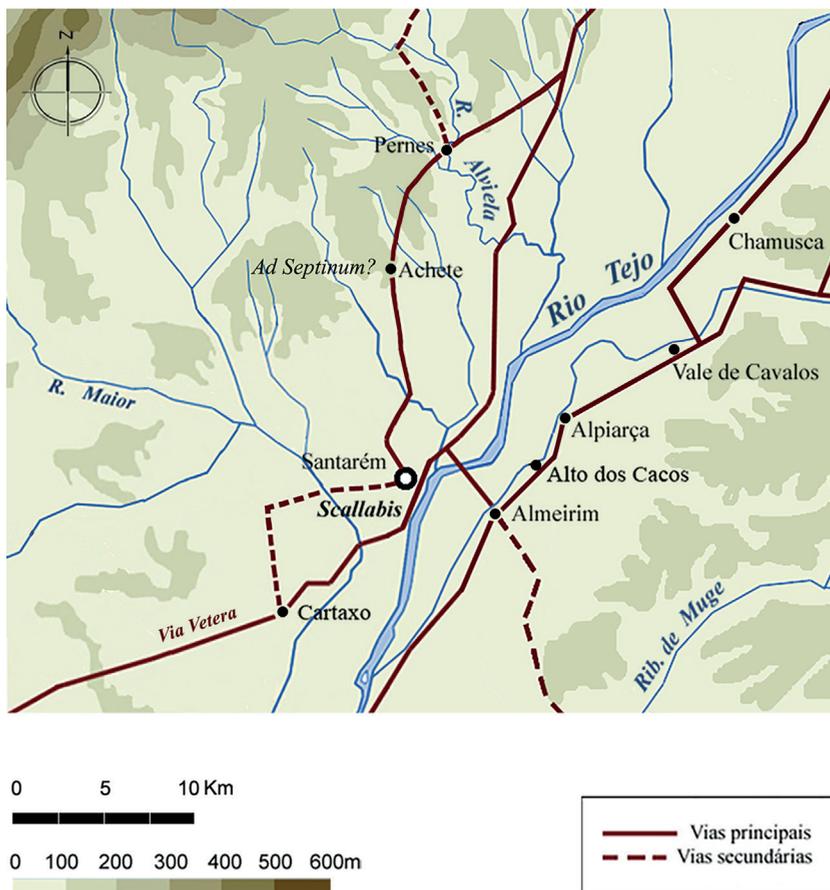


FIG. 3 – A rede viária centrada em Scallabis, onde o itinerário para Bracara se separava das estradas para Emerita.



FIG. 4 – O marco miliário de Ul, em Oliveira de Azeméis (fotos Delfim Ferreira e Câmara Municipal).



FIG. 5 – A árula dos Lares Viais achada no fórum de Conimbriga
(foto Delfim Ferreira).



FIG. 6 – Mapa geral da repartição dos miliários conhecidos no itinerário Olisipo – Bracara.



FIG. 7 – Os miliários de Almoínhas no momento da sua descoberta
(foto Museu Municipal de Loures).

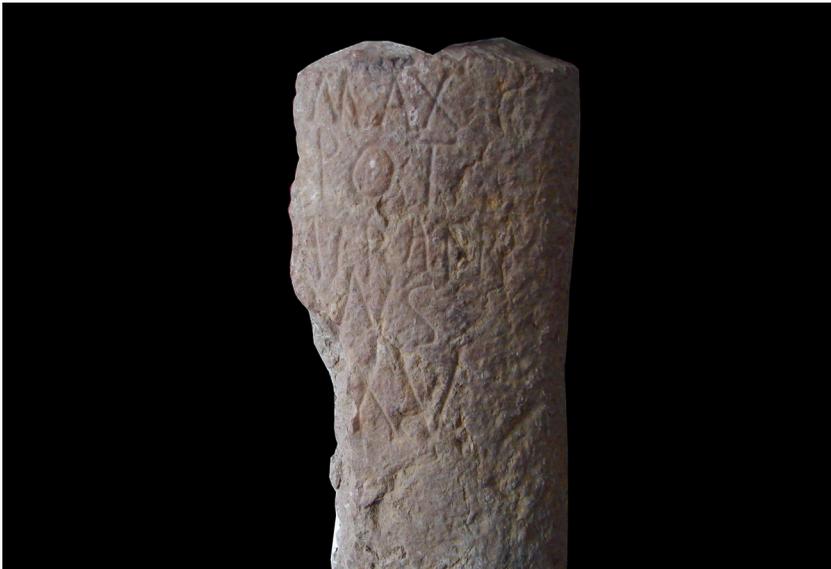


FIG. 8 – O miliário da Quinta de Santa Teresa, Alenquer (foto João Pimenta).

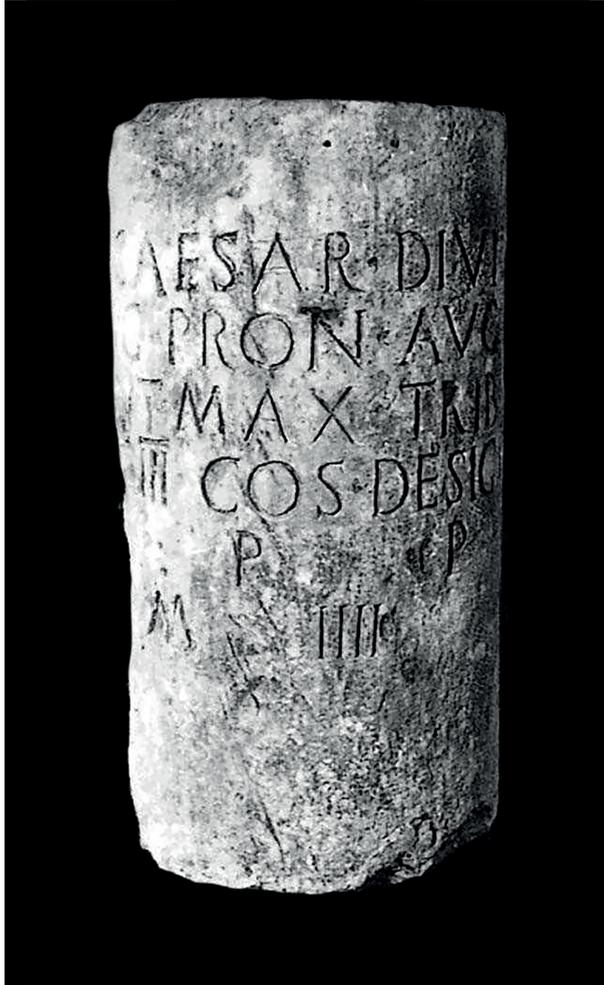


FIG. 9 – O miliário de Calígula achado em reutilização em Coimbra
(foto Vasco Mantas).



FIG. 10 – O grande miliário de Caracala, reutilizado na Quinta de Santa Catarina (foto Vasco Mantas).

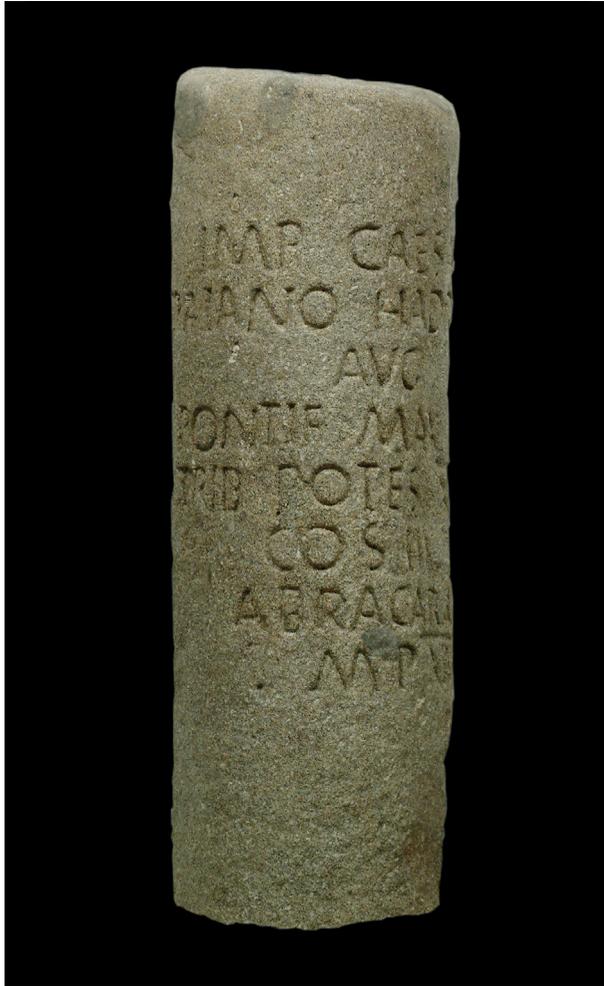


FIG. 11 – *Miliário de Adriano, regravado, no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga (foto Vasco Mantas).*



FIG. 12 – Miliário de Adriano, com indicação da distância até Asturica
(foto Museu D. Diogo de Sousa).

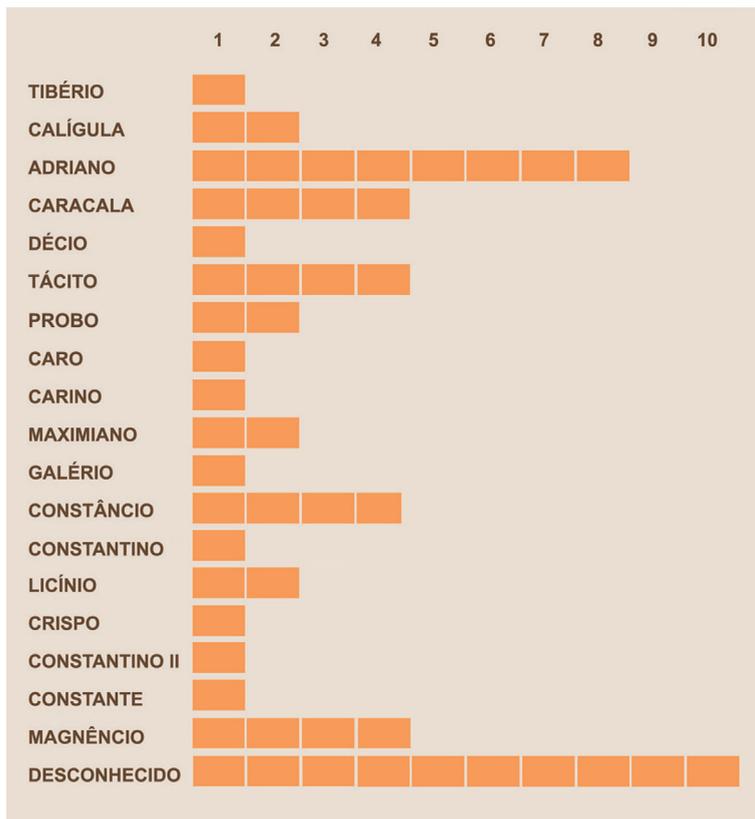


FIG. 13 – Gráfico dos miliários do itinerário Olisipo – Bracara, por imperadores.

TÂNIA MANUEL CASIMIRO
Universidade Nova de Lisboa, HTC/IAP – FCSH
tmcasimiro@fcsh.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-9471-6194>

JOÃO PEDRO GOMES
Universidade de Coimbra, CECH
jpdrgms@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0153-7147>

FORMAS E SABORES: ALIMENTAÇÃO E CERÂMICA EM PORTUGAL
(SÉCULOS XVI - XVIII).

SHAPES AND FLAVOURS: FOOD AND CERAMIC IN PORTUGAL
(16TH TO 18TH CENTURY)
“Conimbriga” LXI (2022) p. 259-294

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_7

Texto recebido em / Text submitted on: 04/03/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 29/03/2022

RESUMO: A cultura material associada à produção e consumo de alimentos, nomeadamente a cerâmica, representa o maior volume dos conjuntos arqueológicos exumados em contextos portugueses de Idade Moderna. Panelas, tachos, frigideiras, pratos, tigelas ou salseiras, produzidos em cerâmica comum ou vidrada, testemunham tanto os distintos processos de preparação dos alimentos ou modos de apresentação destes à mesa, como as tecnologias de produção cerâmica disponíveis à época, as formas, decorações, origens e contextos de utilização dos objetos que a análise arqueológica, isoladamente, não permite entender na sua totalidade. Assim, e para o período moderno, apresenta-se como essencial

Conimbriga, 61 (2022) 259-294

o cruzamento dos dados arqueológicos com as fontes documentais coevas. Livros de receitas, registos de despesa, cartas, entre outros, permitem inferir um vasto leque de características: a que tipo de formas estariam associados determinados preparados culinários, de que forma eram servidos e acondicionados os alimentos ou qual o valor simbólico que determinadas peças teriam? Tenta-se assim uma aproximação semiótica à utilização da cerâmica em contexto alimentar no que respeita à sua forma, cor e mesmo odor que, no lato universo alimentar, despertaria diversos sentidos além do gosto.

PALAVRAS-CHAVE: Cerâmica; alimentação; arqueologia; documentação; Idade Moderna.

ABSTRACT: Material culture associated to food production and consumption, namely ceramics, represents the highest amount of archaeological finds to be recovered in Portuguese Early Modern contexts. Cooking pots, plates, bowls or sauce dishes, produced in glazed and unglazed pottery are the testimony of the process of food preparation and the ways these were served at the table as well as the technologies of pottery production, forms, decorations and origins, something that archaeology could not give an answer on its own. For the Early Modern age it is fundamental to cross information between archaeological and documental evidence. Cook books, expense records, and letters, among others allow to recognize the uses of the exhumated objects: to what shapes would certain recipes be associated, how were these served and what was the symbolic value of certain objects based on their form, colour or smell attributes that could touch several senses besides taste?

KEYWORDS: Ceramics; food; archaeology; documents; Early Modern Age.

FORMAS E SABORES: ALIMENTAÇÃO E CERÂMICA EM PORTUGAL (SÉCULOS XVI-XVIII)

Introdução

Os recipientes cerâmicos foram, durante a Idade Moderna portuguesa, fundamentais à manutenção da preparação e consumo de alimentos. Panelas, frigideiras, alguidares, púcaros, pratos, entre outros, faziam parte dos quotidianos dos habitantes das cidades e lugares do reino que com estas formas conviviam e partilhavam os ambientes domésticos. Mas para que serviam? Como e por quem eram usados? Estas aparentemente fáceis perguntas correspondem a um grande desafio. Arqueologicamente tais objetos são recuperados em todas as escavações arqueológicas de Idade Moderna, sobretudo associadas a contextos domésticos tais como casas ou lixeiras de edifícios religiosos que recolhem os lixos das atividades quotidianas. Mas a sua descoberta não é apenas material. Diversa é a documentação onde estes itens surgem, demonstrando-se fundamentais à manutenção do dia a dia em Portugal pois seria com eles que as pessoas cozinhavam, comiam, armazenavam, entre outras atividades.

O objetivo deste artigo é combinar as informações retiradas de peças identificadas em contextos arqueológicos datados dos séculos XVI a XVIII, e cruzar essa informação com referências documentais, obtidas através da leitura de diversos documentos coetâneos. A atribuição de um nome partirá sempre da documentação e nunca da designação atribuída na literatura arqueológica. Este seria o nome atribuído pelos seus utilizadores diretos. Mesmo assim reconhecemos que, à distância de tantos séculos, poderemos não conseguir fazê-lo tão corretamente como gostaríamos. Desta forma, o presente artigo é apenas uma tentativa de uniformização. Para o período moderno outros ensaios já ocorreram neste esforço (GOMES, 1996; SEBASTIAN, 2010; FERNANDES, 2012; MATA, 2012; BUGALHÃO e COELHO, 2017), destacando-se o

presente estudo por associar distintas evidências arqueológicas à leitura de um maior e mais diversificado conjunto de documentação coetânea dos conjuntos cerâmicos e de várias tipologias, nomeadamente administrativas, contabilísticas e culinárias, possibilitando leituras pluridimensionais da utilização dos objetos.

Muito embora evidências de objetos arqueológicos destinados ao consumo e preparação de alimentos sejam frequentes em todos os ambientes domésticos em Portugal, o presente trabalho assenta sobretudo nas evidências arqueológicas recuperadas particularmente na cidade de Lisboa, não ignorando, no entanto, coleções arqueológicas recuperadas em locais como Almada, Aveiro, Coimbra ou Palmela, entre outros. As razões para esta seleção são práticas. Enquanto os autores têm acesso direto a coleções recuperadas em Lisboa, utilizam informações publicadas sobre diversos sítios arqueológicos espalhados pelo país.

Não acreditando numa coesão nacional relativamente às formas, a preparação de alimentos e o tipo de produtos consumidos não era assim tão diferente de norte a sul do país, pelo que panelas, frigideiras, alguidares, púcaros e pratos, atendendo às diferenças regionais, serviam funções semelhantes.

Combinar informações arqueológicas e documentais não é uma tarefa fácil. Como se identifica que um objeto serviu para cozinhar, servir ou comer? Os nomes que se dão a muitos recipientes que utilizamos no nosso quotidiano ajudam a associar os itens estudados a certas funções, mesmo que as formas daqueles tenham mudado, sobretudo devido à adaptação aos novos fogões. Não podemos, no entanto, negar o facto de muitas destas peças conhecerem uma nomenclatura na bibliografia arqueológica que não corresponde àquela atribuída nos séculos aqui em apreço, refletindo sim a terminologia em uso no momento ou região em que o estudo de dada coleção foi efetuado.

Devemos ainda ter em atenção que cada contexto de onde estas peças são exumadas corresponde a realidades culturais, económicas e sociais distintas e que os objetos podem ter tido funcionalidades diferentes de acordo com os contextos. Se esta é uma possibilidade na louça de cozinha, é certamente uma realidade na louça de ir à mesa, considerando que importações tais como pratos e taças chineses, italianos ou espanhóis, tão frequentes em contextos mais ou menos abastados, são uma raridade ou mesmo ausência em contextos pobres (CASIMIRO *et al.*, 2019). Por outro lado, algumas peças produzidas em território portu-

guês poderiam ser consideradas louças de exceção, tais como objetos em louça vermelha produzidos em Lisboa, Montemor, Estremoz ou Coimbra, conhecidos pelo seu cheiro e sabor (NEWSTEAD e CASIMIRO, 2020).

As coleções recuperadas não correspondem a um único tipo de cerâmica, tendo de ser consideradas várias categorias. O tipo mais abundante é certamente a cerâmica não vidrada, ou fosca, conhecida documentalmente como “louça vermelha” ou “loiça de barro”. Esta corresponde à maior parte dos objetos identificados com a recuperação abundante de panelas, tachos, frigideiras, potes, cântaros, púcaros, talhas, entre diversas formas.

A cerâmica ou louça vidrada pode ser dividida em duas categorias. A cerâmica revestida a vidro de chumbo passa a ser conhecida, a partir do século XVI, e segundo a documentação, como cerâmica “malagueira” ou “loiça vidrada”, sendo sobretudo, mas não exclusivamente, utilizada na louça de cozinha e na louça de armazenamento ou de mesa. Panelas, jarros, taças, alguidares e potes encontram-se entre os objetos vidrados mais recorrentes. Ainda que se conheçam alguns vidrados castanhos, a maioria corresponde a vidrados verdes e amarelos.

Os vidrados estaníferos surgem na documentação como “louça branca”, “louça branca de talaveira”, “louça de malega”, “louça branca pintada” ou “louça de Veneza”. Esta seria branca ou decorada com pintura a azul, verde, roxo ou amarelo, com as mais variadas decorações, conjugando influências resultantes dos contactos internacionais dos portugueses.

Os documentos

Uma variada tipologia de documentos contribui para estabelecer uma relação entre as formas cerâmicas encontradas em contexto arqueológico e a sua utilização.

A documentação regimental/profissional é a que transmite informação mais precisa sobre as formas e tipologias produzidas em Portugal. Considerámos, para o estudo em questão, os regimentos dos oleiros e malagueiros de Coimbra (*Regimento de Malegieiros de 1556*, a *Vereação de 1571*, as *Taxas dos Oleiros de 1573* e as *Taxas dos ofícios dos Malegieiros de 1573*) (CARVALHO, 1921) e de Lisboa (*Regimento dos Oleiros de 1572*) (CORREIA, 1926), documentos que

apresentam detalhes descritivos sobre algumas tipologias de peças que permitem uma primeira aproximação ao universo de produções. Conhece-se documentação regimental para outras geografias, nomeadamente Lamego (1530), Guimarães (1552), Loulé (1555 e 1561), Funchal (1587), Elvas (1632) e Montemor-o-Novo (1646) (FERNANDES, 2012), sendo, todavia, documentação pouco pormenorizada na descrição das formas produzidas e, por tal, considerada aqui na perspetiva comparativa com o corpus selecionado de Lisboa e Coimbra, destacados centros produtores a nível nacional durante os séculos XVI a XVIII, não obstante a existência de outros, tal como Vila Nova.

Outro conjunto de documentos, de carácter mais privado e doméstico, remete para a efetiva circulação e utilização dos objetos. Para o presente estudo foram considerados os seguintes documentos, complementados com pontuais recursos a outras fontes da mesma natureza: o inventário testamental de D. Beatriz, mãe de D. Manuel, elaborado em 1507 (FREIRE, 1914); o registo de despesas da Casa Real de D. Catarina de Áustria, avó de D. Sebastião, referente ao mês de Maio de 1571 (CÂNDIDO, 2014); e os registos contabilísticos do Hospital Real de Todos-os-Santos (ANTT, Hospital de São José, liv. 762 e 763) para os anos de 1592 e 1593. Todos estes refletem a circulação comercial e o uso de objetos cerâmicos dentro de um contexto aristocrata urbano, abrindo maiores possibilidades de investigação quando correlacionados com conjuntos arqueológicos exumados na região de Lisboa.

Um último grupo de documentos permite contextualizar tanto os achados arqueológicos como as outras referências documentais. Tratam-se dos receituários culinários. Conhecem-se, atualmente, três documentos escritos em português para os séculos XVI e XVII, sendo dois manuscritos e um impresso: o denominado *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, à guarda da Biblioteca Nacional de Nápoles, transcrito e anotado por Giacinto Manuppella e Salvador Dias Arnaut (1967), recentemente reeditado (BRAGA, 2018), e cuja produção está associada ao círculo de D. Maria de Portugal, neta de D. Manuel I, que casa com Alexandre Farnésio, Duque de Parma e Placência, em 1565; o manuscrito 142 do Arquivo Distrital de Braga, inventariado no século XVIII no Mosteiro de Tibães e cuja produção se situará entre os séculos XVI e XVII (BARROS, 2013; RAMOS e CLARO, 2013), em provável ambiente religioso institucional, nomeadamente um colégio masculino (BARROS, 2013: 23) e *Arte de Cozinha*, de Domingues Rodrigues, o primeiro livro de cozinha escrito em Português e impresso em Portugal, tendo

sido publicado em 1680 e reeditado duas vezes em vida do autor (1687 e 1693), refletindo uma cozinha aristocrata e profissionalizada, onde é possível perfilar uma clara distinção entre o universo de objetos de metal, caracterizados por denominações e uso distintos e que permitem a desambiguação de alguma terminologia culinária (RODRIGUES, 1693).

Os objetos cerâmicos

A cerâmica utilizada na preparação de alimentos encontra-se entre os objetos que em maior número se conhecem nos contextos arqueológicos em Portugal entre os séculos XVI e XVIII (FIG. 1). Por serem recipientes de manuseamento quotidiano fragmentavam-se com alguma facilidade. Neste sentido, ambientes domésticos ou lixeiras que receberam estes materiais durante a Idade Moderna são a principal fonte deste estudo. A funcionalidade é sempre um aspeto fundamental das análises cerâmicas. Neste sentido, optámos por associar as formas dos recipientes aqui apresentados à sua funcionalidade, apresentando as que são mencionadas na documentação e dividindo-as em louça para cozinhar, louça para preparação de alimentos, louça de armazenamento, louça de fogo, louça de mesa e peças para medir.

Louça para cozinhar

As panelas (FIG. 2 – 1, 2), a par dos outros objetos de ir ao fogo, tais como os tachos, as frigideiras, ou as tijelas, estão certamente entre os recipientes mais recuperados em contextos arqueológicos de Idade Moderna. Na atribuição desta funcionalidade preocupámo-nos em identificar objetos que tivessem evidências nas paredes externas de exposição continuada ao fogo. Paralelamente, eles são igualmente os recipientes mais citados na documentação que aborda a produção e utilização de recipientes. Tal exercício de contabilização foi já efetuado para o *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* onde tachos e panelas lideram a contabilização (GOMES, 1996: 96).

Não temos a certeza se todas as receitas que mencionam panelas, tachos ou frigideiras se refiram a recipientes em cerâmica, visto que na maior parte das vezes não é feita qualquer menção ao material que seria utilizado. A quase ausência de peças em metal das escavações arqueo-

lógicas leva-nos a crer que grande parte destes recipientes fosse efetivamente feito em cerâmica, no entanto, não podemos ignorar que os recipientes em metal eram facilmente reciclados. Contudo, mesmo nos ambientes domésticos que foram abruptamente abandonados, tais como os contextos resultantes do terramoto de 1755, os recipientes metálicos para cozinhar não foram identificados, o que nos leva a crer que, devido ao seu custo, fossem menos recorrentes.

Tanto a documentação relativa a processos produtivos como à compra e utilização de equipamentos cerâmicos fornecem informações que contribuem para esclarecer alguns aspetos morfológicos de peças, tipologias utilizadas e contextos de utilização.

No que respeita às panelas, em 1556, em Coimbra se faz notar que a panela pertence a “toda a obra que há-de servir de fogo” (CARVALHO, 1921: 229), referindo-se na *Taxa* de Guimarães de 1552 as panelas vidradas e foscas (FERNANDES, 2012: 720-721). Em 1571, após uma deliberação da Câmara de Coimbra, passa a ser proibida a produção de “panelas vidradas nem outros vasos de barro em que se haja de cozer ao fogo”, passando os “vasos para cozer ao fogo” a ser feitos de barros vermelhos “sem mais ter outra coisa nem vidro algum” e, os vidrados, deveriam ser apenas aqueles “que não houverem de chegar ao fogo por cozimento de qualquer coisa” (CARVALHO, 1921: 231-232).

Nesta mesma cidade, em 1573, registam-se panelas sem vidro e vidradas por “dentro e fora” (CARVALHO, 1921: 234). Para Lisboa, as informações de que dispomos dão conta de que as panelas poderiam ser de “loiça vermelha”, vidradas a “branco de talavera” ou de loiça vidrada verde, sendo estas últimas de meia arroba ou menores e “de toda a sorte” (CORREIA, 1926: 143), não se especificando o seu contexto de utilização.

A documentação relativa a despesas domésticas e institucionais corrobora a heterogeneidade do universo das panelas bem como variados contextos de utilização além da cocção, como atesta a despesa da Casa da rainha D. Catarina, em 1571, com a compra de três panelas vidradas para a botica, e de duas panelas usadas para transportar “mantequilhas” (CÂNDIDO, 2014).

Os receiptários, por seu turno, confirmam a associação da panela a processos de cozedura lenta em líquidos (BARROS, 2013: 157), sob fogo ou brasa (MANUEPPELA e ARNAUT, 1967: 49), incluindo sob fogareiro (MANUEPPELA e ARNAUT, 1967: 45), recorrentemente associada à operação de “afogar”, isto é, refogar em gordura e à cozedura sobre

pressão em fogo lento, onde a panela é coberta por um testro, posteriormente vedada com massa “para que não saia o bafo” (RODRIGUES, 1693: 103). Um processo culinário igualmente complexo onde a panela era usada, era a cozedura do cuscuz, para a qual deveria ser encaixado na boca da panela o cuscuzeiro e o encaixe devidamente barrado, para que a cozedura ocorresse através do vapor (BARROS, 2013: 117).

As panelas vidradas, por seu turno, quando assim referidas, aparecem exclusivamente associadas a contextos de conservação de conservas de frutas e flores ou processos de preparação de produtos de botica (BARROS, 2013: 297; RODRIGUES, 1693: 150). No inventário de D. Teodósio a forma aparece associada recorrentemente às “conservas que tinha a Senhora Duquesa para os hóspedes do Duque” (HALLET, MONGES e SENOS, 2018: 68). Os próprios documentos regimentais fornecem algumas indicações nesse sentido: as “panelas que levem até arroba”, de vidro branco, aparecem associadas a vasilhames de botica no *Regimento dos Oleiros* de Lisboa (CORREIA, 1926: 44) e, em Coimbra, é referido que as almotolias vidradas deveriam ter o mesmo preço que “as panelas de conserva”, supondo-se se tratar das panelas vidradas referidas linhas acima no documento regimental (CARVALHO, 1921: 234). Os registos de despesas corroboram esta utilização, registando-se a compra, para a Casa de D. Catarina, de “duas dúzias de panelas vidradas para a botica” (CÂNDIDO, 2014: 223) e a aquisição, para o Hospital Real de Todos-os-Santos em 1592, de “panelas vidradas para marmelada de sumos” (ANTT, Hospital de São José, liv. 762, fl. 46v.). O manuscrito 142 contextualiza o uso destas produções vidradas apenas numa operação de cozimento e banho-maria, associada a alimentação para doentes, na receita de “Galinha Estilada”: “uma panela vidrada que leve canada e meia, pouco mais ou menos, e meter-lhe-ão duas caninhas ou paus tais que não sumam o estilado, e atravessados dentro nela, e sobre eles a galinha inteira picada com alguns golpes e metida a panela em um tacho de água que lhe dê pelo colo” (BARROS, 2013: 167).

Arqueologicamente, podem classificar-se como recipientes bojudos, assentes em base plana, com uma ou duas asas, horizontais ou verticais e colos baixos com bordos semi-circulares (FIG. 3A), foscas ou vidradas. As formas mencionadas na documentação encontram tradução no contexto arqueológico, tais como nos achados efetuados nas lixeiras de Carnide (CASIMIRO *et al.*, 2017), ali depositados sensivelmente entre 1550 e 1650 ou nos depósitos modernos identificados nas Casas Nobres do Infantado, em Lisboa (CASIMIRO e VALONGO, 2017), entre muitas

outras escavações efetuadas naquela cidade (COELHO e BUGALHÃO, 2015: 35), ou noutros locais do país, tais como Coimbra ou Palmela (SILVA, 2012; FERNANDES e CARVALHO, 2003) que seria impossível aqui enumerar exaustivamente. Formalmente, as panelas vidradas e não vidradas são muito semelhantes, pelo menos nas produções lisboetas, sendo que as que encontram as superfícies revestidas podem-no ser só por fora ou também por dentro (CASIMIRO *et al.*, 2019).

Há, no entanto, que estabelecer algumas reservas quanto ao material de que eram feitas. Se para “panelas vidradas” não temos dúvidas quando à sua natureza cerâmica, para as restantes panelas referidas há notícia de que poderiam ser feitas também em cobre (BARROS, 2013: 395), ainda que o mais recorrente devesse ser o barro. No manuscrito 142 é referido que o “Escabeche de Sardinha” deverá ser feito em panela e não em tacho “porque sempre toma dele o sabor” (BARROS, 2013: 391), associando-se o vocábulo “panela” a um objeto não-metálico.

Ainda que o *Regimento dos Oleiros de Lisboa* de 1572 indique que o oficial “saberá fazer tachos” (CORREIA, 1926: 143) e que, efetivamente, se comprem “2 tachinhos vidrados” para o Hospital Real de Todos-os-Santos em 1593 (ANTT, Hospital de São José, liv. 762, fl. 83v.) e que a mesma terminologia foi usada na receita de “Ungento Rosado” (BARROS, 2013: 401), é legítimo considerar que, de modo geral, esta forma seria de metal, podendo ser de ferro, cobre e latão (FREIRE, 1914: 70 e 92). Dos receituários, ainda que não seja discriminado o material de que são feitos, depreende-se que eram usados para processos de cocção em fogo alto, de alta fervura e forno, sendo utilizados na preparação de sardinhas e bivalves (BARROS, 2013: 193-197), tutanos (RODRIGUES, 1693: 72), para cozer sal (BARROS, 2013: 241) e no já referido processo de cozedura em banho-maria (BARROS, 2013: 167). São, no entanto, usados recorrentemente e quase exclusivamente em receitas de doces, de marmelada a limoada (BARROS, 2013: 279, 284, 287), o mesmo acontecendo no *Livro de Cozinha da Infanta Dona Maria* (GOMES, 1996: 91) e outros preparados doces como biscoitos ou manjar branco (RODRIGUES, 1693: 131). A associação desta forma ao açúcar torna-se ainda mais clara quando, no manuscrito 142, a única peça identificada no processo de clarificação e derretimento do açúcar é o tacho (BARROS, 2013: 259).

Não é fácil compreender a que forma corresponde um tacho ou que proporção corresponderia a peças cerâmicas. Acreditamos ser distinta da panela por possuir uma abertura maior e paredes mais baixas permi-

tindo o acesso facilitado aos alimentos que necessitariam de ser mexidos com frequência (FIG. 2 – 3 e 4 – e FIG. 3B). Teria, tendencialmente, a base plana, como parece indicar o “tachinho, ou vasilha que tenha o fundo a modo de sertã” para fazer “Ovos Reais” (BARROS, 2013: 253). Objetos hemisféricos, de fundo plano e paredes altas, com asas horizontais, verticais ou triangulares, podem efetivamente ter correspondido a estas formas, ainda que com as devidas reservas. Também estes deveriam ser de diversos tamanhos e tipos, como revela o “tachinho de cabo” onde se ferve a rosa pisada com o açúcar para fazer “Tablilhas de rosa” (BARROS, 2013: 381).

As tigelas são referidas várias vezes na documentação, sendo possível distinguir, desde a segunda metade do século XVI, produções destinadas à preparação de alimentos e ao consumo. Desde logo, vidradas a verde em Lisboa em 1572 (CORREIA, 1926: 143) e, no ano seguinte, em Coimbra, produções foscas de “tigelas para gente”, “maiores para comer companhia de gente”, “para salgar carne que leve três pintas” e “tigelas de fogo [...] de barro bem cozido e forte” (CARVALHO, 1921: 233), designação também registada em 1552 em Guimarães, associada a loiça vidrada (FERNANDES, 2012: 720). Surgem igualmente produções vidradas de “tigelas com seu cabo de palmo e meio e vão” e uma forma específica para “cozer lampreia sendo vidrada”, com várias sumichas de capacidade (CARVALHO, 1921: 234).

No entanto, tanto registos de despesas como receituários dão conta de outras tipologias de tigelas: “tigelas de real”, assim denominadas por custarem 1 real a unidade (ANTT, Hospital de São José, liv. 762, fl.53v), denominação que aparece igualmente no *Livro de Cozinha de D. Maria* (MANUPPELLA e ARNAUT, 1967: 53); “grandes” (ANTT, Hospital de São José, liv. 762, fl.53v), denominação que surge também na *Arte de Comer* (RODRIGUES, 1693: 4); “de frigir” (BARROS, 2013: 387); “alta” (BARROS, 2013: 375; RODRIGUES, 1693: 56) ou “de barro alta” (MANUPPELLA e ARNAUT, 1967: 81); e “baixa” (RODRIGUES, 1693: 23). No entanto, a referência apenas a tigela é a mais comum entre os documentos.

Os seus contextos de utilização são os mais variados, garantindo a esta forma uma enorme versatilidade dentro do contexto culinário, que poderá ser justificado pelos baixos preços que apresentavam. Ferver, cozer, afogar, assar, frigar, corar, medir líquidos ou como objeto de apoio a outros processos, a tigela não apresenta nenhuma função exclusiva, sendo utilizada sobre fogo, brasa ou indo ao forno, ainda que se perceba

a sua utilização maioritariamente para finalizar a cocção de alimentos previamente cozinhados (inclusive doces) ou preparados de rápida cozedura como peixe, bivalves, legumes, preparados à base de pão.

Ainda que se identifiquem situações onde é utilizada para servir o preparado na mesa (BARROS, 2013: 207; RODRIGUES, 1693: 80), é comumente usada durante o processo de preparação e cocção, registando-se a curiosa utilização no “Pastel de uma perna de carneiro” para dar forma a uma sopa de pão (GOMES, 2016: 257-259; GOMES, 2018: 34-40) que, em estando feita, se “vire sobre o prato e que quebre a tigela para que a sopa fique inteira (RODRIGUES, 1693: 23-24).

Temos igualmente notícia de tigelas feitas em prata ou vidro associadas a contextos sociais mais abastados, informações retiradas do Testamento de D. Beatriz (FREIRE, 1914: 71-72) e do Inventário de D. Teodósio (HALLET, MONGES e SENOS, 2018: 69).

A tradução formal da tigela, nas suas variantes, não é sempre consensual, no entanto julgamos tratar-se de um tipo de recipiente hemisférico cuja altura das paredes seria variável, com ou sem asas, ainda que a designação de “tigela de cabo” não nos permita uma atribuição formal segura (FIG. 2 – 5).

As frigideiras, tigelas de fogo ou tigelas de frigar surgem, igualmente, associadas a processos de cocção na documentação. O vocábulo “frigideira” aparece em dois dos documentos considerados: no *Regimento dos Oleiros de Lisboa* de 1572 (CORREIA, 1926: 143), elencado nas produções vidradas a verdes e exclusivamente no receituário seiscentista de Domingos Rodrigues. Neste receituário impresso está maioritariamente associada a processos de corar, assar e cozer no forno e usada na fase final de preparação dos pratos, não sendo usual a sua utilização na cocção integral do preparado, como se demonstra na “Tigelada Mourisca”, onde pombos e frangos e galinhas em quartos, meios assados, são montados numa frigideira com talhadas de presunto e gemas de ovos batidas, prato que iria a coalhar e corar antes de ir para a mesa (RODRIGUES, 1693: 184). Aparece igualmente nas *Posturas do Funchal* de 1587 (FERNANDES, 2012: 738). A frigideira apresenta, portanto, também a função de louça de mesa, sendo comum servir preparados em frigideiras saídas do forno diretamente para a mesa. Ressalte-se que, em *Arte de Cozinha*, regista-se ainda a utilização de frigideiras para apoio à preparação de peixe e carne (RODRIGUES, 1693: 93 e 107). Formalmente, referem-se frigideiras covas ou baixas (RODRIGUES, 1693: 49;59) e a possibilidade da sua substituição por

pratos (inclusive de prata), pratos covos ou, em um caso apenas, por uma bacia de fartes (RODRIGUES, 1693: 72). Refira-se ainda que o ato de frigar ou fritar é associado a uma forma específica, a sertã, e não à frigideira (BARROS, 2013: 173).

Estas peças deveriam apresentar igualmente formas hemisféricas, paredes baixas, duas pegas equidistantes triangulares ou um único cabo tubular (FIG. 4).

Ainda que nem toda a documentação faça referência, alguns destes recipientes seriam tapados durante a confecção de alimentos. Os receituários, quando referem objetos específicos para tapar, remetem, na generalidade, para peças passíveis de conterem brasas para tostar os preparados por cima como, por exemplo, os “bofes de carneiro em moxinga” que deveriam ser feitos numa tigela de fogo “que se cobre com um testo, e por riba do testo brasas para que faça côdea por riba” (BARROS, 2013: 370). A dúvida sobre o material dos objetos usados para tapar é transversal a todos os receituários: na receita de lampreia apenas se indica que a tigela deveria ser “coberta por telhador” (MANUEPPLA e ARNAUT, 1967: 33-34); no “Pastel de panela”, a panela “se há-de cobrir e barrar com massa” (BARROS, 2013: 121); tal como no “Peixe Mourisco”, onde a panela deveria ser tapada “e barrada por fora de massa” (RODRIGUES, 1693: 103). O vocábulo “testo” vamos encontrá-lo apenas associado, nas *Taxas dos Oleiros de Coimbra* de 1573, a contentores de líquidos, como se mostrará adiante. Nas *Taxas de Elvas* de 1632 referem-se “testos de panelas grandes” e “testos de potes” (FERNANDES, 2012: 740).

As peças identificadas nos contextos arqueológicos por norma atribuídas à função de tapar recipientes são várias. As formas mais comuns correspondem a objetos troncocónicos com fundo plano, bordo com lábio de perfil semicircular e pequena pega na parte superior, com formas afins recolhidas em abundantes contextos arqueológicos (CASIMIRO, 2011; FERNANDES e CARVALHO, 2003; GOMES *et al.*, 2013; RODRIGUES *et al.*, 2013) (FIG. 2 – 6, 7 e 8). Contudo surgem outras formas que podem ter sido usadas com a mesma funcionalidade, tais como aquilo que comumente se apelida na literatura arqueológica como as tampas/pratos que parecem ter servido às duas funções. Alguns destes objetos apresentam marcas de terem sido submetidos ao fogo, pelo que é possível que tivessem tapado recipientes que foram cobertos com brasas.

Documentalmente registam-se ainda outras tipologias de formas cerâmicas associadas a processos de cocção mais ou menos específicos.

Falamos dos asados, dos bacios de barro, dos cuscuzeiros e dos assadores de castanhas.

As formas dos asados é outra das grandes dúvidas que assolam o nosso trabalho. No testamento de D. Beatriz de 1507 menciona-se um “Asado de barro com um pouco de mel rosado” (FREIRE, 1914: 91) que, no *Regimento dos Oleiros de Lisboa* de 1572 se inclui dentro do grupo da louça vermelha, associado às panelas (CORREIA, 1926: 143), sendo que em Coimbra se fala em “azados grandes para cozer vidrados de dentro somente e não por fora” (CARVALHO, 1921: 274). A ausência desta forma dos receituários poderá estar relacionada com o seu uso específico em contexto de botica, como se depreende pelo inventário de D. Teodósio (HALLET, MONGES e SENOS, 2018: 387) ou a despesa da Casa de D. Catarina com a compra de três asados para a botica (CÂNDIDO, 2014: 185 e 223), uso semelhante aos quatro asados comprados pelo Hospital Real de Todos-os-Santos em 1593, “para águas cozidas e estiladas” (ANTT, Hospital de São José, liv. 762, fl. 58v). Tratar-se-iam, pois, de formas passíveis de conter consideráveis quantidades de líquidos e sólidos, como se pode depreender do “asado que faça dois queijos” registado nas *Taxas* de Elvas de 1632 (FERNANDES, 2012: 740). No inventário dos bens de Catarina Loba surge também a referência a “hum azado de barro grande” (OLAIA e PINTO, 2021: 139).

No que aos bacios de barro diz respeito, temos unicamente a referência na *Taxa dos Oleiros* de Coimbra, onde se menciona um “bacio de barro [fosco] para assar carne em forno” (CARVALHO, 1921: 233), atribuindo-lhe uma funcionalidade específica, rara dentro do universo culinário dos séculos XVI e XVII, tal como a referência à “tigela para cozer lampreia sendo vidrada”. Os malagueiros de Coimbra produziriam ainda “bacios vidrados de dentro para comer” (CARVALHO, 1921: 234). Em Guimarães regista-se a denominação “bacio de comer de mesa vidrado” na *Taxa* de Guimarães de 1552 (FERNANDES, 2012: 720). Refira-se que o termo “bacio” aparece, em larga medida, associado a peças metálicas, como se depreende do *Regimento dos Picheiros de Lisboa* 1572 (CORREIA, 1926).

Não indo diretamente ao lume, mas necessitando de uma panela que fervesse água, os cuscuzeiros são igualmente objetos com uma funcionalidade específica. Na *Taxa dos Malegueiros de Coimbra* é mencionado um “cuscuzeiro bom de uma meia vidrado” (CARVALHO, 1921: 234), sendo o processo de utilização explicitado no manuscrito 142.

Na *Taxa do Ofício dos Oleiros de Coimbra* é também mencionado “um assador para castanhas” (CARVALHO, 1921: 233). Arqueologicamente as peças recuperadas possíveis de associar a esta função oferecem uma forma muito semelhante aos assadores que ainda hoje são utilizados, pelo que pensamos que deveriam cumprir essa funcionalidade.

Louça para preparar alimentos

Ainda que os recipientes para cozinhar alimentos estejam entre os mais frequentes nos contextos arqueológicos e na documentação, os alimentos tinham de ser preparados antes de serem submetidos aos diferentes processos de cozedura. Para o estudo da funcionalidade destes objetos a documentação é fundamental, visto que raramente serviriam para uma única utilidade e vamos encontrar peças que são usadas nas mais diversas funções.

O alguidar é a peça mais funcional na categoria dos recipientes que eram usados na cozinha sem ser para ir ao lume. São peças mencionadas em vários tamanhos, tanto foscas como vidradas, nos documentos camarários e regimentais de Coimbra (CARVALHO, 1921: 229-233), estando curiosamente ausentes nas disposições lisboetas. No inventário dos bens de Catarina Loba (OLAIA e PINTO, 2021: 139), surgem “três alguidares velhos vermelhos”, indicando que seriam peças sem vidro.

No universo culinário, aparecem como objetos de apoio a processos de preparação de receitas: são usados para lavar e guardar fruta aparada em água fria (MANUPPELLA e ARNAUT, 1967: 87; BARROS, 2013: 276), sendo essenciais em processos de amassar massas ou marinar carnes (RODRIGUES, 1693: 103 e 151), estando ausentes em processos de cocção, ainda que, exceccionalmente surja uma referência à utilização de alguidares para assar lampreias, em Coimbra (GOMES, 2016: 256).

Os documentos de despesa confirmam a heterogeneidade de utilizações para além da cozinha: para a Casa de D. Catarina são comprados para lavar e fazer queijos, requeijões e fruta, transportados em alguidares (CÂNDIDO, 2014: 202 e 226), sendo igualmente adquiridos, na sua versão vidrada, para a botica (CÂNDIDO, 2014: 186); já o Hospital Real adquire tanto “alguidarinhos para sangrar” como um “alguidar grande vidrado para lavar roupa” (ANTT, Hospital de São José, liv. 762, fl.54f e liv.763, fl.46v).

A forma que associamos a esta designação trata-se talvez de uma das que mais tempo perdurou, mantendo uma forma semelhante, troncocónica, como bordos espessados e base plana desde, pelo menos, o século XIII, com diversas evidências identificadas em várias intervenções arqueológicas (CASIMIRO *et al.*, 2017) (FIG. 2 – 9). As suas paredes podiam ser apenas alisadas embora se conheçam exemplares com o interior brunido, o que poderia de facto aumentar a sua impermeabilização. A partir de finais do século XV começam a surgir diversos exemplares vidrados, tanto a amarelo como a verde que chegam a atingir os 90 centímetros de diâmetro no bordo. O facto de muitas peças vidradas a verde, recuperadas em escavações arqueológicas, apresentarem sinais de reparação, vulgo ‘gatos’ ou grampos em metal, tal como foi identificado na escavação arqueológica das lixeiras modernas de Carnide (CASIMIRO *et al.*, 2018), mostra que deveriam tratar-se de peças dispendiosas, que justificavam a reparação.

Não obstante a importância destes recipientes, a preparação de alimentos não se ficava pelos alguidares. A *Taxa do Ofício dos Oleiros* de Coimbra menciona, por exemplo, “uma tigela para salgar carne que leve três pintas” (CARVALHO, 1921: 223). Assim, a função de preparar alimentos estaria relacionada com outros objetos, tais como tigelas (RODRIGUES, 1693: 30) e pratos e nem sempre fica registada na documentação.

Louça para armazenar

Aquilo que designamos de louça de armazenamento refere-se a uma grande variedade de formas e funções. Por vezes temos a vantagem de surgir documentação que especifica para o que eram utilizados e o que armazenavam, nomeadamente contentores para armazenamento de água e azeite, este usado na alimentação mas igualmente de grande importância para a iluminação (SANTOS, 2006), mas também de outros produtos alimentares.

A designação de *louça de água* é já conhecida desde, pelo menos, finais do século XV (CASIMIRO, 2018) e ainda que nem sempre seja fácil atribuir uma forma a estes recipientes, os documentos regimentais de Lisboa e Coimbra trazem importantes contribuições para clarificar as suas morfologias.

Para Lisboa, associada a louça vermelha, encontramos “talhas de água que serão iguais da grossura do barro com bons fundos e cheios [...] cântaros e potes para ter água de meio almude e atanores e quartões” (CORREIA, 1926: 143). Em Coimbra registam-se nomenclaturas muito próximas à de Lisboa, ainda que não seja indicada a utilização específica para o armazenamento de água descrevendo-se, no entanto, algumas das características formais de peças foscas: “talha grande com seu testo”, “cântaro grande e brunido com seu testo [...] levarão até seis e sete meias”, “quarta que leve meio almude com seu testo” e “enfusa de uma meia [...] com seu testo” (CARVALHO, 1921: 232), revelando a multifuncionalidade dos testos.

Regista-se ainda, em Coimbra, a discriminação de formas específicas para armazenar azeite, igualmente foscas: “pote sendo bem grosso para azeite e bem cintado” e “talha para lagar de azeite sendo bem feita e forte por maior que seja levando até dezoito e vinte alqueires” (CARVALHO, 1817: 233), assumindo-se que o pote deveria ser destinado a casas particulares e a talha seria já um recipiente de grandes dimensões, usado em lagares.

No entanto, o contexto de utilização destes contentores cerâmicos seria mais versátil, como evidencia o inventário de D. Teodósio que, se por um lado regista a presença de talhas em um lagar de azeite (HALLET, MONGES e SENOS, 2018: 304), por outro assinala “talhas grandes de Castela que servem de cal e água” a par de “talhas de Castela que serviam de azeite metidas no chão e outras levantadas que serviam de pão” (HALLET, MONGES e SENOS, 2018: 367). A mesma situação se regista para os cântaros que, no regimento de Lisboa, se associam à água e nas despesas da casa de D. Catarina se associam ao azeite (CÂNDIDO, 2014: 219).

Nos receiptuários, são, naturalmente, escassas as informações sobre cerâmicas de armazenamento de líquidos, sendo apenas indicado em *Arte de Cozinha* que as “Talhadas de ovos” deveriam levar “água do pote” (RODRIGUES, 1693: 143). No inventário dos bens de Catarina Loba, feito em 1498, (OLAIA e PINTO, 2021: 136), as talhas, para além de azeite levavam também trigo e pão (possivelmente um tipo de farinha).

Arqueologicamente, as peças de armazenamento são, a par da louça para cozinhar, das peças mais recuperadas nos contextos arqueológicos, talvez igualmente devido à sua utilização constante que proporcionava a frequente fragmentação. As formas concretas a que chamavam cântaros e talhas nos séculos XVI, XVII e XVIII são difi-

ceis de inferir. No entanto, acreditamos que devem ser muito semelhantes ao que ainda hoje em dia reconhecemos como estes objetos. As talhas seriam recipientes de grandes dimensões, bojudos, de colo alto, assentes em base plana e desprovidas de asas. Os cântaros apresentam forma semelhante, mais pequenos e, por norma, com uma ou duas asas equidistantes que são fixadas na parte superior do colo e no bojo (FIG. 2 – 10 e FIG. 5).

As características morfológicas dos contentores para azeite não são bem conhecidas para os contextos modernos, no entanto, existem alguns recipientes que podemos atribuir a esta funcionalidade. Estes potes apresentam boca larga, paredes altas e verticais e assentam em base plana. Em contextos mais recuados, associados ao século XIV alguns destes recipientes apresentam orifícios junto ao fundo, para facilitar a acessibilidade ao seu conteúdo (CASIMIRO e BARROS, 2015).

Mas o armazenamento de bens alimentares estava muito além da água e do azeite. Os contentores para armazenamento de conservas de frutas e flores são recorrentemente citados na documentação e estão, geralmente, associados a produções cerâmicas vidradas (FIG. 2 – 13; FIG. 6). Nos registos observam-se desde “peças de malega e barro para ter conservas”, “potes de barro verdes com conservas” e “panelas com espécie” no inventário de D. Beatriz (FREIRE, 1914: 91) às “panelas vidradas para marmelada” do Hospital Real (ANTT, Hospital de São José, liv. 762, fl. 61). Os receituários confirmam esta associação: no manuscrito 142 a cidrada é posta em “vasos vidrados e põe ao sol” e a marmelada de sumos deve ser conservada “em panelas vidradas” (BARROS, 2013: 269 e 297). O correto acondicionamento de conservas doces seria de tal forma importante que dele dependia a qualidade de preservação das mesmas: D. Vicente Nogueira, religioso português ao serviço da cura cardinalícia em Roma, chega a reclamar ao seu contacto em Lisboa que as conservas encomendadas chegaram em más condições, culpando o mau acondicionamento:

E o açúcar rosado, e mel, e açúcar baixou da superfície das palanganas um dedo. (...) Pelo que fique por aviso a V. S. servir-se daqui por diante das panelas de talaveira ou Málaga (...) que sejam na boca capazes de meter-lhes a colher e revoltá-la toda por dentro, e tapadas com beatilha dobrada, que sobeje por de fora, e rolha bem estreita ou pergaminho bem atado com cordel que não possa levantar-se porque cuido que tem releixo. Chegarão boníssimas. (SERAFIM 2011: 340; este curioso diálogo epistolar é analisado em GOMES, 2014).

Refira-se que o termo “palangana” não é comum na documentação, sendo referido apenas no manuscrito 142 na receita de “Mondongo de carneiro” (BARROS, 2013: 333). O arrolamento de “9 pratos, 4 palanganas e 5 porcelanas de Lisboa” (AUC, IV-1ºE, 25-2-8) num inventário conimbricense de 1634 leva a crer se tratar de um prato de grande diâmetro, morfologia que certamente provocou uma cristalização acelerada das conservas de D. Vicente Nogueira, evitável com o uso de panelas vidradas passíveis de serem tapadas e, portanto, mais aptas a receber este tipo de preparados.

Esta variedade de formas mencionadas corresponderia certamente a diferentes objetos, no entanto, a identificação nos contextos arqueológicos de vários recipientes vidrados a verde e amarelo sem quaisquer evidências de terem sido submetidos ao fogo, pode indicar estarmos perante estes potes que guardariam conservas (FIG. 6).

Deverão aqui ser abordadas igualmente as formas que deveriam servir tanto para armazenar como para servir líquidos à mesa. Enquadramos nesta categoria as referências às “almotolias”, jarros de várias capacidades que poderiam conter azeite, vinagre, água ou outros líquidos: aparecem em considerável número no *Inventário de D. Beatriz*, associados a produções vidradas a verde, contendo arrobe ou óleos (FREIRE, 1914: 68), sendo referidos no *Regimento de Lisboa* dentro da louça fosca, junto dos púcaros mas também “grandes e pequenas” vidradas a verde e “grande de pé” em “branco de talaveira” (CORREIA, 1926: 143-144). Em Coimbra, aparece a denominação de “almutalia” tanto para produções foscas como vidradas e de várias capacidades de sumichas (CARVALHO, 1921: 233-234). Deveria esta forma se distinguir da “enfusa”/“infusa” e do “púcaro vidrado”, que apresentavam capacidades de aproximadamente 1 e 2 litros, restringindo-se a infusa a produções foscas em Coimbra (CARVALHO, 1921: 233). Em Lisboa a “enfusa” aparece exclusivamente associada a produções vidradas (CORREIA, 1926: 143). Registe-se ainda a existência de uma “enfusa” de meio almude de capacidade, em 1329, em Coimbra (ROCHA, 2011: 159). Em Lisboa também se assinala uma “albarrada de canada de água” dentro das produções vidradas brancas (CORREIA, 1926: 143). No inventário dos bens de Catarina Loba surge ainda a referência a “tres pichees de Malegua dous grandes e hum pequeno dous quebrados” e “hum pichel de Malega amarello” mostrando que muita desta louça era importante e mantida mesmo depois de parcialmente partida (OLAIA e PINTO, 2021: 139).

Nos contextos arqueológicos são comuns estes tipos de formas e tratam-se de recipientes de tamanhos variáveis, bojudos, com colo estreito, assentes em base plana. Possuem uma asa que liga o corpo ao gargalo e, muitas vezes possuem um bico que ajudaria a verter os líquidos no seu interior (FIG. 2 – 11 e 12).

Louça para servir, comer e beber

A louça de servir alimentos à mesa será apenas genericamente abordada neste artigo. Ainda que a documentação seja profícua na referência a pratos, pratinhos, taças e tacinhas, a sua utilização implica uma discussão tão simbólica quanto funcional, sobretudo tendo em atenção a relação entre as pessoas e esses objetos de utilização mais pessoal, longe da funcionalidade da louça de armazenamento e de cozinha. Note-se que a maior parte desta louça apresentava decoração que reflete os gostos dos seus consumidores e da sociedade na qual estão inseridos, recebendo influências de diversas outras produções mundiais, da China à Itália.

Apenas para abordar algumas das formas extensamente presentes na documentação e com abundantes referências arqueológicas pode referir-se a produção de “tigelas para gente [...] as maiores para comer companhia de gente” nas *Taxas dos Oleiros* de Coimbra (CARVALHO, 1921: 233) mostrando que formas semelhantes seriam produzidas em tamanhos e suportes variáveis, registando-se nas *Taxas dos Malegueiros* “bacios vidrados de dentro para comer” (CARVALHO, 1921: 234), “malegas vidradas por dentro e por fora da feição de porcelana delgada da borda” (CARVALHO, 1921: 234) e, em Lisboa, de vidro verde, “escudelas de feição de porcelana” (CORREIA, 1926: 143), que se aproximariam das “12 tigelas brancas” compradas pelo Hospital Real de Todos-os-Santos (ANTT, Hospital de São José, liv. 762, fl. 61). O livro de Domingos Rodrigues dá ainda conta de uma forma específica para servir preparados doces, o covilhete, referido exclusivamente em conservas de frutas (RODRIGUES, 1693: 144). Em contexto arqueológico, às tigelas, malgas e escudelas que serviriam à mesa correspondem formas comuns, hemisféricas, carenadas ou troncocónicas, de tamanhos variáveis, que por norma assentam em fundo com pé anelar (FIG. 2 – 16, 17 e 18 e FIG. 7).

No entanto, a forma mais recorrente de servir era o prato, não existindo um grande número de referências às tipologias e formatos.

Na documentação regimental apenas se referem produções lisboetas de “pratos de toda a sorte” vidrados a verde e de “prato grande que se chama galinheiro” vidrado a branco (CORREIA, 1926: 143).

Os inventários até agora analisados são bastantes elucidativos da variedade de pratos que povoavam determinadas mesas e cozinhas, sendo que a esmagadora maioria das referências remete para produções cerâmicas chinesas, espanholas e italianas, também o vidro e prata, sendo muito raramente referidas as produções nacionais. Lembre-se o inventário conimbricense de 1634 e a curta referência a pratos em “porcelana de Lisboa”, remetendo para o que, nos últimos anos, se tem vindo a chamar de faiança, a produção azul e branca com alguns motivos de inspiração oriental, produzida desde meados do século XVI na capital do reino (GOMES *et al.*, 2016). A louça produzida em Lisboa era amplamente utilizada no consumo de alimentos sendo efetivamente os pratos, os covilhetes e as tigelas, as formas mais abundantes identificadas nos contextos arqueológicos, a par da louça dita modelada que iria certamente à mesa (FIG. 2 – 20, 21 e 22).

Os receiptuários são parcos em referências aos pratos, à exceção de *Arte de Cozinha*, onde esta forma é comumente utilizada para apresentar e levar os preparados à mesa, distinguindo-se “prato covo” e “prato grande” e indicando-se a possibilidade de substituir o prato por uma frigideira (RODRIGUES, 1693: 14, 152 e 26).

Arqueologicamente identificam-se pratos em cerâmica vermelha, louça revestida a esmalte de estanho e de chumbo e porcelana, pelo que qualquer uma destas categorias podia ser utilizada nesta função. As suas formas, hemisféricas ou subtruncocónicas, de aba larga, assentam muitas vezes em fundo de pé anelar (FIG. 2 – 14, 15). Estas peças são abundantemente recuperadas nos contextos arqueológicos entre 1550 e 1650 (CASIMIRO, 2013; HENRIQUES, 2012).

A partir de inícios do século XVI surgem nos contextos arqueológicos pequenos recipientes, de diâmetros variáveis, que julgamos tratar-se do que a documentação designa por salseiras (FIG. 2 – 19). Este tipo de peça está documentado entre as produções vidradas de Coimbra como “salseira de mostarda” (CARVALHO, 1921: 234) encontrando correspondência no manuscrito 142, onde uma “salseira de mostarda para 20” serve de medida para manteiga ou é usada para servir sarapatel “nos Colégios pequenos” (BARROS, 2013: 123 e 129). A especificação deste tipo de forma reflete a prática alimentar generalizada do consumo de “mostarda”, molhos, durante as refeições, que acompa-

nhariam os pratos de carne ou, mais recorrentemente, de peixe (GOMES, 2018: 35-37).

Associados maioritariamente ao ato de beber, os púcaros eram produzidos um pouco por todo o país (FIG. 8). Em Lisboa, incluem-se dentro das “coisas miúdas” feitas em barro vermelho (CORREIA, 1926: 143) e, em Coimbra, desdobram-se em “púcaro para beber com seu alguidar e cobertura”, “de coruchéu [podendo ter pé]”, “grande para beber chão” e “mais pequenos”, sendo produzidos igualmente avulsos o “testo para cobrir o púcaro” e o “alguidarinho para debaixo” (CARVALHO, 1921: 33) (FIG. 2 – 23, 24, 25 e 26).

Apesar da sua manufatura generalizada, algumas produções eram mais apreciadas que outras, sobretudo os púcaros de Estremoz, Montemor-o-Novo, Maia e Lisboa (NEWSTEAD e CASIMIRO, 2018). A presença destas peças em inventários e despesas da Casa Real demonstra o apreço que detinham na sociedade portuguesa, estando bem documentado o seu uso ao longo dos séculos XVI e XVII: no *Inventário de D. Beatriz* surgem arrolados “púcaros de barro”, “púcaros e outros apedrados”, “púcaros de Montemor” (FREIRE, 1914: 91) e também D. Catarina de Áustria faz questão de os ter na sua mesa, atribuindo ao seu copeiro Francisco Ferreira, mensalmente, uma quantia específica para “púcaros de barro pera a copa de S.A” (CÂNDIDO, 2014: 257).

No curioso diálogo epistolar de D. Vicente Nogueira com o Marquês de Niza são igualmente referenciadas estas produções, solicitando o clérigo o envio de alguns púcaros, especificando “doze púcaros de Estremoz, doze de Montemor (de uns pedrados de pedrinhas amasadas no barro), e doze da Maia” e cujos tamanhos deveriam variar entre 2 quartilhos (0,7 litros) e “mais pequeninos” que meio quartilho (0.175 litros) (SERAFIM, 2011: 142). A alusão ao tamanho dos púcaros é muito interessante atendendo à sua representação formal obtida através de evidências arqueológicas, visto que correspondem basicamente às medidas mencionadas neste documento. Os púcaros são formalmente pouco variáveis e correspondem a peças pequenas, que levam aproximadamente 0,350 litros (aproximadamente um quartilho), bojudas, com colo alto e uma asa, com paredes muito finas, usadas sobretudo para beber água.

O seu sucesso entre os portugueses e mesmo em outros países prendia-se, sobretudo, com o seu sabor e cheiro. O rei português D. Sebastião apreciava o seu “sabor a terra” (VASCONCELOS, 1921: 20) e Lorenzo Magalloti, um autor e poeta italiano de finais do século XVII,

menciona que os púcaros portugueses exalavam um cheiro capaz de encher uma sala, tal como o cheiro da terra a seguir a uma chuvada (MAGALLOTTI, 1695). A estas peças podiam ser ainda acrescentados perfumes quando perdessem o odor natural, como evidencia o queixume de D. Vicente Nogueira, informando o Marquês de Niza de que “já não tenho mais que doze púcaros da Maia que, a poder de perfumes, conservam inda algum cheiro.” (SERAFIM, 2011: 142).

Ainda hoje o cheiro destes recipientes não deixa ninguém indiferente e tanto recipientes novos como artefatos arqueológicos exalam este odor (NEWSTEAD e CASIMIRO, 2020).

Note-se ainda que aos púcaros está associado o uso como contentor/medidor de ingredientes: se para a Casa de D. Catarina são comprados “24 púcaros de nata” (CÂNDIDO, 2014: 202), no manuscrito 142 assinala-se a necessidade de deitar “16 púcaros de água, destes de real” para cada meia arroba de açúcar, durante o processo de clarificação deste (BARROS, 2013: 259).

Peças para medir

Ainda que grande parte da documentação contabilística e culinária demonstre que uma grande variedade de vasilhames era utilizada para medir, como panelas, tigelas, ou púcaros, arqueologicamente identificam-se medidas de capacidade em barro.

Estas medidas estão entre as peças mais curiosas que se podem identificar nos contextos modernos em Portugal, sobretudo a partir dos inícios do século XVI quando D. Manuel uniformizou e legislou acerca da capacidade destes recipientes (LOPES, 2003). Tipologicamente são recipientes muito simples, altos, paredes retas e base plana, por norma com uma asa, produzidos localmente. É provável que todas as cidades produzissem as suas próprias medidas de capacidade, no entanto, arqueologicamente elas são muito visíveis em Lisboa (VIANA, 2015; CAESSA e MOTA, 2014; CASIMIRO e VALONGO, 2019; GOMES, 2020). O que as torna distintas das demais é terem marcado na sua superfície, pós-cozedura, não apenas a quantidade que mediam, mas, em muitos casos, a data da aferição. O tamanho é variável e correspondem às medidas e aos seus submúltiplos. Uma das peças mais recorrentes que surge nos séculos XVI e XVII é a canada, surgindo igualmente $\frac{1}{2}$ canada e $\frac{1}{4}$ canada (FIG. 2 – 27).

Ainda que fosse expectável que elas aparecessem associadas a contextos económicos, todas as medidas identificadas até agora na cidade de Lisboa têm sido recuperadas em contextos domésticos ou lixeiras e aterros, o que descaracteriza a sua utilização. A sua presença nas cozinhas portuguesas dos séculos XVII e XVIII poderá estar relacionada com a utilização doméstica destes recipientes, comprovada documentalmente no registo de despesas da Casa de D. Catarina, onde se indica a compra de “uma medida de meia canada de barro para medir o azeite na dispensa” (CÂNDIDO, 2014: 223).

Peças para conter fogo

Não são muitas as formas cerâmicas utilizadas como contentores de fogo durante os séculos XVI, XVII e XVIII, no entanto elas são fundamentais nos quotidianos portugueses.

A mais frequente tanto nos contextos arqueológicos como na documentação é certamente o fogareiro. Surge na documentação regimental de Coimbra, especificando-se um “fogareiro grande para taverneiro para assar e cozer que tenham um palmo e meio de vão barrado e bem acabado e forte” e “um fogareiro mais pequeno de um palmo e meio em vão bem barrado e acabado / os outros somenos / e outros mais pequenos” (CARVALHO, 1921: 233).

Um dos raros exemplos da utilização destes dispositivos é a descrição de um anónimo italiano das ruas de Lisboa no século XVI, revelando que as tabernas “fazem viandas na rua, sobre uns fogareiros de barro, de modo que ao passar, se é perfumado pelo fumo das sardinhas e dos outros peixes” (MARQUES, 1987: 197). A literatura culinária é muito sucinta em referências a fogareiros, registando-se no *Livro de Cozinha de D. Maria* a sua utilização para cozer a galinha mourisca, preparar o manjar branco em fogo brando ou a marmelada de D. Catarina Ximenes (MANUPPELLA e ARNAUT, 1967: 45, 76 e 117) ou para fazer a “Letria de ovos”, para a qual era necessário manter o fogo forte (RODRIGUES, 1693: 141). Serviriam, igualmente, para manter a comida quente em épocas de maior frio, como se depreende da descrição de Nicolau de Oliveira do Hospital Real de Todos-os-Santos, onde as panelas eram colocadas “sobre os fogareiros que estão junto a uma mesa, onde se reparte o comer na enfermaria” (OLIVEIRA, 1620: 122), à maneira dos *rechaud* setecentistas.

Os fogareiros apresentam, pois, formas peculiares e de inequívocas características morfológicas (FIG. 2 – 28). Assentes em base plana encontram-se divididas em duas partes. A zona inferior seria a fornalha, onde se colocariam as brasas e a separação da parte superior, onde se colocava a panela, era feita pela fornalha. Formalmente é, a par dos alguidares, a morfologia que mais perdurou ao longo dos séculos, sendo identificadas desde os contextos medievais islâmicos e mantendo o mesmo perfil até ao século XX.

Conclusão

O estudo da funcionalidade e significado dos objetos cerâmicos utilizados no quotidiano das casas portuguesas durante a Idade Moderna é, como se notou, um grande desafio apenas do ponto de vista dos recipientes. Se a estas evidências juntarmos as informações documentais que lhes fazem referência estamos a adicionar mais um ingrediente fundamental a uma discussão que não tem uma resolução fácil nem objetiva. Os diversos documentos demonstram que, ainda que algumas peças tivessem utilizações específicas, outras teriam funcionalidades tão diferentes quanto aquelas que os seus utilizadores lhes pudessem atribuir.

Os contributos aqui elencados engrossam o debate que há muito tem suscitado o interesse de arqueólogos e historiadores. No entanto, a atribuição de um nome a uma forma é sempre debatível e questionável. Que garantias há de que as formas que hoje se designam como panelas, tachos, tigelas ou frigideiras o fossem na altura em que foram produzidas e utilizadas? Ainda que seja possível distinguir o que é louça utilizada para cozinhar (visto que muita dela ainda apresenta as marcas de fogo no exterior), os nomes que surgem na documentação não oferecem nenhum desenho associado, pelo que as propostas aqui avançadas são possíveis de serem questionadas. Existem variantes regionais que não foram aqui contempladas e que devem ser consideradas em estudos mais alargados.

A cultura material cerâmica, sobretudo aquela que era utilizada na preparação e confeção dos alimentos, era semelhante entre contextos mais empobrecidos e contextos mais abastados. Esta realidade foi já confirmada para Lisboa onde diversos ambientes associados a diferentes classes económicas e sociais revelaram a presença de objetos semelhantes. No entanto, exceção seja feita aos regimentos profissio-

nais onde se menciona a forma e, apenas ocasionalmente a função, toda a outra documentação foi produzida em conjunturas mais privilegiadas, associadas a classes nobres ou instituições religiosas que teriam uma alimentação e forma de preparar alimentos específica. É provável que a maior parte da população não tivesse acesso a estes tipos de alimentos ou não os confeccionasse desta forma, adaptando a alimentação à disponibilidade financeira. Esta clivagem social é ainda mais intensa quando discutimos a utilização de louça de mesa tais como pratos e púcaros. Ainda que tais objetos surjam em todos os contextos arqueológicos, é de notar que a riqueza daqueles, com base nos seus materiais ou decoração, é sempre mais elevada nos ambientes económicos mais abastados o que nos leva a ter muito cuidado com as generalizações.

O caso dos púcaros é no entanto, uma exceção. Apesar de não existir documentação que ateste o consumo destes objetos em casas menos favorecidas, a Arqueologia corrobora essa utilização. Tais recipientes encontravam-se em todos os ambientes arqueológicos revelando que seriam utilizados por classes sociais muito distintas.

Por outro lado, é bom recordar que surgem formas nos contextos arqueológicos sobre as quais não fazemos ideia nem do seu nome nem para o que serviam. O mesmo acontece com certas peças mencionadas na documentação cuja atribuição formal é, por ora, impossível.

Não se trata, portanto, de um estudo exaustivo. Não foram abordados todos os dados arqueológicos conhecidos, tendo o foco incidido especialmente sobre sítios arqueológicos de Lisboa, bem como não foi analisada toda a documentação disponível.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- BARROS, Anabela (2013) – *As receitas de um frade português do século XVI*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BRAGA, I. D. (coord.) (2018) – *Primeiro Tratado de Cozinha. Arte de Cozinha*, Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa, Lisboa: Círculo de Leitores.
- CÂNDIDO, Guida (2014) – *Comer como uma Rainha. Estudo de um livro da Casa de D. Catarina de Áustria*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, José Teixeira de (1921) – *A cerâmica coimbrã no século XVI*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

- CORREIA, V. (1926) – *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecânicos da mui nobre e sepre leal cidade de Lixboa (1572)*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1914) – Inventário da infanta D. Beatriz, 1507, *Arquivo Historico Portuguez*, vol. IX, pp. 64-110.
- HALLET, J.; MONGES; SENOS, N. (2018) – *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I*. Volume 2: Documentos, Lisboa: CHAM, Fundação da Casa de Bragança.
- MAGALLOTI, L. (1695) – *Lettre sopra i bucheri, con l'aggiunta di letter contro l'ateismo, scientifiche ed erudite, e di relazioni varie*, Edited by Praz, M., 1945, Florence: Felice le Monnier.
- MANUPPELLA, Giacinto; ARNAUT, Salvador Dias (1967) – *O Livro de cozinha da Infanta D. Maria de Portugal: primeira edição integral do Códice Português I. E. 33. da Biblioteca Nacional de Nápoles*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MARQUES, António Oliveira (1987) – *Ritrato e Riverso del regno di Portogallo, 1578/80, in Portugal Quinhentista*, Lisboa: Quetzal.
- OLAIA, Inês; PINTO, Pedro (2021) – Inventário dos bens de Catarina Loba (1498), *Fragmenta Historica*, nr 7, pp. 131-156.
- OLIVEIRA, Nicolau (1620) – *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa: Iorge Rodrigues.
- RODRIGUES, Domingos (1693) – *Arte de cozinha devidida em tres partes*, Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra.
- RAMOS, Anabela; CLARO, Sara (2013) – *Alimentar o corpo, saciar a alma: ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVIII*, Vila Real: Direcção Regional de Cultura do Norte.
- SERAFIM, João Carlos (2011) – *Um Diálogo Epistolar. D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza*, Porto: CITCEM e Edições Afrontamento.

Estudos

- BUGALHÃO, Jacinta; COELHO, Inês (2017) – Cerâmica Moderna de Lisboa: uma proposta tipológica, in CAESSA, Ana; NOZES, Cristina; CAMEIRA, Isabel; SILVA, Rodrigo, coord. – *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, Lisboa: CAL/DPC/DMC/CML, pp. 107-145.
- CAESSA, Ana; MOTA, Nuno (2014) – O núcleo histórico de Carnide: o contributo da investigação arqueológica, in VEIGA, Carlos; REIS, Maria, coord. – *Quadros da História de Lisboa. A Freguesia de Carnide*, Lisboa: Academia Portuguesa de História e Junta de Freguesia de Carnide, pp. 85-104.
- CASIMIRO, Tânia Manuel (2011) – Estudo de espólio de habitação setecentista em Lisboa, *O Arqueólogo Português*, S.5 – 1, pp. 689-726.
- CASIMIRO, Tânia Manuel (2018) – Material Culture from the Al Hallaniyah Island early 16th century Portuguese Indiaman wreck site, *International Journal Nautical Archaeology* 47, pp. 1-22.

- CASIMIRO, Tânia Manuel, HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa; RAMOS, Dário (2019) – Pottery Use and Social Inequality in Mid-18th century Lisbon. An Initial Approach, in MATEJKOVA, K; BLAZKOVA, G, eds. – *Europa Post-Medievalis*, Oxford: Archaeopress, pp. 1-15.
- CASIMIRO, Tânia Manuel; BARROS, Luís (2015) – De quem são estas *ollas*. Comer, beber e armazenar em Almada no século XIII, in *Actas do X Congresso Internacional de Cerâmica no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 337-342.
- CASIMIRO, Tânia Manuel; BOAVIDA, Carlos; DETRY, Cleia (2017) – Cozinhar e comer: cerâmicas e alimentação em Carnide (1550-1650), in *Actas do Encontro Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade*, Lisboa: Centro Arqueologia de Lisboa, pp. 105-116.
- CASIMIRO, Tânia Manuel; HENRIQUES, José Pedro; FILIPE, Vanessa; BOAVIDA, Carlos (2018) – Lead glazed ceramics in Lisbon (16th-18th centuries), in PEREIRA, Sílvia; MENEZES, Marlucci; RODRIGUES, José, eds. – *GlazeArt2018. International Conference Glazed Ceramics in Cultural Heritage*, Lisboa: LNEC, pp. 268-282.
- CASIMIRO, Tânia Manuel; VALONGO, António (2017) – Uma lixeira nas Casas Nobres do Infantado, in *Actas do II Congresso da Associação dos Arqueólogos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1835-1848
- CASIMIRO, Tânia Manuel; VALONGO, António (2019) – Size does matter. Measuring cups from Lisbon (16th-18th centuries), in *Europa Post-Medievalis. Post-medieval pottery between (its) borders*, Oxford: Archaeopress, pp. 78-82
- COELHO, Inês; BUGALHÃO, Jacinta (2015) – Cerâmica, in BUGALHÃO, Jacinta, coord. – *Uma casa pré-pombalina na baixa lisboeta. Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAç, pp. 31-54.
- FERNANDES, I. (2012) – *A loiça preta em Portugal. Estudo histórico, modos de fazer e usar*, 2 volumes, Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho
- FERNANDES, I. C.; CARVALHO, A. R. (2003) – A louça seiscentista do Convento de São Francisco de Alferrara (Palmela), in *Actas das 3.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 231-252.
- GOMES, João Pedro (2014) – Uma doce viagem: doces e conservas portuguesas na correspondência de D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1647-1651), in SOARES, Carmen; MACEDO, Isabel, coord. – *Ensaio sobre património alimentar luso-brasileiro*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 213-250.
- GOMES, João Pedro (2016) – Cozinhar “à Portuguesa” com Lucas Rigaud: identidade alimentar portuguesa no Cozinheiro Moderno, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16.1, pp. 243-270.
- GOMES, João Pedro (2018) – Práticas alimentares no Real Colégio de São Paulo de Coimbra: o “Livro do pão” de 1707-08, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, v. 31, n. 1, pp. 21-60.

- GOMES, João Pedro (2020) – Medida, in HENRIQUES, J. P.; FILIPE, V. – *O dia em que a Casa foi abaixo. Catálogo da exposição*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Departamento de Património Cultural, pp. 36.
- GOMES, Paulo Dórdio (1996) – O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria, *Olaria – Estudos de Arqueologia, História e Etnografia* 1, pp. 93-104.
- GOMES, Rosa Varela; CASIMIRO, Tânia Manuel; GOMES, Mário Varela (2016) – *Proceedings of the 1st International Congress Portuguese Faience*, Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; ALMEIDA, Mariana; BOAVIDA, Carlos; NEVES, Dário; HAMILTON, Kirsten; SANTOS, Carolina (2013) – Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da fossa 7, in ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1057-1065.
- HENRIQUES, José Pedro (2012) – Do Oriente para Ocidente: Contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa, in TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José, coord. – *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, volume 2, Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 919-932.
- LOPES, Luís Seabra (2003) – Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI, *Portugália*, Nova Série, Vol. XXIV, pp. 113-164.
- MATA, Aida (2012) – Da panela ao prato: o universo cerâmico dos beneditinos, in ARAÚJO, Maria; LÁZARO, Clemente; RAMOS, Anabela; ESTEVES, Alexandra – *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga: CITCEM.
- NEWSTEAD, Sarah, CASIMIRO, Tânia Manuel (2018) – Strange Adventures in a City Made of Marble: Exploring Pottery Production in Estremoz, Portugal, *Medieval Ceramics*, 37, pp. 37-45.
- NEWSTEAD, Sarah; CASIMIRO, Tânia Manuel (2020) – What’s that Smell? New Directions for Material Studies, *Antiquity*, 377, pp. 1314-1324.
- ROCHA, Ana Rita (2011) – *A Institucionalização dos Leprosos. O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Severino; BOLILA, Catarina; FILIPE, Vanessa; HENRIQUES, José Pedro; RIBEIRO, Inês; SIMÕES, Sara (2013) – As cerâmicas da Idade Moderna da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais, in TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José, coord. – *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, volume 2, Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 865-876.
- SANTOS, Maria José (2006) – O azeite e a vida do homem medieval, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. II, Porto: Faculdade de Letras, pp. 139-157.

- SEBASTIAN, Luís (2010) – *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SILVA, Ricardo Costeira (2012) – Primeira abordagem a um depósito moderno no antigo Paço episcopal de Coimbra (Museu Nacional de Machado de Castro): a cerâmica desde meados do século XV à consolidação da Renascença, in TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José, coord. – *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, volume 2, Lisboa: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, pp. 877-890.
- VASCONCELOS, C. (1921) – *Algumas palavras a respeito dos púcaros de Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VIANA, Mário (2015) – Dois recipientes de medida para líquidos de cerâmica, in BUGALHÃO, J., coord. – *Uma casa pré-pombalina na baixa lisboeta. Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAç, pp. 31-54.



FIG. 1 – Conjunto de cerâmica de cozinha. Carnide. Lisboa.

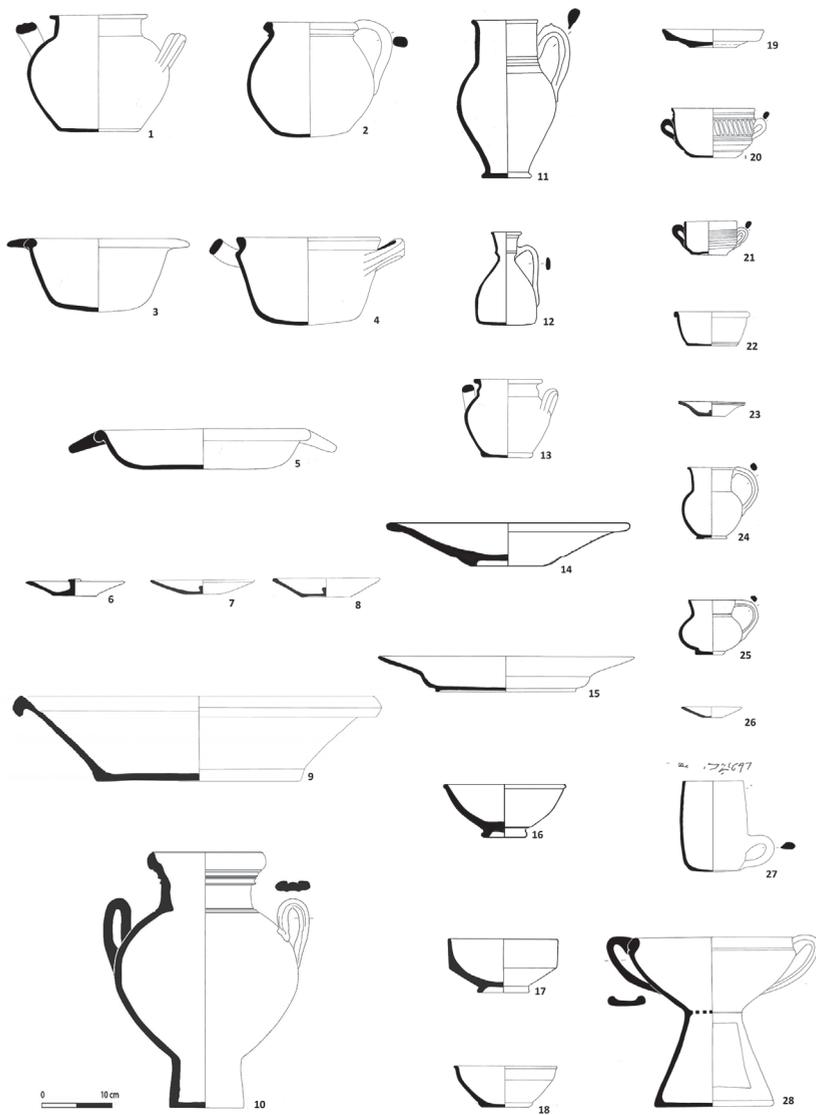


FIG. 2 – Formas cerâmicas identificadas em contextos arqueológicos.



FIG. 3 – Panelas (A) e tachos (B). Carnide. Lisboa.



FIG. 4 – *Tigela de fogo. Carnide. Lisboa.*

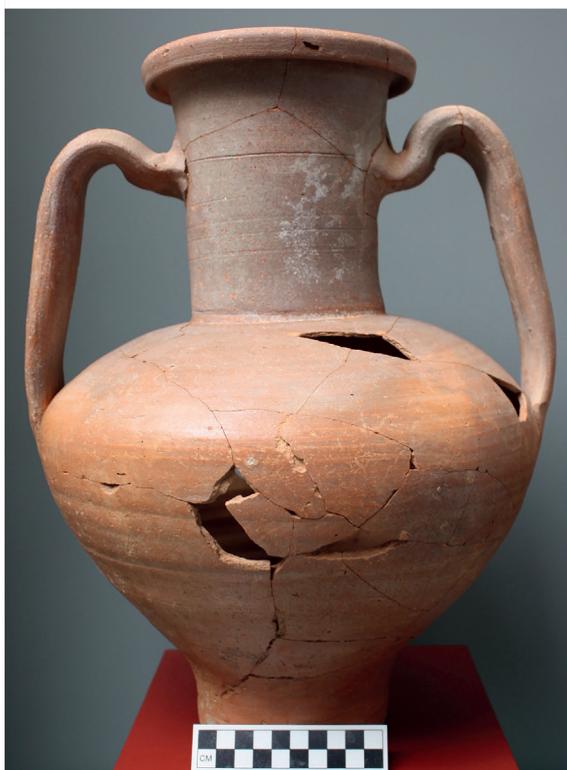


FIG. 5 – *Cântaro. Rua da Judiaria. Almada.*



FIG. 6 – *Potes vidrados. Carnide. Lisboa.*



FIG. 7 – *Taça vidrada. Carnide. Lisboa.*



FIG. 8 – *Púcaros. Carnide. Lisboa.*

DANIEL CARVALHO
UNIARQ/FLUL | FCT | LAQU¹
danielcarvalho1@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3908-5198>

GABINETES SETECENTISTAS NA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA
PORTUGUESA: ESPAÇOS, PROPRIETÁRIOS E ARTEFACTOS

SEVENTEENTH CENTURY CABINETS IN THE HISTORY
OF PORTUGUESE ARCHAEOLOGY: SPACES, COLLECTORS
AND ARTIFACTS²

“Conimbriga” LXI (2022) p. 295-325

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_8

Texto recebido em / Text submitted on: 28/09/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 02/06/2022

RESUMO: Neste artigo é explorada a temática dos Gabinetes setecentistas em Portugal. Com recurso a uma análise comparativa e a fontes históricas, apresenta-se o cenário da realidade portuguesa, ligando a temática do Antiquarismo à História da Arqueologia. Atravessando colecionadores, coleções e artefactos, a dimensão

¹ PhD Student Archaeology / UNIARQ/FLUL (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); LAQU (Laboratori d’Arqueologia Quantitativa da Universitat Autònoma de Barcelona); FCT Scholarship (Bolsairo da Fundação para a Ciência e Tecnologia) / Researcher UNIARQ-LAQU.

² Este trabalho foi apenas possível com o financiamento da bolsa de investigação proveniente da FCT, inserida no projeto de doutoramento “O Teórico Artificial: identificar conceitos, ideias e padrões no discurso arqueológico na Península Ibérica (XX-XXI) com recurso a métodos de Inteligência Artificial e Aprendizagem Automática” com a referência 2020.08612.BD.

arqueológica destes estabelecimentos é assim visível numa lógica de conjunto, oferecendo novos dados e perspectivas para a interpretação deste período, que se argumenta ser basilar para a formação da Arqueologia enquanto Ciência.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arqueologia; Teoria da Arqueologia; Gabinetes; Século XVIII; Colecionismo.

ABSTRACT: The thematic of seventeenth century Cabinets is explored in this article, most particularly in Portugal. Resorting to a comparative analysis and with the aid of historical documentation, the scenario of portuguese reality is presented, connecting the study of Antiquarianism to the History of Archaeology. Examining collectors, collections and artifacts, the archaeological dimension of these establishments is perceived with a connectivity logic, offering new data and perspectives for the interpretation of this chronological period, which is here argued to be of extreme importance to the shaping of Archaeology as a Science.

KEYWORDS: History of Archaeology; Theory of Archaeology; Cabinets; XVIII century; Collecionism.

GABINETES SETECENTISTAS NA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA: ESPAÇOS, PROPRIETÁRIOS E ARTEFACTOS

Introdução

Gabinetes, quer sejam referentes a coleções de curiosidades e/ou de antiguidades emergem na historiografia arqueológica aquando do estudo da origem científica da disciplina. De facto, intimamente associados ao fenómeno do Antiquarismo, estes espaços adquirem um lugar na história da Arqueologia, pela sua ligação à cultura material do Passado. Mas que lugar é esse e como é percecionado? Como se investiga esse fenómeno e como se valorizam os artefactos, sítios e observações inerentes a estes Gabinetes?

Ao longo da história da Arqueologia, diferentes autores dedicam um peso distinto ao Antiquarismo e, por consequência, ao papel dos Gabinetes. As obras *A Hundred and Fifty Years of Archaeology* (1976), de Glyn Daniel, e *A History of Archaeological Thought* (1996), de Bruce Trigger, representam uma visão semelhante. No entanto, com a obra de Alain Schnapp, *The Discovery of the Past* (1996), existe uma efetiva releitura do tema.

Cada obra acaba por invocar um objetivo distinto. Em *A Hundred and Fifty Years of Archaeology* (1976), este é bastante perceptível, com o Antiquarismo a representar uma fase negativa, com a qual se pretende apenas distanciamento (RUIZ-ZAPATERO, 2017: 8).

O Gabinete encontra-se efetivamente exposto nesta obra, mas apenas pelo seu valor futuro e pela capacidade de virem a beneficiar os museus de arqueologia: “These eighteenth-century travellers opened the eyes of Englishmen to the artistic achievements of the Ancient Mediterranean civilisations (...) These early collectors brought back with them antiquities for their closets and cabinets of curiosities – the forerunners of our archaeological museums.” (DANIEL, 1976: 21).

Em *A History of Archaeological Thought* (1996), o tema do Antiquarismo e dos Gabinetes é mais elaborado, mas a lógica é semelhante, apresentando-se estas realidades como uma antecâmara para a Arqueologia. Mais concretamente, a questão antediluviana é levantada, servindo os gabinetes para atestar uma percepção de artefactos e ferramentas líticas que seriam ligadas posteriormente a um conceito que ainda não existia, a Pré-História:

Antiquarian studies clearly evolved somewhat differently in Britain, Scandinavia, France, and Germany. Developments in Hungary and the western Slavic countries seem to have most resembled those in Germany. Yet everywhere in northern and central Europe early antiquarianism shared important features in common. Political leaders and scholars incorporated archaeological finds into their collections of curiosities. In some princes' collections local discoveries considered to have artistic merit were displayed alongside statues and painted vessels imported from Italy and Greece. Some digging was carried out to recover artifacts and occasionally laws were passed to protect antiquities and secure new finds for royal or national collections. Although archaeological discoveries were often fancifully associated with historically known peoples, no effective system was devised for dating prehistoric artifacts anywhere in Europe. In the absence of written inscriptions, it was not even clear which finds dated before earliest written records in any particular area and which did not (TRIGGER, 1996: 90-91).

Com *The Discovery of the Past* (1996), de Alain Schnapp, existe uma verdadeira disrupção no modo como o Gabinete pode contribuir para a história da Arqueologia. À semelhança de Bruce Trigger, o autor discorre sobre o reconhecimento de artefactos pré-históricos e o seu papel dentro destes estabelecimentos. No entanto, o Antiquarismo é um fenómeno muito mais aprofundado nesta obra, procurando-se conhecer a partir desse ponto as raízes para a interpretação arqueológica: “If archaeology began with the collection of antiquities, it came of age with their interpretation. (...) Archaeological interpretation needs a historical explanation of the way in which knowledge survives from the past.” (SCHNAPP, 1996: 163). Assim, a coleção gera conhecimento, com o Gabinete a constituir-se a variável espacial que o permite (SCHNAPP, 1996: 168).

Cada gabinete é ilustrado na obra através de iconografia do seu período correspondente, pretendendo demonstrar que coleções como

as de Ole Worm, Samuel von Quicchelberg e Ferrante Imperato são pedras basilares para o início de um método, e para uma vertente epistemológica nunca vista e que, segundo Schnapp, será de vital importância para a formação da disciplina. A visão de Krzysztof Pomian (1990; 1992) sobre o colecionismo antiquário é fulcral para compreender as motivações que se encontram na formulação e manutenção destes gabinetes.

Trabalhos como os de Gloria Mora (1998) e Jesús Salas Alvarez (2004) representam contributos relevantes para o período cronológico em questão e para a temática do colecionismo arqueológico.

Já Tim Murray (2007a) defende os potenciais benefícios de rever a inclusão do conceito do antiquário na história da Arqueologia e, já em obra de teor universalista (2007b), em que a junção de documentos onde figuram temas arqueológicos, coleções e ações de personagens são concebidas como marcos cronológicos importantes. Schnapp (2013) consolida todas estas questões com a proposta de estabelecer uma história global do Antiquarismo. Esta permitiria conceber as consequências deste fenómeno para a conceção do Passado e da sua materialidade, cruzando inevitavelmente diferentes histórias da Arqueologia existentes na Europa. De facto, a visão local destes fenómenos conduz a uma revisão e recontextualização de documentos, obras e ações num período preciso, normalmente dispostas em fontes de várias tipologias (SALAS ÁLVAREZ, 2004: 13). É nesta passagem de meios geográficos alargados para zonas específicas onde se encontra o processo atual de explorar o Gabinete como uma realidade de interesse arqueológico, balançando as duas dimensões, dado que este pode ser comparado a um autêntico microcosmo (POMIAN, 1990: 69). Deste modo, transita-se para o que o meio nacional, neste caso português, permite oferecer nesse sentido.

1. Portugal e os seus Gabinetes

O antiquarismo é um fenómeno que abrange um período temporal mais alargado do que o que é aqui explorado, mesmo no território português. É de ressaltar que, durante o século XVI, enquadrado no espírito humanista, André de Resende formulava a sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, dando conta do legado romano na Lusitânia, analisando epígrafes (FABIÃO, 2011: 36). Elementos deste século perdu-

rariam certamente para o seguinte, como é visível nos gabinetes intergeracionais, mas também as ideias e a proveniência artefactual.

No tocante ao período cronológico e face ao caso português, o Gabinete do século XVIII foi alvo de estudo quer por parte da história da Museologia quer pela história da Ciência. A principal bibliografia neste sentido é Brigola (2003), que estabelece uma perspetiva de conjunto, intrinsecamente de teor museológico, mas que permite lançar as bases para pesquisas futuras. Concretamente neste trabalho, partimos da sua lista de gabinetes para a análise biográfica desses mesmos espaços, procurando aumentá-la ao mesmo tempo que se explora a sua potencial dimensão arqueológica. Já a nível de historiografia da Ciência, o artigo de Lourenço e Gessner (2012) explora a temática dos instrumentos científicos relacionados com os Gabinetes de Física em Portugal e Brasil. No que toca ao colecionismo arqueológico neste período, a obra de Brigola (2009) representa um importante repositório de fontes para o efeito.

Para os efeitos deste artigo serão explorados 13 gabinetes, apresentados com as suas características individuais, e posteriormente analisados em conjunto.

1.1. Gabinete dos Condes da Ericeira (XVII-1755)

O Gabinete dos Condes da Ericeira apresenta-se como um projeto familiar, cuja duração atravessa a transição entre o século XVII e o XVIII. Idealizado por D. Luís de Menezes (1632-1690), 3º Conde da Ericeira, este espaço viria a albergar vários tipos distintos de artefactos e instrumentos científicos, assim como de obras de arte, que o seu filho, D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), 4º Conde da Ericeira, viria a expandir consideravelmente. Instalado no Palácio da Anunciada, em Lisboa, os limites físicos do gabinete não se limitam a uma divisão, dado que as coleções se encontravam dispersas pelos múltiplos espaços desta residência (COSTA, 1712: 438). Na descrição existente deste palácio é possível distinguir algumas particularidades no que toca a estas áreas:

- 1 – “(...) a melhor livreria de Portugal, pelo numeroso, & selecto, adornada de Globos, & instrumentos Mathematicos, medallhas, & outras antiguidades” (COSTA, 1712: 438).

- 2 – “(...) hum espaçoso jardim com huma fonte feyta por Berino (...) uma grande rua cuberta de redes, & chea de pássaros, & da outra parte de arvores, & hortas deliciosas” (COSTA, 1712: 438).
- 3 – “(...) quatro quartos diferentes adornados de preciosos moveis, & excelentes pinturas, & todos se terminaõ em hum bellissimo eyrado de obra Mosaica com varias fontes, & estatuas” (COSTA, 1712: 438).

Estes espaços, encontrando-se em consonância com o espírito de D. Francisco Xavier de Menezes, representam praticamente todas as áreas do saber a que o 4º Conde da Ericeira se dedica. A primeira divisão, a biblioteca, ou neste caso, “livraria”, é aqui assumida como o Gabinete; a segunda, o jardim e as imediações, o espaço que albergará as “(...) coizas pertencentes à Historia Natural” (LISBOA, 1786: 16); enquanto que a terceira simboliza a galeria de arte e da pintura. Sendo impossível compreender na sua totalidade o espírito colecionista dos Condes de Ericeira sem enumerar estas realidades, focamo-nos essencialmente no Gabinete em si. Este possui um carácter extremamente dinâmico, quer pela extensão do legado do 3º Conde da Ericeira quer pela tipologia dos artefactos e instrumentos científicos que aí figuram. Dado que a livraria se encontra em permanente atualização – os instrumentos científicos e as antiguidades representam atividades em franca expansão – este Gabinete modifica-se com o tempo, as vicissitudes que concernem ao seu proprietário e as funções que lhe são destinadas. Não é assim estranha a sua menção, especialmente em fontes ou bibliografia que deem conhecimento quer de uma coleção de História Natural (LISBOA, 1786: 16) quer de um Gabinete de física (BARBOSA, 1903: 29).

Precisamente pela multiplicidade de temas que aloja, é inequívoco tratar-se de um local de estudo e reflexão, ainda que com componentes muito práticas e de experimentação, o que denotam os instrumentos presentes. Uma outra função seria a partilha de conhecimento, através da instauração de academias eruditas cujas reuniões aconteceriam no Gabinete do Palácio da Anunciada.

Já o anterior proprietário, D. Luís de Menezes, instaurara a Academia das Conferências Eruditas cuja reorganização, pela parte do seu filho, viria a formar a Academia Portuguesa, em 1717 (PAÇO, 1964: 70). Desta última reunião conhece-se a ordem de trabalhos:

O Conde de Ericeyra querendo fazer comunicável a sua universalidade em toda a literatura, & dirigir os corações, & os discursos às virtudes moraes, & as sciencias, tirando destas as especulaçoens inúteis, instituindo no seu palácio hum congresso de pessoas eruditas, com o titulo de Academia Portugueza, cujas leys se comprehendem em vinte & dos preceitos. As assembleas começaraõ em 26. do mez de Mayo, & se continuaõ todas as quartas feyras de tarde. Em cada huma há sempre huma lição de Filosofia moral, outra de Filologia. Assumptos para dissertaçõens, Mathematicas, Phísicas, Moraes, & Criticas, & para versos (Gazeta de Lisboa, 10/6/1717).

Dos assuntos que a Academia Portugueza tratou, muitos se relacionaram com a erudição do Conde e, por conseguinte, usufruem dos instrumentos e objetos que se encontram no Gabinete deste último. Deste modo, o ambiente não proporciona apenas uma presença estética que emana intelectualidade, mas uma capacidade de uso, de relacionamento prático com as matérias das quais se tratam. Há que verificar que, nesta notícia, a presença das antiguidades como assunto aparenta estar ausente. Tal deve-se à inexistência de uma categoria de estatuto de estudo própria, como possuem a Matemática ou a Filologia, o que leva a que estas antiguidades sirvam na maior parte das vezes, como visível no capítulo anterior, de exemplos para a argumentação de um tema mais vasto. No entanto, não é de descurar a sua importância, dado que a generalidade dos académicos desta instituição viriam a pertencer à Academia Real da História Portuguesa, o que pressupõe que estes futuros membros dispunham do interesse pelas antiguidades e habilidades para as estudar. No que trata às antiguidades presentes neste Gabinete, é possível verificar a existência de medalhas e moedas pelas informações expostas anteriormente. Consegue-se ainda traçar a sua potencial proveniência, com a possibilidade de alguns destes objetos originarem de Condeixa-a-Velha, portanto Conímbriga, aos que se juntariam “vasos” e “esculpturas”, o que permite avançar com a hipótese de se tratarem de antiguidades do período romano (BARBOSA, 1868: 270). Este Gabinete viria a conhecer o seu fim com o terramoto de 1755, quando um incêndio devastaria o Palácio da Anunciada, levando consigo as coleções que se encontravam neste espaço.

1.2. Gabinete da Academia Real da História Portuguesa (1721-1755)

Com o nascimento da Academia Real da História Portuguesa, em 1721, surgiu igualmente um espaço cujo intuito seria providenciar uma visão das antiguidades nacionais. Essa lógica de conjunto estaria intimamente ligada com a pluralidade dos propósitos da Academia em termos da sua produção historiográfica, como é patente nas suas diversas conferências. Na base dos seus objetivos, o Alvará de Ley de 17 de agosto de 1721 toma um papel fundamental. Reconhecido na Europa como um dos primeiros documentos a ser formulado visando a proteção e salvaguarda do Património Cultural (FABIÃO, 2011: 49; RAMOS, 2021), ditava os moldes pelos quais se deveria investigar, salvar e punir eventuais transgressores que destruíssem monumentos relevantes.

Sublinhem-se certos pontos que se consideram fundamentais. O transgressor, neste caso, quem destrua, oculte ou dificulte o acesso às antiguidades, sofrerá o desagrado de D. João V, independentemente da sua camada social. A expressa menção de que ninguém está acima desta proibição demonstra o valor destas Antiguidades para a “glória da Nação Portuguesa”. As Antiguidades pertencem a um determinado espectro temporal, sendo os “(...) monumentos antigos, que havia, e se podia descobrir no Reyno dos tempos, em que nelle dominàrao os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, e Arabios (...)” (Alvará em forma de Ley de 1721).

A conceção da história dos povos que habitaram no país é a vigente à época, de acordo com o que as fontes clássicas e medievais reportam. Não deixa de existir um marco temporal, o reinado de D. Sebastião, para o alcance desta medida. Assim depreende-se que os vestígios do domínio espanhol não estão contemplados e que, subsequentemente, quaisquer atos de vandalismo não incorram no desagrado do Rei.

Deste modo, o Alvará em forma de Ley concebe-se igualmente com uma dimensão de instrumentalização política, dado que não penaliza a extinção de um momento da história recente do país, a falta de Antiguidade deixa assim desprotegidos outros edifícios do Reino. Já as “antigualhas” em questão são “(...) edifícios, estatuas, mármore, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas, e outros artefactos (...)” (Alvará de Ley de 1721). Repare-se que existem componentes comuns

a estes vestígios, quer seja pela sua dimensão arquitetónica e artística quer pela sua capacidade de retenção de escrita ou elementos identificáveis que remetam para a sua cronologia.

Estes dados constituem-se como uma constante no que toca à preferência de estudo dos antiquários, intimamente ligada com a história de arte e filologia, mas com o redobrado propósito da potencialidade comparativa com as fontes escritas. Contudo, há espaço para outras antiguidades, o que permite abertura para as inquirições e para novas descobertas. Finalmente, D. João V relega para as “(...) Camaras das Cidades, e Villas deste Reyno (...)” que se comunique novos achados e que conservem e guardem as antiguidades existentes na localidade (Alvará em forma de Ley de 1721). Assim, estende a sua vontade para uma infraestrutura que, em constante comunicação direta, possui a responsabilidade de aplicar na prática esta lei.

Este projeto coletivo era apenas possível através das informações disponibilizadas pelas terras que teriam recebido notícia do Alvará em forma de Ley e da sua execução, dos próprios académicos que, deslocando-se pelo país, remetiam artefactos e ilustrações ao secretariado da Academia. A título de exemplo, aprofundamos os trabalhos de membros específicos desta instituição.

D. Jerónimo Contador de Argote é um académico com particular relevância para o estudo das antiguidades portuguesas. Nas Memórias Históricas para o Arcebispado de Braga, o autor discorre, em vários volumes, sobre as origens do território bracarense. A nível arqueológico o seu testemunho afigura-se frutuoso pois além de dar particular importância à ocupação romana e às materialidades que dela advirão, Contador de Argote enuncia e descreve antigualhas que observou ou cujas notícias lhe fizeram chegar. O seu propósito não é de todo meramente estético: estas antiguidades produzem a prova necessária para a justificação da narrativa cronológica que o autor pretende transmitir. O facto de se encontrarem antiguidades *in loco*, que corroboram as fontes clássicas, permite a segurança necessária para estruturar um relato histórico cuja fidelidade seja assegurada.

Se de facto as fontes orientam a pesquisa, as estruturas, vias, vestígios arquitetónicos, em suma, a materialidade é a prova fundamental para os argumentos que o autor apresenta. Os “juízos” presentes na obra caracterizam-se, geralmente, por inferências a partir de vestígios *in loco*, cuja visita pelo próprio é necessária, para atestar a veracidade ao leitor (ARGOTE, 1734: 464). Dado o cariz geográfico da obra, a

descrição de montes, vales e povoações que possuíssem vestígios de ocupação romana era exaustiva.

A preocupação em demarcar os limites e as vias traduzia-se no uso das inscrições como potenciais marcos na paisagem. Da multiplicidade de aspetos que Contador de Argote trata, a capacidade de retirar “(...) as distancias das terras, os nomes, os edificios, e as Familias (...)” (ARGOTE, 1734: 513) das inscrições é uma das mais relevantes características que estas antiguidades dispõem. De facto, a sua importância é de tal modo expressiva que a utilização de manuais internacionais para permitir o reconhecimento, recolha e investigação de vestígios materiais da Antiguidade tomam parte das obras portuguesas.

Associada à investigação do académico encontra-se ainda uma referência incontornável à arte pré-histórica rupestre: as gravuras de Cachão da Rapa, em Carrazeda de Ansiães, presentes na obra de Contador de Argote (ARGOTE, 1734). Não seria atribuída uma antiguidade concreta a estes caracteres, mas atestou-se efetivamente a sua existência.

No que toca ao período pré-histórico, encontramos ainda um testemunho extremamente relevante, do académico Mendonça e Pina, que em 1733, apresenta uma comunicação à Academia acerca do que hoje sabemos serem monumentos megalíticos. A tese de Mendonça e Pina encontra-se numa ligação com a religião, em particular, com o catolicismo:

(...) os pastores e rústicos circunvizinhos affirmao, que erao Altares, em que se queimavao algum dia as primícias; noticia, que conservao por tradição, e de que faz menção o sobredito author; e reparamos, que em Italia, França, Germania, Hungria e Castella, nunca vimos semelhantes Altares, ou Antas (PINA, 1733: XVI).

De facto, socorrendo-se dos relatos de tradições locais, Mendonça e Pina recupera dados que lhe permitem estabelecer um paralelo funcional entre o propósito de um altar e o de uma anta. A queima de dádivas para obter boas colheitas não seria de todo incomum à memória popular, estabelecendo-se como um elemento unificador entre as antas e as populações vizinhas. O académico refere ainda quão único aparenta ser este fenómeno, dado que pela sua própria observação nunca verificou a existência destes monumentos em qualquer um dos países mencionados.

No que toca às antas, a sua artificialidade é inequívoca. Dado o seu carácter humano, Mendonça e Pina pôde, por pura regressão histórica, estabelecer uma cronologia relativa, especificamente reportando-se às tradições religiosas dos povos antigos. Eliminando consecutivamente alguns destes últimos, quer por características arquitetónicas ou pela potencial funcionalidade da anta como altar, o académico remete para os tempos em que ainda não se utilizavam ferramentas feitas de ferro (PINA, 1733: XVI; CARDOSO, 2022: 294).

Perfeitamente enquadrado no paradigma bíblico, este argumento emerge como a mais recuada menção de artifícios humanos concebível à época. Face a estes primeiros povoadores, as antas transformam-se em testemunhos de inegável importância para uma sociedade católica, dado que os vestígios por excelência do culto a Deus nas etapas iniciais da civilização não podem deixar de ser estudadas. A constituição da anta como fenómeno primordial católico é uma particularidade portuguesa, com o druidismo e celticismo a imperar como mecanismos epistemológicos no resto da Europa (FABIÃO, 2011: 59).

De facto, compreende-se existir um conjunto de incumbências atribuídas aos seus membros. A lista de objetivos é vasta e ambiciosa, no sentido de que cobre vários temas – religião, política, economia – num meio geográfico nacional e ultramarino numa dilatada cronologia. É nesse âmbito que encontramos a ação do Marquês de Abrantes e do Conde da Ericeira. O primeiro não só é diretor desta instituição, o que revela uma atitude ativa acerca da escrita da História de Portugal, como possui a tarefa de escrever a história das medalhas do Reino (SYLVA, 1727: 66). Já ao segundo cabe a escrita da História e Memórias da Diocese de Évora (SYLVA, 1727: 60). Repare-se em como estas missões se vão conectar com os conteúdos dos respetivos Gabinetes, como veremos de seguida. No caso do Marquês de Abrantes, o medalheiro tinha a capacidade de oferecer uma componente experimental e útil. Por outro lado, no Gabinete do Conde da Ericeira, esse intimamente ligado a uma componente prática devido aos instrumentos que lá figuravam, como vimos anteriormente, abundavam igualmente antiguidades.

A escrita da História bebia diretamente das antiguidades. Como a História de Évora, como exemplo, era tendencialmente, pela herança humanista de autores como André de Resende, uma narrativa que incluía objetos arqueológicos, não seria estranha a utilização de antiguidades como estátuas, medalhas e vasos para ilustrar esse mesmo conhecimento da diocese. Assim, os gabinetes destes eruditos, dentro

das funções que pudessem possuir, praticavam, através da dimensão arqueológica, uma escrita da História. Os artefactos eram a prova necessária, mas se esse regime probatório assentasse numa visão empírica, na posse das antiguidades e na possibilidade de os analisar pessoalmente, aliada à lógica dos autores de fé, estariam completos os requisitos para a conceção da historiografia setecentista.

Entre muitos outros exemplos de investigação, o labor dos membros da Academia é notório: “(...) [a acção da Academia] permitiu ainda encontrar restos arqueológicos que, em muitos casos, puderam ser salvos da destruição constituindo a decisão régia um estímulo para se erguer o primeiro inventário artístico do Reino.” (SERRÃO, 1974: 72).

É de particular interesse referir que em 1727, é escrita uma obra que evidencia a história desta instituição, apenas seis anos após a sua formulação, da autoria de D. Manuel Telles da Sylva, Marquês do Alegrete e Secretário da Academia.

O terramoto de 1755 viria a ditar a destruição desta coleção, com o edifício onde estava sediada a Academia Real da História Portuguesa a sofrer danos irreversíveis.

1.3. Gabinete do Duque do Cadaval (XVIII-1755)

Gabinete formado por D. Jaime de Melo, 3º Duque do Cadaval, no seu palácio em Lisboa. A sua coleção é fundamentalmente reconhecida pela inclusão de objetos numismáticos e de manuscritos antigos (BARBOSA, 1903: 30). Na sua biblioteca privada encontrava-se anexada a coleção de moedas antigas, sendo algumas pertencentes ao período romano (SOUSA, 1738: 107). Este Gabinete terá sido afetado pelo terramoto de 1755, não se conhecendo referências posteriores a esta coleção.

1.4. Gabinete dos Marquês de Abrantes (XVII-?)

O Gabinete dos Marquês de Abrantes resulta de uma conceção familiar, à semelhança do realizado pelos Condes da Ericeira. A coleção era conhecida principalmente pelo seu avultado medalheiro, instaurado no seu palácio, onde se encontravam medalhas antigas, de ouro e prata (CENÁCULO, 1843: 277). D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733), primeiro Marquês de Abrantes, membro proeminente da

Academia Real de História Portuguesa, possuía como objetivo a escrita da história das medalhas e numismática de Portugal (Gazeta de Lisboa, 7/5/1733). Menos relatada é a presença de artefactos arqueológicos, que proviriam de sítios com ocupação romana, como no caso do Gabinete dos Condes da Ericeira (BARBOSA, 1868: 270).

Este dado é tanto ou quanto mais plausível face à estada de D. Rodrigo Meneses em Roma, desempenhando funções de embaixador e se ocupava de assuntos ligados às belas artes e às ciências (RIBEIRO, 1872: 195-196). O seu filho, D. Joaquim Francisco de Sá Almeida e Meneses (1695-1756), que viria a dar continuidade às coleções do seu pai, acabaria por colaborar com D. António Caetano de Sousa (1674-1759) no esboço de escrita de um capítulo sobre as antigas medalhas do reino de Portugal (SOUSA, 1738: 105). Do mesmo modo, resgatou os resquícios da coleção que sobreviveram aos episódios destrutivos do terramoto de 1755, e adicionou, ainda que brevemente, objetos da história natural (BARBOSA, 1903: 30). O término deste Gabinete não se aparenta passível de verificar.

1.5. Gabinete de Frei Manuel do Cenáculo (1755-1791)

As atividades eruditas de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), pela sua dimensão e multiplicidade, apresentam-se como ímpares no século XVIII português. Seria pela sua erudição, que viria a formar, em 1791, o Museu Sisenando Cenaculano Pacense, onde confluíam todos os objetos, matérias e ideais que o bispo possuía (BRIGOLA, 2003: 423; ALMAGRO-GORBEA, CARDOSO E ANTUNES, 2020: 239). No entanto, as suas investigações arqueológicas permitem compreender que o seu museu em Beja, já um produto maduro destas, teria raízes mais profundas.

Cenáculo, para além de toda uma obra pautada por um interesse arqueológico expressivo que será evocado num ponto posterior, procedeu a uma descoberta de artefactos de extrema importância: as estelas da Escrita do Sudoeste. Este sistema de escrita, inserido, face aos dados do conhecimento hoje disponível, no quadro cronológico da Idade do Bronze, seria alvo das indagações do prelado, desenhadas no Álbum das Lápides e expostas no Museu de Évora. Frei Manoel do Cenáculo, embora preconize uma potencial Idade do Bronze para o território nacional, não correlaciona estes achados com os artefactos

em bronze que analisou ainda que sublinhe o poder informativo que as escavações possuem para enquadrar estes achados, como no Castro da Cola (CENÁCULO, 1791: 384-385).

Assim, Cenáculo assume o sistema de escrita como tendo caracteres com semelhanças fenícias ou turdetanas, remetendo-as para uma fase de “civilização”. Aplicando os mesmos métodos epigráficos que efetua para outros registos, Cenáculo interessa-se por estes achados na medida em que são testemunhos que possuem elementos que considera fundamentais: as letras. Desde o Grego ao Hebraico, o prelado discorre, ao longo das suas obras, da importância do estudo da génese da literatura, enquanto fator cultural latente nas civilizações, na mente daqueles que se consideram povos cultos (CENÁCULO, 1791: 17-18). Assim, há que inserir estas descobertas na agenda de Cenáculo, de cultivar as populações e de explicar-lhes a importância da história da Literatura, onde utiliza esses vestígios epigráficos. No que toca à escrita da História setecentista, a presença de um sistema de escrita é considerado uma inovação que está muito além das capacidades da barbárie. Deste modo, quaisquer vestígios que possuam características de uma escrita são testemunhos civilizacionais. Frei Manoel do Cenáculo, perante um fenómeno desconhecido, mas de manifesta antiguidade, age com a lógica que a época permite, recuando estas estelas como pertencentes às nações mais antigas que povoaram aquele território (CENÁCULO, 1791: 385). Por outro lado, o prelado constitui como sua missão a proliferação do saber e dos valores culturais portugueses, em conformidade com os cânones iluministas. Assim, na sua busca por sítios chave da História Portuguesa, contextualiza os achados segundo o seu conhecimento, um modelo temporal bíblico e uma lógica de servir o presente através do passado, perspetiva comum a estes investigadores. Por estes motivos, a distinção entre a barbárie e civilização e entre o antigo e o moderno são traços característicos destas interpretações, que são utilizadas face a realidades que não possuam fontes, tradições ou dados.

A sua rede pessoal é a mais expressiva do conjunto dos colecionadores que tratam de temáticas históricas e arqueológicas. O extenso volume de documentação que se reporta à correspondência enviada e recebida abarca milhares de epístolas, cujos assuntos variam enormemente, demonstrando a já conhecida erudição de Cenáculo (OLIVEIRA, 2013: 179-180). Quer em âmbito internacional ou nacional, o prelado de Beja possui um nítido interesse no estabelecimento de um universo vasto de correspondentes, trocando artefactos e informações através

dos seus contactos. De facto, Cenáculo será o elemento agregador do pensamento arqueológico para os finais do século XVIII, juntando em seu redor os colecionadores, eruditos e curiosos que ainda existem no término deste período.

Após o terramoto de 1755, Cenáculo salvaguardou um conjunto de antiguidades romanas (FABIÃO, 2011: 64), sendo que até 1777 reunirá os mais variados objetos, concretamente uma coleção de moedas, no Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa (BRIGOLA, 2003: 426). Um traço particular é a sua ação na descoberta dos materiais que coleciona, procedendo a escavações em Sines, Tróia, Ourique e outras zonas do sul do país, registando e inventariando artefactos (FABIÃO, 2011: 70; BARROS, 2014: 18). Assim, a existência de um Gabinete precede o museu, sendo que o primeiro terá certamente servido de pano de fundo para a constituição do segundo. De facto, a passagem de Beja para Évora, quando Cenáculo se torna Arcebispo dessa mesma região, acabaria por dotar esta última de um museu de conteúdo extremamente relevante, que elevaria a vida cultural da mesma (ALMAGRO-GORBEA, CARDOSO E ANTUNES, 2020: 241)

Deste modo, quando se origina o museu, dá-se uma nova etapa, uma reformulação dos propósitos do Gabinete, pelo que consideramos a data do término deste último em 1791, embora o pendor colecionista de Frei Manuel do Cenáculo perdure para além da passagem do século. Com o enriquecimento de vários gabinetes que frequenta, Cenáculo viria a ser fulcral no estabelecimento da coleção antiquária da Real Academia das Ciências de Lisboa, recentemente alvo de estudo no olhar arqueológico contemporâneo (ALMAGRO-GORBEA, CARDOSO E ANTUNES, 2020).

1.6. Gabinete de Domingos Vandelli (1764-1772)

Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), erudito especializado em História Natural e que viria para Portugal a pedido do Marquês de Pombal (CRUZ, 1976: 6), mais sobejamente conhecido por Domingos Vandelli, viria a oferecer uma das coleções mais vastas e conhecidas no que toca à lista de Gabinetes que aqui figuram. Em primeiro lugar porque se distinguem dois momentos na sua atividade colecionista: a formulação em Pádua, Itália, de um *museo*, entre 1757 e 1763, e uma outra realização já constituída a partir de Lisboa, entre 1764 e 1772,

sendo que ambas acabariam por se fundir, integrando as coleções da Universidade de Coimbra, no ano de 1772 (BRIGOLA, 2003: 147). Vandelli desempenharia igualmente uma importante função nesta mesma instituição educativa, ocupando a cadeira de Química e História Natural e utilizando as suas coleções para auxiliar o processo didático (RATTON, 1920: 164).

É de ressaltar que o carácter utilitário que se depreende da observação dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), onde se contemplam comentários acerca da natureza da componente privada destes Gabinetes, se alia a um carácter eminentemente político e ideológico, nomeadamente no que toca ao episódio da expulsão da Ordem dos Jesuítas: “O que V. S. a me participa sobre o Gabinete que vai formando Vandelli na antes Livraria Jesuítica, faz lembrar o como a Providencia Divina se serve muitas vezes da malícia humana para instrumento de obra utilíssima, e de tanta necessidade como esta.” (RIBEIRO, 1872: 389). É com a junção de dois documentos, Saggio del Museo di Domenico Vandelli. Padova (1763) e Auto de Exame e Avaliação dos Varios Generos, e productos de que se compoem dous Gabinetes do Museu da Historia Natural, que se achão nesta Universidade (1779) que se compreendem as dinâmicas e conteúdos da sua coleção.

Do primeiro documento, importa frisar apenas uma pequena parte, dada ser a nossa problemática a parte que reporta às antiguidades, que enuncia os objetos arqueológicos que figuram no Gabinete de Pádua:

(...) XVIII° Antichità, cioè Urne, vasi lacriminali, lucerne, idoli, voti, etc., e 3000 monete e medaglie Romane, Greche, etc. Un Centauro d’argento com ruote interne, per le quali camina, e getta la freccia. Un orologio da tavolino com pittura di Raffaerl d’Urbino, adornato di diaspri, agate, corniole, ed onici (Saggio del Museo di Domenico Vandelli. Padova. Por Domingos Vandelli, 1763, apud BRIGOLA, 2003: 583).

No segundo documento, já relativo à coleção adquirida pela Universidade de Coimbra, encontram-se igualmente artefactos, oferecendo também dados de natureza comercial, sobre o ato da aquisição deste já segundo Gabinete:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de Mil Settecentos settenta e nove; aos vinte dias do Mez de Julho do ditto Anno: No Museu desta Univercidade sendo presentes os Doutores Joze Monteiro da Rocha, Lente da Cadeira das Sciencias Fizico Mathematicas; e João Antonio

Dalla Bella, Lente da Cadeira de Física Experimental; os quaes ambos por Portaria do Ex.mo e R.mo Snr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Zenopole, cuadjutor, e futuro successor da Dioceze de Coimbra, do Conselho de Sua Magestade e Reformador Reytor desta Universidade etc datada em dezasete do mesmo Méz, forão convocados ao dito lugar, por terem sido nomeados como Deputados da Congregação Filozofica, para examinarem e avaliarem, os varios Generos e productos de que se compoem o Museu da Historia Natural que o D.or Domingos Vandelli Lentes das Cadeiras de Historia Natural, e de Chymica; tinha na Universidade de Pádua, e que para esta Universidade, tinha sido conduzido por ordem e a custa de Sua Magestade o Senhor Rey Dom José o I.º que Deus tem em Gloria, sendo antes ajustado pelo preço de déz mil cruzados: E procendo ambos os dittos Deputados, ao referido exame e avaliação, obcervando meudamente todos os productos pertencentes aos trez Reinos da Natureza, acharão que no Reino Animal contem o dito Museu, diferentes preparações anatomicas, em seco feitas sobre paineis, esqueletos de varios animais e varios abortos de idades diffrentes, concervados em espirito de vinho; e tambem varias conchas raras entre. varios testaceos, e Lithoficos: No Reino Mineral observarão huma copiosa colleção de Marmores diferentes da Italia, e outros Paizes; outra grande colleção de diversas Minas Metallicas, em que entrão algumas de ouro e prata; outra grande colleção de Petrificados, tanto do Reino Vegetal, como do Animal: Outra boa colleção de pedras duras, e preciosas, em que entrão topazios, Esmeraldas, e Chrysolitas, Porphidos, e outras; e finalmente outra Collecção notavel de diferentes terras, tanto primitivas, como derivativas: E no Reino Vegetal, examinarão em primeiro lugar, huma copiosissima ColJecção de Plantas Secas bem concervadas, e dispostas, em claces, conforme o Systema de Linneo, em muitos armarios; e em Segundo lugar, huma grande de diferentes Madeiras, Frutas, Sementes, e outras couzas semelhantes. Alem do referido examinarão, huma grande Collecção, quazi completa de Medalhas Romanas, entre as quais muitas são de prata, e algumas de Ouro, com muitas outras da meya idade, e algumas modernas; e com Lucernas antigas, Vazos cinerarios, e finalmente hurna Estatua de hum centauro de. prata com arteficio para se mover por si mesma, fazendo diferentes giros e atirando setas. E sendo tudo visto, e ponderando as grandes despezas, que erão necessarias para formar huma tão numeroza, e escolhida Collecção, julgarão que ella vale muito bem a quantia dos déz mil cruzados pela qual tinha sido ajustado (...) (Auto de Exame e Avaliação dos Varios Generos, e productos de que se compoem dous Gabinetes do Museu da Historia Natural, que se achão nesta Universidade. Por José Monteiro da Rocha e João Anto dalla Bella, 1779, apud CRUZ, 1976: 38-39).

Não deixa de ser relevante frisar que, do primeiro para o segundo documento, o número de antiguidades é descrito de modo distinto. O relato mais expressivo e demorado realizado pelo próprio Vandelli é encurtado, e embora se refira a natureza dos metais que constituem as medalhas, o número destas não é especificado, existindo igualmente artefactos, como as urnas, os ídolos e os votos a não figurarem no primeiro. Esta ausência na fonte em questão não implica necessariamente que as antiguidades tenham desaparecido à data da sua formulação. Por outro lado, o facto de se encontrarem omissas poderia representar um dado que, em consonância com o aumento do interesse pela História Natural no gosto português, poderia relegar para segundo plano a coleção de antiguidades.

1.7. Gabinete de Gerard de Visme (1778-1834)

Gerard de Visme (1725-1797) estabeleceria um Gabinete numa quinta perto de S. Domingos de Benfica, comprando os terrenos em 1767, sendo edificada a sua casa de férias em 1778. Dado que em 1791 esta quinta, juntamente com o “museo” é anunciada como estando em venda na Gazeta de Lisboa (Gazeta de Lisboa, 27/12/1791), neste espaço de treze anos, Gerard de Visme terá constituído uma coleção baseada em História Natural e antiguidades (BARBOSA, 1903: 34).

A compra foi efetuada pelo 3º Marquês de Abrantes, D. Pedro de Lencastre da Silveira Castelo Branco Almeida Sá e Meneses (1771-1828), o que oferece novos dados sobre a continuidade do gosto pelo colecionismo dos Marqueses de Abrantes, assim como a potencialidade de existirem fusões entre Gabinetes, ao longo dos tempos. Finalmente, a quinta e o Gabinete de De Visme seriam propriedade da Infanta D. Isabel Maria, a partir de 1834, aquando da venda pela parte dos herdeiros de D. Pedro de Lencastre (BARBOSA, 1903: 34).

1.8. Gabinete de Francisco Martins Sampaio (1780-1794)

O Gabinete de Francisco Martins Sampaio (?-1794), localizado no Largo do Calhariz em Lisboa, conhece-se fundamentalmente pelos contactos que o advogado da Casa da Suplicação possuía com Frei Manuel do Cenáculo, remetendo uma data inicial da formação

desta coleção para 1780, quando se terá efetuado essa troca de correspondência (BRIGOLA, 2003: 406). A sua venda atravessa duas fases, explanadas na Gazeta de Lisboa, sendo a primeira ainda efetuada em 1793:

O Advogado Francisco Martins Sampaio, morador ao Calhariz, pertende vender o seu Gabinete Conchiliologico, e juntamente a Collecção de Arvores Marinhas, e Petrificações: quem o quizer comprar por junto, sendo pessoa em quem se não presuma mais curiosidade de ver, que vontade de comprar, pode ir vello (Gazeta de Lisboa, 24/12/1793).

Por estes dados, verifica-se que a coleção estaria ligada à História Natural, concretamente conchas, corais e fósseis. No entanto, e face à inexistência de compradores interessados e ao falecimento do proprietário em 1794, uma segunda notícia, muito mais detalhada, surge na Gazeta de Lisboa:

Por falecimento do Doutor Francisco Martins Sampaio se põe em venda, por seu Testamenteiro Manoel Rodrigues de Sá Viana, o seu precioso Gabinete de História Natural, bem conhecido pelas raras produções que contém dos Reinos da Natureza. A parte da Conchiologia he mais completa, por nella haver as cousas mais raras e mais escolhidas. Tambem comprehende Coraes, Madreporos, e Coralleiras igualmente raras, e vários Bezoares Orientaes e Occidentaes de diversos animaes. Na Mineralogia contém varias produções muito raras, e finalmente huma numerosa Collecção de Medalha de ouro, prata, &c. e varias pinturas em Mosaico, com outras curiosidades da Arte (Gazeta de Lisboa, 7/3/1794).

Não só se exalta o carácter de raridade ou de coesão interna das divisões das coleções, como se adensam as características do seu conteúdo. É de sublinhar a existência de medalheiro, pinturas em mosaico e objetos artísticos que não figuravam na notícia anterior. Não implica que estas não tenham existido no ano da primeira tentativa de venda, mas antes o desinteresse em relevar a total extensão deste Gabinete pode denotar uma mudança de gosto pela parte do público que consome estas coleções. Em todo o caso, a tentativa terá produzido resultados positivos, presumindo-se que tenha sido adquirido posteriormente.

1.9. Gabinete de José Mayne (1780-1834)

Este Gabinete, criado por Frei José Mayne (1728-1792), da Terceira Ordem de S. Francisco, composto por artefactos, objetos artísticos e um medalheiro, entre outros produtos naturais, sendo que Frei Manuel do Cenáculo terá ajudado na sua constituição, fornecendo doações das suas próprias pesquisas (BARBOSA, 1903: 32). Após a morte de Mayne, as suas coleções continuariam a figurar no Convento de Jesus, em Lisboa, onde se encontrava instalado, sendo que, a partir da extinção das ordens religiosas, em 1834, passaria a integrar o Museu da Academia Real das Ciências de Lisboa (BARBOSA, 1903: 33).

1.10. Gabinete dos Marquês de Angeja (1782-1840)

Este espaço organizado por D. Pedro José de Noronha, 3º Marquês de Angeja (1716-1788) e pelo seu filho D. António José Xavier de Noronha, 4º Marquês de Angeja e 6º Conde de Vila Verde (1741-1811), constituía-se como um Gabinete e um jardim botânico, respetivamente no Palácio da Junqueira e no Palácio do Lumiar (BRIGOLA, 2003: 536). Das suas coleções destacam-se duas particularidades: a primeira o facto de possuir um projeto museológico conhecido, cujas plantas e disposição ainda hoje se conhecem (GUEDES, 1993-1994: 373) e a segunda, a notícia de intelectuais estrangeiros que visitaram e detalharam o Gabinete em questão (VASCONCELOS, 1920: 153).

Embora a construção do estabelecimento se reporte apenas ao acondicionamento de materiais relativos à História Natural no Palácio do Lumiar, é possível ressaltar a importância que a atividade colecionista em geral desempenharia para esta família, dado que as implicações de erguer um anexo de raiz, nos terrenos do palácio, assim como o transporte, manutenção e supervisão de animais e plantas seriam expressivas. Já os relatos de intelectuais estrangeiros cristalizam-se no testemunho de Francisco Pérez Bayer, que visita o Gabinete em 1782 e de Heinrich Link, já no final do século. Deste viajante é conhecido o seu diário, transcrito para O Arqueólogo Português por Leite de Vasconcelos (1920), pela sua pertinência para a história da ciência nacional. Transcreve-se, portanto, a parte referente às coleções do Marquês de Angeja:

Jueves 21 – Por la mañana tenia cita para ir á ver el museo de el Marques d’Angeisa. (...) El museo de medallas, si quitamos la colección de varones ilustres en que abunda, y entre los que hai muchissimas medallas de oro y plata, y medallones, no és cosa particular. El de Historia natural és seguramente cosa mui grande. El ramo de minerales tiene piezas, una de oro como lo crió el Autor de la Naturaleza de una libra y más, y otras menores. De plata hai especialmente un trozo que pesa veinte y quatro libras castellanas: christal de roca en que hai una esmeralda: outro en que hay un zafiro, y otros en que se vem otras piedras y raridades no solo preciosas por su estranheza, sino por su valor. Conchas com pelras ya formadas y pegadas á ellas muchissimas y mui grandes: piedras assi de Portugal como de fuera, diaspros, verde antico, lápis lazúli, agathas mui diafnas: piedras medicinales, y otras sin numero. Petrificaciones de insectos, de maderas de hongos, de uma hoja de col, que coge tanto âmbito como una mediana campana &. Mucho y mui selecto de Ornitologia y Ichtyologia (ó de aves y peces), coquillages, insectos. Armas de los Indios de madera. Instrumentos para cortar arboles y labrar los utensilios de las casas, sillas, mesas, areas, telas larguissimas y de seis y siete palmos de ancho á manera de los papeles gruesos de la China, sin que se reconozca tejido, ni urdimbre ni trama mui sutil y tan flexible como las musselinas lo que á mi me causava admiración, porque me dixo el que nos enseñaba el museo, que el material de aquella tela eran cortezas (quiso decir fibras ó la camisa interior entre la corteza y el tronco que és por donde se comunica á los arboles el jugo) de ciertas plantas, semejantes al Biblo o papiro de los Egipcios, y veemos que este papiro no és flexible y solo permite rollarse, y si lo doblan se quebranta. Vi una Mumia Egypcia mui bien conservada después talvez de algunos milhares de años (quatro decia nuestro conductor á lo que yo ni contradixe, ni assenti) com muchas letras ó geroglyphicas Egypcias. Ninguno havia asta entonces visto tan bien conservado. (...) (VASCONCELOS, 1920: 152-154).

O Gabinete acabaria por ser vendido aos Marqueses do Faial, em conjunto com todas as suas coleções, em 1840 (GUEDES, 1993-1994: 382). Sobre a múmia egípcia, sabe-se que hoje figura no espólio do Museu Nacional de Arqueologia, juntamente com uma máscara funerária da coleção dos Marqueses de Angeja (GUEDES, 1993-1994: 382-383).

1.11. Gabinete dos Padres Teatinos (1787-1834)

O Gabinete dos Padres Teatinos encontrava-se sediado no Convento dos Clérigos Regulares de S. Caetano, em Lisboa (BRIGOLA,

2003: 410). Entre as personagens que contribuíram para este estabelecimento de coleções encontram-se D. António Caetano de Sousa (1674-1759), sócio da Academia Real da História cuja obra é de largo interesse historiográfico, e D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), que viajou e tomou contacto com vários sítios arqueológicos em Roma (BRIGOLA, 2003: 411). Assim, em 1787, forma-se oficialmente o Gabinete, tendo como principal cuidador D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797).

Após uma crítica à coleção pela parte de William Beckford face ao seu medalheiro, o Gabinete sofre um roubo em 1791, sendo a única informação deste género que obtemos para estes espaços. É através da tentativa de Caetano do Bem em doar os conteúdos deste estabelecimento à Coroa Portuguesa que se conhecem os artefactos no seu interior:

Gabinete Erudito 1. Medalhas Romanas, Gregas, Góticas, Árabes. Antigas e Modernas. Série de Medalhas de Papas. Começam em Martinho V. Fora de Roma é raríssima. 2. Livros e Autores que tratam de seu conhecimento e Ciência Numismática. Estátuas e Imagens da Antiguidade. O célebre André de Resende em seu Testamento deixou por legado ao Senhor Infante, Cardeal D. Afonso as Medalhas Romanas que tinha; e uma Imagem de Livia. O Senhor Rei D. João V atendendo a Representação feita pela Real Academia, publicou uma Lei para a Conservação das Medalhas e monumentos da Antiguidade. (...) (apud BRIGOLA, 2009: 41).

1.12. Gabinete de João Vidal da Costa e Sousa (1788-XIX)

As atividades numismáticas do desembargador João Vidal da Costa e Sousa, intendente geral da Polícia e víveres do Exército, encontram-se descritas na sua correspondência com Frei Manuel do Cenáculo, já em 1782, embora a primeira referência à constituição de um Gabinete seja de 1788, através do Almanach de Lisboa (BRIGOLA, 2003: 435). Das poucas informações que se obtiveram, destaque-se a componente artefactual, visto que além da numismática, o proprietário colecionaria também antiguidades que ofereceria a Cenáculo: “Tambem ofereço a V.Ex.^a os pequenos pedaços de bellos Marmores verde antigo, e roxo achados por mim nas ruínas do templo de Milreu, de que fez menção o P.e M.e e Fr. Vicente Salgado a pag.86 do seu 1º tomo da s. Memorias Ecclesiasticas, assim como doze pedaços do xadrez de pedrinhas (...)” (apud BRIGOLA, 2003: 435).

No entanto, poderá remeter-se para uma data anterior a busca de antiguidades por Vidal da Costa, dado que em 1761, através de um documento que oferece um relato das suas descobertas no sítio romano de Tróia, Setúbal, tal pode verificar-se:

Um bom setubalense João Vidal da Costa e Sousa, homem de variados conhecimentos, e desembargador do Paço, sempre que ocasião se lhe oferecia, passava de Lisboa a visitar a sua terra, e daqui ei-lo atravessando o Sado [?] na margem oposta e durante largos dias cavando no meio das dunas, e sempre mais ou menos desenterrando monumentos e antigualhas, muitos blocos d'architectura e escultura, grandes edificios, diversas colunas, capiteis cippos, inscrições lapidárias, lâmpadas, amphoras e muitos outros diversos vasos de barro, moedas de ouro, prata e bronze, grande quantidade de pedras, algumas mui finas e optimosamente trabalhadas, como [?], diferentes objectos de ouro, prata, marfim e vidro, assim como [?] diversas formas de pratos, vidro, mármore, marfim (...). (Manuscrito nº1).

1.13. Gabinete de António Jacinto de Araújo (1789-1798)

António Jacinto de Araújo (?-1797), professor de escrita e aritmética em Lisboa, formaria um Gabinete, de data provável de seu início 1789, dedicado à História Natural (BRIGOLA, 2003: 398). Tendo sido formulado na sua própria residência, como é hábito, este espaço prima pela quantidade de espécimes, minerais e objetos relacionados com a Natureza, mas igualmente pelas informações que, aquando da vontade do proprietário em doar a sua coleção ao Museu Real da Ajuda, já em 1798, se obtêm. A proveniência desta coleção, divide-se pelo Império Português: pelo Brasil, como é habitual nos exemplares de animais, regiões africanas e Timor (BRIGOLA, 2003: 402). Esta informação, conectada com as próprias descrições das coleções, como “amostras de madeiras exóticas, objectos manufacturados como adornos de penas de aves usadas pelos índios, pratos e colheres de tartaruga (...) ágatas, ametistas, topázios, esmeraldas, safiras, opalas (...)” (BRIGOLA, 2003: 402), permite traçar eventuais percursos que estes objetos possuíram até se encontrarem no seu Gabinete. Adicionalmente, o facto de se conhecer o mobiliário no qual estes se acondicionariam deve-se à sua cedência em conjunto com o espólio, com os “armários guarnecidos de grandes vidros, uma cómoda e uma banca de vinhático, ambras envidra-

çadas, e mais cem dúzias e tabuleiros de folha de Flandres” (BRIGOLA, 2003: 402), a serem assim enviados.

2. Aspetos e características dos Gabinetes

2.1. Localização

Em termos de localização destes espaços de coleção, constata-se que a sua grande maioria se encontrava na cidade de Lisboa. Aparentam-se apenas como exceções o Gabinete de Frei Manuel do Cenáculo, que embora também possua uma ligação ao Convento de Nossa Senhora de Jesus, sabemo-lo repartido quer por Beja quer por Évora, pelas ações episcopais do prelado e o primeiro Gabinete de Domingos Vandelli, ainda formado em Pádua, Itália. A sua divisão é notória e pode ser dividida em três tipologias: a implementação em palácios, como é o caso dos Condes de Ericeira, Marqueses de Abrantes, Gabinete da Academia Real da História Portuguesa, Duque de Cadaval e os Marqueses de Angeja; a instalação em alas de instituições religiosas, nomeadamente o Gabinete dos Padres Teatinos, de Frei Manuel do Cenáculo e de José Mayne, e a sua inclusão em propriedades particulares, sendo exemplos os Gabinetes de João Vidal da Costa e Sousa, de António Jacinto de Araújo, Francisco Martins Sampaio e Gerard de Visme.

2.2. Propriedade

Encontram-se igualmente distinções a nível da propriedade destes espaços. Existem Gabinetes privados, quer de aristocratas ou de eruditos, nacionais ou estrangeiros, onde a posse das coleções recai sobre uma personagem ou um conjunto de personagens em concreto. Incluímos nesta categoria os Gabinetes de Condes de Ericeira, Marqueses de Abrantes, Duque de Cadaval, os Marqueses de Angeja, João Vidal da Costa e Sousa, de António Jacinto de Araújo, Francisco Martins Sampaio e Gerard de Visme. Por outro lado, há um Gabinete Régio, no sentido de que é patrocinado por D. João V, o Gabinete da Academia Real da História Portuguesa. Finalmente, há Gabinetes Eclesiásticos, que se materializam nas coleções dos Padres Teatinos, Frei Manuel do Cenáculo e José Mayne.

2.3. Origem e fim dos Gabinetes

A cronologia e as mudanças nos Gabinetes são perceptíveis durante um período específico, no qual se verifica a existência das coleções que os constituem. O seu fim apresenta-se como o de compreender a dinâmica destes espaços e as razões pelas quais conhecem o seu término. É possível agrupar estes estabelecimentos em várias divisões. Se atendermos ao início da sua formulação, distinguem-se projetos que, pela sua componente familiar, se organizam ainda no século XVII, prolongando-se até ao período setecentista, ao passo que outros possuem a sua génese numa realidade temporal pós-terramoto. Apenas dois casos, o primeiro dos Marqueses de Abrantes, que aparenta atingir uma cronologia de uso secular e o segundo, de João Vidal da Costa, consistem em incógnitas quanto à data da sua extinção. Contudo, o término dos restantes Gabinetes é passível de verificar através da documentação existente.

As instalações do Conde de Ericeira, da Academia Real da História Portuguesa e do Duque de Cadaval parecem nos episódios destrutivos do terramoto de 1755. Já os Gabinetes de Domingos Vandelli, António Jacinto de Araújo e Frei Manuel do Cenáculo são reformulados para instituições museológicas, pelo que as suas datas finais se remetem para o ano em que essa transição se oficializa.

O fim dos Gabinetes de José Mayne e dos Padres Teatinos está conectada com a extinção das ordens religiosas, em 1834, e com a consequente desagregação das suas coleções. Finalmente, existem situações de compra e venda como as que decorreram nos estabelecimentos de Francisco Martins Sampaio, dos Marqueses de Angeja e de Gerard de Visme.

3. Conteúdo artefactual

A principal premissa, na hora de proceder à pesquisa dos Gabinetes, consistia no estudo de coleções que se compusessem, independentemente do seu largo espectro, de artefactos. Esses dados podem ser associados a lógicas de conjunto e a um panorama geral, composto pelos espaços analisados.

3.1. Gosto pela Antiguidade Clássica

De facto, existe um denominador comum a todos estes espaços, que se materializa na existência de antiguidades do período romano, o que se sintoniza com o gosto colecionista europeu. Ao longo do século, o *Grand Tour* fará também circular por toda a Europa as tão apreciadas antiguidades clássicas. Ainda assim, concebem-se distintos níveis de complexidade e de organização.

3.2. Preferências e Especializações

Podemos constatar um grau de singularidade no Gabinete do Duque de Cadaval, De Visme, Martins Sampaio e dos Padres Teatinos, dado que as suas coleções se especializam em torno de um artefacto em concreto. Deste modo, estes estabelecimentos constituem-se como medalheiros ou antiquários, formando-se em torno da medalha ou do numisma como os elementos fundacionais que orientam toda a coleção. Em contrapartida, os restantes Gabinetes apresentam um redobrado nível de variedade artefactual. Outros fatores conduzem a lógica destes espaços. Os Gabinetes do Conde da Ericeira, Real Academia de História, Marqueses de Abrantes, José Mayne, Manuel do Cenáculo, Da Costa são constituídos quer por materiais provenientes de sítios arqueológicos nacionais explorados pelos próprios proprietários, quer por empréstimos ou doações de uma rede mais vasta. Por essa razão, o universo das coleções inclui várias categorias de objetos, ao invés de um único. Atesta-se assim a presença de lápides, moedas, vasos no mesmo Gabinete.

3.3. As origens distantes

Um terceiro nível de dimensão artefactual visualiza-se nos Gabinetes de Domingos Vandelli, Marquês de Angeja e Jacinto de Araújo. A sua complexidade inerente é superior no sentido de que estas coleções se constituírem igualmente por uma multiplicidade de artefactos, mas por se conseguir identificar que muitos destes pertencem a um âmbito geográfico internacional. A trajetória destas antiguidades implica uma análise mais profunda, para a recuperação dos processos que os

levaram a pertencer a estes Gabinetes em Portugal. Um último apontamento sublinha-se no caso do Gabinete de Jacinto de Araújo, dado que os artefactos aí presentes entram na categoria da História Natural e não como sendo antiguidades, o que permite conceber a existência de objetos em coleções cuja temática não se conecte diretamente às práticas antiquárias.

O que esta análise aos Gabinetes evoca e no que concerne à dimensão arqueológica do colecionismo, é que estes estabelecimentos permitem compreender quem são os seus proprietários, os seus projetos e as suas intenções e o modo como empreendem, ao longo da sua vida, a atividade colecionista.

As Antiguidades e os Gabinetes, denunciam a existência de interações, de viagens, de visitas, de descobertas. O fio condutor apresenta-se como o conjunto das perspetivas e contactos dos diversos eruditos que se dedicam a temáticas que abrangem dados arqueológicos.

Conclusão

Com o apogeu que o colecionismo conhece no século XVIII, a figura do Colecionador revestia-se, nesse período, de particular estatuto. De facto, quem possuía uma coleção era normalmente caracterizada pelo seu meio como uma personagem erudita, inteiramente inserida no âmbito cultural e científico vigente. Dado que este interesse pelo objeto antigo possuía uma vertente material, este estimula ações pela parte dos Colecionadores. É nesse sentido que emergem na Europa várias sociedades que se dedicam ao estudo das Antiguidades, enquanto que, no espírito do *Grand Tour*, viajantes deslocam-se a locais específicos com o intuito de experienciar vestígios do passado (SCHNAPP, 1982: 767). Estas viagens faziam parte de um processo de aprendizagem delegado das elites, com a visita a construções célebres das civilizações antigas a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento cultural dos viajantes. Se realmente se considera que o século XVIII assiste à cristalização de um processo de longa duração, que envolve mudanças conceptuais no ato de colecionar por parte de aristocratas, clérigos e viajantes, este período representa igualmente uma deliberada iniciativa pela parte das monarquias europeias na construção das Histórias nacionais (MORA, 1998: 120). Para tal, à existência de academias, fundadas com patrocínio real, juntam-se as coleções privadas, na sua missão de

escrever o passado dos povos através da análise de fontes e de vestígios arqueológicos. Não se assumem, no entanto, como duas dimensões dicotómicas, dado que os membros destas instituições oficiais são também colecionadores.

Através dos Gabinetes portugueses é passível de compreender uma parcela desta realidade e do significado social dos Colecionadores e da sua importância para a construção do que viria a ser a Arqueologia.

Fontes periódicas

GAZETA DE LISBOA, 10 de Junho de 1717.

GAZETA DE LISBOA, 7 de Maio de 1733.

GAZETA DE LISBOA, 27 de Dezembro de 1791.

GAZETA DE LISBOA, 24 de Dezembro de 1793.

GAZETA DE LISBOA, 7 de Março de 1794.

Fontes

Alvará em forma De Ley De 20 De Agosto De 1721.

Manuscrito nº1 – Tróia: Escavações Por João Vidal Da Costa E Sousa – 1761, nome atribuído. Arquivo Distrital de Setúbal - Código de Referência: PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0082.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-GORBEA, Martín; CARDOSO, João Luís; TELLES ANTUNES, Miguel (2020) – La colección anticuarria de la Academia das Ciências de Lisboa, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa Classe de Ciências Tomo XLVII – Volume 1*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- ARGOTE, Jerónimo (1734) – *Memorias Para A Historia Ecclesiastica do Arcebispado De Braga*. Na Officina de Joseph Antonio Da Sylva, Tomo II.
- BARBOSA, Inácio (1868) – Ceramica Antiga. Vasos de Loiça vidrada da Colecção Pourtalês. Negligencia dos portugueses na conservação dos objectos de Antiguidade, *Arquivo Pittoresco*, Tomo XI, pp. 269-271.
- BARBOSA, Inácio (1903) – Museus criados em Portugal até ao fim do século XVIII, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4ª série, t. IX, Vol.10, pp. 26-35.
- BARROS, Beatriz (2014) – *Frei Manuel do Cenáculo e os Primórdios da Museologia em Portugal*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Património Público, Arte e Museologia, orientada pelo Prof. Doutor Fernando António Baptista Pereira à Universidade de Lisboa.
- BRIGOLA, João (2003) – *Colecções, Gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- BRIGOLA, João (eds.) (2009) – Coleccionismo no século XVIII, *Textos e documentos*, Porto: Porto Editora.
- CARDOSO, João Luís (2022) – A conferência de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem de 30 de Julho de 1733 na Academia Real da História Portuguesa, ou o primeiro ensaio pré-científico sobre a antiguidade dos dólmenes, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Vol. 30, pp. 279-306.
- CENÁCULO, Manoel (1791) – *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em Graça do seu Bispo*, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- CENÁCULO, Manoel (1843) – As Artes, as Letras, e as Sciencias em Tempo de D’ElRei D. João 5º, *O Panorama*, 2ª Série, Vol II, pp. 277-279.
- COSTA, Pe. António (1712) – *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, Volume III.
- CRUZ, Lígia (1976) – Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra, *Separata do Boletim do arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Edição da autora.
- DANIEL, Glyn (1976) – *A Hundred and fifty years of archaeology*, Cambridge: Harvard University.
- FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma história da arqueologia portuguesa: das origens à descoberta da Arte de Côa*, Lisboa: CTT.
- GUEDES, Natália (1993-1994) – A múmia ptolemaica do Museu Nacional de Arqueologia, memória do Museu de História Natural do Marquês de Angeja, *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, Vol. 11-12, pp. 367-390.
- LISBOA, Baltazar (1786) – *Discurso Historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil*, Lisboa: Officina de Antonio Gomes.
- LOURENÇO, Marta; GESSNER, Samuel (2012) – Documenting Collections: Cornerstones for More History of Science in Museums, *Science & Education*, nº23, pp. 727-745. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11191-012-9568-z>
- MORA, Gloria (1998) – Les colleccions arqueològiques i la figura del colecionista, *Cota Zero*, nº14, pp. 118-124.
- MURRAY, Tim (2007a) – Rethinking Antiquarianism, *Bulletin of the History of Archaeology*, nº17(2), pp. 14–22. DOI: <http://www.archaeologybulletin.org/articles/10.5334/bha.17203/>
- MURRAY, Tim (2007b) – *Milestones in Archaeology. A chronological Encyclopedia*, Santa Barbara: ABC-CLIO.
- OLIVEIRA, Márcia (2013) – A comunidade ilustrada na 2ª metade do séc. XVIII: Frei Manuel do Cenáculo e o seu universo de correspondentes, *Lusitania Sacra*, nº27, pp. 175-202.
- PAÇO, Afonso (1964) – A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa, *Arqueologia e História*, Vol. XI, pp. 65-72.
- PINA, Martinho. (1733) – Notícias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 30 de Julho de 1733, in *Collecçam dos Documentos e Memórias Conimbriga*, 61 (2022) 295-325

- rias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Parte Segunda.
- POMIAN, Kriysztof (1990) – *Collectors and Curiosities. Paris and Venice, 1500-1800*, Cambridge: Polity Press.
- POMIAN, Kriysztof (1992) – Les deux pôles de la curiosité antique, in *L'antico-manie. La collection d'antiquités aux 18e et 9e siècles, Actas do Colóquio*, Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales
- RAMOS, Paulo Oliveira (2021) – Nos 300 anos da Ley de 20 de Agosto de 1721, *Al-Madan*, 24, pp. 132-140.
- RATTON, Jacome. (1920) – *Recordações sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, José (1872) – *Historia dos estabelecimentos scientificos literários e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*, Lisboa: Academia Real das Ciências, Tomo II.
- RUIZ-ZAPATERO, Gonzalo (2017) – Historias generales de la Arqueología, *Conference: IV Congreso Internacional de Historia de la Arqueología*, At Madrid, Vol. 1, pp. 1-28.
- SALAS ÁLVAREZ, Jesús (2004) – *La recuperación del Patrimonio Arqueológico de Andalucía durante la Ilustración (1736-1808)*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de doutor em Pré-História e Arqueologia, orientada pelo Prof. Dr. José Béltran Fontes à Universidade de Sevilha.
- SCHNAPP, Alain (1982) – Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIIIe et XIXe siècles, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, nº5-6, pp. 760-777.
- SCHNAPP, Alain (1996) – *The Discovery of the Past*, Londres: British Museum.
- SCHNAPP, Alain (2013) – Towards a Universal History of Antiquarians, *Complutum*, vol. 24 (2), pp. 13-20. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/download/43363/41035/>
- SERRÃO, Joaquim (1974) – *A historiografia portuguesa*, Volume III, Lisboa: Editorial Verbo.
- SYLVA, Manoel (1727) – *Historia Da Academia Real Da Historia Portuguesa*, Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Tomo Primeiro.
- SOUSA, António (1738) – *Historia genealogica da casa real portugueza*, Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Tomo IV.
- TRIGGER, Bruce (1996) – *A History of Archaeological Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 2ª Ed.
- VASCONCELOS, José Leite de (1920) – Diário das primeiras viagens que fez pelas terras de Portugal, 1782, *O Archeologo Português*, Vol.XXIV, pp.108-176. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_24/108_perez_bayer.pdf

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

DOPICO CAÍNZOS, María Dolores; VILLANUEVA ACUÑA, Manuel, eds. (2021) – *Aut oppressi serviunt... la intervención de Roma en las comunidades indígenas*, Universidade de Santiago de Compostela, 447 pp. (*PHILTÁTE: Studia et acta antiquae Callaeciae*, v. 5), ISBN 978-84-8192-578-4, <http://hdl.handle.net/10347/27287>

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_9

Este volumen conforma ya el número cinco de la colección *PHILTÁTE: Studia et acta antiquae Callaeciae*, editada por los profesores Dopico Caínzos y Villanueva Acuña de la Universidade de Santiago de Compostela. Supone, por tanto, la confirmación de una serie muy meritoria, más si cabe al editarse aún en papel, *rara avis* en la actualidad.

La publicación se inició con *Clausus est Ianus. Augusto e a transformación do noroeste hispano* (v. 1, 2016), y continuó con *In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat: A cidade romana no noroeste: novas perspectivas* (v. 2, 2017); *Sine iniuria in pace vivatur: A construción do Imperio durante os Xulio-Claudios* (v. 3, 2018) y *La domus del Mitreo: un enclave singular en Lucus Augusti* (v. 4, 2021; única obra de autor, firmada por Celso Rodríguez Cao). De este modo, sus promotores cumplen el compromiso de transferir los conocimientos, de sacar a la luz los avances de un ambicioso proyecto de investigación financiado dentro de los Proyectos de Excelencia de I+D+i del Ministerio de Economía y Competitividad/Feder “*Aut oppressi serviunt aut recepti beneficio se obligatos putant: la intervención de Roma en las comunidades indígenas* (s. II a. C.- s. I d. C.)” (HAR2017- 82202-P) y del Ministerio de Ciencia e Innovación “*Aut oppressi serviunt II: las formas no coercitivas de transformación indígena* (s. IV a. C.- s. I d. C.)” (PID2020-117370GB-I00), así como del Grupo de investigación GEPN-AAT (Grupo de referencia competitiva de la Xunta de Galicia GI-1534). El objetivo último es profundizar en el estudio del Noroeste peninsular en tiempos de Roma, siempre desde una óptica mayor que lo sitúe y lo explique en el conjunto del Imperio romano. Se emplea para ello una perspectiva cronológica amplia, desde la República al Imperio, y se da cabida a especialistas de diversos ámbitos, abarcando fuentes de diferente naturaleza.

Conimbriga, 61 (2022) 327-329

El número que nos ocupa toma su título de una cita de Cicerón (Cat. 4.22) *Aut oppressi serviunt...* (que continúa *aut recepti beneficio se obligatos*) para, acertadamente, abordar la intervención de Roma en las comunidades indígenas. El trabajo se inicia con una aguda reflexión de Wulff Alonso (pp. 15-41) sobre el valor de las identidades en el actual marco de la investigación a partir de la revisión historiográfica de las aportaciones más señaladas. Aquí se pone de manifiesto la especificidad de cada territorio sometido por Roma, pero también la peculiar riqueza de las sociedades peninsulares. Los tiempos que se manejan en los procesos de asunción del mundo romano son distintos y producen escenarios múltiples, a modo de un “laboratorio de categorías”. Como bien señala este autor, la complejidad del concepto de identidad abre más interrogantes de los que cierra y caben en él muchos enfoques que no dejan de discutir y valorar cómo se negocian los cambios entre la sociedad dominante y la dominada: centralismo, periferia, asimilación, adaptación, romanización, criollización, emulación o, incluso, globalización.

Esta reflexión abre paso a las diferentes aportaciones que se organizan en tres bloques temáticos: “Los agentes del cambio”, “La transformación de las sociedades indígenas” y “Nuevos paisajes: los cambios del territorio y la administración”.

En el primero, las contribuciones analizan los agentes responsables del cambio por distintas vías: el ejército en la Hispania de los dos últimos siglos republicanos (Palao Vicente, pp. 43-67); la religión en las dedicatorias imperiales de *Bracara* y *Lucus* (Redentor, Dopico y Santos, pp. 69-93), o el papel de las elites a través del regalo diplomático (García Riaza, pp. 95-115).

En el segundo se estudian las transformaciones experimentadas por las sociedades indígenas. Así tenemos las aportaciones de Martins y Magalhães (pp. 117-144); Fernández-Corral y González-Rodríguez (pp. 147-174); Gregori y Dell’Era (pp. 177-187); Cresci Marrone y Marinetti (pp. 189-215); Lucchelli (pp. 217-232); Biella y Nonnis (pp. 235-262), y Navarro, Gorrochategui y Dondin-Payre (pp. 265-294). Cada una de ellas se centra en diferentes ámbitos provinciales, permitiendo comparar los cambios en distintos escenarios: el norte y noroeste de la península ibérica, el arco alpino, la Transpadana, la Galia Cisalpina, la península itálica o Aquitania; así como en distintos campos: instituciones políticas, acuñaciones monetarias, divinidades locales o testimonios epigráficos.

Y en el tercer y último bloque se indaga en los cambios experimentados en el territorio mediante la construcción de nuevos paisajes. Así se abordan los entornos urbanos de la Hispania romana (Mar Medina, pp. 297-335); las transformaciones urbanas en la Celtiberia del Duero (Martínez Caballero, pp. 337-374); las alteraciones sufridas en las zonas mineras para la extracción de oro del noroeste peninsular (Currás, Orejas, Sánchez-Palencia, López González y Álvarez González, pp. 413-435), o se reconoce ya el valor de Catón el Viejo como fuente para estudiar la Transpadana prerromana (Tarpin, pp. 377-411).

Por otra parte, se debe señalar también la esmerada maquetación de la obra con un elevado número de ilustraciones de gran calidad (mapas, planos, fotografías) o tablas que enriquecen los diversos artículos y que justifican la edición en papel del volumen.

En suma, esta monografía ofrece un amplio panorama del abanico de relaciones que Roma entabla con las diversas comunidades que domina; a las que o bien somete totalmente, o bien les concede algún beneficio que permite, a cambio, su colaboración. El esfuerzo es manifiesto ya que se reúne a veintiocho especialistas, procedentes de España, Portugal, Suiza, Italia y Francia, en representación de dieciséis instituciones distintas. Y el resultado, por la riqueza de las aportaciones, refleja la diversidad de enfoques y de disciplinas. De esta manera se pueden comparar los cambios que las sociedades indígenas experimentan en diferentes partes del territorio romano y en un marco temporal extenso que permite seguir su evolución. No hay, pues, aquí una visión sesgada del centro *versus* la periferia, sino que cada región es estudiada en su contexto para entender la profundidad y tipología de las transformaciones sufridas, de naturaleza y ritmos propios. En cada espacio los agentes del cambio actúan de modo peculiar: las élites y el ejército, la asimilación de elementos religiosos, los nuevos paisajes urbanos, etc. Además, se exprimen las posibilidades que las fuentes nos ofrecen, desde los textos clásicos (de Catón el Viejo), a los testimonios epigráficos y a los nuevos hallazgos que aportan los últimos trabajos arqueológicos.

En consecuencia, estamos ante una obra necesaria, que cabe agradecer, a la espera de un nuevo volumen que continúe la serie *Philtáte*.

Ana M.^a Suárez Piñeiro
Universidade de Santiago de Compostela
ana.suarez.pineiro@usc.es
<https://orcid.org/0000-0001-6385-2698>

PIAY AUGUSTO, Diego; ARGUELLES ÁLVAREZ, Patricia, eds. (2021) – *Villae romanas en Asturias*, Roma; Bristol: “L’Erma” di Bretschneider, 323 pp. (*Studia Archaeologica*, 249), ISBN 978-88-913-2253-1

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_10

Monumentos mais emblemáticos da *ruralitas* latina, as *villae* hispânicas ainda hoje marcam a paisagem rural, tantos e tão volumosos são os seus testemunhos. Incontáveis escavações foram realizadas nos seus restos desde que o Homem começou a olhar para estes sítios com fascínio e com uma curiosidade sistemática. A imensa riqueza e qualidade artística dos objetos (esculturas, *instrumenta domestica*) e estruturas (pavimentos de mosaicos, estuques parietais, revestimentos marmóreos) motivou ações vinculadas ao estudo artístico e estético, até que progressivamente se foram impondo abordagens mais sustentadas no *olhar do arqueólogo*: seja numa primeira instância pela análise comparativa das planimetrias – desde logo, a *opera magna* de Jean-Gérard Gorges (1979) – seja com a progressiva publicação de monografias de sítios intervencionados utilizando modernas metodologias de escavação. O progressivo fluxo de dados permitiu a realização de reuniões científicas (REMOLÀ, 2007; REVILLA, GONZÁLEZ E PREVOSTI, 2008-2010; NOGUERA CELDRÁN, 2010; FICHES, PLANA-MALLART E REVILLA, 2013) e sínteses regionais (AGUILAR SAENZ E GUICHARD, 1993; REGUERAS GRANDE, 2013), acompanhando a notável produção bibliográfica internacional (em especial MARZANO, 2007, mas também DERKS E ROYMANS, 2012). O potencial das *villae* é inesgotável, o que permite a entrada, nos últimos anos, em outros patamares da sua divulgação: além dos sítios musealizados que integram a *Rede de villas romanas de España*, são produzidos catálogos de grande fôlego e profundidade de análise (HIDALGO PRIETO, 2016), ambiciosas sínteses internacionais (MARZANO E MÉTRAUX, 2018) e, de novo, amplas reuniões científicas com apresentação de estudos de caso e de novas perspectivas (NOGUERA, DE MIQUEL E MARTINEZ, 2019; MARTINEZ, NOGALES, RODÁ, 2020).

Como é natural, esta dinâmica não abrange (infelizmente) todos os territórios de igual forma. Após *vinte anos prodigiosos*, a Lusitânia entrou numa dormência da qual apenas pontualmente se liberta (CARNEIRO, 2017: esp. 234 ss.), fruto de constrangimentos financeiros e da difícil renovação nas novas gerações de investigadores. Para o Norte, o panorama parecia ser desolador: “las villas romanas en Asturias [...] el análisis y estudio de esta forma de po-

blamiento y de organización socio-económica se halla aún en germen [...]” escrevia Narciso Santos Yanguas em 1991 [*apud* p. 9 do prefácio], situação que, apesar da realização de um outro congresso internacional (FERNÁNDEZ-OCHOA, GARCIA-ENTERO E SENDINO, 2008) e dos notáveis resultados na *villa* de Veranes (Gijón), se aplicou com toda a propriedade. Todavia, agora dispomos de uma monografia de amplo fôlego: a edição coordenada por Diego Piay Augusto e Patricia Arguelles Álvarez dá-nos uma completa perspectiva sobre um conjunto de sítios que, até recentemente, eram quase desconhecidos. Agora podemos conhecer a riqueza e complexidade de uma rede de povoamento que, até pouco tempo, se julgava débil e articulada em alguns povoados de altura que mantinham as suas populações do substrato indígena, que assim viviam à margem do *modus vivendi* clássico.

Afinal, como em tantas ocasiões, o que existia era um problema de *intensidade* de investigação ou de ausência de um projeto. A partir do momento em que há investigadores dedicados – e sublinhe-se que o projecto “no ha contado con financiación para su realización” (p. 15) – logo se demonstra a valia dos resultados obtidos, a ponto de merecer publicação na prestigiada editora “L’Erma” di Bretschneider. Neste caso, o mérito da iniciativa ainda é acrescido pelo facto de, contornando as ausências de apoios institucionais, se terem envolvido alunos ao abrigo de um projeto de inovação docente, esperando-se que a dinâmica criada “sea la piedra angular de futuras actuaciones que impulsen la investigación y revalorización de las villas romanas documentadas en Asturias” (p. 16). O potencial de partida é evidente e a capacidade de mobilizar interessados fica bem patente, pelo que futuras iniciativas serão por certo concretizadas.

O trabalho colaborativo dos alunos centrou-se no apoio ao preenchimento de vinte e seis fichas de catálogo que constituem a segunda parte do volume (p. 282), informação que pela primeira vez é reunida para esta região. A opção por fichas pré-formatadas e padronizadas permite a comparação entre registos, ficando dois campos reservados a informação em texto corrido: a descrição de cada sítio, no qual ficam evidentes os desequilíbrios informativos existentes (dado existirem sítios intervencionados e outros apenas sumariamente referenciados), e um campo para a história da investigação de cada local, acrescido de bibliografia própria. Quando existem, são publicadas plantas de sítio – muito escassas, dada a incipiente investigação e publicação – e a leitura beneficia das imagens zenitais captadas em vôo drone, que também nos permitem visualizar o magnífico enquadramento paisagístico de alguns locais.

O catálogo é antecedido de cinco estudos a cargo da equipa do projeto. Diego Piay Augusto tratou um extenso conjunto de fontes documentais clássicas que descrevem as *villae* e a vivência *in rure* (pp. 21-38), organizando uma útil tábua-síntese com os principais autores, suas obras, cronologias e temas principais (pp. 35-36); em seguida, o mesmo autor aborda a investigação arqueológica sobre o tema na região em análise, comparando de forma exaustiva a rede asturiana com o conhecido para regiões vizinhas e para a própria *Hispa-*

nia (pp. 39-54); Patricia Arguelles trata da relação entre as *villae* e a rede viária, uma das suas áreas de investigação (explicando-se assim também a riqueza informativa do aparato de notas de rodapé), o que permite perceber como “el patrón de poblamiento y la propia red viaria van a estar intimamente ligados en un paisaje” (p. 55), além da facilidade de trânsito numa paisagem complexa constituir a lógica imanente à estruturação da rede de povoamento (pp. 55-75); segue-se uma análise da evolução diacrónica com base nos padrões de frequência dos numismas, a cargo de José González de Aspuru (pp. 77-117) e finalmente, a busca das informações das primeiras presenças cristãs nas *villae* astur-romanas, por Narciso Santos Yanguas (pp. 119-136), com nova útil táboa-síntese que reúne os principais elementos que podem ser convocados para o estudo desta realidade (p. 134). Neste campo, anota-se que, para além da expectável evidência de culto cristão em âmbito doméstico das *villae*, também se reconhecem casos de culto em povoados fortificados de altura, que são reocupados a partir do século V e VI (pp. 123-124), o que lança novas luzes sobre as dinâmicas sociais nestes territórios. O volume finaliza com as conclusões (pp. 283-288), nas quais se publicam uma planimetria das *villae* reconhecidas (p. 286) e uma táboa cronológica dedicada ao conhecimento dos processos históricos no território asturiano (pp. 289-294).

O volume, portanto, vai muito além do objetivo de se assumir como “una obra que contiene información actualizada y rigurosa de los principales yacimientos que pueden ser tipificados como *villae*” (p. 141), na medida em que apresenta um conjunto de textos que contextualizam e colocam em perspetiva dinâmicas essenciais para o entendimento das relações sociais, económicas e culturais mantidas nestes locais. Permite-nos perceber o que já havia sido documentado no extenso projeto de escavação/valorização da *villa* de Veranes: que nas paisagens asturianas, antes vistas como periféricas e pouco “romaniizadas”, encontramos sítios dotados de elevado requinte decorativo (nove com pavimentos de mosaicos), monumentalidade e originalidade criativa, demonstrando a dinâmica da *romanitas* por toda a *Hispania*. Dois perfis de *villae* parecem ser notórios, com uma franja litoral de sítios dedicados ao aproveitamento dos recursos marinhos e em maior conectividade com centros urbanos, enquanto nas zonas interiores a preferência centra-se na implantação em zonas baixas, próximas de solos férteis, de modo a maximizar o potencial agro-pecuário. Nesta obra, só o catálogo já seria da maior utilidade, pelas ameaças que impendem sobre estes sítios, fruto de uma paisagem rural que por vezes sofre dramáticas alterações (e note-se que nas Astúrias extensos territórios são de paisagem protegida, sem as ameaças das florestações e cultivos intensivos que proliferam em paragens mais a sul). Quatro destes sítios já desapareceram – Jove, Natahoyo, Pumarín e Paraxuga (p. 285) – o que nos deve alertar a todos para os riscos a que estão sujeitos estes locais, emblemas da presença de Roma nos campos da *Hispania*.

BIBLIOGRAFIA

- AGUILAR SAENZ, A.; GUICHARD, P. (1993) – *Villes romaines d'Estremadure: Doña Maria, La Sevillana et leur environnement*, Madrid.
- CARNEIRO, A. (2017) – A villa romana como projecto de poder. Da romanidade à interpretação arqueológica, in BASARRATE, T. Nogales, ed. – *Lusitania romana: del pasado al presente de la investigación. IX Mesa-redonda Internacional de Lusitania*, Mérida, pp. 233-254.
- DERKS, T.; ROYMANS, N. (2012) – *Villa landscapes in the Roman North*, Amsterdam.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA-ENTERO, V.; GIL SENDINO, F., eds. (2008) – *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio. Arquitectura y función*, VI Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón.
- FICHES, J.-L.; PLANA-MALLART R.; REVILLA V., eds. (2013) – Paysages ruraux et territoires dans les cités de l'occident romain. Gallia et Hispania, *Actes du colloque international Ager IX*, Barcelona.
- GORGES, Jean-Gérard (1979) – *Les Villas Hispano-Romaines: inventaire et problématique archéologiques*, Paris (Publications du Centre Pierre Paris , 4).
- HIDALGO PRIETO, R., coord. (2016) – *Las villas romanas de la Betica*, 2 vol., Sevilla.
- MARTINEZ, R.; NOGALES, T.; RODÀ, I., coord. (2020) – *Congreso Internacional las villas romanas bajoimperiales de Hispania – Actas*, Palencia.
- MARZANO, A. (2007) – *Roman villas in central Italy. A social and economic history*, Leiden-Boston.
- MARZANO, A.; MÉTRAUX, G., eds (2018) – *The Roman villas in the Mediterranean basin. Late Republic to Late Antiquity*, Cambdrige.
- NOGUERA CELDRÁN, J. M., coord. (2010) – *Poblamiento rural romano en el Sureste de Hispania: 15 años después*, Murcia.
- NOGUERA CELDRÁN, J. M.; DE MIQUEL, L.; MARTINEZ, S., coord. (2019) – *Vida y producción rural en el sureste de Hispania*, Murcia.
- REGUERAS GRANDE, F. (2013) – *Villas romanas del Duero. Historia de un paisaje olvidado*, Valladolid.
- REMOLÀ VALLVERDÚ, J. A. (2007) – El territori de Tarraco villes romanes del Camp de Tarragona, *Forum* 13, Tarragona.
- REVILLA, V.; GONZÁLEZ, J.R.; PREVOSTI, M., eds. (2008-2011) – *Simposi les vil·les romanes a la Tarraconense. Implantació, evolució i transformació. Estat actual de la investigació del món rural en època romana*, Barcelona.

André Carneiro
 Universidade de Évora, Departamento de História da | CHAIA-UE | CECH/FLUC
 ampc@uevora.pt
<https://orcid.org/0000-0002-0824-3301>

SCHATTNER, Thomas G.; GUERRA, Amílcar, coord. (2019) – *Das Antlitz der Götter – O rosto das divindades. Götterbilder im Westen des Römischen Reiches – Imagens de divindades no Ocidente do Império romano*, Madrid; Wiesbaden: Deutsches Archäologisches Institut Madrid; Reichert Verlag, 324 pp. (*Iberia Archaeologica*, 20), ISBN 978-3-9549-0423-5

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_11

Como nos señala José d'Encarnação en su presentación, el presente volumen tuvo como origen un importante congreso que se celebró en 2012 por iniciativa del Instituto Arqueológico Alemán de Madrid y la Universidad de Lisboa. Su tema fue la difusión de las imágenes divinas y heroicas antiguas a partir del Mediterráneo, y la reunión tuvo lugar en un lugar muy concreto: Boticas, no lejos de Chaves, al norte de Portugal: el centro mismo de la Cultura Castreña, cuya historia y fases culturales se afana en presentarnos Armando Coelho Ferreira da Silva a través de una feliz síntesis, siguiéndola desde sus orígenes hasta su inserción final, sin duda incompleta, en la cultura urbana de Roma.

En efecto, esa idea de helenización y romanización, sobre todo en ámbitos remotos, preside el espíritu de todo el congreso, y dirige nuestra atención, en ocasiones, a temas muy interesantes. Tengamos en cuenta que muy cerca de Boticas se encuentra Montalegre, lugar famoso por unas magníficas y enigmáticas esculturas de guerreros celtas. Pues bien, Wolfgang Löhlein se plantea su posible relación con otras estatuas halladas en la Europa occidental, desde Alemania – el *Guerrero de Hirschlanden* – hasta en la Italia prerromana – el *Guerrero de Capestrano* –: analizándolas, observa que todas ellas se parecen, tanto por su actitud frontal como por la clara definición de sus armas y adornos, y evocan la imagen homérica del héroe. Insiste en esta idea Armando Redentor, quien presenta un panorama de conjunto de los “guerreros lusitano-galaicos”, tan numerosos entre la Galicia central y el curso del Duero.

Pero, frente al héroe, pronto se alza el dios. En el Mediterráneo septentrional, la imagen de la deidad, heredada en parte de la tradición egipcia y fenicia, se elabora en la Grecia arcaica: es Helmut Kyrieleis el encargado de evocarnos este proceso, mostrándonos cómo, durante los siglos VII y VI a.C., desaparecen los dioses abstractos, meras piedras en ocasiones, y los *kouroi* van abandonando su indefinición original – ¿son héroes? ¿son Apolos? – para decantarse por un sentido más concreto, gracias al añadido de atributos o la adopción de posturas sugestivas.

La cultura clásica asume, desde luego, el hecho de que ciertas figuras representan dioses. Pero esta actitud no excluye problemas teóricos o léxicos. Marlis Arnhold aborda el modo en que Plinio el Viejo interpreta las esculturas que menciona en su *Historia Natural*, y señala que, para él, hay una marcada diferencia entre la esencia de las deidades y su representación. Sin embargo, tal actitud dista de ser compartida por todos: Anja Klöckner analiza casos en que estatuas de dioses se utilizan como meros adornos, pero señala la actitud de quienes, a la vez, ven en ciertas imágenes divinas seres animados, portadores de poderes ocultos y temibles.

Por su parte, Manfred Hainzmann se centra en un tema eminentemente lingüístico: ¿Qué nombres concretos reciben las esculturas en latín? La imagen de culto es un *simulacrum*, pero puede recibir el nombre de *statua* si se quiere insistir en su carácter material; en efecto, una escultura es una *statua* o un *signum*. Un *emblema* es un relieve; la palabra *imago* designa un retrato, tanto escultórico como pictórico; y *effigies* es un término muy general, aplicable a todo tipo de representaciones. No se trata de simples palabras: Francisco Marco Simón se asoma a las ambigüedades de significado de ciertas *effigies* e *imagines* de hombres y dioses.

Una vez concluidas todas estas aproximaciones teóricas, las contribuciones al congreso de Boticas se centran en un enfoque geográfico: ¿Qué imágenes de dioses y héroes nos han llegado de dos regiones concretas del Imperio Romano, ambas apartadas de la capital?

La primera de esas regiones es la Germania, o, más exactamente, la cuenca del Rin, cuyo estudio corre a cargo de Gerhard Bauchhens. Lo más asombroso es la profunda romanización de este territorio, que da lugar a representaciones de dioses puramente clásicas, aunque de talla algo tosca: recordemos, por ejemplo, el *Pilar de Nijmegen*, en los actuales Países Bajos, con las figuras inconfundibles de Apolo y Diana y la algo más atípica de Ceres. Sin embargo, esta asimilación plástica no supone la desaparición de ciertos dioses indígenas: Gebrinio, por ejemplo, toma el nombre de Mercurio Gebrinio y adopta las formas y atributos de Mercurio; en cuanto al Júpiter céltico o germano, adquiere – es bien sabido – la forma de un dios a caballo dando muerte a un gigante.

Una vez repasada esta zona fronteriza, llegamos a la parte principal del congreso, que ocupa más de la mitad del volumen: la iconografía de dioses y héroes en la Península Ibérica. Ante todo, merece destacarse la aportación de Michael Blech, que se enfrenta al inabarcable capítulo de la religión e iconografía entre los pueblos iberos antes de la llegada de Roma. Para abordarlo, elabora un esquema complejo, con múltiples apartados, donde caben figuras de tradición fenicia, como el *smiting god* de Cádiz, aportaciones púnicas – por ejemplo, los *timiaterios* con cabezas de diosas –, deidades tan curiosas como la alada de Pozo Moro, “señoras de los animales”, betilos... Todo un mundo, en fin, que ha atraído a decenas y decenas de estudiosos, como puede apreciarse en el amplísimo aparato bibliográfico apuntado tras el texto.

Un paso cronológico nos lleva, de la mano de M^a Paz García-Bellido, a las monedas ibero-romanas, abiertas a los influjos más variados, y al territorio de la Bética, evocado por José Beltrán Fortes y Pedro Rodríguez Oliva. Tras una aproximación a Torreparedones y a algún relieve aislado, estos autores nos introducen en la abundante estatuaria del periodo imperial: asistimos a una romanización abrumadora e imparable, capaz de barrer las tradiciones indígenas y de imponer, junto a las imágenes de los dioses clásicos, la divinización de los emperadores. Otro tanto se observa en las regiones meridionales de Portugal, dependientes de la provincia de Lusitania, según nos muestra Luis Jorge Gonçalves.

Nos toca acercarnos ya a la parte noroccidental de la Península, cerrando el círculo del congreso y devolviéndonos al ámbito de la cultura castreña. El problema más grave es, aquí, la enorme cantidad de dioses documentados por inscripciones – varios centenares, según los estudios clásicos de J.M^a Blázquez – y la escasez de imágenes, dependientes, en unos casos, de la tradición ibérica; en otros, de la imaginería romana, y en otros, de ideas originales con carácter popular. Amílcar Guerra, uno de los coordinadores del congreso, plantea el problema en su conjunto y aborda el estudio teórico de ciertas deidades fluviales, como Ana y Barraeca (Guadiana y Albarregas), o el de figuras menos conocidas.

Finalmente, clausura el volumen el trabajo de Thomas G. Schattner, el otro coordinador del proyecto, y su promotor en el Instituto Arqueológico Alemán de Madrid. Su labor consiste en descubrir imágenes aisladas de deidades indígenas, tanto en el occidente como en el sur de la Península, y en observar sus distintos orígenes formales: así, el clasicista Endovellicus de São Miguel de Mota, inspirado en la plástica romana de Mérida, se enfrenta al tosco Succellus fálico de Vilar de Perdizes o al expresivo Vestius Aloniecus de Lourizán, con sus grandes manos y su cabeza cornuda. En otro nivel religioso, este autor analiza – y con ello concluimos – la imagen del caballo sin jinete, que apreciamos en Munigua y en otros lugares de la Andalucía interna. Decididamente, el problema de los dioses indígenas y de su perduración, sobre todo en ámbitos rurales, puede reservarnos aún algunas sorpresas.

Miguel Ángel Elvira
Universidad Complutense de Madrid
maelvira@ghis.ucm.es

CISNEROS, Miguel, ed. (2021) – *Imitaciones de Piedras Preciosas y Ornamentales em Época Romana: Color, Simbolismo Y Lujo*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 299 pp. ilustradas (*Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XCIII), ISBN: 978-84-00-10896-0

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_12

Contrariamente ao que estamos habituados a ver em atas de jornadas arqueológicas, estes anexos do *Archivo Español de Arqueología* não são uma mera compilação de dados brutos e por vezes desconexos, mas sim o resultado de um profundo trabalho de pesquisa baseado numa reflexão teórica prévia. Aqui, não se procura apenas dar voz aos materiais arqueológicos, mas sobretudo interrogá-los com novas linguagens e novas ferramentas. Tal exercício só pode ser feito no âmbito de um projeto ambicioso de investigação científica transdisciplinar, com financiamento público e com recurso a uma sólida equipa de investigadores internacionais que procurou cruzar o estudo das fontes históricas com os dados arqueológicos e o apoio da arqueometria. Este projeto tem a enorme vantagem de se debruçar sobre materiais arqueológicos tidos como luxuosos e que costumam estar ausentes da maior parte das publicações de divulgação arqueológica, pelo simples motivo de que são extremamente raros ou mesmo inexistentes em contexto arqueológico, o que não significa, de todo, que estivessem ausentes do quotidiano das populações em época romana.

A publicação em análise faz parte do projeto FIVILA (acrónimo de *Ficta vitro lapis*), um projeto de investigação financiado pelo Ministério da Ciência e Inovação espanhol com fundos do programa europeu FEDER. Nela são apresentados os resultados do próprio projeto, nomeadamente as contribuições dos membros participantes na equipa de investigação, em conjunto com as contribuições de outros investigadores de diferentes países que se juntaram ao primeiro núcleo de investigadores nas jornadas científicas realizadas entre os dias 15 e 16 de novembro de 2018 no Museu de História de Barcelona. Miguel Cisneros, Professor do Dep. de Ciências Históricas da Universidade da Cantábria, é o editor da publicação e coorganizador científico das Jornadas em conjunto com Emili Revila do MUHBA. É também ele o autor da introdução e coautor de dois dos artigos.

Do ponto de vista gráfico, a publicação não difere de outras da especialidade, apresentando o clássico formato A4 com paginação a duas colunas e ilustrações a cores que, não sendo de muito boa qualidade, satisfazem os pro-

pósitos e, além disso, têm a enorme vantagem de estarem junto do texto. Mais do que noutras publicações de Arqueologia, teria sido importante assegurar uma excelente qualidade das ilustrações para que fosse possível reproduzir, o mais fielmente possível, as cores originais do vidro e das pedras preciosas e ornamentais, mas percebe-se a dificuldade em assegurar um elevado padrão de qualidade e homogeneidade de ilustrações numa obra como esta com distintas contribuições. Quanto às ilustrações escolhidas para a capa, elas cumprem bem o objetivo de ilustração do tema abordado, mas falham redondamente na tentativa de fazer um compromisso entre cuidado gráfico e ilustração científica, já que nem resultam numa composição esteticamente apelativa nem respeitam a escala dos diferentes objetos, dando a falsa impressão que se trata de artefactos com as mesmas dimensões.

A obra começa com dois artigos que procuram fazer o enquadramento dos temas propostos a debate. O primeiro é da autoria de Amanda Claridge (pp. 19-25), que estabelece alguns dos conceitos em análise e que irão sendo retomados pelos restantes autores, como é o caso de cópia e esqueumorfismo (princípio do design em que os objetos derivados retêm ornamentos ou estruturas que eram necessárias apenas nos objetos originais). É interessante perceber que a questão inicial, lançada por Amanda Claridge, é porventura a questão fundamental e aquela que dificilmente algum dia virá a ter uma resposta clara e definitiva. A dificuldade está em saber se aquilo que os olhos modernos vêm como imitações não seriam melhor entendidas como verdadeiras criações com o seu próprio lugar na hierarquia do valor material das coisas. O segundo artigo, da autoria de Miguel Cisneros (pp. 27-49), Esperanza Ortiz e Juan Paz, é um trabalho de fôlego que procura enquadrar o vidro de luxo e a sua relação com outros materiais luxuosos, no quadro geral das transformações económicas e sociais ocorridas ao longo da época romana. Ele oferece-nos uma visão extremamente interessante e inovadora da relação entre produções de vidro de luxo e os períodos de paz e prosperidade, interrompidos por eventos disruptivos como guerras e pandemias (um tema que ganhou atualidade).

Seguem-se quatro artigos que se centram essencialmente no conceito de esqueumorfismo aplicado às pedras preciosas e ornamentais. Simona Perna (pp. 55-76), ao analisar diversos exemplos de vasos romanos em pedra, consegue refutar a ideia de que os esqueumorfos resultam sempre em imitações baratas de bens de prestígio. Por vezes o caminho pode ser o inverso, mas o que verdadeiramente faz a diferença são as propriedades físicas e técnicas dos materiais e a capacidade do artesão em tirar partido dessas propriedades. O facto de o vaso de pedra imitar um simples cesto de vime ou um precioso vaso em prata é de algum modo secundário. Fabricio Slavati (pp. 79-87) analisa um conjunto de taças e pratos de pedra de grandes dimensões, em que o valor não depende tanto da decoração, praticamente ausente nestas peças, como do prestígio do material, da sua cor e das dimensões excecionais das peças. Pilar Caldera de Castro (pp. 89-103) debruça-se sobre o caso específico do cristal de rocha a partir de uma coleção do Museu Nacional de Arte Romano, de

Mérida, dando particular ênfase ao caráter simbólico e mitológico deste mineral que acabou por ser estendido às suas imitações em vidro incolor. Anna Gutiérrez Garcia (pp. 105-119) centra-se noutra caso particular de uma rocha ornamental, neste caso de um mármore hispânico conhecido como *broccatello di Spagna* ou *jaspi de la Cinta*, extraído nas proximidades da atual Tortosa, Catalunha. Se o cristal de rocha brilhava pela transparência e ausência de cor, o *broccatello* distingue-se pelo seu forte cromatismo, porventura o mais representativo e conhecido de todos os *marmora* hispânicos.

Temos depois dois artigos dedicados ao uso conjunto do vidro e mármore em contexto arquitetónico. Eleonora Gasparini (pp. 125-149) apresenta alguns exemplos de revestimentos parietais e de pavimentos de época imperial, amplamente ilustrados e comentados, em que o vidro é usado em complemento ao mármore ou mesmo em sua substituição. Patrizio Pensabene (pp. 155-168) por sua vez dedica o seu artigo às colunas de Constantinopla apresentando entalhes de vidro, pedras preciosas e mármore. Este é talvez o caso menos conhecido, mas mais surpreendente e extravagante no que toca ao uso destes materiais.

Nos três artigos que se seguem volta-se a dar a atenção ao esqueuorismo e às imitações em vidro, mas desta vez com destaque para as imitações de pedras preciosas. Jean-Pierre Lobbing (pp. 171-184) começa por explorar o conceito de esqueuorismo aplicado a alguns exemplos de vasos de vidro imitando pedras preciosas ou semipreciosas. Além dos exemplos já tratados por outros autores, como o cristal de rocha e o vidro dicróico, o autor apresenta-nos casos de vidro imitando *vasa murrina*, florita, jaspe vermelho, obsidiana/azeviche, calcedónia e esmeralda. Nova Barrero Martín (pp. 189-198) dedica o seu estudo às imitações de pedras preciosas em vidro usadas em adorno pessoal a partir de exemplos de *Augusta Emerita*. São apresentados exemplos de contas de colar e entalhes/pedras de anel encontrados em Mérida. Fechando a trilogia, Miguel Cisneros (pp. 201-228), Emili Revilla e Laura Suau apresentam exemplos procedentes de *Barcino*, pertencentes à coleção do MUHBA. Sendo um estudo feito no âmbito do projeto FIVILA, este artigo revela-nos um conjunto inédito e bastante significativo de fragmentos de recipientes encontrados nas escavações urbanas de Barcelona, constituído tanto por vidro monocromático, nomeadamente imitações de lápis-lazúli, ametista, obsidiana e âmbar, como por vidro policromático, como o jaspe, as ágatas e os vidros marmoreados e mosaico.

Depois desta viagem pelo luxo das “falsas” pedras preciosas regressamos ao tema da arquitetura pela mão de Simon Barker (pp. 233-264) e Devi Taelman que nos falam da pintura imitando mármore e da economia do mármore no período romano a partir de exemplos de Pompeia. Este é o único artigo que não aborda diretamente a relação das pedras preciosas e semipreciosas com o vidro, mas fornece-nos uma ampla e bem documentada perspectiva do uso do mármore e das pinturas imitando mármore durante o período que vai de 150 a. C. a 79 d. C. A principal conclusão (que quase poderíamos extrapolar para as imitações de pedras preciosas em vidro) é a de que: à medida que Pompeia vai

ganhando maior acesso a pedras importadas, durante o período Júlio-Cláudio, a variedade de pedras que vão sendo imitadas nas pinturas também aumenta, o que contraria a ideia pré-concebida de uma correlação negativa entre mármore e pintura.

O volume termina com dois artigos dedicados à tecnologia do vidro, um abordando a questão das técnicas de fabrico e o outro a composição química de algumas cores usadas na imitação de pedras preciosas. Alfredo Encuentra Ortega (pp. 271-281) aborda os processos de lapidação do vidro na Antiguidade com base nas expressões *torno terere* e *argenti modo caelare* usadas por Plínio-o-Antigo. Neste artigo fica esclarecido de forma convincente que a expressão *torno terere* não se aplica ao fabrico de peças sobre torno de oleiro, como tinha vindo a ser defendido por diversos autores (nos quais eu me incluía) mas sim à lapidação geométrica ao torno, enquanto a expressão *argenti modo caelare* se referirá à lapidação figurativa. Jesús Setien (pp. 283-298), fecha a publicação com uma série de análises químicas a amostras de vidros esquelomorfos recolhidas nos museus de Mérida, Barcelona e Saragoça no âmbito do projeto FIVILA. Assinala-se o rigor na descrição das amostras e na apresentação dos procedimentos analíticos, mas lamenta-se o pouco desenvolvimento dado à discussão de resultados, nomeadamente no que toca à relação entre a composição química das cores dos vidros analisados e as respetivas imitações de pedras preciosas. Afinal, o objetivo principal de todo o projeto.

Mário da Cruz

Ex-investigador VICARTE (Vidro e Cerâmica para a Arte) da Universidade Nova de Lisboa. Especialista em vidro antigo.
mariodacruz@hotmail.com

NORMAS DE REDAÇÃO

1. Apresentação dos textos

- 1.1. O ficheiro de texto (extensões de arquivo .docx, .rtf ou .odt) deve ser submetido através da plataforma Open Journal Systems (OJS): <https://impactum-journals.uc.pt/conimbriga/about/submissions>
- 1.2. A Conimbriga publica originais em português, castelhano, inglês, francês e italiano.
- 1.3. Deverão ser tidas em consideração as normas ortográficas e gramaticais vigentes em cada língua, nomeadamente no que concerne: ao emprego de maiúsculas; existência de um espaço após qualquer sinal de pontuação; ao início do parágrafo recolhido, sem deixar espaço interlinear duplo em relação ao parágrafo anterior; ao uso do itálico para as palavras escritas em língua diversa da do texto.
- 1.4. Os artigos terão uma dimensão máxima de 90 000 caracteres (espaços incluídos), com tipo de letra Times New Roman, corpo 11 para texto e 9 para notas de rodapé, e espaçamento entre linhas de 1,5. Apenas em casos muito excecionais devidamente justificados serão admitidos textos mais extensos.
- 1.5. As citações diretas (transcrições de excertos) com mais de três linhas devem ser destacadas no corpo do texto com recurso a uma linha de intervalo, a indentação de 0,5 cm e a letra de tamanho 10, mantendo o espaçamento entre linhas.

2. Autoria e resumo/abstract

O artigo deve ser precedido por uma página de rosto na qual conste o título, o nome do(s) autor(es), a(s) filiação(ões) institucional(ais), endereço(s) eletrónico(s),

código(s) ORCID, um resumo (máximo de 1 000 caracteres com espaços) e palavras-chave (entre 3 e 5) no idioma do texto e em inglês (*Abstract e Keywords*) ou em português e inglês quando estes não são os idiomas do texto.

3. Citações

A citação no corpo do texto deve fazer-se de forma abreviada entre parêntesis, com o(s) apelido(s) do(s) autor(es), a data de publicação e o número da(s) página(s) respeitante(s), usando-se a conjunção ‘e’ quando os autores são dois ou três e a abreviatura ‘*et al.*’ referente à locução latina *et alii/ae* quando o seu número é superior a três. [v. g. (MATTOSO, 1988: 100), (BUONOPANE e MATROCINQUE, 2004), (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994), (RAMIL REGO *et al.*, 2005-2006: 540)]

4. Notas

- 4.1. Os artigos poderão compreender notas de rodapé, ainda que tendencialmente limitadas e breves, reservando-se para informações complementares de abono do texto.
- 4.2. Caso, porém, se tornem indispensáveis, use-se numeração contínua.

5. Bibliografia

- 5.1. Preconiza-se a apresentação, no final do texto, da bibliografia citada, por ordem alfabética dos apelidos dos autores (em versaletes) e, em cada autor, por ordem cronológica dos seus trabalhos. Se houver dois textos dum autor com a mesma data, a distinção, se necessária, far-se-á pela aposição de uma letra minúscula (1984a, 1984b...).
- 5.2. Todos os autores devem ser citados pelo último apelido (v. g. VASCONCELOS, José Leite de) e só os autores espanhóis se arrolam pelo penúltimo (v. g. BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María).
- 5.3. Deve privilegiar-se a indicação por extenso do primeiro nome do(s) autor(es), para maior facilidade da sua identificação.
- 5.4. Os títulos de obras e os nomes de revistas figurarão em itálico.

- 5.5. No caso das obras, ao(s) apelido(s) e nome(s) do(s) autor(es) segue-se o ano de publicação entre parêntesis curvos, o título precedido de travessão e o local de publicação [v. g. ALARCÃO, Jorge de (2018) – *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a. C. ao séc. VI d. C.*, Coimbra].
- 5.6. As obras coletivas vêm identificadas pelo(s) apelido(s) e nome(s) do(s) seu(s) editor(es) [ed. ou eds.] ou coordenador(es) [coord. ou coords.] [v. g. RENFREW, Colin; BAHN, Paul, eds. (2014) – *The Cambridge World Prehistory*, Cambridge.]
- 5.7. Nas contribuições em obras coletivas, ao(s) apelido(s) e nome(s) do(s) autore(s) segue-se o ano de publicação entre parêntesis curvos, o título do capítulo precedido de travessão e a referência à obra coletiva precedida por *in* e finalizada pela indicação das páginas correspondentes [v. g. ENCARNAÇÃO, José d' (2017) – A singularidade cultural do SW da Lusitânia romana, *in* BERMEJO BARRERA, José Carlos; GARCÍA SÁNCHEZ, Manel, eds. – *ΔΕΣΜΟΙ ΦΙΛΙΑΣ. Bonds of Friendship: Studies in Ancient History in Honour of Francisco Javier Fernández Nieto*, Barcelona, pp. 105-121].
- 5.8. No caso das revistas, ao(s) apelido(s) e nome(s) do(s) autore(s) segue-se o ano de publicação entre parêntesis curvos, o título do artigo precedido de travessão, o nome da revista, o número do volume, em numeração árabe, e a indicação das páginas correspondentes [v. g. MANTAS, Vasco (2019) – Da capital da Lusitânia a *Bracara Augusta* pela serra da Estrela, *Conimbriga*, 58, pp. 255-300].
- 5.9. As revistas podem ser identificadas pelas siglas consignadas em *L'Année Philologique*. Sempre que se revelar útil, poderá a bibliografia ser precedida de uma tábua de abreviaturas.
- 5.10. O local de publicação (prescindível no caso das revistas) deve ser traduzido (se possível) na língua de redação do artigo, sendo dispensável a identificação da editora.
- 5.11. Os artigos e outras contribuições em documentos eletrónicos devem, tanto quanto possível, conter o(s) apelido(s) e nome(s) do(s) autore(s), o ano de publicação entre parêntesis curvos, o título da contribuição precedido de travessão, o nome da publicação, o tipo de suporte (entre parêntesis retos), o número do volume, em numeração árabe e a indicação das páginas, se for o caso, seguindo-se informação sobre as datas de atualização ou revisão e de consulta (entre parêntesis retos), bem como de disponibilidade e acesso. [v. g. LORRIO, A. J.; RUIZ ZAPATERO, G. (2005) – *The Celts in Iberia: An*

Overview, *e-Keltoi* [em linha], 6, pp. 167-254. Publ. 1 fev. 2005 [Consult. 16 out. 2021]. Disponível em: [https://dc.uwm.edu/ekeltoi/vol6/iss1/4/.](https://dc.uwm.edu/ekeltoi/vol6/iss1/4/)]

- 5.12. Pode incluir-se no final das referências o respetivo DOI, ou URL, precedido e seguido por ponto final.

6. Imagens/Gráficos/Tabelas

- 6.1. Os elementos gráficos que acompanhem o texto deverão ser enviados em separado, devidamente identificados e numerados, bem como as respetivas legendas.
- 6.2. As imagens, gráficos e tabelas devem ser identificadas sequencialmente como FIG(ura) 1, 2..., com exceção das imagens fotográficas, que devem seguir ordenação autónoma como FOT(ografia) 1, 2...
- 6.3. As imagens, enviadas em formato jpg ou tiff, com resolução mínima de 400 dpi, figurarão no final do texto, com as seguintes dimensões: 11 x 7,5 ou 11 x 17 ou 17 x 24, obedecendo à mancha da publicação (11x17 cm).
- 6.4. Quando não puderem ser impressas em tamanho natural, as imagens serão reduzidas, pelo que a inclusão de uma escala gráfica é, por isso, indispensável, assim como a indicação do N(orte) em plantas e fotografias.
- 6.5. Cabe ao autor a responsabilidade de assegurar a competente autorização para a publicação de imagens que estejam ao abrigo dos direitos de autor.
- 6.6. As tabelas ou gráficos, enviados em ficheiro editável (extensões de arquivo .docx, .rtf ou .odt), figurarão também no final do texto.
- 6.7. Na edição impressa revista publicam-se imagens, gráficos e tabelas a preto e branco ou em escala de cinzas, podendo a versão digital da mesma integrar imagens, gráficos e tabelas a cores quando disponibilizados pelos autores.
- 6.8. O Conselho de Redação poderá solicitar a redução do número de estampas.

7. Recensões

- 7.1. A obra recenseada será identificada de acordo com o modelo usado na bibliografia, ao que se acrescenta o número de páginas e o *International Standard Book Number* (ISBN).

7.2. Os textos não devem exceder os 10 000 caracteres com espaços, nem são acompanhados por notas de rodapé.

Revisões

1. Parte-se do princípio de que a revisão do texto foi cuidadosamente realizada por parte do(s) autor(es), pelo que à Redação competirá verificar apenas se a formatação foi feita corretamente.
2. Serão enviadas aos autores unicamente as primeiras provas dos textos aceites para publicação. Nelas não devem ser introduzidas alterações ao texto, admitindo-se apenas correção de gralhas e erros ortográficos.

Direito de rejeição

A Direção reserva-se o direito de recusar a publicação de trabalhos, quer por falta de qualidade científica do texto, quer por falta de qualidade dos elementos gráficos, justificando-o sempre, excetuando os casos de direito de resposta previstos na Lei de Imprensa.

ÍNDICE GERAL

FRANCISCO B. GOMES

A indumentária na Idade do Ferro do sul de Portugal: reflexões a partir do caso da Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) 5

MARTÍN FERNÁNDEZ CALO

Os Callaeci e a questão eponímica: uma crítica historiográfica 51

ANDRÉ CARNEIRO

A Villa da Horta da Torre (Fronteira): um modelo de monumentalidade na arquitetura rural privada da Lusitania..... 87

ANA MARGARIDA ARRUDA, CARLOS PEREIRA, ELISA SOUSA,
ARTUR MATEUS, DIOGO VARANDAS, MARGARIDA RODRIGUES

Monte Molião durante a dinastia Antonina: leituras através das importações cerâmicas..... 125

JOSÉ CARLOS QUARESMA

Comércio no mundo romano e tardo-antigo: uma análise diacrónica, entre arqueologia, história e clima (séculos I a VII d.C.)..... 157

VASCO GIL MANTAS

Notas sobre o eixo viário Olisipo – Bracara e a sua epigrafia..... 209

TÂNIA MANUEL CASIMIRO, JOÃO PEDRO GOMES

Formas e sabores: alimentação e cerâmica em Portugal (séculos XVI - XVIII)..... 259

DANIEL CARVALHO

Gabinetes setecentistas na história da Arqueologia portuguesa: espaços, proprietários e artefactos..... 295

ANA M. ^a SUÁREZ PIÑEIRO <i>Dopico Caínzos, María Dolores; Villanueva Acuña, Manuel,</i> <i>eds. – Aut oppressi serviunt... la intervención de Roma</i> <i>en las comunidades indígenas.....</i>	327
ANDRÉ CARNEIRO <i>Piay Augusto, Diego; Arguelles Álvarez, Patricia, eds.</i> <i>– Villae romanas en Asturias.....</i>	331
MIGUEL ÁNGEL ELVIRA <i>Schattner, Thomas G.; Guerra, Amilcar, coord. – Das Antlitz</i> <i>der Götter – O rosto das divindades. Götterbilder im Westen</i> <i>des Römischen Reiches – Imagens de divindades no Ocidente</i> <i>do Império romano.....</i>	335
MÁRIO DA CRUZ <i>Cisneros, Miguel, ed. – Imitaciones de Piedras Preciosas</i> <i>y Ornamentales em Época Romana: Color, Simbolismo y Lujo.....</i>	339



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

